



FLÁVIO DA SILVA MENDES

O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira

Campinas

2015



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

FLÁVIO DA SILVA MENDES

O OVO DO ORNITORRINCO: A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título
de Doutor em Sociologia.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO FLÁVIO DA SILVA MENDES E ORIENTADA PELO PROF. DR.
MARCELO SIQUEIRA RIDENTI.**

CAMPINAS

2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M522o Mendes, Flávio da Silva, 1985-
O ovo do ornitorrinco : a trajetória de Francisco de Oliveira / Flávio da Silva Mendes. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Oliveira, Francisco de, 1933 - Crítica e interpretação. 2. Sociologia - Brasil. 3. Brasil - Política e governo. I. Ridenti, Marcelo Siqueira, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The platypus' egg : the trajectory of Francisco de Oliveira

Palavras-chave em inglês:

Oliveira, Francisco de, 1933 - Criticism and interpretation

Sociology - Brazil

Brazil - Politics and government

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora:

Michel Nicolau Netto

Elide Rugai Bastos

Ruy Gomes Braga Neto

Cibele Saliba Rizek

Afrânio Raul Garcia Júnior

Data de defesa: 23-03-2015

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 23 de março de 2015, considerou o candidato FLÁVIO DA SILVA MENDES aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Michel Nicolau Netto (presidente)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Michel Netto", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Elide Rugai Bastos", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ruy Gomes Braga Neto", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cibele Saliba Rizek", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Afranio Raul Garcia Junior

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Afranio Raul Garcia Junior", is written over a horizontal line.

Resumo

Esta tese de doutorado é dedicada ao estudo da trajetória de Francisco de Oliveira. Nascido no Recife, em 1933, o sociólogo trabalhou ao lado de Celso Furtado na SUDENE entre 1959 e o início da ditadura civil-militar, em 1964. No final daquela década, em São Paulo, ele se juntou a outros intelectuais no recém-criado CEBRAP, que se tornaria um importante polo de produção científica sobre a realidade brasileira e de oposição política ao regime autoritário. Em 1972, vinculado àquele grupo, Francisco de Oliveira publicou seu famoso ensaio *Crítica à razão dualista*, que seria referência constante nos debates político-econômicos de sua geração. Poucos anos depois, em 1977, ele lançou *Elegia para uma re(li)gião*, uma análise crítica da atuação da SUDENE atravessada por uma discussão sobre a questão regional. No final dos anos 1970, com o início da distensão política, o sociólogo se engajou na luta pela redemocratização e na criação do Partido dos Trabalhadores. Seus textos da década seguinte se equilibram entre o clima otimista proporcionado pela conjuntura nacional e as preocupações com as transformações do capitalismo mundial, que impunham novos desafios às Ciências Sociais. Ao longo dos anos 1990 a derrota de suas apostas políticas e o avanço de uma democracia de corte liberal aprofundaram o tom pessimista de seus trabalhos e alimentaram o diagnóstico do Brasil como uma nação presa a um impasse evolutivo, como sugere a metáfora apresentada em *O ornitorrinco*. A análise de seus ensaios, realizada nesta tese, revela detalhes de como uma geração de intelectuais brasileiros pensaram o desenvolvimento nacional e algumas das decepções diante desse processo.

Palavras Chave: Oliveira, Francisco de, 1933 – Crítica e interpretação; Sociologia – Brasil; Brasil – Aspectos políticos; Brasil – política e governo.

Abstract

This doctoral dissertation is dedicated to the study of Francisco de Oliveira's trajectory. Born in Recife (1933), the sociologist worked alongside Celso Furtado in SUDENE between 1959 and the beginning of the civil-military dictatorship, in 1964. At the end of that decade, in São Paulo, he joined other intellectuals in the newly created CEBRAP, which would become an important think tank on the Brazilian reality and political opposition to the authoritarian regime. In 1972, linked to that group, Francisco de Oliveira published his famous essay *Crítica à razão dualista*, a constant reference in political and economic debates of his generation. A few years later, in 1977, he released *Elegia para uma re(li)gião*, a critical analysis of the performance of SUDENE integrated to a discussion on the regional issues. In the late 1970s, the sociologist engaged in the struggle for democracy and the creation of the Partido dos Trabalhadores. His texts in the following decade are balanced between the optimism provided by the national context and concerns about the transformations of global capitalism, which imposed new challenges to Social Sciences. Over the 1990's the defeat of his political beliefs and the growth of a democracy with a liberal bias deepened the pessimistic tone of his works and fed the diagnosis of Brazil as a nation stuck to an evolutionary dead end, as suggested by the metaphor presented in *O ornitorrinco*. The interpretation of his work reveals details of how a generation of Brazilian intellectuals conceived the national development, and it discloses some of their disappointments on this process.

Keywords: Oliveira, Francisco de, 1933 – Review and interpretation; Sociology – Brazil; Brazil – Political aspects; Brazil – Politics and government.

Sumário

Introdução	1
1. Um jovem sociólogo “no olho do furacão”	11
1.1. Primeiros passos	13
1.2. Um profeta e uma religião: Celso Furtado e a SUDENE	21
1.3. O fim da fantasia.....	37
1.4. O golpe de 1964 e a vida intelectual.....	49
2. Portas fechadas, novos caminhos: o CEBRAP	67
2.1. CEBRAP, intelectuais e política.....	69
2.2. Crítica à razão dualista	81
2.3. Bye bye Nordeste.....	104
2.4. Resistência nas páginas dos jornais	116
3. Tempos de transição	133
3.1. Entre “novos personagens” e uma grande crise	136
3.2. A experiência social-democrata e a estrutura de classes contemporânea	150
3.3. PT: entusiasmo e distanciamento crítico.....	170
3.4. As Ciências Sociais brasileiras no final da década de 1980.....	184
4. Democracia <i>versus</i> neoliberalismo	197
4.1. O “messias” Collor e os primeiros sinais do apocalipse	199
4.2. A aposta nas Câmaras Setoriais	205
4.3. Os sentidos da democracia na produção do CENEDIC.....	215
4.4. Os anos FHC.....	227

4.5. A eleição de Lula: vitória ou derrota?.....	237
5. Um impasse ou <i>O ornitorrinco</i>	251
5.1. De Marx a Darwin	254
5.2. Intelectuais no deserto.....	265
5.3. Da indeterminação ao reencantamento: que país é este?	277
Bibliografia.....	295
Anexos	311

Agradecimentos

Sou grato, em primeiro lugar, ao professor Marcelo Ridenti, que orientou esta tese desde a concepção do projeto original, deu sugestões valiosas ao longo do trabalho e abriu portas para a pesquisa no Brasil e no exterior. Foi a partir de uma ideia sua que fui à França, com o apoio da FAPESP, para um estágio de pesquisa de dez meses. Lá pude contar com as valiosas contribuições dos professores Luiz Felipe de Alencastro e Afrânio Garcia. No Brasil, foram fundamentais as críticas dos professores Ruy Braga e Elide Rugai Bastos, que compuseram a banca de qualificação, e as colaborações de Laymert Garcia dos Santos, Cibele Rizek e Tânia Bacelar, que atenderam à minha solicitação para conversar sobre este trabalho. Agradeço, também, à Rosa Freire d’Aguiar Furtado, quem me concedeu uma ótima entrevista e ainda sugeriu a consulta ao acervo do Centro Celso Furtado, no Rio de Janeiro. Reconheço o valor das memórias compartilhadas por José Maria Aragão e Leonardo Guimarães, dois ex-funcionários da SUDENE.

Devo um agradecimento especial ao professor Chico de Oliveira. Além de inspirar a realização dessa pesquisa, ele sempre se mostrou disposto a dialogar – mesmo achando esta empreitada “uma loucura” – e abriu as portas de sua casa para que eu e Marcelo Ridenti o entrevistássemos. Sua simpatia apenas reforça minha admiração.

Sinto-me obrigado a citar o companheirismo de amigas e amigos conquistados ao longo de minha graduação, na USP, e durante a pós-graduação, na UNICAMP. Essas amizades me proporcionaram bons diálogos sobre a pesquisa e, o mais importante, momentos de descontração em meio aos períodos mais difíceis do trabalho acadêmico.

Sou especialmente grato à minha mãe, que compreendeu e suportou a minha ausência em vários momentos ao longo dos cinco anos desta pesquisa e não deixou de incentivar minhas andanças pelo Brasil e pelo exterior.

Agradeço, finalmente, à CAPES, que financiou o primeiro ano desta pesquisa, e à FAPESP, que ofertou seu apoio por outros três anos e ainda patrocinou meu estágio em Paris.

Lista de abreviaturas e siglas

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BNDE[S] – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análises e Planejamento
CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CENEDIC – Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina [e o Caribe]
CESIT – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho
CODENE – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN – União Democrática Nacional

Introdução

Em 2003, durante o primeiro semestre de minha graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, ouvi de um amigo o conselho de ir assistir a um debate que se realizaria na Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, sobre o tema do momento: a Reforma da Previdência. Ele não poderia ir, mas me alertou: “Aproveita! O Chico de Oliveira vai estar na mesa. Ele é muito bom”. Fiquei curioso, pois ainda não conhecia nada de Chico. Nunca tinha lido textos seus ou assistido a algum debate do qual participasse. Apenas ouvia falar. Também não tinha opinião formada a respeito daquela polêmica reforma. Resolvi então pegar o ônibus e ir do Butantã ao centro da cidade. Algum tempo depois, superado o trânsito de São Paulo, cheguei à Faculdade de Direito, que também visitava pela primeira vez. Logo encontrei a grande sala onde seria o debate, que lotou rapidamente. Quando os participantes se posicionaram à mesa, Chico quase desapareceu: estava numa enorme cadeira e ainda usava uma boina. O primeiro a falar, um jovem professor da casa, defendeu a reforma. Infelizmente não lembro seu nome, mas não me esqueço que falava com convicção e boa retórica, porém sem empolgar o público. Nem Chico, que permanecia quase imóvel, sem tomar nenhuma nota. Confesso que minha expectativa a respeito de sua fala não era boa. Antes dele, a professora Rosa Marques, da PUC, forneceu dados convincentes contra o argumento amplamente aceito de que o sistema previdenciário brasileiro era deficitário. Gostei, mas Chico não se manifestava. Àquela altura eu nem tinha certeza a respeito de qual seria sua posição. Coube-lhe a tarefa de fechar o debate. Chico tirou a boina, levantou-se da cadeira e começou a desconstruir, com ironia e precisão, todos os argumentos apresentados pelo professor da Faculdade de Direito. Não lia nenhum papel. Suas frases só eram cortadas pelo aplauso entusiasmado de boa parte do público. E eu me perguntava: como ele conseguia se lembrar de tudo? E de onde vinha tanta energia? Deixei o debate com uma posição a respeito da reforma e com uma enorme vontade de ler *Crítica à razão dualista*, que seria relançado no mesmo ano.

Esta tese de doutorado não era nem imaginada naquele dia, mas essa história vale a lembrança. Aquele evento – entre tantos outros aos quais assisti naquele mesmo ano – contribuiu para tornar indissociáveis a experiência universitária, recém-iniciada, e as

acaloradas discussões sobre os primeiros passos do governo Lula. A participação no movimento estudantil tornava tudo ainda mais intenso. Nas longas e constantes reuniões eu identificava com alguma dificuldade as inúmeras tendências que compõem a esquerda brasileira, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores. Presenciei novas divisões e aos poucos tomei posição. Uma experiência extremamente rica que teve grande influência sobre minha trajetória acadêmica, desde a escolha das disciplinas cursadas durante a graduação até a definição dos temas de minhas pesquisas de pós-graduação. Aquele debate da Faculdade de Direito também ajudou a compor uma primeira imagem de Francisco de Oliveira que seria confirmada depois, através de outras mesas-redondas, artigos e livros: o sociólogo estava sempre disposto a opinar sobre os mais espinhosos temas políticos e econômicos do país. E sem medo de errar, o que é comum quando se analisa fatos recentes e que despertam grande paixão. O importante era opinar, polemizar, gerar um conflito. Fazer política, em suma.

Escritos quase sempre na forma de ensaio, os textos do sociólogo refletem essa postura e transformam em um grande desafio a análise a que me propus neste trabalho. Só tomei consciência dessa dificuldade com a pesquisa já em curso, quando me encarreguei da leitura de documentos muitas vezes curtos, mas repletos de ironia e conteúdo. No espaço de um parágrafo a crítica de Francisco de Oliveira pode demolir os argumentos básicos de um pensamento complexo como o da escola da CEPAL, o que me obrigava a repetir a leitura de inúmeras passagens até que seu raciocínio fosse apreendido. E não adiantava buscar amparo em referências bibliográficas ou longas citações. Elas são, em geral, escassas, o que transmite a impressão de que os textos do sociólogo prestam-se mais comumente à crítica demolidora de categorias do que à construção de argumentos ou conceitos definitivos a respeito de um determinado objeto. Percebi que muitas de suas conclusões não almejam o estatuto de verdade, mas apenas alimentar debates futuros. Distanciam-se, assim, de algumas regras do mundo acadêmico, com o qual Francisco de Oliveira se relacionou sempre de forma conflituosa, como demonstrarei ao longo dessa tese. Tenho certeza de que seu ensaísmo tem a ver com essa forma de se relacionar com as ciências sociais, pois, como sustenta Adorno:

O ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais, como diz a formulação de Spinoza, a ordem das coisas seria o mesmo que a ordem das ideias. Como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale

ao que existe, o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. Ele se revolta sobretudo contra a doutrina, arraigada desde Platão, segundo a qual o mutável e o efêmero não seriam dignos da filosofia; revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transitório, pela qual este é novamente condenado no conceito (ADORNO, 2003, p. 25)

Algo que o ensaio favorece – a revelia dos preceitos positivistas mais puros – é uma forte e assumida imbricação entre sujeito e objeto. Esse laço estreito justifica o recurso constante à experiência pessoal – em detrimento, muitas vezes, do uso de conceitos acabados¹ – o que do ponto de vista da ciência tradicional pode ser interpretado como um procedimento de alto risco. Essa é uma marca da produção de Francisco de Oliveira, bem revelada por um diálogo que presenciei durante uma aula da disciplina que o sociólogo ofereceu ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, em 2010. Na ocasião, ao responder à pergunta de um aluno que queria saber se o seu conceito de “hegemonia às avessas” não contrariava a clássica definição de Antonio Gramsci, Oliveira respondeu que esse fato não o preocupava. O que ele pretendia era apenas provocar uma discussão a respeito da realidade, algo que sua formulação sem dúvida suscitava. Neste e em outros inúmeros casos, o raciocínio é dominado pela prática. Essa característica é mostrada ao longo desta tese através da análise das obras junto ao contexto em que foram escritas. Por exemplo: em *Crítica à razão dualista*, de 1972, o peso do regime autoritário e da suspensão da luta política estimulava uma análise pautada nas leis da acumulação e suas influências sobre o conjunto da sociedade, numa leitura que muitos críticos consideraram determinista. Poucos anos depois, em meio ao entusiasmo da luta pela redemocratização, Oliveira lançaria artigos em que a aposta na política era clara, mesmo diante de intensas transformações do capitalismo que redefiniam a estrutura de classes, ameaçavam a centralidade do Estado nacional e tornavam obsoletos alguns instrumentos de luta das classes dominadas.

A maioria dos textos de Francisco de Oliveira analisados nesta tese foi escrita sob o calor da conjuntura, como instrumento de intervenção na realidade. Esse procedimento lembra o adotado por Celso Furtado, uma de suas maiores referências intelectuais, cuja obra, afirmaria Oliveira, “explicava e ‘construía’ o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria ‘construção’” (OLIVEIRA, 2003b, p. 19). De fato *Formação econômica do*

¹ “O ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias” (ADORNO, p. 26).

Brasil, publicado em 1959, sintetiza uma leitura da história que dava sustento a uma vertente do pensamento nacional-desenvolvimentista, dominante na política brasileira, da esquerda à direita, desde a Revolução de 1930 até depois do golpe de 1964. Essa obra é, também, representativa de um período em que os intelectuais se viam, em sua maioria, como atores fundamentais no processo de consolidação de um projeto que pretendia alçar o país ao restrito clube das nações capitalistas desenvolvidas. E seu maior aliado nesta dura tarefa era o Estado. Essa relação começaria a mudar a partir de 1964. Quando Francisco de Oliveira publicou seu primeiro grande ensaio – o clássico *Crítica à razão dualista* – o texto conservava a característica de instrumento de intervenção na realidade, sobretudo por denunciar os problemas do modelo de desenvolvimento autoritário, conhecido como “milagre brasileiro”. Voltava-se, porém, contra o Estado, ou mais precisamente contra as forças políticas que o controlavam.

Essa condição seria mantida desde então e, somada à submissão da razão às necessidades imediatas da conjuntura – exacerbada pelo recurso à forma ensaio –, ela daria o tom da produção sociológica de Francisco de Oliveira. Seus textos foram elaborados a partir do lugar de uma testemunha² que, diferente de Celso Furtado ou outros intelectuais influentes de gerações anteriores, pouco ou nada podia fazer diante da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no país. E embora o sociólogo tenha produzido trabalhos que se inseriam em debates da esquerda com a evidente intenção de disputar posições, suas análises mais profundas da realidade brasileira se prestaram, sobretudo, a denunciar a tragédia do progresso, em sintonia com a proposta de Walter Benjamin, autor que se tornou uma referência constante em publicações recentes.³ Foi justamente esse caráter de denúncia que se sobressaiu a partir do momento em que a prática transformadora, à qual ele submetia sua produção, pareceu-lhe impossível. O autor passou a debater a anulação da política e seu pensamento refletiu aquele diagnóstico na forma de uma enorme perplexidade.

Ao fim do percurso, as sucessivas apostas perdidas – lembradas com certa nostalgia em textos mais recentes – aparecem como desenvolvimentos interrompidos, linhas teóricas e políticas frustradas ou incompletas. Talvez seja essa a característica que inspirou Oliveira

² Inspiro-me, aqui, numa reflexão de Edward Said (2005) que será detalhada ao final do primeiro capítulo.

³ Parece-me que a simpatia tardia por Walter Benjamin nasce antes da descoberta de um sentimento em comum diante da história, melancólico, do que de um bem fundado acordo com a proposta teórica do autor alemão.

a afirmar numa entrevista: “Minha obra é assistemática, tem pistas que explorei; de outras, não fui atrás”.⁴ A declaração, um pouco exagerada, tem seu fundo de verdade. Essa incompletude pode ser em parte atribuída ao ensaísmo, afinal, como também aponta Adorno: “o ensaio, de fato, não chega a uma conclusão, e essa sua incapacidade reaparece como paródia de seu próprio *a priori*; a ele é imputada a culpa que na verdade cabe às formas que apagam qualquer vestígio de arbitrariedade”. Não há a princípio, portanto, nenhum defeito nisso. A incapacidade do ensaio de desenvolver à exaustão a análise de um objeto determinado pode derivar de uma característica da realidade, e não do pensamento. E sabemos que a economia brasileira, esmiuçada por Oliveira ao longo de sua trajetória, está longe de ser um objeto livre de contradições.

O exemplo de *Crítica à razão dualista* me parece, mais uma vez, adequado. Essa obra clássica poderia ser elaborada de outra forma, senão como ensaio? Minha resposta é não. Se não assumisse essa forma, seu conteúdo provavelmente não seria o mesmo, e o autor não atingiria o objetivo que orientou sua elaboração. Pois a ruptura com os pressupostos do nacional-desenvolvimentismo, defendida por Oliveira, exigia uma crítica pesada e às vezes exagerada, sobretudo para um autor que bebia na fonte das elaborações de Celso Furtado e Raúl Prebisch, como ele admitiria anos depois. Era necessário, naquele momento, demolir uma ideologia que aos olhos da esquerda brasileira havia impedido, ao lado do populismo, um maior conhecimento das contradições do desenvolvimento do capitalismo no país. A adequação da forma ao conteúdo justifica-se, de novo, a partir de Adorno:

O ensaio devora as teorias que lhe são próximas; sua tendência é sempre de liquidar a opinião, incluindo aquela que ele toma como ponto de partida. O ensaio continua sendo o que foi desde o início, a forma crítica *par excellence*; mais precisamente, enquanto crítica imanente de configurações espirituais e confrontação daquilo que elas são com o seu conceito, o ensaio é crítica da ideologia (2003, p. 38).

As contradições do capitalismo brasileiro, em parte ignoradas pelos economistas da CEPAL, só poderiam ser expostas com precisão por um trabalho que aceitasse sua incômoda existência. Elas dão forma a uma realidade que abriga, numa mesma unidade, a clássica e conflituosa oposição entre “atrasado” e “moderno”. Essa característica do objeto parece exigir de quem se propõe a investigá-lo uma postura típica do ensaio, pois este “pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua

⁴ Entrevista (JINKINGS et al, 2007, p. 37).

unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada [...] A descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um conflito em suspenso” (ADORNO, 2003, p. 35). Dedicada a pensar os conflitos que emergem das contradições da realidade econômica e social do Brasil, a produção de Francisco de Oliveira se tornou ela mesma conflituosa, acidentada e, às vezes, contraditória. Ela expõe experiências pessoais interrompidas e decepções políticas e teóricas que, reunidas, levam a um impasse bem representado pela metáfora do ornitorrinco, lançada em 2003. A conclusão à qual cheguei ao final desta tese foi de que sua “obra” – concebida como uma arma a serviço de projetos políticos quase sempre frustrados, desde o sonho nacional-desenvolvimentista até a utopia socialista, passando pelo reformismo social-democrata – reproduz, como um espelho, a peculiar condição da nação que tomou como objeto. Assim, se o Brasil contemporâneo é um ornitorrinco, repleto de evoluções truncadas, a produção de Francisco de Oliveira também o é.

A pesquisa desenvolvida nesta tese, dedicada à análise de textos e da trajetória de um autor, situa-se na convergência entre pelo menos dois grandes temas das Ciências Sociais: a sociologia dos intelectuais e a história das ideias. Ambas ajudam a compor o horizonte de trabalho de estudiosos da área de pensamento social e impõem o reconhecimento de diversas questões metodológicas. Entre elas, a mais importante sem dúvida diz respeito à distinção entre as perspectivas que privilegiam a apreciação dos *textos* de um autor ou corrente de pensamento, por um lado, e aquelas que se concentram no *contexto* que envolveu determinada produção intelectual.⁵ Há muito tempo essa oposição gera intensos debates entre cientistas sociais, mas há, hoje, um acordo mais ou menos generalizado sobre a necessidade de relacionar as ideias contidas num texto ao contexto em que elas foram elaboradas originalmente. Esse consenso mínimo parece ter surgido a partir do reconhecimento alcançado pela produção de diversos autores. Após discutir brevemente as

⁵ Num artigo bastante conhecido, publicado em 1969, Quentin Skinner afirmava que esses modelos emergiam logo que um historiador das ideias se fazia uma pergunta básica: quais os procedimentos mais adequados para compreender seu objeto? “Sem dúvida há, atualmente, duas respostas ortodoxas (embora conflitantes) para esta pergunta, sendo que ambas parecem possuir ampla aceitação. A primeira (que talvez esteja sendo cada vez mais adotada pelos historiadores da ideias) insiste em que é o *contexto* de ‘aspectos religiosos, econômicos e políticos’ que determina o significado de qualquer texto e deve fornecer a ‘perspectiva definitiva’ para qualquer tentativa de compreendê-lo. A outra visão ortodoxa, no entanto, (talvez ainda a mais geralmente aceita) insiste na autonomia do *texto* em si como a única chave necessária para alcançar seu próprio significado, e então julga qualquer tentativa de reconstruir o ‘contexto total’ como ‘gratuita e inútil’” (SKINNER, 1969, p. 3, grifos no original. Tradução nossa).

contribuições que alguns deles deram à sociologia da vida intelectual, Heloísa Pontes concluiu que:

Apesar de investigarem objetos empíricos distintos e de construírem chaves explanatórias diversas, Geertz, Schorske, Elias, Lepenies, Bourdieu, Williams e Ringer perseguem um desafio analítico semelhante: estabelecer as mediações necessárias para circunscrever os intelectuais como uma categoria social específica, passível, como as demais categorias sociais, de uma análise sociológica. No lugar de explicarem as teorias, os debates e as disputas intelectuais apenas como resultado do diálogo conceitual que autores e obras travam, velada ou abertamente, uns com os outros, procuram mostrar que a sua compreensão só é plenamente assegurada a partir da recuperação do contexto social mais amplo que os conformam (PONTES, 1997).

Portanto, sem descuidar da tarefa de interpretação dos textos, o procedimento de analisar os contextos em que eles foram elaborados mostra-se fundamental para escapar de certas armadilhas, como o anacronismo. Este trabalho compartilha da mesma preocupação e, por esse motivo, o estudo dos textos de Francisco de Oliveira estará atrelado à descrição do cenário que serviu de pano de fundo para sua produção intelectual. Tal forma de aproximação me parecia inevitável diante das características de sua produção, descritas acima. Também estive atento à necessidade de considerar a história da repercussão de suas ideias. O pressuposto, aqui, é de que os conceitos não são estruturas fixas, cujos sentidos se definem e se encerram à época de suas publicações.⁶

Além de pensar como eu deveria estudar os intelectuais, preocupei-me com uma questão mais elementar: por que estudá-los? A trajetória de Oliveira me ajudou a compreender o fascínio que este tema desperta em um número cada vez maior de pesquisadores, pois o caminho por ele percorrido tem como pano de fundo intensas mudanças na forma de exercício dessa atividade e do lugar que o intelectual ocupa na sociedade brasileira. Entre a década de 1960 e hoje, essa atividade migrou, simplificando muito, do Estado para a academia. O público da produção também se alterou significativamente. A comparação entre gerações antigas e atuais é inevitável e alimenta o interesse por essa área de estudos:

A profusão de estudos sobre os intelectuais no Brasil talvez resulte da sensação de perda progressiva das antigas posições desfrutadas por uma *intelligentsia* que se formou desenhando retratos do país, elaborando diagnósticos, concebendo projetos,

⁶ Uma discussão interessante sobre as possibilidades de análises sincrônicas e diacrônicas na história dos conceitos foi apresentada por Jasmin (2005), que expôs, comparativamente, as contribuições elaboradas por Quentin Skinner, John Pocock e Reinhart Koselleck.

vislumbrando trajetórias futuras. O tratamento dos limites de atuação dos intelectuais enleia-se na percepção das hesitações da nossa modernidade, sintoma do desconforto diante do presente, móvel do impulso para nomear essas realizações arrevesadas (ARRUDA, 2004, p. 116).

Apesar de todas essas mudanças, o exercício da atividade intelectual permanece vinculado a uma preocupação em pensar a nação e agir para transformá-la.⁷ Talvez a parte normativa desse exercício esteja hoje enfraquecida em razão da perda de muitos dos referenciais que amparavam formulações clássicas, elaboradas em momentos cruciais da nossa história. Porém a certeza de que o projeto de nação que alimentou gerações de intelectuais não foi plenamente executado ainda estimula reflexões de alguns personagens, entre os quais figura Francisco de Oliveira.

Estes pressupostos teóricos e impressões deram suporte a esta pesquisa de doutorado, realizada junto ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, sob orientação do professor Marcelo Ridenti, a partir de 2010. Nesse período, a investigação consistiu, sobretudo, na leitura de livros e artigos de Francisco de Oliveira – muitos dos quais são analisados ao longo deste trabalho – e outras obras, de diversos autores, que ajudaram a conhecer os locais e as conjunturas em que o sociólogo desenvolveu sua atividade profissional, sua militância política e seu trabalho intelectual. Somam-se à bibliografia alguns textos com os quais Oliveira dialogou em seus principais escritos. Além da revisão da literatura foram realizadas entrevistas com personagens que tiveram contato com o autor em diferentes momentos de sua trajetória: Laymert Garcia dos Santos, sociólogo, que participou do CENEDIC/USP ao seu lado, no início dos anos 1990; Rosa Freire d'Aguiar Furtado, viúva do economista Celso Furtado, que tem até hoje bastante contato com Oliveira e pôde dar detalhes sobre as relações entre ele e o economista; José Maria Aragão, ex-funcionário da SUDENE, entre 1959 e 1964, e amigo de Oliveira; Tânia Bacelar, outra ex-funcionária da Superintendência, mas que trabalhou ali após o golpe de 1964 e forneceu informações importantes sobre o impacto deste evento sobre os rumos do

⁷ O peso da “questão nacional” sobre a vida intelectual brasileira, maior em momentos cruciais de nossa história, foi lembrado por Ianni: “A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação. E essa preocupação se revela particularmente acentuada nas conjunturas assinaladas e simbolizadas pela Declaração de Independência em 1822, Abolição da Escravatura e Proclamação da República em 1888-89 e Revolução de 1930. Esse tema aparece nas produções de publicistas, cientistas sociais, filósofos, artistas. Em diferentes gradações, em várias linguagens, uns e outros passam por ele. A questão nacional está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente” (IANNI, 2004, p. 26-27).

órgão e da região Nordeste; e Leonardo Guimarães, que também atuou na SUDENE, antes e depois do golpe. Outro material fundamental é uma longa entrevista que Marcelo Ridenti e eu fizemos com Francisco de Oliveira, em abril de 2012, focada na discussão de seus principais textos.⁸ Para que todas essas conversas fossem realizadas foram necessárias viagens ao Rio de Janeiro e ao Recife. Também foi de grande valor o estágio de pesquisa de dez meses que realizei em Paris, entre outubro de 2012 e julho de 2013. Na França conheci Rosa Furtado, e pude contar com os comentários dos professores Luiz Felipe de Alencastro e Afrânio Garcia, que deram importantes contribuições para este trabalho.

O conteúdo aqui apresentado baseia-se na análise desses materiais. O primeiro capítulo cobre os anos da juventude de Francisco de Oliveira, vividos em boa parte no Recife, até o fim de sua atuação na SUDENE, em 1964. Naquele período o jovem sociólogo não produziu textos que pudessem ser analisados neste trabalho, embora alguns de seus livros e artigos posteriores apareçam no capítulo entre as fontes para a reconstrução das transformações da sociedade brasileira e nordestina, em especial, bem como para a definição da crise política, econômica e social do pré-1964. Além de apresentar esse cenário, em que se destacam a Universidade do Recife, a SUDENE e o economista Celso Furtado, o capítulo se encerra com uma discussão sobre os impactos do início da ditadura sobre a vida intelectual brasileira e, sobretudo, sobre a trajetória de Francisco de Oliveira.

O segundo capítulo contempla os anos 1970, década em que o autor desenvolveu uma intensa atividade intelectual junto ao CEBRAP. Nesta parte da tese aparece uma história das condições que envolveram a fundação desse Centro, o perfil de seus principais personagens e as características de seu rico ambiente de debates, além do papel que teve como ponte para o estabelecimento de relações entre intelectuais e forças políticas de oposição à ditadura. Duas obras que estão entre as mais destacadas de Francisco de Oliveira foram elaboradas naqueles anos: *Crítica à razão dualista*, de 1972, e *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977. Ambas são discutidas ainda no segundo capítulo, que se encerra com uma análise dos artigos que o autor publicou nos jornais *Opinião* e *Movimento*, destaques da chamada imprensa alternativa, de oposição à ditadura.

⁸ Essa conversa foi publicada em Ridenti e Mendes (2012).

O terceiro capítulo desta tese cobre o período da transição democrática brasileira, do final dos anos 1970 ao início da década de 1990. Apresento o entusiasmo que envolveu o surgimento de novos movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores na cena política do país, contraposto à crescente preocupação com a crise do Estado nacional e com as redefinições do sistema capitalista em escala mundial. A visão de Francisco de Oliveira sobre esses assuntos estimulou a elaboração de teses originais e polêmicas a respeito da social-democracia e da estrutura de classes no capitalismo contemporâneo. Essas discussões suportavam sua militância política dentro do PT, ao mesmo tempo crítica e entusiasmada. O capítulo se encerra com uma breve análise das transformações no meio intelectual brasileiro ao final da ditadura.

Ao longo do quarto capítulo analiso as intervenções de Francisco de Oliveira nos debates que envolveram o avanço do neoliberalismo no Brasil. São discutidos os artigos e livros que trataram dos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, além da eleição de Lula e dos primeiros passos de seu mandato como presidente. Também apresento a opinião do sociólogo a respeito da experiência das Câmaras Setoriais, cuja derrota teve enorme peso em sua produção posterior. Há, ainda, um subitem dedicado ao ambiente intelectual do CENEDIC, centro que Oliveira fundou ao lado de outros pesquisadores após sua saída do CEBRAP.

O quinto e último capítulo desta tese cumpre o papel de conclusão ampliada. Nele analiso alguns dos textos mais recentes de Francisco de Oliveira à luz das hipóteses que orientaram a elaboração deste trabalho. Essas obras – entre as quais se destaca o ensaio *O ornitorrinco* – transparecem o estranhamento do autor diante da realidade brasileira e das transformações do capitalismo, também debatidas aqui. Seus trabalhos anunciam, ainda, o enorme desafio que envolve pensar o país nas condições atuais, em que a mundialização e a financeirização do capital parecem tornar obsoletos o Estado e a nação. Porém, apesar de enxergar todos esses obstáculos, o sociólogo ainda defende a necessidade da crítica.

1. Um jovem sociólogo “no olho do furacão”

Foi a melhor experiência pessoal que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as Ligas Camponesas de um lado, o “diabo-a-quatro” de outro, a pressão sobre a SUDENE era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista era forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado], mas apoiava. Então era um pau só.”

Francisco de Oliveira, em 2007¹

Recife, 1933. O local e a data de nascimento do sociólogo Francisco de Oliveira são um ponto de partida incontornável dentro do debate proposto por esta pesquisa. E o motivo é simples: a capital do estado de Pernambuco era um dos lugares em que as transformações da sociedade brasileira do período eram sentidas de forma mais aguda. A cidade era a mais importante do Nordeste brasileiro, fatia do território de povoação antiga e que já ganhara, àquela altura, o *status* de região problema.² O declínio de sua principal atividade econômica – o cultivo da cana-de-açúcar, concentrado na região da Zona da Mata – além das sucessivas secas do agreste e do sertão, agravadas pela má distribuição das terras, eram as mais evidentes mazelas da região. Questões que se tornaram “nacionais” no momento em que a unidade territorial do império esteve em jogo, ameaçada por revoltas, ainda no século XIX. Neste sentido são significativas as medidas executadas pelo governo central para tentar amenizar os efeitos da grande seca de 1877, apontadas por Bernardes (2007, p. 59) como “as primeiras intervenções do Estado nacional na área do futuro Nordeste”. Nascia ali

¹ Trecho de entrevista concedida à *Margem Esquerda* (JINKINGS et al, 2007, p. 18-19).

² A noção de “região” tal qual a concebemos hoje não esteve sempre presente na história do Brasil. Uma boa análise da formação histórica da ideia de “Nordeste” foi realizada por Bernardes (2007). O autor aponta com precisão que a “questão regional” só surgiu a partir da existência, material ou ideal, de um Estado nacional: “Durante todo o período colonial, inexistiram as condições objetivas e subjetivas que tornassem possível a emergência de uma espacialidade regional plenamente configurada. Dois principais fatores impossibilitaram a sua constituição: um deles foi a ausência do Estado nacional e o outro foi a vigência do *Antigo Regime*, em todo o período colonial” (2007, p. 49, grifo no original). No mesmo trabalho é destacada a grande influência da antiga capitania de Pernambuco sobre toda a parcela do território que hoje conhecemos como Nordeste. Pesou, num primeiro momento, a importância econômica de seu porto, principal porta de saída da produção colonial de açúcar e algodão. Mas outros fatores também são destacados, como a estrutura eclesiástica sediada em Olinda a partir do início do século XIX.

uma preocupação em torno dos problemas das secas e da agricultura da região que se mantém e se reforça durante a Primeira República, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1909.³ Essa atenção direcionada e o debate sobre a ação da União no Nordeste se tornaram ainda mais frequentes depois de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, quando, a partir do centro-sul do país, o Estado passou a perseguir com maior empenho o desenvolvimento social e econômico em escala nacional. Desenhou-se, assim, uma divisão que logo ocupou as mentes dos intelectuais preocupados com a modernização do Brasil: o Nordeste era o lugar da estagnação e do atraso, um obstáculo enorme aos ambiciosos planos de unidade e desenvolvimento do país.

No Recife esse processo de encontros e desencontros entre a região e a nação se produzia de forma ainda mais dramática. Durante séculos a cidade foi a capital de um dos “Brasis”, o do açúcar, algo significativo numa época em que o território brasileiro se apresentava como uma sucessão de ilhas de produção com escassos contatos entre si, quase todas voltadas para o exterior. Esse fato contribuiu para a formação de uma cidade que perseguia o cosmopolitismo, tendência acentuada com a criação de sua Faculdade de Direito, na primeira metade do século XIX, instituição que se consolidou como o polo formador dos intelectuais e políticos da metade norte do país. Ainda no final daquele século, a lista de formandos célebres já era extensa: contava com Tobias Barreto, Graça Aranha, Sílvio Romero e Capistrano de Abreu, entre outros. Seus colegas eram oriundos, em sua imensa maioria, de famílias de grandes produtores de cana-de-açúcar que assistiam ao declínio de seu poder econômico e político, cada vez mais concentrados no centro-sul do Brasil. Francisco de Oliveira nasceu e cresceu numa região já considerada um elo fraco do desenvolvimento brasileiro, tanto sob o olhar dos intelectuais e políticos locais – empenhados na reivindicação de recursos junto ao governo central – quanto para a opinião pública do centro-sul do país. Algo incômodo para habitantes de uma parcela do território que vivera, pouco antes, outra realidade. Mais do que a estagnação, portanto, a cidade do Recife respirava certa decadência, ao mesmo tempo em que a marcha modernizante impulsionada desde o sul impunha-lhe mudanças. Um terreno fértil para o conflito.

³ Em 1945 seu nome mudaria de “Inspetoria” para “Departamento”, dando origem à sigla pela qual ficaria famoso: DNOCS.

O cenário da maioria dos eventos descritos neste primeiro capítulo é a capital pernambucana, onde Francisco de Oliveira nasceu e permaneceu, salvo pequenos intervalos, até 1964. Neste período realizou seus estudos, buscou seu lugar no mercado de trabalho e se engajou em algumas atividades políticas, tudo isso em meio a muitas incertezas quanto ao seu futuro. Mostrarei que essas só diminuíram em 1959, quando ele conheceu o economista Celso Furtado, com quem trabalharia na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Naquela instituição, onde ele alcançou rapidamente um lugar de destaque como braço direito de Furtado, era possível combinar o trabalho à paixão que envolvia o projeto de promover mudanças na região onde nascera. Era uma carreira que prometia ser longa e promissora, mas que foi interrompida com o início da ditadura civil-militar brasileira, em 1964.

Os anos posteriores ao golpe foram mais uma vez marcados pela incerteza, já que as portas do serviço público pareciam-lhe definitivamente fechadas e o pensamento nacional-desenvolvimentista, ao qual estava vinculado, perdia o espaço que conquistara entre os intelectuais, muitos dos quais atuavam no Estado brasileiro ou sob seu apoio. Oliveira circulou, então, por diversas instituições. Foi ao Chile, à Guatemala e ao México, graças à ajuda de contatos adquiridos na época da SUDENE. Passou ainda por empresas privadas antes de ser convidado para participar de um estudo sobre desenvolvimento a ser realizado num novo centro de pesquisas criado em São Paulo, o Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), em 1970. Foi só nesta data, já aos 36 anos, que se encerrou um longo ciclo de sua trajetória, tanto em relação ao seu amadurecimento intelectual quanto à estabilidade profissional como sociólogo, economista e pesquisador. Neste primeiro capítulo analiso esse percurso, que segue uma estrutura cronológica impossível de evitar. Porém, ao longo do texto, aparecem exposições sobre personagens, eventos e instituições que são indispensáveis à reflexão sobre esse período da vida de Francisco de Oliveira. Algumas discussões teóricas que julguei pertinentes também atravessam essa parte da tese.

1.1. Primeiros passos

Sexto dos dez filhos do casamento entre José Santana de Oliveira, comerciante, e Jovina Cavalcanti de Oliveira, dona-de-casa, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira

cresceu no interior de uma família católica, crença que inspirou seu nome, uma referência a São Francisco de Assis, santo que é símbolo da caridade cristã. “Fiz primeira comunhão, crisma, tudo a que tinha direito. Até os dezesseis anos eu ainda era católico, até chegar à universidade”.⁴ Realizou o primeiro grau no Grupo Escolar Frei Caneca, que era público, e o primeiro e o segundo ciclos do curso secundário no Colégio Salesiano do Sagrado Coração, no Recife, escola particular que, como o nome revela, possuía orientação católica. À época o Ginásio Pernambucano, público, era o mais cobiçado colégio da região e, por esse motivo, acessível apenas aos filhos das famílias tradicionais.⁵

Oliveira começou a trabalhar cedo, aos catorze anos, como ajudante na farmácia de seu pai, localizada na região do porto do Recife. Era o período posterior à Segunda Guerra, marcado pela queda das importações – inclusive de medicamentos – o que afetou o comércio da família. Este entrou em declínio assim como toda a região portuária da capital pernambucana. Com a morte de seu pai no mesmo ano, Francisco de Oliveira começou a trabalhar como bancário. Mais tarde, em 1952, ingressou no então recém-criado curso de Ciências Sociais da Universidade do Recife,⁶ onde militou num pequeno grupo estudantil, o Movimento Socialista Estudantil de Pernambuco, de origem católica. Em 2009, ao relembrar os anos de faculdade, declarou:

No ano da campanha de Juscelino Kubitschek à presidência da República eu tinha 21 anos. Estava na Universidade do Recife, hoje conhecida como Universidade Federal de Pernambuco. Já era socialista, filiado ao Partido Socialista Brasileiro. Minha militância era estudantil e partidária, embora o partido fosse muito fraco. Não estava, como o Partido Comunista, na clandestinidade – o que não é um elogio. Para ter uma ideia, o Partido Socialista apoiou em 1955, nessa eleição do Juscelino, o Juarez Távora, que era um candidato da direita, com retórica moralista. Fui contra e nem fiz essa campanha.⁷

⁴ Entrevista (JINKINGS et al., 2007, p. 15).

⁵ “Estudei em escola particular. Escola pública de segundo grau só tinha uma na cidade toda, que era a melhor, o Ginásio Pernambucano, mas a entrada era pelo sistema de afilhadismo. Todo o estado concorria e, sobretudo, o pessoal do interior. A coronelada conseguia botar os filhos lá” (entrevista em JINKINGS et al., 2007, p. 14-15).

⁶ Ao responder, já no final dos anos 2000, a uma questão sobre o que o levou a optar pelas Ciências Sociais, respondeu: “Eu sou do Recife, uma cidade de esquerda. Pelo menos durante o século XX foi assim. Desde que me entendi por gente havia uma forte influência da esquerda na cidade, sobretudo do Partido Comunista. Eu nunca fui do Partidão. Acho que no Juízo Final isso vai contar contra. Todo mundo devia ter sido comunista algum dia, mas eu fui mais para o lado dos socialistas. Eu lia os jornais locais, que tinham colaboradores da universidade, geralmente de esquerda, e fui me influenciando por aí. Antigamente começava-se a atuar no movimento estudantil já no colegial” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 145).

⁷ “O sociólogo Francisco de Oliveira fala o que queria saber aos 21 anos”. *O Estado de São Paulo*, 23/11/2009.

Além dos estudos e da militância, Oliveira se dedicava ao trabalho no Banco do Nordeste. Para ele, cursar Ciências Sociais no Recife durante os anos 1950 não trazia muitas certezas quanto ao seu futuro profissional. As universidades do período eram voltadas quase exclusivamente à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de humanas. Logo, a pesquisa ou mesmo a docência universitárias não estavam no horizonte, algo que começa a revelar o enorme abismo que separa as Ciências Sociais da época, restrita a pouquíssimas pessoas e instituições, daquela que surge no final dos anos 1970, mais massificada.⁸ Voltarei a essa questão mais à frente. Por enquanto, esse diagnóstico ajuda a compreender os primeiros passos profissionais de Francisco de Oliveira. Consciente de que um diploma de cientista social lhe oferecia poucas oportunidades no mercado de trabalho, ele se orientou para a busca de um posto estável no serviço público:

Estava no 3º ano de Ciências Sociais e morava com meus pais. Estudava e trabalhava no Banco do Nordeste. Fui bancário dos 14 aos 21 [anos]. Quando entrei no Banco do Nordeste me dei por satisfeito. Parecia uma carreira sólida. Tínhamos seis horas de trabalho, do meio-dia às 18 horas. Estudava à noite e lia o que dava pela manhã. Não era dramático estudar e trabalhar. Dava para conciliar. Na época, meu futuro não era claro para mim. O que poderia fazer com o diploma de sociólogo no Recife?⁹

A incerteza do jovem estudante quanto ao seu futuro era provavelmente um sentimento comum entre muitos dos que viviam numa sociedade que atravessava, um pouco à revelia, um período de transição. Tanto no âmbito local quanto no nacional. Pelo menos desde a Primeira República, os tradicionais engenhos de açúcar de Pernambuco cediam gradativamente espaço para as usinas, o que transformava, também, a relação entre o campo e a cidade, entre a Zona da Mata e a capital. Um novo espaço se desenhava a partir “do crescimento demográfico do Recife, do aumento dos seus equipamentos urbanos e do estabelecimento de novas relações sociais, políticas e econômicas nascidas da nova conjuntura” (PERRUCI, 1973, p. 577-578). Apesar, portanto, da manutenção da monocultura do açúcar, uma crescente burguesia urbana apareceu e reivindicou seu lugar numa estrutura social ainda dominada pelo apadrinhamento, na qual os filhos dos grandes

⁸ Essa característica fica ainda mais evidente quando são analisados alguns dados sobre as Ciências Sociais brasileiras do período. Por exemplo: “entre 1945 e 1965 foram defendidas somente 41 teses (incluindo Livre-Docência, Doutorado e Mestrado), considerando-se todos os trabalhos nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política” em todo o país (ORTIZ, 1990, p. 169). Os números levam a crer que qualquer pretensão acadêmica naquele contexto, sobretudo fora do eixo Rio-São Paulo, teria poucas chances de sucesso.

⁹ “O sociólogo Francisco de Oliveira fala o que queria saber aos 21 anos”. Op. cit..

senhores de engenho ocupavam a maioria dos mais desejados postos, desde o ensino básico até aqueles vinculados ao Estado, passando pelas escolas tradicionais de ensino superior. Toda essa turbulência tinha relação também com os ventos de “modernização” que sopravam desde o sul. Um processo contraditório de conservação e mudança que conduziria ao acirramento do conflito político, que será explorado em outro momento, e que alimentava as dúvidas quanto ao futuro dos jovens das novas gerações.

Com o crescimento urbano e a ampliação do acesso ao ensino secundário, a demanda por cursos superiores no Recife também aumentava. Foi nesse contexto que a Universidade do Recife foi criada, em 1946, a partir da união das tradicionais faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, às quais se somavam a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife. Concebida numa sociedade em crise, a nova instituição reproduzia ao seu modo os conflitos vivenciados fora dela. Eles inspiraram a oposição entre os defensores de um projeto de universidade que repetisse o modelo oligárquico das “Grandes Escolas” tradicionais, que até então detinham a hegemonia do conhecimento, e outra vertente, liberal, alinhada ao discurso modernizante que se espalhava pelo país. Segundo Perruci (1986, p. 508), o resultado desse impasse foi um contraditório modelo “oligárquico-liberal” de universidade, que aliava “controle” e “mudança” como fatores opostos, mas necessários, em seu “processo de desenvolvimento”. Um retrato particular dos dilemas da modernização no Brasil.

Em 1949, a Faculdade de Filosofia de Pernambuco foi criada para substituir, no interior da Universidade, a antiga Faculdade de Filosofia do Recife, ligada à Igreja Católica.¹⁰ Portanto, quando Francisco de Oliveira ingressou no curso de Ciências Sociais, em 1952, este era ainda muito recente, com uma “biblioteca paupérrima”, onde faltavam autores básicos da sociologia, como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Estes também estavam ausentes dos programas dos cursos: “nenhum dos três porquinhos”, declarou.¹¹ As disciplinas tinham nomes e programas bem gerais: Sociologia, Antropologia

¹⁰ Essa instituição não se extinguiu e foi o embrião da atual Universidade Católica de Pernambuco. Segundo Tânia Bacelar, que cursou Ciências Sociais nesta Faculdade no início dos anos 1960, ela ainda mantinha estreita relação com a Universidade do Recife (entrevista, Recife, 15/10/2013).

¹¹ Entrevista (JINKINGS et al., 2007, p. 17).

e Etnografia, Economia Política, História da Filosofia, Estatística Geral, Ética.¹² Elas eram ministradas por docentes vinculados, em sua maioria, à Faculdade de Direito.¹³ Tratava-se, portanto, de um curso repleto de carências, sobretudo se o analisarmos retrospectivamente, conscientes dos autores e dos padrões acadêmicos que se tornariam hegemônicos nas Ciências Sociais brasileiras:

Se pudesse escolher o que gostaria de saber aos 21 anos, escolheria saber mais sobre minha área acadêmica. Meu curso era fraco, de província. Os professores eram improvisados. Queria ter tido acesso a uma bibliografia mais rica. Queria ter estudado mais Marx naquela época. Para ler Marx ou se falava alemão ou se comprava as edições panfletárias publicadas pelo Partido Comunista. Depois de formado, aos poucos fui lendo e supri minhas carências.¹⁴

Um balanço retrospectivo como este pode gerar algumas injustiças e anacronismos. Em primeiro lugar, a “área acadêmica” sobre a qual Oliveira gostaria de saber mais, as Ciências Sociais brasileiras, encontrava-se ainda em uma fase de disputas e definições (MICELI, 1989b). Logo não havia ainda um consenso a respeito da bibliografia ou dos métodos mais adequados à formação dos jovens estudantes e, tampouco, uma valorização acadêmica do marxismo, que só se consolidaria durante os anos 1960. De qualquer modo, o depoimento sobre o passado revela que sua formação foi bem distinta daquela que outros cientistas sociais vivenciavam, ao mesmo tempo, no Sudeste do país, sobretudo em São Paulo. Alguns de seus futuros companheiros intelectuais, entre eles Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, já estavam naquele momento dedicados às pesquisas vinculadas à Cátedra de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), sob a direção de Florestan Fernandes. Uma instituição onde tanto o conteúdo do curso de Ciências Sociais quanto as formas de legitimação do trabalho intelectual já eram muito próximos do modelo que se tornaria hegemônico nas décadas seguintes, não por acaso tendo como principal referência aquela mesma instituição. E o

¹² As notas mais altas de Francisco de Oliveira foram registradas em “Economia Política”: 10 na primeira série e 9,5 na segunda. Sobre essa disciplina, lembrou: “No meu curso de Ciências Sociais havia uma cadeira de economia política, também péssima” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 147). O pior desempenho ocorreu em “Antropologia e Etnografia”, já na terceira série do curso, que era anual: nota 5. Dados retirados de boletim reproduzido ao final desta tese, entre os anexos.

¹³ O relato de Oliveira corrobora o diagnóstico de Perruci: “De fato, praticamente, todos ou quase todos os professores de Ciências Sociais e Econômicas da UR [Universidade do Recife] não passavam de egressos da Faculdade de Direito que, em termos de Sociologia e Economia, se aproveitaram de poucas disciplinas um tanto quanto desprestigiadas em Direito e de um certo autodidatismo quase que inteiramente conduzido pelas suas nomeações como catedráticos interinos, quando da incorporação daquelas especialidades à UR” (PERRUCCI, 1986, p. 513).

¹⁴ “O sociólogo Francisco de Oliveira fala o que queria saber aos 21 anos”. *Op. Cit.*

marxismo acadêmico, que mais tarde se apresentaria como um paradigma entre os intelectuais daquela geração,¹⁵ começaria a ganhar força no mesmo espaço a partir de 1958, com a fundação do famoso Seminário Marx, liderado por jovens intelectuais da Faculdade de Filosofia, entre os quais se encontravam, além de Cardoso e Ianni, Paul Singer e José Arthur Giannotti, outros futuros colegas de Francisco de Oliveira.¹⁶

De volta ao Recife, é necessário salientar que as Ciências Sociais na capital de Pernambuco durante os anos 1950 não se restringiam ao espaço universitário. Ao contrário: de acordo com o estudo realizado por Sérgio Miceli (1989b), era o Instituto Joaquim Nabuco – concebido pelo já prestigiado sociólogo Gilberto Freyre e bastante ligado aos temas por ele explorados – o grande centro de produção das ciências humanas da cidade. Neste Instituto, aquele conflito entre os padrões oligárquico e liberal de atividade intelectual, vivenciado no interior da recém-criada Universidade do Recife, era inexistente. No Joaquim Nabuco, o modelo tradicional se impunha naturalmente, sob o olhar sempre próximo de Freyre, que “envidou esforços para construir um espaço institucional autônomo, completamente apartado tanto da universidade local como de qualquer outra jurisdição pública ou governamental em nível estadual”. Características que inclinaram o Instituto “a operar como uma cooperativa de pesquisadores, letrados e intelectuais provincianos, unidos pela perspectiva de criação cultural inovadora sob a liderança de Gilberto Freyre” (MICELI, 1989b, p. 18). Portanto, embora as Ciências Sociais do Recife tivessem importância no cenário nacional,¹⁷ o fato de o Instituto Joaquim Nabuco ser, então, seu principal polo produtor, implicava na reprodução de um modelo de atividade intelectual diferente daquele que se desenvolvia na Faculdade de Filosofia da USP, comparação que deve ser feita não apenas porque esta instituição está na origem do padrão que se impôs mais tarde, mas também porque os intelectuais formados nesta Universidade

¹⁵ O processo de consolidação do marxismo como um “paradigma” entre os intelectuais brasileiros na década de 1960 foi descrito por Pécaut (1990, p. 217-222). Voltarei a este tema no próximo capítulo, quando analisarei a aproximação entre Francisco de Oliveira e o marxismo após o fim de sua experiência na SUDENE.

¹⁶ As atividades do Seminário Marx, o perfil de seus membros e as disputas intelectuais entre eles foram analisados por Lidiane Rodrigues (2011).

¹⁷ O estudo de Sérgio Miceli, que lança um olhar sobre as principais tendências na formação das Ciências Sociais no Brasil, concentra-se nos modelos de quatro cidades do país: além do Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Para o caso do Recife, o destaque é dado quase exclusivamente ao Instituto Joaquim Nabuco, o que prejudica a apreensão das disputas que envolviam os novos cursos criados na Universidade do Recife, aprofundados a partir da criação da SUDENE, como será demonstrado a seguir.

seriam os principais interlocutores de Oliveira a partir dos anos 1970. Ainda sobre o Recife, Miceli concluiu que:

O padrão dominante de carreira intelectual em Pernambuco nessa época implicava a inserção do postulante em órgãos públicos e a habilitação para trabalhos de encomenda por conta de algum prócer político, buscando-se em meio a tais injunções algum espaço mais autônomo como pesquisador e docente. O ponto de ligação entre ambos compromissos era frequentemente a experiência de estudar no exterior, também ela quase sempre mediada pelo empenho de algum protetor político (MICELI, 1989b, p. 17).

Essa caracterização do contexto das Ciências Sociais no Recife nos anos 1950 é indispensável para que, mais adiante, seja possível analisar as condições do processo de reaproximação de Francisco de Oliveira com a sociologia, no final dos anos 1960. Antes, porém, esse retrato já dá pistas sobre os motivos pelo qual o jovem sociólogo decidiu investir em cursos de especialização na área de Economia ainda durante sua graduação. Oliveira não pensava em ser professor¹⁸ e a ideia de seguir uma carreira intelectual, tal qual a concebemos hoje, não passava por sua cabeça naquele momento. Afinal, num espaço em que o exercício dessa atividade era tão restrito e se dava, em geral, graças à mediação de “padrinhos”, alguém carente do capital social necessário era induzido a colocar outras opções em primeiro plano, entre as quais poderia figurar a carreira de economista, profissional bastante procurado pelos novos órgãos públicos que surgiam no contexto do desenvolvimentismo.

O primeiro curso de Oliveira relacionado à economia ocorreu ainda em 1956 no interior do Banco do Nordeste. A instituição, na qual ingressara por concurso público, recrutava pessoas de diversas áreas e depois as colocava em um programa de especialização que pretendia suprir as carências na formação dos ingressantes em seus concursos, em geral advogados, administradores e sociólogos, entre outros. Ministrado na Bahia durante quatro meses, o treinamento contou com a participação de professores do Rio de Janeiro, principalmente da Fundação Getúlio Vargas e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Para Oliveira o curso era como um “forno de padaria”, do qual os alunos saíam prontos para atuar no próprio Banco do Nordeste ou em outros órgãos

¹⁸ “Não pensava em ser professor, não tinha a menor ideia do que eu ia fazer depois de formado. [...] Eu não tinha a menor ideia do que era ser sociólogo. Então não foi por uma vocação de professor, não, embora, em casa, como quase sempre acontece, as mulheres fizessem Escola Normal. Eu tinha irmãs que eram professoras, mas não acho que isso tenha me influenciado muito” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009: 146).

públicos. A política de treinamento dos quadros era uma estratégia para contornar uma escassez de bons economistas no mercado de trabalho brasileiro que, segundo Oliveira, seria ainda mais grave no Recife. Embora curto, esse período de especialização poderia proporcionar uma qualificação acima da média. Além da parte teórica, dada pelo pessoal do Rio de Janeiro, havia uma parte prática, realizada em órgãos do governo. Após o curso ele realizou estágio de um mês na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), no Rio de Janeiro, antes de voltar ao Recife para trabalhar no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), ligado ao Banco do Nordeste.

Após um ano e meio no Banco, Oliveira ingressou na recém-criada Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, que lhe serviria como uma porta de entrada para um curso oferecido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Rio de Janeiro, sediado e patrocinado pelo BNDE. Quando perguntado sobre os motivos que o levaram a realizar essa nova especialização, ele afirmou que se decidiu a partir do pedido de um colega professor para que não se contentasse com a formação em economia que tivera no Banco do Nordeste.¹⁹ Mas se Oliveira ouviu o conselho, no final de 1957, foi porque já via a carreira aberta pelos estudos econômicos como mais promissora do que a que lhe proporcionaria sua formação como cientista social. E a decisão se mostraria mais acertada ao longo do curso, ministrado por importantes economistas latino-americanos, entre os quais se encontrava o jovem, mas já muito prestigiado, Celso Furtado, que começava a executar seu projeto de criação de um órgão de planejamento econômico voltado ao desenvolvimento do Nordeste.

Este encontro encerrou um ciclo da trajetória de Oliveira, que deixava para trás as incertezas da juventude e a sociologia para investir na economia e numa carreira mais estável. Essa decisão ocorreu diante da oportunidade irrecusável de trabalhar numa instituição, a SUDENE, que era assunto de destaque na imprensa de todo o país, e ao lado de Furtado, economista já renomado que ganhava ainda maior evidência à frente daquele projeto de desenvolvimento do Nordeste. Ao final da análise dos “primeiros passos” de Oliveira, é necessário se deter um pouco, agora, sobre traços do perfil de Furtado e elementos da história da SUDENE. O economista e a instituição tiveram enorme peso na

¹⁹ Entrevista (JINKINGS et al., 2007, p. 18).

trajetória de Oliveira, a ponto de pautarem seu pensamento durante as décadas posteriores àquela experiência.

1.2. Um profeta e uma religião: Celso Furtado e a SUDENE

Nascido na cidade de Pombal, no sertão da Paraíba, em 1920, Celso Furtado concluiu seus estudos secundários no Recife e cursou direito no Rio de Janeiro, então capital do país, entre 1939 e 1943. Aos vinte e sete anos obteve um doutorado em economia em Paris e, em 1958, concluiu um pós-doutorado na mesma disciplina em Cambridge. Sua trajetória acadêmica inicial, na graduação, assemelha-se a de outros economistas renomados de sua geração, os quais em geral obtinham um diploma em direito ou engenharia, carreiras mais tradicionais, e depois entravam em contato com a economia na prática, muitas vezes nos diversos órgãos públicos vinculados ao Estado que surgiam no contexto da expansão promovida por Getúlio Vargas. Além da carência de escolas de economia,²⁰ esse percurso por outras áreas refletia a frágil divisão profissional do período, que seria mais bem definida apenas a partir dos anos 1960. Mas as demais etapas da formação de Furtado o diferenciavam de outros membros de sua geração ou da imediatamente anterior: as duas pós-graduações na Europa, além do espaço já ocupado junto à CEPAL, onde fora diretor da Divisão de Desenvolvimento, o tornavam “dotado de uma formação universitária em economia, de diplomas e de uma rede de colegas em nível internacional bastante raros” (GARCIA, 1998, p. 54). Assim, ao articular uma formação tradicional com estudos e uma rede de contatos no exterior, Furtado conquistara uma legitimidade particular e entrava no debate entre monetaristas e estruturalistas, então em voga, numa posição privilegiada: não pertencia ao grupo social onde se situavam a maioria dos primeiros, em geral nascidos no Rio de Janeiro, filhos de grandes comerciantes ou de profissionais liberais, cosmopolitas, engenheiros de formação, perfil bem exemplificado por Eugênio Gudín. E, mesmo tendo nascido no Nordeste e se formado em direito, como muitos dos economistas estruturalistas,

²⁰ “As faculdades de economia não são criadas antes de 1938 (setor privado) e de 1945 (setor público, no Rio de Janeiro), mas até a metade dos anos 60 sua clientela é composta, sobretudo, por estudantes de origem social bem inferior àquela dos membros da alta administração ou dotados de um capital escolar de menor valor: seus diplomas abriam caminho para o cargo de contador em empresas industriais, comerciais ou bancárias em expansão” (GARCIA, 1998, p. 53).

filhos de famílias em declínio econômico, Furtado possuía, graças à sua formação mais ampla, recursos que eram exclusivos dos economistas liberais.²¹

Talvez essa dupla oposição (ou proximidade) aos dois polos do campo dos economistas em constituição possa nos ajudar a compreender como seus estudos universitários e sua carreira profissional o levaram a um investimento no universo da pesquisa econômica internacional bem superior àquele dos herdeiros das grandes famílias cosmopolitas, bem como ao empenho posterior na renovação das perspectivas de sua região de origem com os instrumentos adquiridos na cena cultural e política internacional (GARCIA, 1998, p. 54).

No final dos anos 1940, já ligado à CEPAL, Furtado conheceu de perto as teses do argentino Raúl Prebisch sobre as causas do atraso econômico latino-americano, cuja solução, pensavam, passava primordialmente pelo incentivo à industrialização. Nos anos seguintes, com Prebisch à frente da Comissão, as teses desenvolvimentistas ganharam destaque internacional e passaram a influenciar governos latino-americanos. Furtado deu uma contribuição importante neste sentido ao abrir caminho para a publicação de textos do argentino no Brasil e, também, ao colaborar na formulação da noção de subdesenvolvimento, fundamental para a compreensão das particularidades da expansão capitalista na América Latina.²² No biênio 1957-58, durante seu pós-doutorado em Cambridge, Furtado teve contato com importantes economistas keynesianos, em diálogos que influenciaram o livro que elaborou neste período, o clássico *Formação econômica do Brasil* (1980[1959]), cuja conclusão aponta dois grandes desafios no caminho da consolidação do Estado nacional brasileiro: a integração do parque industrial e o combate às crescentes disparidades regionais (GARCIA, 1998, p. 56-57).

Quando retornou ao país, em 1958, Furtado encontrou cenário favorável à execução de seus planos. Naquele ano uma grande seca atingiu o Nordeste brasileiro, o que expunha mais uma vez a ineficácia da intervenção do Estado na região. No início do ano seguinte, numa reunião realizada no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, convocada pelo presidente Juscelino Kubitschek, o economista teve a oportunidade de expor seus planos para o desenvolvimento da região e criticar o modelo até então aplicado que, segundo ele, encarava o problema das secas de forma equivocada. Para Furtado, não era a seca a

²¹ Essa oposição entre economistas liberais e estruturalistas, bastante marcada entre os anos 1930 e 1964 no Brasil, é analisada por Loureiro (1997), especialmente no primeiro capítulo.

²² Para Francisco de Oliveira, “o novo da produção furtadiana, principalmente de sua fase ‘cepalina’, é essa síntese: rigorosamente, a produção intelectual de Celso Furtado é a produção do conceito de subdesenvolvimento” (OLIVEIRA, 2003b, p. 36).

verdadeira fonte de grandes e repetidas tragédias, como a que ocorrera no ano anterior. Aquelas situações de calamidade se originavam da inadequação da estrutura produtiva e social nordestina a esse fenômeno natural inevitável. O economista invertia, assim, o problema e apontava a monocultura da cana-de-açúcar e as relações que envolviam esse modelo como as raízes do fenômeno social – e não meramente natural – das secas do nordeste. Um salto formidável.

O diagnóstico preciso atraiu a atenção do presidente, que naquele instante se empenhava na construção de Brasília, mas também encarava a inflação e a pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para “esfriar” a economia do país. Para piorar, notava com preocupação a perda de apoio ao seu governo entre as elites nordestinas, resumida nos resultados das eleições gerais de 1958. Motivos não faltavam, portanto, para aquela reunião do Palácio Rio Negro, a qual contou, segundo Furtado, com um grupo de convidados bem heterogêneo, “indo de Dom Helder Câmara ao industrial Israel Kablin”. As ausências, como a de Dom Helder, foram para ele um sinal de que havia certa descrença na possibilidade de que dali saísse algum fruto, como se o objetivo de Kubitschek fosse apenas indicar que não estava alheio às pressões dos políticos nordestinos. A falta de iniciativa dos presentes permitiu que Furtado falasse por meia hora. Surpreso com o que ouviu, o presidente lamentou que aquele encontro só acontecesse tão perto do final de seu mandato e deu de imediato a Furtado a tarefa de formular um plano e amadurecer a “Operação Nordeste” (FURTADO, 1989, p. 41-45). Esta culminaria na fundação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE), ainda em 1959, que deveria iniciar suas atividades enquanto a criação da SUDENE não fosse aprovada pelo Congresso Nacional.

Com a nova instituição Kubitschek sem dúvida pretendia reverter a má impressão que seu governo inspirava entre políticos do Nordeste, região que até então parecia não fazer parte dos seus audaciosos planos para o desenvolvimento nacional ou, na melhor das hipóteses, figurava neles como mera coadjuvante. Mas a SUDENE não surgiria apenas como uma tentativa de maquiagem tardia, capaz de ofuscar o descaso anterior. A revisão dos fatos que envolveram sua criação revela que as ideias apresentadas por Celso Furtado ao presidente se alinharam perfeitamente à ideologia desenvolvimentista que orientava seu governo desde sua primeira *Mensagem ao Congresso Nacional*. Nela, Kubitschek

afirmava que a economia brasileira deveria realizar a transição do “estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva” e com esse processo acelerado de crescimento via industrialização viria o aumento da riqueza e do bem-estar da população.²³ É notável a semelhança entre este programa, as esperanças que o envolviam e ideias que guiavam o trabalho de Celso Furtado. Logo, o que ocorreu no Palácio Rio Negro foi o casamento de dois discursos pertencentes a uma mesma ideologia, o desenvolvimentismo. Sua adoção pelo governo provava que ele não era um mero projeto teórico: sua força estava ligada a mudanças importantes que ocorriam no capitalismo desde o final da Segunda Guerra Mundial, com destaque à migração de grande volume de capital dos países centrais para países do chamado terceiro mundo e a nova configuração do imperialismo durante a Guerra Fria. Guido Mantega sintetizou bem o contexto que favoreceu a emergência daquele programa:

[...] o ideário desenvolvimentista surge por ocasião desse cruzamento entre o avanço das relações de produção e forças produtivas capitalistas nos países de ponta da América Latina e a solidificação da etapa mais avançada do imperialismo. A rigor o desenvolvimentismo não foi apenas o principal intérprete das novas forças sócio-econômicas da “periferia”, mas foi também o padrinho da feliz união entre a acumulação industrial local e o novo imperialismo. Em outras palavras, esse ideário não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica, do planejamento governamental e inspirou a formulação de “planos de desenvolvimento” (MANTEGA, 1982, p. 2).

Apesar de hegemônico, o desenvolvimentismo era uma ideologia muito ampla e, portanto, não era homogêneo:

O desenvolvimentismo, conforme o definimos anteriormente, é o “projeto” de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal. O conceito de desenvolvimentismo nos permite definir cinco correntes de pensamento econômico, dentro das quais pode ser identificada a grande maioria dos economistas e intelectuais que participaram do debate econômico (BIELSCHOWSKI, 2004, p. 33)

Além de uma corrente de pensamento neoliberal, que se opunha ao estatismo desenvolvimentista, este era disputado por quatro vertentes. A primeira estava vinculada ao setor privado, favorável ao apoio estatal à acumulação privada. A segunda situava-se no setor público e era “não-nacionalista”, pois combinava a defesa do estatismo com uma “inclinação por políticas de estabilização monetária”. Também no setor público estavam os

²³ Um estudo detalhado do discurso desenvolvimentista durante o governo Kubitschek foi realizado por Miriam Limoeiro Cardoso (1978).

“nacionalistas”, que sustentavam a participação e o investimento do Estado em setores estratégicos da economia. Por fim havia a vertente dos socialistas:

[Ela] Compreende os intelectuais e economistas que, de um modo geral, tinham algum tipo de vinculação com o Partido Comunista Brasileiro. Os socialistas também eram, em certo sentido, “desenvolvimentistas”, porque defendiam a industrialização e a intervenção estatal. Eram também os mais radicais dentre os nacionalistas. Seu projeto básico não era, contudo, pura e simplesmente a industrialização, mas a transição para o socialismo. A industrialização correspondia, na visão dessa corrente, ao desenvolvimento das forças produtivas necessárias ao processo de transição para o socialismo (BIELSCHOWSKI, 2004, p. 34).

Essas diferenças geravam conflitos que logo contribuiriam para uma ruptura da aliança desenvolvimentista. Quando o projeto original da SUDENE foi lançado, porém, ele prometia realizar o sonho básico de todas aquelas vertentes: unia o Estado, a burguesia industrial, setores da esquerda e uma ala da Igreja – as forças do progresso – contra os latifundiários – as forças do atraso. O mérito e o sucesso de Furtado naquela ocasião devem ser atribuídos ao fato de ter revelado a Kubitscheck uma forma não só de incluir o Nordeste em sua política de desenvolvimento nacional, mas de tornar aquela região sua maior vitrine. Pois se a “Operação Nordeste” prosperasse nos moldes propostos pelo economista, ela seria uma prova irrefutável da capacidade de transformação contida na política de crescimento acelerado via industrialização promovida pelo presidente. A SUDENE possuía, ainda, uma tarefa urgente: ela deveria minorar a miséria e os conflitos que se espalhavam por aquela região, fatos que eram vistos por Kubitscheck como ameaças à democracia e à soberania nacional.²⁴ Vê-se que não só nos remédios – planejamento e industrialização – mas também nos fundamentos éticos e políticos – combate à miséria e defesa da democracia – o então presidente concordava com Celso Furtado, ambos com os pés fincados no terreno da ideologia desenvolvimentista. A proposta de ambos, organizada e cientificamente fundamentada por Furtado, era capaz de definir os objetivos de uma fração da classe dominante em ascensão, a burguesia industrial do centro-sul, como o interesse de toda a nação (CARDOSO, M. L., 1978, p. 414-416).

Não por acaso, após aquela reunião entre ambos a ideia de uma instituição de planejamento e intervenção econômica no Nordeste se difundiu como “fogo em rastilho”. Rapidamente o projeto e seu criador passaram a chamar a atenção da imprensa e de

²⁴ Segundo o ex-presidente, “a verdade é que, em torno da fermentação da miséria tornada consciente, rondam os inimigos da liberdade” (citado em CARDOSO, 1978, p. 98).

políticos da região que, segundo Furtado, já lhe cobravam uma parcela dos recursos que seriam destinados à nova entidade. Para encerrar as especulações o economista concedeu uma longa entrevista ao *Correio da Manhã*, importante jornal do Rio de Janeiro, em que expunha detalhadamente seu plano. Editoriais publicados nas semanas seguintes contribuíram para esclarecer outros pontos do projeto, enquanto o jornalista Antônio Callado realizava uma série de reportagens sobre os problemas da região e sobre os equívocos da atenção que recebia do governo até aquela data. Ao denunciar a corrupção que envolvia a intervenção do Estado no Nordeste, Callado cunhou a expressão “indústria das secas”.²⁵ Furtado tinha certeza de que o apoio do jornal contribuiu para que a iniciativa saísse logo do papel: “a atuação do *Correio da Manhã* foi decisiva para transformar um simples embrião de projeto, ainda em minha cabeça, em um dado novo e de peso no debate político nacional”. De um possível blefe de Kubitschek, aquele projeto logo se tornou uma realidade. Com argumentos racionais apresentados em palestras e entrevistas, Furtado convencia vários setores da sociedade. O empresário e jornalista Assis Chateaubriand, que assistiu a uma de suas exposições no Recife, declarou: “esse é um novo Antônio Conselheiro, de fraque” (FURTADO, 1989, p. 45-51).

Furtado foi colocado na direção do novo órgão, sediado no Recife, mas vinculado diretamente à presidência da república. O economista voltava assim ao Nordeste e entrava na política regional pelo alto, sem a necessidade de se apoiar nos ombros das elites locais. Novamente um jogo de distanciamento e proximidade – tal qual aquele citado por Garcia (1998), mas agora em relação à região onde nascera – dava a Furtado uma condição singular: ele teria condições de ocupar o lugar de mediador entre os governadores nordestinos e o presidente da república na incessante, antiga e já viciada luta pela distribuição dos recursos da União. Tarefa nada fácil e que deveria ser realizada em sintonia com as diretrizes da SUDENE, ou seja, através da industrialização e do combate às desigualdades regionais, medidas que se chocavam com o modelo até então aplicado.

O espaço aberto à trajetória de Furtado justifica-se porque ela permite recompor, ao menos em parte, o teor do debate desenvolvimentista e do conteúdo de cursos como aquele que Francisco de Oliveira realizou no Rio de Janeiro, sob organização da CEPAL, quando

²⁵ A abordagem de Callado sobre a política nordestina entre o final dos anos 1950 e o golpe militar, em 1964, encontra-se compilada no livro *Tempos de Arraes* (1979).

teve contato com as mesmas ideias que guiariam o projeto e o trabalho da SUDENE. O poder de Furtado na definição de muitos dos termos daquele debate, num curto período de tempo, é impressionante. Embora fosse em média apenas dez anos mais velho do que a maioria dos futuros membros de sua equipe na Superintendência, sua experiência internacional e o destaque que conquistara lhe conferiam uma liderança sobre o grupo. Não seria aceitável, portanto, negligenciar sua influência sobre os jovens que recrutou para o trabalho no Nordeste, a maioria também com relativa distância em relação às elites locais e já com experiência profissional em outras regiões do país.²⁶

O perfil dos cerca de trinta profissionais envolvidos nas primeiras atividades do órgão é revelador: à exceção do sanitarista Mário Magalhães, com mais idade, eram todos jovens na faixa dos vinte anos, com alguma experiência em instituições públicas, a maioria natural de Pernambuco ou da Paraíba. A juventude talvez se explique pelo fato de que pessoas mais experientes, com espaço já conquistado em bancos e outras instituições do centro-sul do país, não estivessem dispostas a arriscarem seus cargos por um projeto que, apesar de interessante, soava como uma grande aventura. Furtado teve, então, que recorrer aos mais jovens. Muitos deles já eram servidores públicos vinculados a instituições como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil ou outros órgãos estaduais de desenvolvimento. Isso ocorria porque a SUDENE, ainda não legalizada, tinha dificuldades para contratar funcionários e era obrigada a requisitá-los junto a outras instituições públicas. Concursados, os técnicos contribuíram para a formação de uma equipe em que o paternalismo, comum a outros espaços, não tinha peso. Eles eram quase todos nordestinos, o que Francisco de Oliveira, em tom de brincadeira, creditou ao fato de que “só os nordestinos se preocupam com o

²⁶ Vale a pena reproduzir a lista dos poucos servidores iniciais do ainda CODENE elaborada por Furtado: “Entre os que me acompanharam no traslado para o Recife, a começos de 1959, e aqueles que logo acorreram ao chamado estavam: Mário Magalhães da Silveira, médico sanitarista e demógrafo; Luiz F. Leite de Vasconcelos, economista; Jorge Monteiro Furtado, economista; Osmário Lacet, técnico de administração; José de Medeiros Vieira, advogado; Francisco de Oliveira, sociólogo e economista; Jader de Andrade, economista agrícola; Estevam Strauss, agrônomo especializado em irrigação; Antônio Juarez Farias, economista industrial; David Kitover, engenheiro especializado em barragens; Genival Barbosa Guimarães, engenheiro especializado em transportes; Nailton de Almeida Santos, bacharel em direito especializado em educação; José Maria Aragão, economista; Edésio Rangel de Farias, bacharel em direito especializado em artesanato; Major Paulo Junqueira, engenheiro cartógrafo; José Boissy T. de Melo, engenheiro; Walter Rocha de Oliveira, engenheiro eletricitista; Alvarino Pereira de Araújo, engenheiro eletricitista; José Carlos Cavalcanti, bacharel em direito; Sulamir Carapajó, economista; Ricardo Werneck, tradutor; Risoleta Cavalcanti, técnica em organização social; Marlene Vieira de Melo, Eneida Vasconcelos e Maria Ines Lira, como secretárias, foram de dedicação inextinguível. Dentre os motoristas, destaco Ivan, incansável em sua labuta” (FURTADO, 1989, p. 12).

Nordeste”.²⁷ Exagero à parte, este se mostrou um fator fundamental para o estabelecimento de uma identidade com o projeto. Um bom exemplo: José Maria Aragão, de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco, formado em direito pela tradicional Faculdade do Recife e em economia pela Católica, também no Recife, já trabalhava no Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, quando foi convidado para integrar a equipe inicial do CODENE. Embora tivesse planos de seguir a carreira diplomática, o que exigiria sua permanência no Rio, viu-se seduzido pela proposta. Furtado, que frequentava os noticiários com seu projeto de salvação para o Nordeste, já chamara sua atenção. Aragão foi para a entrevista com o economista convencido de que prestaria serviços de assessoria jurídica ao novo órgão, já que sua formação em economia era mais frágil. Mas Furtado disse que tinha já muitos advogados e o que lhe faltava eram os economistas. Este não foi um obstáculo: após ser informado de que seria organizado um curso de treinamento em Economia e Desenvolvimento com professores da CEPAL, trazidos do Chile, Aragão aceitou o convite, embora este contrariasse os planos que traçara para sua carreira. A decisão, segundo ele, justificava-se pela admiração que tinha por Furtado e por se tratar de um projeto voltado ao Nordeste, sua região natal.²⁸ Seu relato também nos mostra que o novo órgão tentou contornar a carência de pessoal capacitado, sobretudo na área de economia, com um plano de treinamento dos funcionários:

Um dos primeiros esforços da SUDENE consistiu em formar uma equipe técnica capacitada a executar as novas tarefas de uma agência de planejamento criada para desenvolver uma região atrasada. Muitas das necessidades de pessoal técnico só poderiam ser atendidas, na própria região, com grande esforço de treinamento e formação, o que significava que os resultados só podiam surgir a médio prazo. Por isso, de imediato, foi necessário recrutar técnicos também fora da região e estruturar rapidamente um setor de treinamento sistemático e permanente. Para isso, contou-se com a participação de organismos internacionais, notadamente da CEPAL, que contribuiu com seus cursos de Santiago do Chile e cursos ministrados no Brasil (TAVARES, Hermes, 1989, p. 205-206).

Um primeiro curso com a participação de professores da CEPAL foi organizado e oferecido para a equipe ainda em 1959. As aulas, que duravam oito horas por dia, estenderam-se por quatro meses. Aragão, que participou dessa turma, elogiou seu conteúdo, semelhante ao que Francisco de Oliveira conheceu no Rio de Janeiro, na sede do BNDE, no

²⁷ Depoimento dado em seminário em homenagem a Celso Furtado, em 2007, realizado no Centro Celso Furtado, no Rio de Janeiro. Disponível em vídeo na biblioteca do mesmo.

²⁸ Informações cedidas em entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 2013.

ano anterior. Desde então, apesar de ter passado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, Aragão decidiu-se definitivamente pela carreira econômica.

Francisco de Oliveira compartilhava a mesma admiração por Furtado e pelo projeto da SUDENE quando decidiu fazer parte daquele órgão. Após o curso da CEPAL, porém, ele trabalhou por nove meses na área de planejamento econômico de uma indústria de motocicletas, em São Paulo. Sem gostar muito daquela experiência – e nem da cidade – ouviu a sugestão do amigo Fernando Mota: “Por que você não volta para o Recife para trabalhar com o Celso Furtado? Ele vai fazer uma coisa nova no Nordeste e está recrutando gente”.²⁹ O encontro decisivo foi descrito por ele:

Eu pedi uma entrevista com ele [Furtado], que me recebeu. “O que queria?”. Eu disse que tinha sabido disso [da criação da SUDENE] e que estava disposto a trabalhar. “O que você faz?”. “Eu faço isso e tal, fiz o curso da CEPAL, fui bem sucedido, tive notas tais e tais”. Não se comoveu, estava impassível. [...] Disse ele então: “está bem, vai falar com José Medeiros”. Era o futuro chefe de pessoal, eu estava contratado! [...] Eu, besta, assim, nunca consegui emprego tão fácil (citado em PERRUSO, 2013, p. 182).

Essa facilidade na conquista da vaga justifica-se, em grande parte, pelo seu currículo. Formado em Ciências Sociais, com consideráveis conhecimentos adquiridos em cursos de especialização em economia e com sua experiência de trabalho em órgãos de desenvolvimento regional, Oliveira já possuía um perfil um tanto raro para a época e bem adequado ao projeto que seria desenvolvido na SUDENE. Furtado logo percebeu essas qualidades, às quais se somava o fato de o candidato à vaga ser nordestino e recifense, o que deveria contribuir para que sua participação no novo órgão contasse com certo grau de paixão. Um elemento que, como vimos, tinha alguma importância.³⁰ Em 1960, Francisco de Oliveira foi escolhido o substituto direto de Celso Furtado, que realizava muitas viagens ao Rio de Janeiro e a Brasília: “eu substituí o Celso toda hora, embora sem intervir nos assuntos de política, que era área dele. Havia uma divisão de trabalho, nunca explícita, que entendi desde o início. Minha função era fazer aquilo funcionar, e funcionava”.³¹ O processo e os critérios da escolha foram lembrados por Oliveira:

²⁹ Entrevista de Francisco de Oliveira (MONTERO e MOURA, 2009, p. 153).

³⁰ “A regra do Celso era bem nordestina, era fidelidade acima de tudo. O Celso era um tipo muito raro, porque era extremamente apegado às raízes nordestinas, embora disfarçasse como ninguém, e antibrasileiro, porque nada do jeitinho brasileiro era com ele” (entrevista de Oliveira em MONTERO e MOURA, 2009, p. 153).

³¹ Entrevista (JINKINGS et al, 2007, p. 20).

A certa altura o Mário Magalhães, que era uma espécie de tutor intelectual do Celso, disse a ele: “Você não pode fazer isso mais, está ficando impossível, ninguém pode administrar essa zorra aqui com você fora o tempo todo. Tem que ter um substituto”. Celso concordou e foi excluindo: Luiz Vasconcelos não podia porque era português, Jorge Furtado porque era irmão dele, Mário Magalhães não podia porque era antiburocrático. Mário me disse: “Se me entregarem esse treco, eu fecho no dia seguinte. Então sobrou para você”. Eu? “É, sobrou pra você! É o mais antigo aqui depois desses três velhos, então vai você.” Foi assim que eu assumi a superintendência, em 1960, poucos meses depois do Codeno (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 155-156).

Os jovens que seguiram Furtado na experiência da SUDENE compartilhavam com o economista muitos valores e convicções a respeito do sentido de sua atividade, a um só tempo profissional, política e intelectual. Acreditavam que o estudo e a descrição da realidade brasileira e, em especial, da nordestina, não bastavam. Era necessário agir sobre ela e, armados pela razão, modificar seu curso aparentemente natural. Este era o sentido e o alcance imaginados para a ideia de planejamento, que mais tarde Oliveira classificaria como uma grande panaceia. Portanto, embora jovens, não estavam distantes de características comuns à maioria dos intelectuais brasileiros do período, os quais se viam, como atores fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e social vivenciado nos dez anos que separam o suicídio de Getúlio Vargas e o golpe militar, em 1964. Ainda que conservassem muitas das características encontradas nos intelectuais da geração anterior, empenhada na construção do “caráter nacional”, partiam da constatação de que a nação já era um dado concreto, sobre o qual deveriam atuar. O Brasil era uma sociedade constituída, cheia de contradições e obstáculos no caminho de seu pleno desenvolvimento, o qual para eles não viria apenas com o crescimento econômico. Este deveria criar as bases necessárias à emancipação das classes populares e à garantia da independência nacional (PÉCAUT, 1990, p. 15-16). Projeto político que reproduzia as bandeiras do nacional-desenvolvimentismo sem refletir, necessariamente, uma atuação político-partidária: “a orientação de muitos desses colaboradores era nacionalista de esquerda. Dizia-se, reiteradamente, que a SUDENE estava sob a influência comunista. Uma minoria de colaboradores era do PCB” (KOCH-WESER apud TAVARES, 1989, p. 207).³²

³² Esse diagnóstico de que poucos quadros da SUDENE pertenciam ao PCB aplica-se, sobretudo, aos seus primeiros anos, antes da expansão pela qual passou a partir da aprovação de seu Primeiro Plano Diretor. A partir desse momento, em 1962, ainda que o número de funcionários ligados ao Partidão não possa ser precisado, a influência política deste sobre o debate interno da SUDENE cresceu muito. Não podemos ignorar

Celso Furtado se encaixava nesse perfil de intelectual e, dessa forma, demonstrava razoável distância em relação aos membros da geração anterior. Esse fato se torna ainda mais evidente quando ele é comparado a Gilberto Freyre ou, no mesmo sentido, quando a SUDENE é confrontada com o Instituto Joaquim Nabuco. A primeira comparação é mais simples: Furtado era um personagem alinhado ao projeto de nação que ganhara corpo a partir dos anos 1930 e, portanto, já guardava certa distância em relação à elite tradicional nordestina, às suas regras e convicções. É possível dizer que estava mais próximo daqueles sopros de modernização que chegavam desde o centro-sul do país. Tanto que não viu problemas em colocar seu trabalho à disposição do governo federal e submeter-se ao presidente da república. Num primeiro momento na SUDENE e, depois, como ministro do planejamento de João Goulart. O caso de Freyre é exatamente o oposto, o que é nítido através da forma tradicionalista como se empenhava na valorização e na conservação da cultura regional, bem como no papel que lhe conferia para a construção da nação.³³ Seu distanciamento dos governos que se sucederam do pós-guerra ao golpe de 1964 revela as diferenças em relação a Furtado não eram apenas intelectuais, mas também políticas.³⁴

Diferenças correlatas aparecem quando se passa ao plano institucional. Enquanto o Instituto Joaquim Nabuco, ligado a Gilberto Freyre, inclinava-se para a conservação de um perfil de trabalho intelectual tradicional, regionalista e, em certa medida, voltado para o

o fato de que Miguel Arraes foi eleito prefeito e, logo depois, governador de Pernambuco, com o apoio do PCB. Voltarei a essa questão a seguir.

³³ Destaco os aspectos mais nítidos da personalidade e do perfil intelectual de Gilberto Freyre ciente de que posso produzir uma caricatura superficial. Pois, apesar de sua visão sobre a questão regional apresentar traços que podem ser considerados tradicionais ou mesmo conservadores, Freyre produziu textos que ajudam a compreender aspectos novos da sociedade brasileira no início do século XX e o lugar no Nordeste naquela “transição”. Um resultado talvez involuntário e contraditório, destacado por Elide Bastos: “Mas, mesmo sem que seja essa sua intenção, Gilberto Freyre, principalmente em *Sobrados e mucambos*, cujo objeto é a análise da transição, descreve o *processo de avanço do capitalismo*, a consequente liberalização e o predomínio do público sobre o privado que o acompanha. Mais ainda, descreve a desigualdade do processo, mostrando como se realiza diferentemente nas diversas regiões do país” (BASTOS, 2006, p. 96, grifos no original).

³⁴ Oliveira comentou sobre Gilberto Freyre e o Instituto Joaquim Nabuco em uma entrevista: “Gilberto era uma figura estigmatizada, devido à posição política que foi tomando. Ele era formado na Esquerda Democrática, da qual saíram a UDN e o Partido Socialista. [...] Gilberto nunca foi da Universidade do Recife e, no princípio, talvez por perseguição política, porque ele era de direita e a faculdade foi feita por esse governador [Agamenon Magalhães, aliado de Getúlio Vargas] que era uma espécie de ala esquerda do PSD nacional. [...] [Ele] fundou o seu próprio feudo, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. [...] Houve gerações que perderam a obra de Gilberto Freyre, que só foi recuperada muito tempo depois. É uma enorme perda porque ele é o grande sociólogo brasileiro. Florestan Fernandes é o ícone paulista, é um grande metodólogo, mas grande sociólogo mesmo é Gilberto Freyre. É claro que ele tem um forte viés conservador, mas isso não tira o mérito de ter sido o primeiro cientista social que tratou a escravidão no nível em que ele tratou. Eu só vim a aprender Gilberto Freyre depois de velho, o que é lamentável” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 149-150).

passado, a SUDENE era uma instituição que atraía jovens pesquisadores engajados na transformação do país e na integração do Nordeste ao projeto nacional. Ou seja, que miravam a mudança. Se um personagem vinculado ao Joaquim Nabuco declarou, em relação aos quadros do Instituto, que “todas as famílias tradicionais são representadas aqui” (citado em FRESTON, 1989, p. 352), Francisco de Oliveira lembrou em diversas entrevistas que ao contrário, na SUDENE, Furtado era avesso a qualquer preenchimento de cargo por apadrinhamento, algo também lembrado por José Maria Aragão.³⁵ Não pretendo aqui tomar como verdade absoluta a opinião dos antigos funcionários da Superintendência, admiradores confessos de Celso Furtado. Mas sua conhecida imagem de “republicano exemplar” não parece uma dessas certezas que surgem apenas da repetição de opiniões parciais. E, no caso específico da SUDENE, a necessidade de recrutar jovens servidores públicos, imposta pelas dificuldades de contratação, dava à instituição um perfil raro à época. Ainda sobre o cotidiano da Superintendência, Oliveira acrescentou:

[...] devo chamar a atenção, também, para este aspecto inovador: a SUDENE começou a implantar no Brasil um estilo de trabalho técnico incomparável com o que existia no resto do país, exceção feita a algumas instituições nacionais como o BNDE, por exemplo. E digo um estilo de trabalho técnico, e não domínio de tecnologia, porque o trabalho técnico era então entendido tão somente como forma de racionalizar demandas populares (OLIVEIRA, 2009 [1978], p. 195).

Alguém pode advertir que essa comparação entre um instituto de pesquisas e uma agência de planejamento e intervenção econômica é impossível ou injusta. Ocorre, porém, que a SUDENE teve um papel fundamental – e muitas vezes negligenciado – no debate intelectual do período, sobretudo na cidade do Recife. Segundo Perruci (1986, p. 513-514), os cursos de desenvolvimento econômico promovidos pela Superintendência influenciaram a reforma do currículo de Ciências Sociais da Universidade do Recife a partir dos anos 1960, quando toda a instituição passaria por transformações que pretendiam alinhá-la ao contexto político nacional. Tânia Bacelar apontou no mesmo sentido ao lembrar o clima de

³⁵ Conforme entrevista (Rio de Janeiro, 10/10/2013). As diferenças e conflitos entre Freyre e Furtado expressam bem, a meu ver, o debate que envolvia a transição de uma geração a outra de intelectuais brasileiros. De acordo com a tipologia apresentada por Pécaut, os intérpretes dos anos 1925-40, entre os quais se situa Freyre, preconizavam a adaptação das instituições republicanas à realidade nacional, viam o povo ou as classes como imaturos e acreditavam na importância das elites, às quais pertenciam, na tarefa de organizar e dar forma à nação. Já os intelectuais dos anos 1954-64, entre eles Furtado, enxergavam o povo já constituído e uma sociedade de classes. Como intérpretes, colocavam-se ao lado das massas populares, de cuja emancipação dependeria o desenvolvimento econômico e a independência nacional (PÉCAUT, 1990, p. 15-16).

sua graduação, também em Ciências Sociais, realizada entre 1963 e 1967, na Faculdade de Filosofia do Recife:

Eu avalio que nessa época já tinha certo impacto do efeito da SUDENE. Porque a presença da SUDENE aqui no Recife mexeu com a Universidade. Ela tinha uma preocupação importante de formar quadros. [...] Então um dos departamentos grandes da SUDENE na época era o de Recursos Humanos. Tinha um programa de bolsas para formar quadros nas disciplinas que eles consideravam importantes para o desenvolvimento e para as quais a região não tinha uma oferta suficiente. A SUDENE era um pouco a CAPES da época. As pessoas se candidatavam e ela financiava o curso, na graduação: engenharia, economia, sociologia, direito, agronomia, geologia. Era um programa para o Nordeste todo. [...] Outra influência na Universidade era dos profissionais da SUDENE que passaram a lecionar nas Universidades, para impactar também na formação. Então eles estimulavam os servidores da SUDENE mais qualificados para ter uma ação também, principalmente aqui em Pernambuco, onde estava concentrada a equipe técnica. [...] No ano seguinte eu fiz economia e, por exemplo, meu professor de desenvolvimento era um funcionário da SUDENE. Meu professor de projetos era um economista da SUDENE que analisava projetos.³⁶

Além das Ciências Sociais, a Superintendência teve influência no desenvolvimento de outras áreas de conhecimento no Nordeste graças a seus programas de bolsas de estudos. Se a SUDENE se tornou uma referência regional no campo científico, foi em parte graças à sua capacidade de fortalecer no Recife o debate desenvolvimentista, o que lhe permitiu recolocar a “questão regional” como uma “questão nacional”, algo que rompia com o regionalismo característico da produção do Joaquim Nabuco e que, até então, tinha eco nas universidades. Não é exagero, portanto, dizer que o desenvolvimentismo serviu para diminuir a distância entre a produção intelectual do Nordeste, especialmente do Recife, e a do Sudeste, concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ele serviu como pano de fundo teórico, mas também político, para projetos contemporâneos e distintos de interpretação e intervenção sobre a realidade brasileira, como a SUDENE, o CESIT³⁷ e o ISEB, entre o final dos anos 1950 e o início dos 60.³⁸

As diferenças na formação das Ciências Sociais nas cidades onde essas instituições surgiram são bem conhecidas. Segundo Miceli (1989b), em São Paulo prevaleceu o rigor científico defendido por expoentes da Universidade de São Paulo; no Rio de Janeiro, foi preponderante a influência do debate político, forte na capital federal, de que o ISEB é o

³⁶ Entrevista. Recife, 15/10/2013.

³⁷ O Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) foi criado entre 1961 e 1962 junto à Cátedra I de Sociologia da USP, sob a liderança de Florestan Fernandes e com a participação de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e outros pesquisadores.

³⁸ As características dessas três instituições serão debatidas na última sessão deste capítulo.

melhor exemplo; no Recife, o tradicionalismo paternalista do Instituto Joaquim Nabuco se impôs. Sem negar a importância dessas características originais e específicas, a percepção do alcance do debate desenvolvimentista permite apreender algumas nuances daquele período de formação das Ciências Sociais no Brasil. O CESIT, em São Paulo, surgiu no interior da USP sob influência do debate promovido pela CEPAL a respeito dos países subdesenvolvidos (ROMÃO, 2006, p. 88-91). O ISEB sempre esteve colado às discussões sobre o desenvolvimento nacional. Quanto à SUDENE, é já desnecessário reafirmar sua relação com este tema. Houve, portanto, um fio condutor que uniu a partir de um determinado momento a Escola Paulista, os isebianos e os jovens intelectuais nordestinos que fizeram parte da SUDENE ou se encontraram sob sua influência. Os pesquisadores desses três espaços assumiram a tarefa de pensar e agir sobre o Brasil, em meio ao clima de luta por mudanças profundas na sociedade que a levassem à superação do subdesenvolvimento. O reconhecimento da existência desse sentimento comum permite reduzir um pouco as distâncias entre a formação de Francisco de Oliveira e seus futuros colegas do CEBRAP. Pois se sua experiência universitária não foi equivalente, sua participação na SUDENE lhe permitiu ter acesso ao debate desenvolvimentista, para o qual Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni também se orientaram a partir da criação do CESIT, entre 1961 e 1962. O mesmo debate que os aproximaria mais tarde em São Paulo.

No Nordeste a SUDENE promoveu a imposição de temas antes ignorados. É claro que essa reconfiguração do debate não se deu sem conflitos, afinal era todo um discurso sobre a região que era colocado em questão e, com ele, seus formuladores, enquanto outro emergia das cabeças de novos personagens. A atitude de Gilberto Freyre nas reuniões do conselho da SUDENE, das quais participava como representante do Ministério da Educação, a convite de Celso Furtado, é um bom exemplo dessa disputa:

[Gilberto Freyre] Era assíduo às reuniões, mas mantinha uma atitude displicente, e mesmo indiferente. Jamais tomara a iniciativa de um projeto, como se desejasse deixar claro que não estava “envolvido” ou que não atribuía importância ao que ali se fazia. Intervinha raramente, e, nas poucas vezes que o fazia, lia o que dizia, como se desejasse precaver-se contra adulterações de suas palavras nas atas que registravam os debates. A hipertrofia de seu ego e sua vaidade desvairada eram motivos de chacota

geral, mas todos, que muito havíamos aprendido com sua obra, lhe tributávamos um tratamento respeitoso (FURTADO, 1989, p. 179).³⁹

Pelo exposto percebe-se que a SUDENE foi mais do que um órgão técnico de intervenção sobre a região Nordeste, sobretudo a partir do momento em que conquistou condições para se expandir com a aprovação de seu primeiro Plano Diretor, no final de 1961, quando passou a ter enorme peso no debate intelectual. Sabe-se que, em sintonia com os valores cultivados por Celso Furtado, cada uma de suas ações deveria estar bem amparada por estudos aprofundados da realidade regional. Era imprescindível conhecer sua natureza: as bacias hidrográficas, a fertilidade do solo, as características do clima e muito mais. O mesmo se aplica às características de sua população: sua taxa de crescimento, composição etária, distribuição sobre o território. Era preciso avaliar as atividades econômicas, distribuir recursos, criar projetos. Em suma, era necessário pesquisar, e sobre uma variedade de temas que exigia a participação de diversos profissionais: geógrafos, biólogos, sociólogos, geólogos, engenheiros, demógrafos, economistas. Todos reunidos em torno de um mesmo programa que, inevitavelmente, pautou os currículos de muitos cursos antigos ou recém-criados.⁴⁰ Além de pensar o Nordeste, a Superintendência tinha que “fazer” política, lidar com interesses diversos e negociar com os atores que pretendiam exercer maior influência sobre a SUDENE e o destino de seus recursos. Todas essas peculiaridades e a amplitude de suas atividades são indícios do papel que ela teve na formação tanto intelectual quanto política de Francisco de Oliveira.

Quando ele ingressou na SUDENE para trabalhar ao lado de Celso Furtado já possuía uma experiência de militância política junto ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido com o qual tinha contato desde os tempos de movimento estudantil. Embora esta organização não tivesse naquele momento a mesma importância atribuída ao PCB, seu peso na política pernambucana não pode ser negligenciado. Entre seus quadros, o maior destaque

³⁹ O auge desse conflito entre Freyre e Furtado ocorreu quando o primeiro acusou a SUDENE de ter falsificado sua assinatura para roubar seu pagamento. Furtado chegou a abrir uma investigação e a conseguir um laudo do Instituto de Grafologia de São Paulo que confirmava a autenticidade da assinatura de Freyre no recibo de pagamento, o que evitou que o caso se tornasse público (FURTADO, 1989, p. 179-180). Para Francisco de Oliveira, esse evento fez parte de uma tentativa de derrubar Furtado da direção da SUDENE, que teria sido liderada por Freyre e Cid Sampaio, então governador de Pernambuco (entrevista em JINKINGS et al., 2007, p. 22-23).

⁴⁰ Leonardo Guimarães, outro ex-funcionário da Superintendência, contou que participou de um movimento de alunos do curso de economia da Universidade Católica que conseguiu que sua grade curricular, considerada defasada, fosse reformulada com base no programa dos cursos de treinamento da SUDENE (entrevista, 15/10/2013).

cabia a Francisco Julião, advogado ligado às Ligas Camponesas e conhecido como sua principal liderança. Ambos, Oliveira e Julião, eram amigos, ao ponto de o jovem sociólogo ter datilografado *Cambão*, livro que o advogado escreveu enquanto os dois se encontravam no México, já depois de 1964. Não há, porém, sinais de que a amizade com Julião ou o contato com o PSB tenham levado Oliveira a realizar alguma atividade política orientada no interior da SUDENE. Isso porque nenhuma bandeira vinculada ao partido parecia ter a mesma consistência ou poder de convencimento que tinham as ideias de Furtado. Além do poder de persuasão do superintendente, outros elementos indicam que a o trabalho naquela instituição pode ter canalizado as pretensões políticas de Oliveira e outros membros de sua equipe.⁴¹

A Superintendência não era apenas permeada pelo discurso desenvolvimentista; ela também contribuía para sua formulação e divulgação. O recrutamento dos seus quadros obedecia a critérios técnicos, mas também demandava uma parcela de paixão. Sem a crença no projeto desenvolvimentista de Furtado, como dezenas de profissionais com bom nível de formação, alguns deles com mercado de trabalho aberto no Sudeste do país, aceitariam se instalar no Recife, num projeto inteiramente novo e tão dependente das oscilações da política nacional e regional?⁴² Ainda que tal crença aparecesse como uma aposta racional vinculada à noção de planejamento econômico e às suas promessas, ela provavelmente não teria tamanho poder sem um aspecto em certo sentido religioso: a “questão regional” e o desenvolvimento eram para muitos daqueles profissionais uma paixão, uma crença. A região era uma religião, como o título de um livro de Oliveira revelaria anos depois.⁴³ E,

⁴¹ Os dados a respeito de sua militância junto ao PSB são escassos. Nos inúmeros depoimentos consultados, Oliveira não dá muito destaque a essa experiência.

⁴² Sobre essa escolha de Francisco de Oliveira e outros membros do grupo inicial da SUDENE, Rosa Furtado comentou: “A tendência seria o Chico fazer carreira no Rio, como fez, por exemplo, Saturnino Braga: fazer concurso e entrar para o BNDE. Eles já estavam ali. Aqueles cursos eram CEPAL e BNDE. São mais ou menos da mesma geração. Maria da Conceição [Tavares]. Mas tem uma coisa que o Chico reconhece: Celso [Furtado] tinha um poder de convicção gigantesco. Quando ele disse ‘você acreditam no projeto? Vamos?’, aquela garotada acreditou no projeto e foi. [...] Chico era muito jovem, poderia ter ficado no Rio. Era o caminho natural do pessoal do Nordeste, dos mineiros, porque muitos mineiros iam para o Rio de Janeiro. O Mário Magalhães já é outro itinerário: ele era um médico estabelecido, sanitarista, do Recife também. Ele foi já um médico formado que acreditou no projeto, inclusive ideologicamente, porque ele era ligado ao Partido Comunista” (entrevista, 24/01/2013).

⁴³ Trata-se de *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977, onde o autor analisa a experiência da SUDENE. O caráter apaixonado de seu envolvimento com a Superintendência e de sua relação com o Nordeste fica ainda mais evidente a partir da leitura de *A noiva da revolução*, relato sentimental sobre o Recife publicado junto à reedição de *Elegia* (OLIVEIRA, 2008). Voltarei ao tema e aos textos em outro momento.

uma vez dentro da SUDENE, esse grau de comprometimento tendia a aumentar. As atividades iniciais do órgão, ainda como CODENE, consistiam, sobretudo, em treinamento de pessoal e pesquisas, já que as verbas necessárias para a execução dos projetos não apareceriam antes de 1961. Boa parte do trabalho era “pedestre”, como afirmou Aragão, que participou de projeto de coleta de preços em mercados e feiras. O quadro de funcionários também crescia lentamente, sempre limitado pelo orçamento. Durante os primeiros anos, portanto, o grupo era menor e mais coeso do que seria a partir da grande expansão que ocorreu após a aprovação de seu primeiro Plano Diretor. O convívio diário, temperado pelo conflito com forças políticas externas, estimulava essa coesão interna, bem como os seminários e cursos de formação. Assim, a SUDENE pode ter ocupado, pelo menos nos primeiros anos, um espaço que até então pertenceria ao partido político na vida de Francisco de Oliveira e outros quadros.

Contudo há vários sinais de que essa relação não foi sempre a mesma. Sobretudo a partir de 1961, quando se deu a aprovação do Plano Diretor da SUDENE e a consequente expansão de seus quadros. A este fato interno somaram-se eventos internacionais, nacionais e regionais que acirraram o debate político em torno da instituição. Todos esses fatores contribuíram para que aquela coesão interna, de um grupo relativamente pequeno e homogêneo, entrasse em declínio. Esse movimento, analisado a seguir, afetaria, também, o percurso de Francisco de Oliveira.

1.3. O fim da fantasia

Quando se olha o debate que envolveu a criação da SUDENE, no final dos anos 1950, logo se percebe que o órgão significou uma mudança considerável na forma como o Estado brasileiro encarava a “questão regional”. Essa novidade, porém, não deve ser creditada a nenhuma capacidade do governo federal de antecipar e, assim, contornar problemas que poderiam surgir da crescente desigualdade entre o Nordeste e o centro-sul do país. Quando Furtado recebeu o aval de Juscelino Kubitschek para criar a Superintendência, a situação já era bem crítica. Para compreender o cenário agitado daqueles anos, é necessário lançar um olhar sobre alguns aspectos da conturbada relação entre nação e região ao longo da história do Brasil:

Sem desconhecer a existência de lutas sociais importantes, tanto urbanas quanto rurais, desde a criação do Estado nacional, e que se manifestaram durante o Império (1822-1889), a Primeira República (1889-1930) e entre esta última data e o ciclo que se encerra com o fim do Estado Novo (1937-1945), não podemos esquecer que, em todo este largo período, a *questão regional* foi percebida, formulada e enfrentada, sobretudo, em função dos interesses da elite regional. Com o fim do Estado Novo, em 1945, e com a volta da atividade partidária, além da mais livre atuação dos diversos movimentos sociais, muitos deles referenciados a conquistas democráticas no novo pacto constitucional, a questão regional ganhou uma outra dimensão. Ao lado das *desigualdades regionais* em seus aspectos mais estritamente econômicos, surgiu uma aguda percepção de seu lado *social e político*, vinculada, especialmente, à miséria da população rural e, conseqüentemente, a uma cada vez mais intensa crítica aos efeitos do latifúndio. Não bastava mais o tradicional combate às secas, que até então apenas beneficiara a grande propriedade e nada alterara da miséria rural. Além do mais, ia tomando corpo a ideia de que havia uma situação potencialmente explosiva do ponto de vista político e social, situação que exigia uma nova ação do Estado (BERNARDES, 2007, p. 69-70, grifos no original).

Bernardes resume bem o contexto em que a SUDENE surgiu. Ela foi uma tentativa de resposta do Estado brasileiro à reconfiguração da questão regional, percebida já tardiamente. Segundo o autor, esta se transformou de modo acentuado a partir do fim do Estado Novo, quando começou a deixar de ser um tema dominado pela “elite regional” – que negociava diretamente com a presidência da república formas de administrá-la, com foco direcionado às secas – e tornou-se cada vez mais uma pauta dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais em ascensão. O surgimento dessas novas forças não pode ser desvinculado da transição da economia brasileira de um modelo econômico de base agrário-exportadora para outro, baseado na indústria. Esse processo impulsionava a urbanização e marginalizava o campo; estimulava a nascente burguesia industrial e constrangia a oligarquia latifundiária; privilegiava o centro-sul e negligenciava as demais regiões do país. Tudo isso aprofundava as disparidades regionais.

Foram as contradições desse processo que estimularam a redefinição da “questão regional” ao ponto de esta se tornar, no final dos anos 1950, um tema obrigatório entre aqueles que, ainda baseados na ideologia nacional-desenvolvimentista, pensavam o futuro da nação. Este debate era também atravessado pela conjuntura internacional. O pós-guerra, a devastação da Europa e a “ameaça comunista” eram elementos externos que condicionavam o olhar sobre os problemas do Nordeste. Logo apareceram aqueles que temiam que essa região fosse o espaço de uma situação revolucionária como a que ocorria em Cuba. Este cenário, sobre o qual atuava a SUDENE, ganhou traços mais nítidos no

período que se estende do início do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, até o golpe de 1964. A professora Tânia Bacelar, que assistiu a essa crise durante sua juventude no Recife, lembrou suas principais causas:

Nessa época o clima de tensão social era muito forte. Você tinha a crise têxtil, que pegava capitais importantes da região. Quando Juscelino fez a integração viária com a Rio-Bahia, a indústria têxtil do Sudeste começou a colocar produtos no Nordeste a preços competitivos. [...] Tanto que o primeiro programa de desenvolvimento industrial que a SUDENE criou foi um programa de reestruturação da têxtil do Nordeste. Ela financiava a importação de equipamento para trazer a têxtil do Nordeste para o patamar tecnológico que estava a têxtil do Sudeste. Conseguiu salvar a metade. O resto já tinha desaparecido. E a têxtil empregava muito. Então você tinha um desemprego forte que vinha da crise têxtil. Você teve uma grande seca em 1958, aquela seca que ainda desempregava, que precisava de uma ação mais enérgica. E você tinha o processo de proletarização na Zona da Mata, que é a força das Ligas Camponesas. O momento em que o antigo morador estava indo pra ponta de rua pra virar bóia-fria. [...] Então você tinha uma crise social assim. O Sudeste bombando, e a região perdendo espaço com problemas sérios, todos com consequências sociais muito representativas (entrevista, Recife, 15/10/2013).

A história dos primeiros anos da SUDENE atravessa essa situação conflituosa, reveladora de uma crise de hegemonia da burguesia agrário-industrial brasileira, sobretudo de sua fração enraizada no Nordeste. Foi nessa região, elo mais fraco do sistema e espaço onde suas desigualdades eram mais agudas, que essa crise atingiu seu apogeu.⁴⁴ Sua trajetória é ascendente, inclusive, no período de 1959 a 1964. A SUDENE não tinha como estar imune a ela.

Ao longo do curto período de atuação da Superintendência revisto aqui, entre 1959 e 1964, a conjuntura política internacional, nacional e regional se transformou constantemente, de tal forma que os efeitos dessa mudança sem dúvida foram sentidos em seu interior. Qualquer divisão desses momentos pode soar um pouco aleatória ou imprecisa. Porém, em 1977, Francisco de Oliveira escreveu sua opinião sobre a conjuntura no Nordeste naquela época. Focado na atuação do proletariado da região, o sociólogo

⁴⁴ A ideia, inspirada em Antonio Gramsci, de uma “crise de hegemonia” da burguesia brasileira no período de transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, entre os anos 1930 e 1964, aparece em muitos trabalhos dedicados a analisar aspectos sociais, políticos e econômicos daquele processo, em geral escritos já nos anos 1970. Francisco de Oliveira também recorre a esta definição em *Crítica à razão dualista* e outros textos posteriores. A agitação política, causada pela emergência de novas forças sociais, é geralmente relacionada ao caráter orgânico dessa crise, outro conceito inspirado em Gramsci. A noção de “crise de hegemonia” não parece ir de encontro à ideia de que já existia e nunca deixou de existir uma hegemonia burguesa no Brasil. A crise era o sintoma de uma redefinição das relações de força entre as frações das classes dominantes. Para quem vivia esse processo, várias interpretações eram possíveis, inclusive aquela de que havia uma brecha aberta para a revolução social, como pensou a esquerda nacionalista.

considera que este emergiu como força política autônoma no período 1945-50 e apareceu subordinado a diferentes frações da oligarquia regional entre 1950 e 1961. A partir dessa data até 1964, já com Miguel Arraes à frente da prefeitura do Recife e, depois, do governo do estado de Pernambuco, “o proletariado *comanda* pela primeira vez a coligação de forças; seu *partner*, por estranho que pareça, será a oligarquia agrária algodoeira-pecuária, esta claramente subordinada” (OLIVEIRA, 2008, p. 238, grifos no original). Através dessa leitura, percebe-se que Oliveira enxergava um movimento ascendente do proletariado urbano e rural, sobretudo em Pernambuco. Mesmo quando se considera o fato de que essa visão sobre a conjuntura foi elaborada mais de uma década após o golpe militar, dela é possível tirar algumas impressões sobre o debate que ocorria no interior da SUDENE às vésperas da ruptura de 1964.

Conforme exposto, o projeto original da SUDENE exerceu grande influência sobre jovens que, como Francisco de Oliveira, decidiram compor o quadro de funcionários do novo órgão. Mas não só: em 1959, quando Celso Furtado ganhou as páginas da imprensa com a sua “Operação Nordeste”, as opiniões favoráveis a ele e suas ideias eram amplamente majoritárias. O apoio surgia de setores à esquerda e à direita, de movimentos sociais e da burguesia do centro-sul ou frações da oligarquia nordestina, da Igreja, do governo federal e até mesmo de representantes do governo dos Estados Unidos. Em resumo: à exceção da oligarquia açucareira, em declínio, Furtado e seu projeto eram quase uma unanimidade. Tanto que o atraso de um ano na aprovação da criação da SUDENE no Congresso Nacional foi causado exclusivamente pelos parlamentares representantes das velhas elites nordestinas, contra o amplo apoio dos representantes do Sudeste. No entanto esse quase consenso se desfez rapidamente. O ano de 1961, apontado por Francisco de Oliveira como a data em que o proletariado pernambucano passa a comandar a coligação de forças de que fazia parte, também serve de divisor de águas quando o assunto é a imagem da SUDENE diante dos vários setores da sociedade que apostavam em seu projeto.

Em julho daquele ano, Furtado foi convidado para uma visita oficial aos Estados Unidos e foi recebido pelos presidentes da Fundação Ford e do Banco Mundial, além de John Kennedy. Essa viagem é um bom exemplo da fama internacional que a experiência da

SUDENE conquistara⁴⁵ e da aposta que se fazia na capacidade que teria de minorar os problemas do Nordeste brasileiro e, assim, evitar qualquer risco revolucionário na região. O apoio do governo dos Estados Unidos ao plano quinquenal da Superintendência, que previa um generoso aporte financeiro, justificava-se, sobretudo, pelo incentivo a projetos que pretendiam atender às demandas mais imediatas dos trabalhadores rurais, de tal modo que sufocasse o avanço de um movimento organizado, como as Ligas Camponesas. Era necessário esvaziar o barril de pólvora. No ano seguinte, porém, a missão americana da “Aliança para o Progresso” chegou ao Nordeste com agentes e uma agenda própria que, em muitos casos, chocava-se com os planos da SUDENE. Sem acordo com Furtado, o chefe da missão norte-americana passou a negociar projetos diretamente com os governadores locais. Essa mudança de atitude do governo dos Estados Unidos pode ser creditada, entre outros motivos, à radicalização do movimento revolucionário em Cuba, no plano internacional, ao aquecimento do debate sobre as Reformas de Base a partir da posse de João Goulart, no final de 1961, e ao crescimento do PCB no Recife e em Pernambuco, durante o governo de Miguel Arraes.⁴⁶ Todos esses avanços de forças políticas à esquerda apareciam como um sinal para os norte-americanos de que algumas reformas, como as defendidas por Furtado, poderiam alimentar uma nova revolução comunista no continente.

Mas não foi apenas o apoio norte-americano que desapareceu. À esquerda, a confiança na SUDENE também diminuía. A viagem de Furtado aos Estados Unidos e o apoio que recebeu deste país, num primeiro momento, foram mal vistos pelo PCB, que desconfiava de qualquer relação com o “imperialismo”.⁴⁷ Ao mesmo tempo as Ligas Camponesas exerciam uma pressão crescente pela resolução da questão fundiária, problema que não figurava entre as prioridades do programa da Superintendência. De acordo com

⁴⁵ Um termômetro de seu prestígio é o destaque que ganhou no famoso livro de Albert Hirschman (1963) sobre experiências de planejamento econômico na América Latina.

⁴⁶ Arraes foi eleito prefeito do Recife em 1959, pelo Partido Social Democrático. Em 1962 foi eleito governador pelo pequeno Partido Social Trabalhista (PST), com o apoio do PCB.

⁴⁷ José Maria Aragão, que trabalhava no escritório da SUDENE no Rio de Janeiro, contou que na ocasião da viagem os comunistas publicaram em seu jornal acusações de que Furtado viajara para vender o Nordeste aos norte-americanos (entrevista, Rio de Janeiro, 10/10/2013). A partir dessa pista, encontrei um artigo assinado por Josué Almeida no jornal *Novos Rumos*, do Partidão, no qual se afirma: “Quando o sr. Celso Furtado esteve nos Estados Unidos, pleiteando dólares para a Sudene, não lhe perguntaram se o que pedia era bastante para proporcionar leite às crianças do Nordeste, ou se o programa agrário da Sudene atenderia às reivindicações da massa camponesa sem terra. Perguntaram-lhe, sim, se o Plano da Sudene afastaria o ‘perigo’ do comunismo e do castrismo no Nordeste, que é este e não a fome quem tira o sono dos alegres milionários ianques” (“Ajuda’ americana e política independente”. *Novos Rumos*, 06/10/1961).

Francisco de Oliveira e outros ex-funcionários do órgão que entrevistei, Furtado tinha consciência da centralidade da pauta da reforma agrária, mas preferiu adiá-la com a certeza de que um enfrentamento direto com a oligarquia latifundiária decretaria o fim precoce da experiência da SUDENE.⁴⁸ Apesar da cautela, este setor nunca deixou de suspeitar dos planos de Furtado, o que se refletia nas críticas cada vez mais frequentes que os jornais ligados a essas oligarquias direcionavam a ele. Num primeiro momento, antes do início da execução de seus projetos, a SUDENE era acusada de ser um espaço de muito pensamento e pouca ação. Quando o trabalho deslanchou, ela começou a ser censurada por supostamente executar, aos poucos, o programa da esquerda. A situação era paradoxal: se, por um lado, o PCB suspeitava dos diálogos de Furtado com os norte-americanos, de outro a elite regional pensava que a SUDENE era uma instituição dominada por comunistas. Assim, na esteira de um acirramento da luta de classes, o enorme apoio inicial se convertia numa difícil encruzilhada.⁴⁹

Como indicado antes, a partir do final de 1961, enquanto ocorriam essas mudanças nas relações entre as forças políticas, a Superintendência finalmente encontrou condições para se expandir. Além de treinar quadros através de seus programas de bolsas de estudos, a instituição passava a ter dinheiro para contratar muitos deles, que se espalhavam pelos escritórios estaduais. De acordo com alguns depoimentos, a SUDENE contava com cerca de dois mil funcionários no momento do golpe militar. Aquele curso de Técnico em Desenvolvimento Econômico, destinado ao treinamento do pessoal recém-contratado, também foi mantido e ampliado.⁵⁰ Um efeito de seu crescimento foi que a SUDENE se viu

⁴⁸ Este é um ponto que diz muito sobre a personalidade de Celso Furtado. Segundo Maria da Conceição Tavares, em depoimento no filme *O longo amanhecer*, o economista era dotado de enorme capacidade de negociação, o que favorecia sua atuação política. Era flexível, mas não cedia em pontos essenciais. Francisco de Oliveira tem a mesma opinião: “Celso tinha qualidades extraordinárias; uma delas era ser um tático: ele não comprava briga à toa. Por isso que ‘reforma agrária’ não está escrito em nenhum lugar do plano da Sudene. Ele citava sempre um estrategista do exército inglês, Lidell Hart: ‘Evite o ataque frontal e vá pelos flancos’. Era essa a tática dele” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 158-159).

⁴⁹ Até certo ponto, Celso Furtado parece ter sido vítima da esquizofrenia da agenda política internacional de Jânio Quadros. De um lado, este abria o diálogo com os americanos; de outro, condecorava Che Guevara.

⁵⁰ Este curso, do qual participavam professores da CEPAL, corresponde àquele realizado por Francisco de Oliveira no Rio de Janeiro, em 1958, e ao oferecido aos membros do primeiro grupo de funcionários da SUDENE. Ele continuou ativo mesmo após o início da ditadura, quando agentes da repressão passaram a atuar dentro da Superintendência. Tânia Bacelar, contratada em 1967, participou de uma turma que ainda contou com pessoal da CEPAL. Ela lembrou, no entanto, que a censura já atuava através da restrição de temas e autores abordados nas aulas, o que deixava o treinamento cada vez mais técnico (entrevista, Recife, 15/10/2013).

cada vez mais imersa no “furacão” em que se transformara a conjuntura política brasileira e pernambucana, em particular. Entre seus quadros já existiam algumas pessoas com relações próximas ao PCB ou ao governo de Miguel Arraes. Este é o caso de Jader Andrade, membro do grupo inicial da CODENE que estava à frente da diretoria de política agrária. Andrade assumiria pouco depois a Secretaria de Agricultura de Pernambuco na gestão de Arraes. Ele era amigo de Francisco de Oliveira desde o período em que os dois trabalharam juntos no Banco do Nordeste, ainda antes da criação da SUDENE. Outro funcionário próximo dos comunistas era Nailton Santos, irmão do geógrafo Milton Santos, responsável pelo setor de recursos humanos.

Esses são apenas dois exemplos de quadros que ocupavam postos de destaque na SUDENE e que tinham estreita relação com a esquerda comunista. É possível imaginar, então, que muitos entre os novos técnicos contratados no período de expansão tinham algum contato com o PCB ou outras forças políticas, o que contribuía para transformar a instituição, algo que era sensível para alguns dos seus antigos funcionários. Este é o caso de José Maria Aragão, que chegou ao CODENE ainda em 1959 e, pouco depois, passou a atuar no escritório da SUDENE no Rio de Janeiro. Ele conseguiu junto a Celso Furtado uma licença para realizar dois anos de estudos na França, entre 1962 e 1963. Quando retornou ao Brasil, no final daquele ano, recebeu de Furtado a ordem de estruturar uma nova diretoria na instituição, a Assessoria Técnica, que seria responsável por organizar e articular o trabalho das demais diretorias. Furtado achava que a SUDENE tinha crescido muito e de modo desordenado, o que dificultava a atuação conjunta de suas diversas divisões nos projetos executados. Aragão aceitou a tarefa e voltou ao Recife em dezembro de 1963, mas encontrou ali uma situação que não o agradou. Ele lembra que era nítido que o órgão crescera muito e que perdera algumas de suas características originais, ao ponto de uma parte de seus servidores mais novos, organizados numa associação, terem ensaiado uma greve para reivindicar maiores salários. O conflito interno era sem dúvida uma reprodução dos debates que envolviam duas importantes vertentes do nacional-desenvolvimentismo: a pública e nacionalista, de que Celso Furtado era um dos maiores expoentes, e a socialista, da qual muitos servidores da SUDENE eram próximos. Tudo isso pouco antes do golpe de 1964.

E qual era a posição de Francisco de Oliveira, o segundo na hierarquia da SUDENE, diante dessa agitação? Começo a responder a essa questão com uma descrição sem dúvida exagerada, encontrada num perfil de Oliveira elaborado pelos militares e reproduzido na íntegra, a partir das páginas de um Inquérito Policial Militar:

- 1) Responsável pela Cubanização da SUDENE. Em discurso proferido em banquete de posse de Jader Andrade na SAIC, referiu-se a “luta comum” que vinham travando desde os bancos escolares. Chegou a brigar com Celso Furtado porque este não estava dentro da linha, pois achava que ele estava fazendo o jogo dos americanos nos arts 18 e 34 do Plano Diretor da SUDENE. Ele, Jader de Andrade e Juarez Farias, formavam uma “panelinha” que ditava as metas políticas, com a complacência de Celso Furtado, comportando-se este, dubiamente, sem se definir, porém fazendo jogo de sua conveniência pessoal. Francisco de Oliveira era o homem que acolhia as reivindicações “subversivas” dos funcionários esquerdistas e das Associações dos Servidores da SUDENE, junto a Superintendência. A Diretoria da Associação estava dominada por agitadores. Era o “quebra-galho” dos esquerdistas junto ao próprio Superintendente. Aproveitava, quando assumia a Superintendência, para agir mais objetivamente. Os servidores esquerdistas da SUDENE estavam dispostos a cerrarem fileiras ao lado de Francisco de Oliveira contra Celso Furtado, no caso citado pela demissão de funcionários reconhecidamente subversivos, entre eles, Pedro Mota Barros, que foi indicado por Francisco Oliveira, para trabalhar na SUDENE;
- 2) Preso em 09 Abr 64, e recolhido ao Hospital Militar;
- 3) Assinante do manifesto de apoio a Arraes.⁵¹

Sabe-se que o material produzido pelos militares é repleto de exageros e equívocos. Ainda assim há dados aí que não podem ser ignorados. É interessante notar que o relatório aponta diferenças e conflitos entre Furtado e Oliveira no interior da SUDENE e ainda destaca a relação próxima que este tinha com Jader Andrade, ligado ao PCB. Para os militares, o sociólogo teria um perfil “subversivo” mais evidente do que Furtado. Oliveira é apontado, num primeiro momento, como o mediador responsável por levar as posições dos “esquerdistas” ao superintendente. Em seguida aparece como um dos líderes dessa ala, cujos interesses ele defenderia nos momentos em que assumia o controle da SUDENE. É difícil saber até que ponto essas informações são confiáveis ou quais são os fatos e fontes em que se basearam os militares para chegarem a essas conclusões. Decidi explorar o tema

⁵¹ Perfil atribuído a “Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira” localizado no arquivo digitalizado pelo projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo BNM 266, página 5154. Segundo José Maria Aragão (entrevista, 10/10/2013), o citado “manifesto de apoio a Arraes” era um abaixo-assinado de intelectuais contrários a uma possível intervenção do presidente João Goulart no estado de Pernambuco, a qual teria o objetivo, segundo os boatos, de enfraquecer Miguel Arraes, um dos pré-candidatos à presidência do país. O documento e a lista de apoiadores foram divulgados dias após o golpe, em tom de denúncia, pelo jornal Diário de Pernambuco.

em algumas das entrevistas realizadas com ex-funcionários da SUDENE que confirmaram a proximidade entre Francisco de Oliveira e Jader Andrade. Ao lado de Nailton Santos, ambos estariam entre os mais visados pela repressão após o golpe de 1964 e, depois de presos, dividiram a mesma cela.

Há, portanto, uma razoável e surpreendente precisão nas informações contidas no perfil de Francisco de Oliveira elaborado pelos militares. E o dado mais impressionante de seu conteúdo é outro. Segundo o Inquérito, Oliveira teria “brigado” com Celso Furtado por causa dos artigos 18 e 34 do Plano Diretor da SUDENE, através dos quais o economista “estaria fazendo o jogo dos americanos”. Decidi destacar essa informação porque ela antecipa, ainda em 1964⁵², um ponto de discórdia entre Furtado e Oliveira que reapareceria nas análises posteriores deste sobre a experiência da Superintendência: o famoso mecanismo 34/18, apontado por muitos críticos como o grande responsável pela entrada de capitais do centro-sul e de empresas estrangeiras no Nordeste.⁵³ O artigo 18 pertence à lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, responsável pela criação da Superintendência:

Fica isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste, considerados preferencialmente os das indústrias de base e de alimentação, desde que, por proposta da SUDENE ou ouvido o parecer da mesma, sejam declarados prioritários em decreto do Poder Executivo.

O artigo 34 apareceu apenas na lei nº 3.959, de 14 de dezembro de 1961, que complementava a anterior. Ele determinava que:

É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações do Imposto de Renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela Sudene, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Em 1963, uma modificação dessa lei foi elaborada pelo deputado Gileno de Carli, que Oliveira aponta como ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e, portanto, ligado à burguesia industrial açucareira. Seu principal efeito foi o de retirar a exigência de que as empresas tivessem capital 100% nacional. A inspiração era a legislação italiana da *Cassa del Mezzogiorno*, que pretendia incentivar a industrialização do sul daquele país. Essas leis surgiram graças à necessidade de direcionar capital para o Nordeste e para a SUDENE, até

⁵² Não foi possível precisar a data em que este relatório foi elaborado, mas tudo indica que tenha sido entre abril de 1964 e setembro do mesmo ano.

⁵³ Essa crítica aparece num artigo de 1973, escrito em parceria com o economista Henri Philippe Reichstul (OLIVEIRA e REICHSTUL, 1973), e é retomada em *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977.

então bastante carente de recursos. O acréscimo de emendas como o artigo 34 só foi possível graças ao grande atraso na aprovação do Plano Diretor da Superintendência no Congresso Nacional. Quando o impasse se desfez, em 1961, Furtado pensava que:

Estava dado o passo inicial de uma política que certamente envolvia riscos, mas que foi decisiva para impulsionar a industrialização da região. Era como se o Estado dissesse aos empresários de todo o país: aquele que investir no Nordeste obterá um financiamento a fundo perdido correspondente à metade da aplicação feita. Mas estabelecia uma condição: este investimento terá de enquadrar-se na política de desenvolvimento regional definida pela SUDENE. Em realidade, cada projeto teria de ser aprovado por esse órgão, e os desembolsos, supervisionados em função da execução da obra (FURTADO, 1989, p. 121).

De fato, através da combinação desses dois artigos, empresas detentoras de grande capital – a maioria do centro-sul do país – foram incentivadas a investir no Nordeste em troca de isenções fiscais. Realizava-se, assim, o plano de integrar a economia regional à nacional, o que ocorria sem alterar a relação de subordinação já existente, pois o capital apenas passava pelo Nordeste e em seguida voltava para o centro do sistema, dentro ou fora do país. Sobretudo a partir da aprovação da modificação, em 1963, que suprimiu a exigência de 100% de capital nacional para a participação no programa de isenção fiscal. O Estado descartava, assim, uma parcela considerável de tributos a serem captados e os mantinha, enquanto capital, nas mãos dos grandes investidores. A SUDENE tentou atrair parte desse recurso ao dar às empresas a opção de destinar o imposto deduzido ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (Fidene), que seria empregado em projetos industriais aprovados pela Superintendência, mas a alternativa de investimento privado se impunha naturalmente (OLIVEIRA, 2008, p. 255).

A apreciação desse modelo de isenção fiscal é um dos pilares de *Elegia para uma re(li)gião* e outros textos dedicados a rever a trajetória da Superintendência e suas consequências.⁵⁴ Como os militares souberam da existência desse debate? É certo que ele

⁵⁴ O trecho a seguir, bastante duro, é um bom exemplo: “A Sudene anuncia, por ironia da História, por meio especialmente do mecanismo de incentivos fiscais conhecidos como 34/18, uma das formas de financiamento da expansão monopolista no Brasil pós-64. Não é por acaso, mas por uma exigência das leis de reprodução do capitalismo monopolista, que a ‘invenção’ do 34/18 é copiada para propiciar a expansão monopolista em outras ‘regiões’ e setores da atividade econômica em escala nacional: os incentivos foram primeiramente estendidos à Amazônia, logo em seguida à pesca, ao reflorestamento, ao turismo. Foram estendidos, sob outras formas, ao financiamento das exportações, ao financiamento da ‘obsolescência programada’, enfim, a um conjunto de atividades que expressa na verdade, a transformação do conjunto da riqueza nacional em pressupostos da reprodução do capital; e a aceleração da imbricação Estado-burguesia internacional-associada é anunciada também, até certo ponto, pela Sudene. A Sudene é, nesse sentido, um aviso prévio do Estado

ocorria dentro e fora da SUDENE, pois este órgão não estava imune ao intenso conflito político que se desenvolvia no Recife. Novos funcionários de diferentes partes do país e com posições políticas distintas se integravam à instituição através de concursos e carregavam consigo suas opiniões sobre o programa ali desenvolvido. Jornais ou reuniões com políticos e representantes de movimentos sociais eram outras boas fontes para o debate ou para a contestação de algumas medidas dentro da Superintendência, embora todos os relatos indiquem que ninguém, nem mesmo Francisco de Oliveira, questionava a política posta em prática por Furtado.

Talvez a “briga” entre ambos nunca tenha ocorrido, e sua inserção no relatório sirva apenas como um elemento a mais para pintar o sociólogo como um subversivo. De qualquer modo, Oliveira lembrou numa entrevista que tinha bastante contato com Miguel Arraes. Quando voltava ao Recife após as muitas viagens que fazia ao Rio de Janeiro e à Brasília pela SUDENE, Oliveira passava pela casa do governador para trocar impressões sobre o cenário nacional e, sem dúvida, ouvia opiniões e talvez cobranças a respeito de Furtado e de seu programa.⁵⁵ É necessário lembrar que, apesar do apoio, havia certa desconfiança da esquerda em relação às ações da Superintendência. É provável que o mecanismo 34/18 tenha sido tema de alguns desses encontros, ainda que os representantes da esquerda nordestina não fossem tão críticos a ele àquela altura, já que seu efeito imediato – a entrada de capital do centro-sul para promover a industrialização do Nordeste – não se chocava com o programa de aliança com a burguesia nacional amplamente defendido.

De qualquer modo, o conhecimento da existência de conflitos internos na SUDENE, até hoje pouco explorados, pode contribuir para a compreensão da rápida mudança na trajetória de Francisco de Oliveira após o golpe de 1964, quando transitou, num curto espaço do tempo, do nacional-desenvolvimentismo para o marxismo. Se ele mantinha contato com o PCB, ainda que de forma não orgânica, sem dúvida já era capaz de avaliar

autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambiguidade Estado-burguesia, a tal ponto que um se confunde com outro, e os limites de Estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente” (OLIVEIRA, 2008, p. 264).

⁵⁵ “Eu viajava muito a trabalho e tentava passar informações ao Arraes, que era o político com quem eu tinha maior relação” (entrevista em JINKINGS et al., 2007, p. 24).

criticamente algumas das posições defendidas por Celso Furtado.⁵⁶ Este é um dado interessante, mesmo quando se considera que esse possível distanciamento não poderia extrapolar os limites da ideologia nacional-desenvolvimentista, compartilhada também pelo Partidão. Esse fato não impediu que após a ruptura de 1964 e a derrota daquele projeto, Oliveira buscasse respostas à esquerda que o ajudassem a compreender o que havia ocorrido. Como será visto adiante, já em 1964 ele começou a se reaproximar da sociologia através de textos marxistas.

Sabe-se que a solução encontrada para aquela enorme crise, que tinha raízes profundas no Nordeste, foi um golpe liderado pelos militares com expressivo apoio de setores civis. Francisco de Oliveira, que se encontrava no Recife quando o movimento golpista começou, seguiu com Celso Furtado para o Palácio do Governo de Pernambuco, residência oficial do governador Miguel Arraes:

Eu assisti toda a negociação, da tarde do dia 31 de março até o dia 1º de abril, e os milicos também não sabiam o que fazer. Celso Furtado foi para lá, demos a colaboração que a gente podia. Os aviões para contatar os governadores eram aviões da Sudene, por exemplo. Eu vi quando o coronel Dutra de Castilho deu ordem de prisão a Arraes. Ninguém me contou, eu vi (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 160-162).

Já na tarde do dia 1º de abril, Celso Furtado e Francisco de Oliveira foram conduzidos ao gabinete do General Justino Alves Bastos, comandante do 4º Exército. Como Furtado não aceitou as palavras do General, que o repreendeu por não ter colaborado com o movimento “revolucionário”, e reagiu, acusando os militares de golpistas, Oliveira, calado, temeu que dali ambos saíssem direto para a prisão.⁵⁷ O receio de ser preso se justificaria dias depois: no dia 6 de abril, após um jantar de despedida de Celso Furtado organizado por José Maria Aragão, Oliveira voltou para casa e foi acordado de madrugada por policiais civis. Detido, foi levado ao gabinete do delegado Álvaro da Costa Lima, que já tinha fama de torturador. Porém, graças à intervenção de um irmão que era capitão da polícia, no dia 9

⁵⁶ Em *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977, ele escreveu: “Pertencente aos quadros da Sudene desde sua fundação até o ano de 1964, estive em posição privilegiada vendo, participando, *dissentindo, perdendo dentro do processo*. (OLIVEIRA, 2008, p. 126). A parte final da frase, que grifei, sugere conflitos com Celso Furtado.

⁵⁷ Entrevista (JINKINGS et al., 2007, p. 24-25).

de abril ele foi reconduzido ao Hospital Militar, o que o livrou da tortura, mas não da prisão, onde permaneceria por dois meses.⁵⁸

O início da ditadura interrompeu de forma violenta a experiência da SUDENE e impôs mudanças nas vidas dos envolvidos naquele projeto. A Superintendência continuaria a existir, mas seu caráter seria modificado de forma irreversível. Para muitos dos que a conheceram antes e depois do golpe, ela foi capaz de executar o programa de industrialização concebido por Furtado, mas desprovido do conjunto de reformas que o complementava no projeto original. Este foi apenas um caso entre tantos outros: o regime autoritário provocou o redirecionamento da trajetória de inúmeras instituições e personagens brasileiros, sobretudo daqueles ligados à ideologia desenvolvimentista ou às forças políticas de esquerda. As restrições, que se ampliaram entre o golpe e o aparecimento do AI-5, no final de 1968, transformaram as condições do exercício da atividade intelectual no país. A seguir analisarei esse processo, sempre com atenção especial ao caminho percorrido por Francisco de Oliveira.

1.4. O golpe de 1964 e a vida intelectual

Perguntado sobre o que mudou em sua vida após o golpe de 1964, Francisco de Oliveira deu uma resposta interessante. Inicio esta parte do texto, na qual pretendo avaliar o impacto da ditadura sobre a geração de intelectuais brasileiros à qual ele pertence, com esse depoimento:

É paradoxal: 1964 me salvou de ser um burocrata de êxito. Quer dizer, o que foi ruim para o país para mim foi bom. Quer dizer, foi bom vendo em perspectiva, jamais ia adivinhar nada disso, porque eu estava numa carreira ascendente, e isso felizmente não aconteceu. Mas o impacto foi destrutivo. Calou fundo no Nordeste, o que até hoje é pouco explorado. Calou fundo ao ponto de que Celso tornou-se um dom Sebastião. Foi uma frustração enorme e, eu diria, irrecuperável (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 162).

Ao rever o passado, Oliveira avalia como positiva a profunda mudança nos rumos de sua vida imposta pela interrupção forçada de sua experiência na SUDENE. Durante a

⁵⁸ Para reproduzir esses acontecimentos me baseio em relatos de Francisco de Oliveira encontrados em diversas entrevistas, nas lembranças de Celso Furtado (1989, p. 190-201) e na conversa que tive com José Maria Aragão. Sobre as datas há divergências, já que os personagens são por vezes traídos pela memória. Decidi usar as que mais se repetem ou aquelas que constam em documentos militares.

juventude, ainda nos tempos da faculdade, ele via a carreira em escritórios públicos como sua melhor opção profissional, da qual não deveria escapar até o momento da aposentadoria. Com o golpe essa porta se fechou e, naquele instante, era ainda difícil precisar se e quando ela se abriria novamente. O período posterior foi, portanto, de incertezas. Ao sair da prisão e perceber que era figura indesejada na nova SUDENE, o jovem sociólogo deixou o Recife e passou por locais onde encontrou oportunidades abertas graças à sua experiência e aos contatos que conquistou no período em que atuou na Superintendência. Ele permaneceu no Rio de Janeiro durante um ano e em seguida foi para o Chile, onde conheceu Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso. De lá passou pela Guatemala, convidado pela CEPAL para atuar numa missão de assistência técnica, na qual trabalhou por um ano. Depois foi para o México, onde atuou no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos durante dois anos. Mas nenhum desses trabalhos tinha ainda o sentido de uma atividade estritamente intelectual, tal qual realizavam, por exemplo, aqueles – entre os quais estavam Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort – que logo após o golpe se exilaram em Santiago, capital do Chile, onde se vincularam à CEPAL ou à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Oliveira até passou pela cidade, mas não encontrou ali as condições necessárias para que permanecesse. Esses são percalços que, hoje, sua memória parece evitar ou minimizar. De fato, à luz de tudo o que ocorreu após sua entrada para o CEBRAP, em 1970, quando finalmente conquistou espaço e respeito como intelectual, aqueles problemas podem ser considerados insignificantes. Aqui, porém, esse período merece um destaque maior porque sua mutação de um “burocrata de êxito” para um dos mais destacados intelectuais do CEBRAP, gestada ao longo daqueles anos, diz muito a respeito de sua trajetória pessoal e, também, das transformações que ocorriam na vida intelectual brasileira.

Oliveira trilhou um caminho original, algo que se revela quando o comparamos ao de outros contemporâneos seus. Celso Furtado, por exemplo, além de importante homem público, era já um consagrado economista, com diversas obras publicadas, quando teve seus direitos políticos cassados. Possuía muitos contatos e conquistara destaque nas áreas política e intelectual, mas nada disso valia, no Brasil, após o golpe de 1964. No exílio, em Paris, tornou-se professor universitário, algo que não colocava no topo de suas prioridades. Fernando Henrique Cardoso também possui uma trajetória com a qual vale a comparação.

Apesar de não ter ainda o destaque como homem público que conquistaria no final dos anos 1970, no momento do golpe ele contava com um bom posto de docente e pesquisador na Universidade de São Paulo, além de livros e artigos publicados. E, como sugere Afrânio Garcia (2004), sua história familiar já favorecia seu envolvimento político, algo que provavelmente só foi adiado por causa do cerceamento imposto pelo regime autoritário.

Para todos os casos que se analise, o início da ditadura terá fechado algumas portas e aberto outras, ainda que involuntariamente. Ocorre, no entanto, que tais portas não eram as mesmas para todos. O real impacto do golpe sobre cada um dependia de sua trajetória anterior, de suas origens familiares, de seu local de nascimento, de sua condição econômica, de sua formação, dos contatos que tinha. Em resumo: tudo que ajudava a compor o perfil de cada personagem. Para Celso Furtado, por exemplo, um homem com uma vocação para o exercício de importantes atividades dentro do Estado, quase todos os caminhos – ou pelo menos aqueles que ele mais valorizava – desapareceram. Ele sem dúvida não via os efeitos do golpe sobre sua vida com tão bons olhos quanto Francisco de Oliveira, cuja trajetória mudou, ao menos no longo prazo, num sentido positivo. Enquanto muitos de seus contatos mais próximos, entre eles Furtado, viram suas atividades *reduzidas* à condição de intelectuais críticos da ditadura, com possibilidades restritas de ação, do ponto de vista de Oliveira a chance de se posicionar publicamente a respeito da política nacional significou uma *ampliação* de seu horizonte. A diferença não é pequena e tem a ver com o lugar que cada um ocupava no momento do golpe. Como a maioria das hierarquias às quais estavam vinculados desapareceu, a distância entre ambos também diminuiu.

Assim, ao longo dos poucos anos que separam sua saída da SUDENE de sua entrada no CEBRAP, Oliveira estreitou o contato com alguns membros da Escola Paulista de Sociologia⁵⁹ e dedicou-se à leitura mais aprofundada da literatura marxista. Sua gradativa aproximação em relação aos pesquisadores empenhados em repensar as características do desenvolvimento capitalista no Brasil o induziu a um distanciamento em relação às teses de Furtado. Esse movimento é perceptível a partir da análise de dois artigos escritos por ele e publicados na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965 e em 1966. Apesar do curto

⁵⁹ Além de já conhecer Octavio Ianni, que realizou alguns seminários na SUDENE antes de 1964, durante sua passagem pelo México Oliveira teve contato com Gabriel Bolaffi, ex-companheiro de turma de Ciências Sociais de Roberto Schwarz e Michel Löwy. Os dois se tornaram amigos.

intervalo, os conteúdos dos textos são bem distintos. No primeiro, intitulado “O Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco: por que não terá êxito” (1965), as ressalvas quanto à agenda econômica do novo governo militar se apoiavam na convicção de que o desenvolvimento logrado nas décadas anteriores ao golpe, “apesar de suas imperfeições, [...] foi altamente positivo” (1965, p. 115). O plano proposto pelo regime autoritário, de caráter mais liberal e aberto ao capital internacional, significaria uma regressão da economia brasileira a um cenário de balança comercial desfavorável que fora parcialmente superado, não sem dificuldades, com as substituições de importações. Oliveira concluía, então, que:

Denunciar o caráter aventureiro e antinacional desse Plano de Governo, que transfere as decisões sobre nossa vida para fora do território nacional, sob a égide de uma doutrina historicamente atrasada, é a mais importante tarefa do momento, e, para combatê-lo, devem unir-se todas as forças interessadas no desenvolvimento autônomo da Nação (OLIVEIRA, 1965, p. 128).

O conteúdo nacionalista ou antiimperialista do texto, mais próximo à leitura realizada pelo PCB, aparece em meio à ausência de uma análise das relações de classe para o período 1930-1964, substituída pela ideia de que o desenvolvimento econômico seria um objetivo a ser perseguido em nome do interesse nacional. Daí o chamado a “todas as forças interessadas”. Portanto o texto contrasta – e muito – com a leitura sobre o período que Oliveira elaboraria anos depois, em *Crítica à razão dualista*, mas se assemelha à análise que Celso Furtado realizou num artigo para o mesmo número da *Revista Civilização Brasileira* (FURTADO, 1965), depois retomada no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). A ruptura em relação ao passado ainda não tinha avançado.

Apesar do intervalo de apenas um ano, no segundo artigo, “Condições institucionais do planejamento” (1966), já é possível notar a influência de certa literatura marxista sobre Francisco de Oliveira. No texto o autor analisou as controvérsias sobre a viabilidade e os efeitos do planejamento sobre as sociedades a partir de duas tendências: os “instrumentalistas” e os “institucionalistas”. Na primeira haveria dois subgrupos: de um lado, teóricos e políticos que enxergavam o planejamento econômico como uma ameaça à democracia, argumento liberal que, segundo Oliveira, serviu para barrar o avanço do modelo socialista durante o século XX. De outro lado, no segundo subgrupo, chamado de “instrumentalista-tecnicista”, estariam aqueles que sustentavam que o planejamento era

aplicável em qualquer sociedade a partir do aperfeiçoamento da técnica, “dos métodos de análise, medição, avaliação e, num sentido normativo, os instrumentos de intervenção do Estado nas relações econômicas” (1966, p. 42). Oliveira descrevia, aí, o pensamento desenvolvimentista e, diferente do texto anterior, apontava seus limites:

A esse subgrupo se devem notáveis contribuições ao aparelhamento formal do planejamento; sua visão do fenômeno é, entretanto, demasiado técnica. Por um lado, incide em erro fatal, ao propugnar as diversas formas de intervenção do Estado na vida econômica considerando-o como um ente acima das classes sociais; por outro lado, em suas versões mais sofisticadas, reduz o planejamento a um sistema mecânico, cuja resolução depende da existência de computadores. Quase como uma consequência necessária, tal tipo de postulação nos países subdesenvolvidos conduziu a uma mitização do planejamento econômico e a uma atitude política dos profissionais de planificação sumamente *ingênua* (1966, p. 42, grifo no original).

Mais adiante, ao falar da vertente latino-americana desse subgrupo, ou seja, da produção da CEPAL, Oliveira tornou explícito seu distanciamento: “O mito do planejamento econômico como um ser angelical, sem cor, sem cheiro, sem sabor, sem sexo, isto é, divorciado dos padrões de classe e de poder, está, para nossa felicidade, esboroando-se” (1966, p. 46). Por fim, a tendência “institucionalista”, com a qual Oliveira se identificava, era apresentada como oposta aos “instrumentalistas” de ambos os subgrupos. O fundamento dessa discordância estaria na percepção de que o desenvolvimento econômico – objetivo almejado pelo planejamento – implicava, necessariamente, numa mudança na estrutura social e exigia, portanto, um arranjo institucional que combatesse o *status quo*. A consequência seria a percepção, cada vez mais nítida a partir da experiência soviética, de que:

A inter-relação entre *estado socialista* – forma política – e o *planejamento econômico* – método – não era meramente formal; com o correr dos tempos ficaria clara a natureza causal da relação, que teve enorme importância algum tempo mais tarde, quando o planejamento veio ocupar o centro da atenção internacional (1966, p. 40).

É sensível e até surpreendente a mudança de perspectiva encontrada entre os dois artigos, bem como as imprecisões da análise de Oliveira, que seriam corrigidas mais tarde, em *Crítica à razão dualista*. Uma delas está na tipologia esboçada, que coloca o pensamento da CEPAL ao lado do liberalismo monetarista, linha teórica contra a qual Prebisch e Furtado direcionaram suas mais duras críticas. Preso a essa classificação, Oliveira não deu a devida importância ao fato dos autores vinculados à CEPAL terem demonstrado a especificidade histórico-estrutural do subdesenvolvimento, característica

que destacaria em análises posteriores. Mas o artigo tem sua importância por indicar uma mudança que se consolidaria depois, como indicou o autor em entrevista recente:

Já era um pé atrás com o furtadismo que fazia do planejamento uma espécie de panaceia, até porque fazia muito parte da conjuntura. O [Roberto] Campos insistia muito no planejamento como se a ditadura estivesse fazendo planejamento. [...] A ideia era muito associada ao socialismo e a dar um anteparo a essa visão. Mas não é um artigo que seja referência para nada.⁶⁰

O afastamento de Oliveira em relação ao desenvolvimentismo foi a expressão particular de um movimento ideológico que atingiu a maioria dos intelectuais brasileiros do período. O fato de ter participado da SUDENE fez com que sua crítica fosse ainda mais violenta, consequência quase inevitável da ruptura à qual o autor se propôs. Mas essa característica transformou sua produção do período, sintetizada no ensaio *Crítica à razão dualista*, numa peça importante para se pensar a rápida transformação ocorrida nas interpretações sobre o Brasil entre 1964 e 1969. Naquele período, a *Revista Civilização Brasileira* – onde se encontram os dois artigos de Oliveira analisados acima – foi um veículo importante de manifestação dessa disputa ideológica. Liderada por Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira e militante do PCB, a revista somou 22 volumes entre 1965 e 1968. Em suas páginas é possível encontrar textos de cientistas sociais, artistas e críticos de arte, que compuseram uma frente de resistência político-cultural ao regime militar. A revista reunia opiniões heterogêneas, algumas das quais se tornariam rivais a partir dos anos 1970, quando a unidade que a oposição mostrara nos anos imediatamente posteriores ao golpe se desfez e as tendências do debate político e ideológico ficaram mais nítidas. No primeiro volume da revista, por exemplo, há um artigo de Celso Furtado, autor cujas ideias logo se tornariam um dos principais alvos dos jovens intelectuais de esquerda do país. No periódico também foram publicados textos de personagens antes vinculados ao ISEB, como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, cujas produções também seriam criticadas, mais tarde, por intelectuais da nova geração. O sucesso editorial da revista, que chegou a vender vinte mil exemplares de um mesmo número (RIDENTI, 2000, p. 132), corroborava o desempenho da editora, que atingiu a publicação de vinte livros por mês no auge de sua produção (CZAJKA, 2005, p. 12). Sobre sua participação na revista, Oliveira declarou:

⁶⁰ Entrevista (RIDENTI e MENDES, 2012, p. 602).

Nessa época eu fiquei muito no Rio de Janeiro. Eu estava, na sequência do golpe, saindo de Recife e fiquei no Rio de uma forma bastante provisória, sem emprego, fazendo bicos, e me aproximei do grupo que o Ênio Silveira reunia. Era um grupo de esquerda, majoritariamente do Partidão, porque ele próprio era militante do Partidão. E eu me aproximei daquele grupo. Foi quando ele estava lançando a *Revista Civilização Brasileira* e eu fiz o primeiro artigo, que foi sobre o Castelo Branco. Foi escrito como uma peça de oposição à ditadura. Ele tem um título farsesco, porque diz que [o programa econômico] não vai dar certo e deu [risos]. Fazia parte de uma frente de oposição que era muito louvável. [...] A gente queria cutucar o cão com vara curta.⁶¹

A pequena produção intelectual de Oliveira durante aqueles anos – à qual se soma um artigo publicado no México, em 1967⁶² – já dava sinais da ruptura em relação ao passado que acompanhava o pensamento de muitos outros intelectuais. Mas sua primeira crítica à teoria desenvolvimentista, apresentada no segundo artigo que publicou na *Revista Civilização Brasileira*, estava longe da sofisticação teórica que ele atingiria mais tarde. A influência ali já era do marxismo, mas de uma versão mais vulgar deste, difundida pelo PCB, o que o levou a defender a experiência soviética como exemplo de “planejamento”, algo que não voltaria a fazer em seus textos posteriores. Vale lembrar que ele estava no Rio de Janeiro, em contato com Ênio Silveira e outros comunistas que organizavam a *Revista*.⁶³ Portanto, mesmo sem ter sido militante orgânico do Partidão, Oliveira encontrava-se mais uma vez sob sua influência, assim como ocorrera no Recife, quando se aproximou de funcionários comunistas da SUDENE.

Na conjuntura em que Oliveira e outros intelectuais escreviam – posterior ao golpe de 1964 e à consequente derrota do nacional-desenvolvimentismo, até então hegemônico no pensamento brasileiro – era inevitável que eles se pautassem em algumas críticas aos projetos e relatos sobre a nação que surgiram nas agitadas décadas anteriores. Elas poderiam se apoiar em diferentes discursos sobre a realidade nacional, todos eles

⁶¹ Entrevista (RIDENTI e MENDES, 2012, p. 601).

⁶² Trata-se de “La industria latinoamericana: integración y economías de escala”. *Boletín del CEMLA*, Cidade do México.

⁶³ A leitura dos artigos elaborados por Francisco de Oliveira leva a crer que seu contato maior, naquele momento, era com os comunistas envolvidos na *Revista Civilização Brasileira*. É necessário dizer, no entanto, que a composição de seu conselho editorial não se restringia aos membros do Partidão. Dele fazia parte, por exemplo, Octavio Ianni. De acordo com Czajka (2005), “Ainda que a RCB tenha reunido um contingente de indivíduos em torno de suas diretrizes editoriais, num primeiro momento, isso não representa a efetiva organização social de um grupo. A revista, antes de mais nada, representou uma tribuna de debates que abriu possibilidades para a formação dos mais variados grupos; ela abrigou diversas tendências ideológicas e favoreceu o contato diversificado entre idéias, projetos e ideologias, mas não o fez – ou o seus responsáveis não o fizeram – pressupondo a consolidação ou legitimação de um determinado grupo no espaço público”.

veiculados na *Revista Civilização Brasileira*. Aos poucos, porém, o vocabulário da oposição se aprimorou, o que ocorria em meio às mudanças nas condições para o exercício da atividade intelectual no país, consolidadas após o endurecimento do regime autoritário, a partir de 1969. Num olhar retrospectivo, a década de 1960 aparece como um período importante de transição política e econômica da sociedade brasileira, com nítidos efeitos sobre a produção cultural e intelectual no e sobre o país.

Para compreender essa descontinuidade, parto da ideia de que se produziu, naquele período, um *corte geracional* entre os intérpretes da sociedade brasileira. Com esse termo não pretendo enfatizar apenas as diferenças de idade entre os autores dos anos 1930-1960 e aqueles que surgiram logo em seguida, como Francisco de Oliveira. Embora o componente etário faça parte da definição, este é um dado natural que não nos ajuda a avaliar o processo social. A distinção fundamental está na mudança da forma de abordagem do passado, do presente e do futuro do país que acompanhou a nova geração de cientistas sociais brasileiros, da qual tratarei adiante. É possível afirmar, inspirado em Mannheim (1993), que tanto os diagnósticos quanto as práticas de intervenção sobre o processo histórico se modificaram significativamente ao ponto de resultarem numa nova *unidade geracional*.⁶⁴

Os membros dessa nova geração tinham em comum o fato de terem vivenciado ou ao menos assistido a eventos históricos importantes da sociedade brasileira e aos agitados debates sobre os rumos da nação, tanto antes quanto depois do golpe de 1964. A essa experiência conjunta somava-se uma formação teórica compartilhada, em grande medida inspirada nos grandes intérpretes pertencentes à geração anterior, conforme célebre testemunho de Antonio Candido:

Os homens que estão hoje [1967] um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado

⁶⁴ Para Karl Mannheim, os estudos sobre as gerações podem ser aprofundados com o auxílio de uma tipologia que diferencia três momentos ou formas de relação entre os indivíduos pertencentes a elas. O primeiro, mais elementar, é a “posição geracional”, em que os membros possuem apenas a potencialidade de compartilharem ideias e ações, proporcionada pelo fato de existirem no mesmo espaço e tempo histórico. Num segundo momento, classificado como “conexão geracional”, esses indivíduos intervêm num segmento da realidade social e o no destino coletivo dos agentes que dela fazem parte, mas não necessariamente num mesmo sentido. A “unidade geracional”, por fim, identifica aqueles indivíduos que não apenas agem sobre a realidade, mas que perseguem o mesmo objetivo, ou seja, compartilham a mesma trincheira na luta política ou ideológica (MANNHEIM, 1993, p. 221-223). Em algumas traduções, o termo “unidade geracional” aparece como “adesão geracional”.

quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (CANDIDO, 2011, p. 9).⁶⁵

Para os intelectuais formados no calor dos debates pré-1964, a realidade posterior ao golpe surgiu como um enigma de difícil compreensão. A partir daquele evento, a inviabilidade de alguns projetos de nação que antes se mostravam possíveis foi se tornando aos poucos mais evidente entre os autores brasileiros. Produziu-se, assim, um incômodo estranhamento entre as referências teóricas da nova geração e a realidade nacional: ideias, planos e paixões dos novos cientistas sociais, que se inspiravam no exemplo engajado de seus antecessores, encontravam-se sufocados pelo regime autoritário. Esse choque se traduziu numa crise cujo produto foi uma série de transformações nas formas de se pensar o país. Tal processo não foi imediato e levou, como é possível perceber hoje, à distância, longos anos de debates, marcados pelo tom crítico e por ricas formulações teóricas.

Sem perder de vista a produção do sociólogo Francisco de Oliveira, exponho alguns dos momentos cruciais daquela mudança. Destaco o intervalo entre o golpe de 1964 e a criação do CEBRAP, em 1969, por considerar que neste curto período se produziram transformações na realidade brasileira que foram suficientes para redefinir o caráter da produção intelectual sobre o país. A ideia desenvolvida aqui se baseia na hipótese de que a profunda crise social e política, somada à revelação mais nítida dos rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 1964, aceleraram aquela ruptura, e marcaram de maneira incontestável a produção da nova geração. Uma primeira condição a que estavam submetidos aqueles intelectuais – muitos dos quais se viram impedidos de qualquer atuação por dentro do Estado, como era até então comum – pode ser imaginada a partir de uma reflexão feita por Edward Saïd:

Ao sublinhar o papel do intelectual como um outsider, tenho tido em mente quão impotentes nos sentimos tantas vezes diante de uma rede esmagadoramente poderosa de autoridades sociais – os meios de comunicação, os governos, as corporações etc. –

⁶⁵ Desconsidero, aqui, as múltiplas e evidentes diferenças entre as obras desses três autores, pois ao tomá-los como membros de uma mesma geração, em sentido amplo, acabamos levados a realçar seus traços semelhantes e a ofuscar as divergências. Uma análise destas pode ser encontrada no mesmo prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil* (2011, p. 9- 21).

que afastam as possibilidades de realizar qualquer mudança. Não pertencer deliberadamente a essas autoridades significa, em muitos sentidos, não ser capaz de efetuar mudanças diretas e, infelizmente, ser às vezes relegado ao papel de uma testemunha que confirma um horror que, de outra maneira, não seria registrado (SAID, 2005, p. 16).

A condição de “testemunha” assumida pelo intelectual, tal qual a descreve Edward Saïd, aplica-se bem à posição que muitos personagens do pensamento brasileiro ocuparam no auge da ditadura civil-militar, entre eles Francisco de Oliveira.⁶⁶ Mas essa condição, ao menos para o nosso caso, não teve nada de natural nem foi o resultado de decisões espontâneas de uma parcela dos intelectuais brasileiros. Ao contrário, o início do regime autoritário colocou a parcela mais à esquerda desse grupo na posição de *outsider*, uma situação bastante distinta daquela vivida nas décadas anteriores. Daniel Pécaut (1990) demonstrou que as gerações dos anos 1920-1940 e dos anos 1954-1964 tinham em comum uma estreita relação com o Estado e a política. Durante todo aquele período, as mudanças da sociedade brasileira e nas estruturas de poder não os excluíram; ao contrário: em geral próximos às elites, até mesmo os intelectuais progressistas foram alçados à condição de atores fundamentais na construção da nação.

Essa realidade mudou completamente após 1964, com o surgimento do que Pécaut chamou de “bloqueios estruturais” (PÉCAUT, 1990, p. 197). Mas eles não foram capazes de modificar, de imediato, o sentido da atividade intelectual no país. A nova geração ainda conservava características herdadas das anteriores: como seus antecessores dos anos 1920-1964, eles também consideravam fundamental compreender o passado para entender o presente e, o mais importante, projetar o futuro. Essa preocupação com o destino nacional fez com que a maioria dos textos produzidos naquele período apresentasse quase sempre um duplo caráter, cognitivo e normativo, racional e apaixonado, também encontrado em grandes relatos sobre o país escritos nas décadas anteriores. Ou seja: além do compromisso com o conhecimento científico, que ganhava contornos mais nítidos, aqueles personagens transpareciam um envolvimento político que se definia não mais pelo engajamento ao lado do Estado pela construção da nação, mas pela oposição à ditadura. Após 1964, o projeto nacional deveria ser concebido *apesar* do Estado, considerado antinacional. Tal postura se revestia de uma obrigação moral. É impossível desvincular essas características do contexto

⁶⁶ Essa condição não pode ser generalizada, já que alguns intelectuais mantiveram seus laços com o Estado, mas ela se aplica bem à trajetória de Francisco de Oliveira e outros próximos a ele.

de profunda crise social em que elas se produziam. Como lembram Elide Bastos e Walquíria Rêgo, a disposição a intervir nos debates públicos sói ser mais intensa em momentos como este:

A crise social é um momento particular na história das sociedades porque nela se explicitam e se ocultam determinações essenciais de sua organicidade. Em outros termos, a situação de crise faz aflorar tendências latentes de determinados processos sociais, pondo assim em questão projetos e utopias que apaixonaram espíritos. O momento de crise revela uma textura histórica específica, porque se radicalizam forças destrutivas existentes no corpo social que, uma vez liberadas, podem ameaçar a sobrevivência da vida civil: é o ovo da serpente (BASTOS e RÊGO, 1999, p. 11-12).

No mesmo sentido, Octavio Ianni (2004, p. 26-48) afirmou que eventos marcantes e críticos da vida nacional – como a Declaração de Independência, em 1822, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, em 1888-89, ou a Revolução de 1930 – animaram os intelectuais brasileiros e multiplicaram os grandes relatos sobre o país. Em cada um desses momentos, importava compreender as principais questões nacionais, os problemas que levavam às crises e as soluções imaginadas para elas. O pós-1964 sem dúvida foi mais um período em que essas demandas se manifestaram, mas a resposta a elas teve que se adequar às novas condições objetivas.

Durante a primeira metade do século XX, o ato de pensar o país se convertia facilmente na tarefa de debater e defender, em público, determinadas opiniões sobre a política nacional. Esse caminho quase natural para alguns dos restritos círculos intelectuais do período era iluminado, em grande medida, pela existência de possibilidades reais de intervenção normativa sobre o futuro da sociedade. Estas eram mais numerosas, claro, para aqueles pensadores alinhados aos projetos do Estado nacional, principalmente a partir da Revolução de 1930. Mas não são desprezáveis as brechas abertas para as posições divergentes, tanto aquelas ligadas a setores sociais em declínio quanto outras ideias marginais que expressavam visões diferentes sobre o “Brasil moderno”. Diante desse exemplo, a geração de cientistas sociais brasileiros que se destacou a partir dos anos 1960 parecia impelida a dar seguimento ao modo já tradicional de produção intelectual no país. Mas as semelhanças e continuidades entre as produções dos antigos e novos intelectuais brasileiros acabaram condicionadas por rupturas colocadas pelas mudanças que o país atravessava, aprofundadas a partir do golpe de 1964. O novo período – diferente do anterior, inaugurado pelo fim do Estado Novo – teve um sentido mais definido e

direcionado: se os eventos posteriores a 1945 e o arranjo institucional democrático traduziam um período de lutas e redefinições na estrutura social brasileira, no qual era possível enxergar ou projetar futuros distintos, a ditadura militar, por outro lado, estabeleceu limites, encerrou possibilidades e guiou, de maneira mais decidida e autoritária, a economia e a sociedade nacionais.

Enquanto a nova realidade ganhava formas mais definidas, seus intérpretes eram obrigados a rever antigas teses e a produzir relatos inéditos e ousados. A história então recente do país, com destaque para a Revolução de 1930 e os anos posteriores a ela, foi alvo de revisão. O que antes era interpretado, majoritariamente, como um nítido conflito político e econômico entre setores modernos e atrasados da sociedade, encarnado pelos polos antagônicos burguesia-indústria-cidade, de um lado, e oligarquia-agricultura-campo, de outro, passou a ser visto como um “arranjo populista”, um “Estado de compromisso” ou um processo de “modernização conservadora”. E contra a matriz dualista que fundamentava as antigas interpretações foram dirigidos duros golpes. Alguns autores que propuseram essa revisão histórica ainda na década de 1960 foram Caio Prado Júnior, com *A Revolução brasileira*, de 1966; Francisco Weffort, com sua tese de doutorado dedicada ao tema do populismo, defendida em 1968; Octavio Ianni, com *O colapso do populismo no Brasil*, também de 1968; Boris Fausto, com sua revisão histórica do período Vargas condensada em *A Revolução de 1930: historiografia e história*, de 1970, além, é claro, de Fernando Henrique Cardoso, que escreveu ao lado de Enzo Faletto o influente *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, publicado em espanhol em 1969.

Esses nomes e outros que, no mesmo período, empreenderam uma crítica aos modelos interpretativos hegemônicos da sociedade brasileira – com base, sobretudo, numa perspectiva histórico-estrutural baseada no marxismo – podem ser definidos como uma “unidade geracional”, no sentido proposto por Mannheim. Além de uma formação mais ou menos comum, que tinha a Universidade de São Paulo como referência, esses intelectuais sentiam os efeitos das mudanças da realidade brasileira de forma semelhante e propunham alternativas parecidas. Diante das possibilidades restritas encontradas sob um regime autoritário, formavam uma frente de oposição ao governo militar, da qual Francisco de

Oliveira faria parte a partir de 1970, com sua entrada no CEBRAP. Para ele, porém, o caminho até este Centro foi menos natural.

A descrição de seus primeiros passos, realizada no início deste capítulo, demonstrou que seu percurso foi bem diferente do percorrido pela maioria dos seus colegas do CEBRAP. Formado em Ciências Sociais no Recife, num curso com uma estrutura mais frágil e um currículo cheio de carências, acabou deixando a sociologia de lado bem cedo, quando se voltou para a economia e para o trabalho em órgãos públicos. O reencontro com aquela disciplina só ocorreu, como lembrou, graças ao golpe. Sua leitura de textos sociológicos foi facilitada por uma situação adversa vivida na SUDENE após sua saída da prisão, ainda em 1964. De volta ao escritório, Oliveira não tinha acesso a documentos ou decisões importantes do órgão, restrição imposta pelos militares a um funcionário que tinha fama de “subversivo”. Ele passava então o dia inteiro em sua mesa, sem nenhuma atividade, com o tempo livre para os estudos.

Li então com muito gosto dois livros interessantes: o primeiro, o famoso artigo de Fernando Henrique Cardoso que é a introdução à tese dele sobre o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Tinha uma “Introdução Metodológica sobre a dialética nas Ciências Sociais”, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* editada por Júlio de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tomei contato com esse artigo e o livro de um polonês, que era Estanislau Soviski⁶⁷, *Estrutura de Classe na Consciência Social*. Eu passei lendo... Passei quarenta dias aí nesse limbo, onde você nem via Deus nem o diabo (risos) (MANTEGA e REGO, 1999, p. 101).

A famosa “Introdução” ao livro *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, escrita em 1962, sintetiza as discussões realizadas no Seminário Marx, fundado por ele e outros alunos da Faculdade de Filosofia da USP em 1958.⁶⁸ Nela, a “questão metodológica” se destaca em dois sentidos: em primeiro lugar por ser uma discussão que chamou maior atenção do que a pesquisa empírica em si, sendo o principal motivo de seu grande sucesso entre cientistas sociais daquela geração. E, em segundo lugar, a discussão também é destaque pelo fato de aparecer num bloco descolado

⁶⁷ O nome correto do autor é Stanislaw Ossowski e o livro é *Estrutura de Classes na Consciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

⁶⁸ Para Lidiane Rodrigues, que estudou esse grupo, “‘Introdução’ documenta as discussões do Seminário: a leitura d’*O Capital*, as referências autorais, especialmente Jean-Paul Sartre e Georg Lukács, a defesa da superioridade do ‘método dialético’ em relação a outros, na sociologia, e a tentativa de estabelecer os termos de uma síntese, que, parece-nos, anuncia-se veladamente na epígrafe escolhida. Trata-se da assertiva de Karl Marx na *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: ‘Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem’” (RODRIGUES, 2011, p. 219).

do restante do livro, sobretudo seu trecho mais denso, situado na primeira parte da “Introdução”. Seu conteúdo gira o tempo todo em torno da afirmação da primazia do método dialético em relação a outros, como o funcionalismo, dentro das Ciências Sociais:

Diante dessas possibilidades, o artifício metodológico funcionalista parece pobre para interpretar as conexões funcionais que estabelecem na mesma sociedade quando esta sociedade se configura em constelações sociais diversas em momentos distintos. Ele se resume à pesquisa de grupos de conexões válidos para *cada fase* histórico-social, vistas descontinuamente. Entre um padrão estrutural ou organizatório e outro há um hiato: o método funcionalista é cego para compreender a transformação em suas implicações globais. Supõe requisitos para a elaboração metodológica, que retiram a historicidade peculiar do comportamento humano (a negatividade), e não é capaz de representar as vinculações recíprocas e contraditórias entre a simultaneidade e a sucessão, que exprimem o movimento da história (CARDOSO, 2011, p. 46-47, grifos no original).

A defesa do uso da dialética nas Ciências Sociais era justificada por sua capacidade de apreender as causas e sentidos reais das transformações das sociedades, um argumento bem convincente num meio intelectual que se via mergulhado numa conjuntura crítica, cheia de incertezas. O texto de Cardoso sintetizou o espírito daquela geração, ainda preocupada com a compreensão da realidade brasileira, mas também atenta às exigências do trabalho científico. Ao longo dos anos 1960, esse perfil ganhou legitimidade e atingiu um público maior, com autores vinculados à Escola Paulista – e, em especial, nomes relacionados a essa vertente acadêmica do marxismo – aparecendo nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*.⁶⁹ A conquista desse espaço ocorreu após um processo de ampliação temática que remete ao início da década, ainda antes do golpe de 1964:

A partir de 1960, a sociologia universitária de São Paulo aventura-se a seu modo em direção a temas que também são pontos centrais de reflexão da esquerda naquele momento. Florestan Fernandes, titular da “cátedra I” de sociologia e depois criador do CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho), propõe um vasto programa de pesquisas sobre as transformações sociais do Brasil. É nesse quadro que Fernando Henrique Cardoso desenvolve suas análises sobre a burguesia; Octavio Ianni, sobre o Estado; Leôncio Martins Rodrigues, sobre a classe operária. Fernando de Azevedo, titular da “cátedra II” de sociologia, reúne em torno de si Antônio Cândido; Aziz Simão, especialista em história da formação da classe operária; Maria Isaura Pereira de Queiroz, que estuda o messianismo camponês; Douglas Teixeira Monteiro, que se interessa pela sociologia da religião; Ruy Coelho e outros. Não são pequenas as diferenças políticas entre esses sociólogos. Têm em comum, entretanto, a desconfiança em relação ao desenvolvimentismo e ao nacional-populismo e, a partir de 1962, à gestão de Goulart (PÉCAUT, 1990, p. 214-215).

⁶⁹ Os intelectuais paulistas começaram a publicar mais na revista a partir de 1966 (Pécaut, 1990, p. 207), o que não representou, segundo Moacyr Félix, uma mudança na linha da revista, que sempre foi pluralista, inspirada no modelo de *Les Temps Modernes*.

Antes de conquistarem a atenção de um público mais amplo, algo que só ocorreu depois de 1964, aqueles intelectuais eram reconhecidos apenas por seus pares no interior da Universidade, e não através de intervenções públicas no debate político. A partir da criação do CESIT, parte importante dos intelectuais da sociologia da USP mergulhou na querela sobre os rumos do desenvolvimento nacional. Assim, ainda que o ponto de vista adotado fosse outro, em geral mais crítico, passaram a olhar o Brasil inspirados pelo mesmo tema que animava os pesquisadores do ISEB ou os funcionários da SUDENE. Não é simples coincidência, portanto, que personagens de cada uma dessas instituições tenham aparecido lado a lado nas páginas da *Revista Civilização Brasileira* após o golpe. Pois apesar das diferenças, todos compartilhavam uma preocupação intelectual e política mais ou menos comum: pensar e transformar o Brasil. Logo, embora o encontro de Francisco de Oliveira com a Escola Paulista não possa ser considerado algo absolutamente natural,⁷⁰ havia já entre ele e seus futuros colegas de CEBRAP mais interesses em comum do que um olhar apressado sobre as diferenças regionais no desenvolvimento das Ciências Sociais poderia indicar.

Há também uma inegável linha de continuidade entre o Seminário Marx, o CESIT e o CEBRAP, a qual revela a disposição crescente daquele grupo inicial dedicado à leitura exaustiva de textos para abarcar temas ligados às questões políticas nacionais. Com o golpe, os ex-membros do Seminário – alguns já envolvidos no CESIT – se dividiram entre os que se restringiam a uma leitura teórica da obra de Marx e aqueles que pretendiam usar a mesma para interpretar a realidade do país. Este último grupo foi o que apareceu nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*. O marxismo surgiu, assim, como uma fonte de conceitos apropriados às reflexões que aquela conjuntura exigia. De acordo com Pécaut (1990, p. 217-222), sua vertente acadêmica se impôs à vulgar, pecebista, e se tornou um paradigma para as Ciências Sociais brasileiras, sobretudo quando os jovens intelectuais que a divulgavam passaram a ganhar maior destaque, impulsionados pela criação do CEBRAP, em 1969. A partir de então, era como se o tema a ser abordado por um intelectual fosse menos importante do que o método empregado para tanto: a dialética marxista.

⁷⁰ Sem dúvida o cotidiano de trabalho na SUDENE, imerso na luta política, era bem diferente do ambiente de pesquisas e debates proporcionado pelo CESIT, atravessado pelos padrões de trabalho acadêmico. Essa diferença, à qual se soma o afastamento de Francisco de Oliveira em relação à sociologia, tornou seu caminho até o CEBRAP menos natural e exigiu dele alguns esforços de adaptação que passaram pela leitura de trabalhos acadêmicos e pelo contato com a literatura marxista.

A “Introdução” de Cardoso lida por Francisco de Oliveira ainda em 1964 é apenas uma peça – talvez a primeira de grande impacto – entre tantas outras que elevaram o marxismo acadêmico a essa posição de destaque. Sua transformação em paradigma entre as Ciências Sociais brasileiras provocou mudanças mais amplas. Os temas culturais, que tinham força desde o final do século XIX, ainda antes da consolidação da disciplina, perderam espaço para as preocupações com o trabalho, o poder, o Estado, as classes sociais e, sobretudo, a economia. Esta se tornou um ponto de partida de muitas das pesquisas sociológicas da época, o que é facilmente comprovado pela revisão de algumas das principais obras do período, já listadas acima. Não seria exagero dizer que houve um deslocamento de temas da superestrutura para a infraestrutura, o que ocorreu em meio a uma crítica sociológica à hegemonia dos economistas na condução do debate sobre o desenvolvimento nacional.

Francisco de Oliveira se reaproximou da sociologia naquele contexto. Além da emergência do marxismo acadêmico no meio intelectual, outros elementos retirados da música, do teatro ou do cinema no período de 1964-69 poderiam dar a impressão de existir, naquele período, “relativa hegemonia cultural da esquerda no país”, como sugeriu Roberto Schwarz (1978, p. 62). Essa opinião é bem conhecida e já foi alvo de muitas discussões.⁷¹ Apesar de exagerado, o diagnóstico de Schwarz é revelador do ambiente em que estavam mergulhados os artistas e intelectuais do período, no qual a rica produção cultural de esquerda – em grande medida voltada para consumo próprio – passava a impressão de uma força que essas camadas não tinham de fato. Era, de qualquer forma, um “engano bem fundado nas aparências”, como aquele que o próprio Schwarz atribuiu à atitude otimista da esquerda nacionalista no pré-1964. Se antes os comunistas se equivocaram ao apostarem numa aliança com a “burguesia nacional”, no pós-golpe parte da esquerda se iludiu ao imaginar que a ditadura não impediria a explosão da “panela de pressão” que era a sociedade brasileira.

Uma impressão que pode ter sido compartilhada por Francisco de Oliveira quando, de volta ao Brasil e a São Paulo, dedicou-se de modo mais intenso à leitura de textos

⁷¹ Para Marcelo Ridenti (2010b, p. 90), “jamais houve uma hegemonia cultural de esquerda na sociedade brasileira, como poderia sugerir uma leitura menos aberta do artigo de Roberto Schwarz. No máximo, esboçou-se a gestação de uma hegemonia alternativa, ou contra-hegemonia, que acabou sendo quase totalmente abortada e incorporada desfiguradamente pela ordem vigente”.

marxistas. Foi esse estudo que lhe credenciou, em 1970, para uma vaga entre os pesquisadores do recém-criado CEBRAP. A porta aberta pelo convite de Octavio Ianni era uma das poucas que encontraria naquele momento, pouco depois do AI-5. Existia, portanto, uma espécie de estreitamento dos caminhos possíveis à frente de Oliveira, ao ponto de eles terem convergido para um encontro com aquele grupo de intelectuais, em sua maioria expulsos da Universidade de São Paulo, inimaginável dez anos antes. Não nego, com essa hipótese, que seus interesses tenham contribuído para que sua trajetória tomasse, a partir de então, o rumo que tomou. Ele sem dúvida fez escolhas, mas o rol de opções à sua frente não era tão amplo.

O contato de Francisco de Oliveira com o marxismo, depois de consolidado, não apagou os traços anteriores de sua trajetória. Em sua “evolução”, para utilizar um termo com o qual ele mesmo gosta de brincar, muitas das características anteriores se conservaram. Anos após sua experiência na SUDENE, Oliveira escreveu sobre o impacto do surgimento de *Formação econômica do Brasil*, de 1959, obra que sintetiza o diagnóstico e o remédio propostos por Furtado diante dos impasses do desenvolvimento brasileiro:

Furtado converte-se – é forte o termo – em *demiurgo do Brasil*. Ninguém, nestes anos, pensou o Brasil a não ser nos termos furtadianos. Essa obra tem uma imensa significação na história brasileira. Coloca-se, seguramente, ao lado de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr. – obras que explicaram o Brasil aos brasileiros. A obra de Furtado, no entanto, vai além: não porque seja teoricamente superior, senão porque foi escrita *in actione*. Enquanto as anteriores explicaram e “construíram” o país do passado, a de Furtado explicava e “construía” o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria “construção”. Nenhuma obra teve a importância ideológica de *Formação econômica do Brasil* em nossa recente história social (OLIVEIRA, 2003b, p. 19).

Este trecho, retirado da introdução que Oliveira escreveu para o volume dedicado a Celso Furtado da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, no início dos anos 1980, revela que as duras críticas dirigidas ao pensamento da CEPAL ao longo da década anterior ofuscaram uma admiração e uma dívida intelectual cuja importância não era compartilhada por nenhum outro membro do grupo ao qual pertencia, no CEBRAP. O procedimento de Francisco de Oliveira lembra aquele de Antonio Cândido, inclusive ao listar as mesmas grandes obras que influenciaram o conjunto de sua geração. A essa lista, porém, fez questão de adicionar, num mesmo patamar, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado. Esse procedimento indica que sua aproximação com os intelectuais formados na Faculdade de

Filosofia da USP, mesmo quando concretizada, não eliminou aquele traço original e um pouco dissonante de sua formação. Esse elemento reaparecerá, de forma explícita ou não, em toda sua produção posterior ao seu ingresso no CEBRAP, que será analisada a partir do próximo capítulo.

2. Portas fechadas, novos caminhos: o CEBRAP

A entrada no CEBRAP foi decisiva. Eu acho que foi a grande aquisição que tive nos anos 1970. Porque aí eu me enderecei decisivamente para pensar a sociedade através do marxismo. Havia um ambiente muito estimulante. O Giannotti era a figura principal do ponto de vista teórico. O Fernando Henrique era uma pessoa muito estimulante na época do CEBRAP, ao contrário do que ele depois veio a ser. Ele era uma pessoa muito estimulante. Havia um conjunto de pessoas. O Juarez Brandão Lopes, embora não fosse marxista, era uma pessoa muito aberta. Era um grupo muito interessante. Vinha gente de fora várias vezes, Pedro Malan, Maria da Conceição Tavares, para o famoso “mesão”, que era uma reunião, uma discussão que havia periodicamente. Pegava-se um texto importante, fazia-se a discussão. E estávamos ainda numa época em que não se faziam reverências. Então, o pau cantava de forma realmente bastante livre. Depois, não. Depois já vieram as reverências.

Francisco de Oliveira, em 2012¹

O conflito entre o regime autoritário e os intelectuais brasileiros teve várias fases, com intensidades distintas. No final do capítulo anterior descrevi apenas uma delas, que corresponde ao período de 1964 ao final de 1968. Naquele intervalo, as dúvidas a respeito do sentido e da força da ditadura ainda eram enormes, o que contribuiu para a conformação de uma frente ampla e heterogênea de oposição. Com o passar dos anos e o baixar da poeira do golpe, as opiniões se definiram em reação a alguns sinais da conjuntura, em geral negativos, como a sucessão de Atos Institucionais restritivos aos direitos políticos e às atividades artísticas e intelectuais, acompanhados pelo aumento da censura e da repressão. Estas atingiram a *Revista Civilização Brasileira*, que encerrou suas atividades com o aparecimento do Ato Institucional nº 5, no final de 1968. Além de acabar com esse espaço, que foi importante para a organização autônoma dos intelectuais que perderam seus vínculos institucionais após 1964, o AI-5 sufocou centros universitários que, apesar de já enfrentarem censura desde o início da ditadura, ainda abrigavam muitos docentes que animavam aquela frente de oposição ao regime.

Um dos maiores alvos dos militares foi a Universidade de São Paulo e, em especial, sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Florestan Fernandes, Octavio Ianni e

¹ Entrevista em Ridenti e Mendes (2012, p. 603).

Fernando Henrique Cardoso foram alguns de seus docentes compulsoriamente aposentados após a promulgação do AI-5. Os que não foram cassados não ficaram em situação melhor, pois sabiam que a partir daquele momento a vigilância sobre eles seria intensificada, inclusive nas instâncias de poder dentro da instituição. Cardoso foi quem apresentou uma alternativa ao esvaziamento das universidades: a fundação de um centro de pesquisas capaz de abrigar especialistas de diversas disciplinas, todos dedicados à compreensão da realidade brasileira. Sob sua liderança, vários intelectuais seguiram para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado em 1969, com sede na Rua Bahia, no bairro da Consolação, em São Paulo. Entre os nomes que compunham o quadro inicial do Centro estavam José Arthur Giannotti, Francisco Weffort, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer e Octavio Ianni. Este último foi quem convidou Francisco de Oliveira para integrar um projeto de pesquisa do Centro, em 1970:

O Octavio estava fazendo um projeto que ia ser patrocinado pela Academia Brasileira de Ciências. Ela dava o dinheiro e repassava esse dinheiro para o CEBRAP. O projeto era sobre planejamento. Ele cuidava da parte de planejamento no Brasil e me convidou para fazer a parte de planejamento regional. Esse projeto fracassou, também, porque o governo puxou o tapete. Mas eu já estava lá, o Octavio já tinha começado a trabalhar, e a partir dali eu comecei a pensar mais sobre o planejamento regional, mas não escrevi nada que prestasse. Só depois.²

Estava concretizado, assim, o inesperado encontro de Francisco de Oliveira – pernambucano, mais economista do que sociólogo, ex-funcionário da SUDENE, formado no coração do desenvolvimentismo – com aquele grupo de intelectuais marxistas de São Paulo. Aqui, de novo, a diferença de trajetória deve ser destacada, pois enquanto para Ianni, Cardoso e outros pesquisadores já vinculados à Universidade de São Paulo, o CEBRAP figurava mais como um refúgio ou um quebra-galho, cujo sucesso posterior era ainda imprevisível, para Oliveira a entrada para o Centro abria possibilidades novas, inexistentes enquanto peregrinava por países diferentes e empregos instáveis nos anos após o golpe. Este é mais um elemento que parece justificar sua visão positiva a respeito dos efeitos do golpe de 1964 sobre sua vida profissional: sem a ação repressora dos militares, que fechou portas para os intelectuais da USP, o CEBRAP não teria cruzado o caminho de Oliveira.

O contexto geral em que ocorreu a criação do CEBRAP – marcado pelo AI-5 e o endurecimento do regime – sugeria que o Estado autoritário não era um arranjo de curto

² Entrevista (RIDENTI e MENDES, 2012, p. 603).

prazo. O desenho mais nítido das escolhas políticas e econômicas do governo influenciaria a produção das Ciências Sociais brasileiras na década seguinte. É certo, portanto, que a fundação desse Centro representou um momento fundamental da história analisada aqui: a partir de seu surgimento, ele passou a ser um importante polo aglutinador dos intelectuais da geração descrita acima. Para Francisco de Oliveira, a entrada para essa instituição acelerou seu processo de ruptura com o desenvolvimentismo e consolidou sua formação teórica marxista. Foi vinculado a ela que ele publicou dois de seus mais importantes trabalhos: *Crítica à razão dualista*, em 1972, e *Elegia para uma re(li)gião*, em 1977.

O CEBRAP foi muito mais do que um terreno fértil para a atividade intelectual. Em 1974, parte de seus pesquisadores abriu-se ao diálogo com Ulysses Guimarães, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Fernando Henrique Cardoso destacou-se nesse grupo, que passou a colaborar na elaboração de programas do partido. O envolvimento na cena política também passava pelo contato com setores progressistas da Igreja, liderados por Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. Francisco de Oliveira fez parte desses diálogos e também contribuiu para importantes jornais da imprensa alternativa, como o *Opinião* e o *Movimento*. Logo, apesar das evidentes barreiras impostas pela ditadura, aqueles intelectuais encontraram algum espaço para a militância política, à qual sempre estiveram colados seus textos e debates.

Neste capítulo analisarei esse período da trajetória de Francisco de Oliveira. A referência maior das páginas que se seguem é o CEBRAP: sua formação, seu cotidiano, seus membros, o debate que se produzia em seu interior. Essa reflexão contribuirá para a revisão, feita em seguida, dos textos que Oliveira produziu enquanto esteve vinculado àquele ambiente intelectual e político. Ao final do capítulo serão debatidos alguns artigos que o sociólogo produziu para os jornais da imprensa alternativa.

2.1. CEBRAP, intelectuais e política

Apesar de o CEBRAP possuir um berço paulista, que remete ao Seminário Marx e ao CESIT, as condições que envolveram a sua fundação extrapolam a conjuntura desse Estado ou da Universidade de São Paulo. Além de seu surgimento estar colado à cristalização do regime autoritário a partir do AI-5, algo destacado acima, o Centro sofreu grande influência

dos debates que envolviam o pensamento social latino-americano. Como lembrou Bernardo Sorj (2001, p. 22), Fernando Henrique Cardoso foi para a Argentina e depois para o Chile, logo após o golpe de 1964. No exílio manteve sua atividade intelectual e formulou ao lado do chileno Enzo Faletto, entre 1966-67, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Vilmar Faria, José Serra, Francisco Weffort e Carlos Estevam Martins igualmente passaram pelo Chile, onde encontraram Celso Furtado, outro exilado no país. Octavio Ianni também teve uma passagem mais curta por Santiago. Lá, os paulistas atuaram pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e pela CEPAL, na qual participaram de um seminário organizado por Furtado. Essa visita ao coração do desenvolvimentismo realizada por cientistas sociais de São Paulo – entre os quais estão muitos dos futuros pesquisadores do CEBRAP – é mais um sinal de que nos anos imediatamente posteriores ao golpe a distância entre essas escolas não era tão grande.³

Apesar das diferenças, este encontro estimulou muitas hipóteses sobre a economia latino-americana que aqueles cientistas sociais produziram em seguida. Com destaque para o trabalho de Faletto e Cardoso, futuro líder intelectual do CEBRAP. É claro que naquele instante os defensores do marxismo acadêmico encontravam o nacional-desenvolvimentismo numa posição mais confortável, afinal o programa de Furtado, derrotado com o golpe, começava a perder adeptos e a ser alvo de críticas mais pesadas. Mas este é um dado que não pode ser desconsiderado na trajetória daqueles pesquisadores. Essa proximidade com a teoria do subdesenvolvimento pode ser ampliada para outros membros do Centro que não passaram pela Faculdade de Filosofia da USP: “Praticamente todos os membros não-uspianos do Cebap, com exceção de Francisco de Oliveira, passaram pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e/ou pela Cepal, ambas sediadas em Santiago” (SORJ, 2001, p. 22).⁴

³ Com a criação do CESIT, a Escola Paulista também teve sua fase de preocupação com as questões do desenvolvimento que dominavam o debate intelectual brasileiro nos anos 1960. Este fato é lembrado por Francisco de Oliveira: “Florestan foi fazer *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, e isso não passava pela cabeça dele antes – ele antes estava cuidando dos tupinambás. Fernando Henrique foi fazer *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, tudo derivado da CEPAL. Quer dizer, *Dependência e desenvolvimento* é, na verdade, uma leitura sociológica do trabalho da Cepal” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 165).

⁴ Daniel Pécaut também explorou essa relação. Para ele, a *Revista Civilização Brasileira* e a Universidade de São Paulo se apresentaram, no pós-1964, como dois polos de atração dos intelectuais brasileiros. Na primeira estavam os nacionalistas terceiro-mundistas; na segunda, os nacionalistas críticos. A oposição, assim apresentada, é um tanto exagerada. O autor leva em conta diferenças que se manifestaram ao longo dos anos,

O CEBRAP foi fundado em meio a uma nova guinada no conteúdo das pesquisas na área das Ciências Sociais brasileiras. De acordo com Pécaut (1990, p. 222-230), entre 1964 e 1968 prevaleceu uma leitura estrutural dos problemas econômicos. A política era regida pela conjuntura, pois se imaginava que o governo autoritário não duraria muito tempo. Havia ainda a convicção de que o autoritarismo condenaria o país à estagnação ou mesmo ao retrocesso da industrialização. Furtado, por exemplo, temia um retorno às bases agrárias, ideia semelhante à defendida por Francisco de Oliveira (1965) em seu primeiro artigo da *Revista Civilização Brasileira*. Essa leitura se quebrou com um crescimento econômico cada vez mais nítido, relatado por Cardoso e Faletto e, depois, por José Serra e Maria da Conceição Tavares.⁵ A chamada “teoria da dependência” passou a inspirar linhas de pesquisa que seriam desenvolvidas no novo Centro.

Intelectualmente, os futuros membros do Cebrap estavam em condições de compreender que o Brasil entrava num novo ciclo de expansão capitalista que produziria profundas consequências econômicas e sociais. Frente à esquerda política, que continuava acreditando na incapacidade do regime militar de expandir as forças produtivas, e ao ufanismo da direita tecnocrática, os intelectuais do Cebrap estavam em condições de reconhecer a relevância do desenvolvimento econômico sem perder a consciência crítica proporcionada pelo marxismo clássico, que não dissociava o reconhecimento da capacidade de acumulação capitalista de seus eventuais impactos sociais negativos (SORJ, 2001, p. 27-28).

O projeto de fundar uma instituição que pudesse abrigar pesquisadores com essas preocupações era anterior ao aparecimento do AI-5. Segundo Sorj, o plano já era discutido por Fernando Henrique Cardoso entre 1966-67, no Chile, com Carlos Estavam Martins e Vilmar Faria. Com as aposentadorias compulsórias e a repressão, reforçada a partir de 1969, aquela ideia foi posta em prática. “Imediatamente predominou entre os participantes das reuniões preliminares o princípio de que o centro a ser criado deveria acolher todos os que tivessem sido atingidos pela repressão”. Foi essa convicção que permitiu a entrada posterior de pesquisadores com trajetórias diferentes, como Francisco de Oliveira. Quando foi criado, em maio de 1969, o CEBRAP contava com 27 membros fundadores. Em 1971, o

mas que eram menos importantes logo depois do golpe. Para Napolitano (2014), o clima político entre intelectuais e artistas não mudaria muito até o AI-5. O próprio Pécaut fez essa ressalva, ao sugerir que aquelas frações do nacionalismo não eram completamente isoladas ou antagônicas. Apesar do cuidado, boa parte de sua argumentação sobre o período gira em torno desse conflito (1990, p. 206).

⁵ “Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente del Brasil”. *Trimestre Económico*, n. 152, nov. - dez. de 1971. México.

número de sócios com o *status* de fundadores foi aumentado para 72 (SORJ, 2001, p. 30-31).

A sobrevivência do Centro à repressão é creditada por Sorj a dois fatores: em primeiro lugar, o financiamento da Fundação Ford, que consistiu numa fonte estável e volumosa de renda até 1976. Em segundo lugar, o bom relacionamento que alguns membros conservavam com setores liberais do empresariado, da Igreja Católica e da classe política de São Paulo. O acordo de financiamento com a Fundação Ford, mediado por Bolivar Lamounier, não foi bem visto por todos, mesmo com a Fundação se comprometendo a não estabelecer critérios de avaliação sobre a futura produção do CEBRAP. A desconfiança quanto à parceria teria pesado, ainda de acordo com Sorj (2001, p. 32), na entrada tardia de Octavio Ianni, um ano após a fundação do CEBRAP, e na recusa de Florestan Fernandes ao convite de integrar sua equipe. Os conflitos envolvendo a definição do financiamento também foram explorados por Sérgio Miceli:

Todos que viveram esse período se lembram das dificuldades e do clima generalizado de suspeição. Não é de estranhar, portanto, que algumas lideranças das Ciências Sociais paulistas tenham resistido às primeiras aproximações tentadas pelo pessoal da Fundação Ford. Aos olhos da maioria, soava um tanto comprometedor trabalhar com recursos de um órgão de fomento que representava os interesses metropolitanos [norte-americanos]. A mudança de atitudes por parte dos paulistas foi sobretudo motivada pela aposentadoria compulsória de um grupo prestigioso de docentes e pesquisadores pertencentes à Universidade de São Paulo em 1969. Os representantes, por sua vez, também tiveram de refletir demoradamente sobre o que fazer naquela situação crítica de emergência. Carmichael⁶ relata em sua entrevista que ficaram uns tempos imaginando cenários alternativos, inclusive tendo chegado a imaginar a decisão de sair do país. Felizmente, o fato de terem permanecido aliviou o paradeiro institucional de muitos dentre os intelectuais perseguidos pelo regime autoritário, ampliando, por outro lado, os riscos assumidos pelos seus protetores internacionais. A decisão de conceder auxílio para a criação do CEBRAP também enfrentou recusas na sede na medida em que alguns dirigentes identificaram nessa solicitação os sentidos de uma atitude hostil ao governo brasileiro (MICELI, 1993, p. 55).⁷

Até 1992, o CEBRAP recebeu pouco mais de 2 milhões de dólares da Fundação Ford, o quarto maior valor entre todos os centros de ensino ou pesquisa em Ciências Sociais do

⁶ Trata-se de William D. Carmichael, representante da Fundação Ford no Brasil entre 1968 e 1971.

⁷ O bom relacionamento do CEBRAP com empresários e políticos de São Paulo foi um fator decisivo para que a Ford apoiasse o projeto. Essas relações eram as garantias de que o Centro poderia sobreviver à repressão. Sorj (2001, p. 33-34) ainda destaca o contato com a Igreja, mediado por Cândido Procópio e Vinicius Caldeira Brant, segundo Francisco de Oliveira o marxista mais católico que já conheceu (entrevista em JINKINGS et al., 2007, p. 29).

Brasil por ela financiados.⁸ Uma das áreas que receberam maior investimento foi a de estudos demográficos, sob liderança de Elza Berquó, Paul Singer e Cândido Procópio Ferreira, pesquisadores que desde 1966 já recebiam financiamento da Ford. O crescimento dessa área gerou discussões no interior do CEBRAP: privilegiá-la era a posição defendida por Elza Berquó e Cândido Procópio Ferreira; contra eles estavam Fernando Henrique Cardoso, Vilmar Faria e Juarez Brandão Lopes. Estes argumentavam que os pressupostos teóricos das pesquisas demográficas eram frágeis e que os projetos dessa área exigiam grandes recursos humanos, o que pautaria a instituição por longo tempo. Na oposição entre pesquisa empírica e teórica, a primeira se impôs e orientou o Centro pelos anos seguintes, seja pela necessidade financeira, seja pelo temor de que os temas mais politizados atraíssem a repressão (SORJ, 2001, p. 45-46). Mas o debate não se encerrou: “os impasses conceituais, associados a uma visão bastante estreita do que seriam modos de produção, geraram algumas notas interessantes, inclusive por pesquisadores não orientados para a demografia, como Francisco de Oliveira⁹, Bolívar Lamounier e José A. Giannotti” (SORJ, 2001, p. 47).

Apesar do apoio da Fundação Ford, o problema do financiamento acompanhou o Centro durante os anos 1970 e só foi aliviado quando seus membros mais antigos passaram a acumular outros empregos, o que já ocorria em meio ao processo de expansão universitária. O CEBRAP chegou a receber financiamento federal, concentrado no período do governo Geisel. Houve também o apoio do estado da Bahia, por conta de pesquisa demográfica, e do estado de São Paulo durante o governo de Paulo Egídio, que tinha boas relações com alguns de seus pesquisadores. Miceli demonstrou que na segunda metade da década de 1970 houve uma importante diminuição do volume de verbas da Fundação Ford em todo o Brasil:

⁸ Os dados são retirados do “Quadro 1” apresentado por Miceli (1993, p. 95-97). À frente do CEBRAP ficaram apenas a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Fundação Carlos Chagas e a Universidade Federal de Viçosa, nesta ordem. O Centro recebeu mais verbas do que as áreas de ciências humanas da Fundação Getúlio Vargas ou da Universidade de Brasília, por exemplo.

⁹ Em 1976, Francisco de Oliveira entrou para esse debate com o artigo “A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital” *Novos Estudos*. São Paulo, v. 16. Sobre o texto, contou que “é um diálogo com Elza Berquó, que era a demógrafa do CEBRAP. Naquele ambiente, que era muito estimulante, eu travei um diálogo com ela porque os demógrafos, em geral, não têm nenhuma teoria. A demografia é uma ciência sem teoria. Eles são muito pobres do ponto de vista teórico. E eu quis espicaçar, tentando entender exatamente a produção da população sob a necessidade do capital. Mas é um texto mal sucedido. Ele não teve nenhuma repercussão” (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 609).

Mesmo sem levar em conta o “pico” de recursos atingido pelo programa brasileiro em 1970, num montante de 3,271 milhões de dólares, o orçamento sofreu uma primeira redução razoável em 1976, quando encolheu para a faixa de 2,146 milhões, caindo bastante no ano seguinte para 1,399 milhões, até atingir o fundo do poço em 1978 (pouco mais de 500 milhões¹⁰), mantendo-se pouco acima desse patamar até 1981, recuperando apenas em 1985-86 um teto próximo àquele alcançado no início da década de 1970. Dessa “carcaça terrivelmente magra”, os cientistas sociais conseguiram a parte do leão, mantendo-se numa escala razoável o apoio em favor dos centros mais fortes da região (MICELI, 1993, p. 80).

O CEBRAP foi fortemente afetado por essa mudança na política da Fundação, que era sua principal fonte de recursos. A virada na estratégia da Ford para o Brasil ocorreu tanto por uma reorientação do apoio financeiro para áreas específicas de pesquisa aplicada quanto pelo diagnóstico, realizado por ela mesma, de que a ampliação dos recursos provenientes do Estado já permitia a manutenção das estruturas criadas e o estímulo necessário à comunidade científica brasileira (MICELI, 1993, p. 78-85).

De qualquer modo, durante o auge da parceria, no início dos anos 1970, a conquista de financiamento e de razoável estabilidade permitiu ao CEBRAP se expandir para além do restrito grupo inicial e, assim, servir de abrigo para intelectuais perseguidos pela ditadura. No início eram apenas sete “pesquisadores seniores”: “Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti e Octavio Ianni, este último a partir de 1970”. Um olhar sobre o perfil de cada um revela muitas semelhanças. “Por um lado, quase todos eles, cinco ao todo, tinham participado do Seminário Marx; os sete tinham-se formado e/ou exercido atividades docentes na Universidade de São Paulo”. A homogeneidade também é confirmada pela distribuição por disciplinas: “Havia uma nítida predominância dos formados em sociologia (4) sobre os de outras áreas: economia/demografia (1), estatística/demografia (1), filosofia (1)”. Todos tinham no currículo um título de doutor, além de experiência profissional em suas áreas e uma boa produção acadêmica (SORJ, 2001, p. 34-35). Os pesquisadores que ingressaram em seguida já tinham um perfil diferente e, entre eles, o mais dissonante era Francisco de Oliveira:

Além do “núcleo original”, o staff permanente seria acrescido nos primeiros anos de vida do Cebap com a inclusão de mais cinco cientistas sociais cassados pelo regime: Francisco de Oliveira e Bolívar Lamounier em 1970, Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins em 1971, e Vinícius Caldeira Brant em 1974. [...] Em relação à tradição da

¹⁰ Há, sem dúvida, um erro de digitação neste ponto. O correto seria 500 mil dólares.

USP de recrutar quadros docentes entre seus próprios alunos, o Cebrap foi indubitavelmente inovador: nenhum membro da nova geração estudou ou nasceu em São Paulo. A integração deste novo grupo no Cebrap não seria feita sem conflitos. Por um lado, tratava-se de intelectuais que não eram de São Paulo e que não tinham passado pela experiência da USP. Encontrariam dificuldades para se relacionar com os hábitos, códigos, enfim, com o complexo quadro de referências acadêmicas e pessoais da USP herdados pelo Cebrap através de seus fundadores (SORJ, 2001, p. 35-37).

Com certeza cada um dos membros “estrangeiros” lançou mão de estratégias específicas para conquistarem seu espaço no Centro. Francisco de Oliveira entrou para participar de um projeto dedicado ao tema do planejamento, dentro do qual cuidaria da questão regional. Era, portanto, um tema para a qual estava muito bem preparado. Do ponto de vista do CEBRAP, poder contar com um especialista na realidade do Nordeste também não era pouca coisa, sobretudo para um grupo quase exclusivamente paulista, mas que almejava legitimidade nacional. Francisco de Oliveira tinha consciência de que aquele ambiente era dominado por marxistas e, além disso, pela sociologia, disciplina com a qual perdera contato após sua graduação. Àquela altura ele era reconhecido mais como economista do que como sociólogo, como lembrou Paul Singer: “Chico era tido como economista, era um dos economistas do CEBRAP” (SINGER, 2006, p. 16). Se havia uma divisão de trabalho no Centro, provavelmente havia algum grau de hierarquia, ou ao menos um reflexo na divisão de poder. Oliveira conquistou espaço com a publicação de *Crítica à razão dualista*, um texto sociológico e marxista, que será analisado adiante. Com o crescimento do prestígio intelectual dos novos membros, o espaço de decisão no CEBRAP se ampliou. Antes restrito a alguns fundadores – Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Cândido Prociópio Ferreira, Juarez Brandão Lopes e José Arthur Giannotti – o Conselho passou a contar, em 1974, com as presenças de Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier e Vilmar Faria, que se somaram aos anteriores (SORJ, 2001, p. 39-40).

Ao longo dos anos 1970, o CEBRAP contava com duas publicações: *Cadernos CEBRAP* e *Estudos CEBRAP*. O primeiro era um veículo de divulgação de “resultados de trabalhos de pesquisa e textos que, por motivos diversos, não se enquadravam no formato de artigos [...] nem encontravam canal imediato de divulgação no mercado editorial” (OLIVEIRA, 1994). Nele foram publicados estudos de Octavio Ianni, Francisco Weffort, Boris Fausto, Fernando Novais e Paul Singer, entre outros. Também havia trabalhos de autores estrangeiros, como Nicos Poulantzas, Manuel Castells e Jacques Rancière. Em

Estudos CEBRAP eram encontrados textos mais próximos ao modelo de artigos, embora alguns tivessem fôlego maior, como o ensaio *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, revelado pela primeira vez no segundo número da publicação, ao lado de textos de Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins. A maioria dos artigos tratava de teoria e metodologia. O tema específico mais abordado era a demografia. Sorj também aponta o crescimento de publicações de pesquisadores vinculados ao Centro em outras revistas a partir de 1977, o que reflete o reaquecimento da vida intelectual brasileira e a ampliação dos temas que chamavam a atenção dos pesquisadores do CEBRAP.

Uma marca registrada do cotidiano do Centro, lembrada por todos os que viveram aquela fase, era a realização de grandes debates – os famosos “mesões” – normalmente dedicados à discussão de textos novos, alguns ainda em produção, de intelectuais de dentro e de fora do Centro. *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, foi tema de alguns encontros, que contaram com a participação de Caio Prado Jr.. A ideia de escrever o ensaio também nasceu nos “mesões” que debateram os trabalhos de José Serra e Maria da Conceição Tavares, além do livro *Autoritarismo e Democratização*, de Fernando Henrique Cardoso. Essa produção revela que apesar das dificuldades impostas pela conjuntura, o CEBRAP não ficou alheio à vida política nacional: “A gente era muito frequentado pelo pessoal do MDB, basicamente de Pernambuco e do Rio Grande do Sul”.¹¹ Em 1973, por exemplo, o Centro foi visitado por Ulysses Guimarães, que buscava apoio para sua anti-candidatura à presidência da república.¹² Os presentes na reunião – Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e Fernando Henrique Cardoso – manifestaram seu apoio pessoal, mas este último alertou o político de que o CEBRAP não poderia assumir essa responsabilidade, pois seria um risco muito grande para a instituição. Não obstante a cautela, o Centro era conhecido por abrigar intelectuais contrários ao governo militar. Francisco de Oliveira foi preso em 1974 acusado de participar de um grupo de leitura d’*O Capital*. Ele permaneceu dois meses na sede do DOI-

¹¹ Entrevista de Francisco de Oliveira (JINKINGS et al, 2007, p. 28).

¹² A relação com o público externo não acadêmico, inclusive com a classe política, era mediada pelos artigos publicados nos jornais alternativos *Opinião* e, depois, *Movimento*. Na versão de Bernardo Sorj, Fernando Gasparian, editor do *Opinião*, foi quem levou Ulysses Guimarães ao CEBRAP, em 1974. As relações com a Igreja, em particular com Dom Paulo Evaristo Arns, ocorriam através de pesquisas encomendadas, como a que resultou no livro *São Paulo: crescimento e pobreza*, de 1975 (SORJ, 2001, p. 60-62).

CODI, em São Paulo, onde foi torturado. O CEBRAP também chegou a ser alvo de uma bomba caseira na madrugada de 4 de setembro de 1976. O atentado, que causou apenas estragos materiais, foi assumido pela Aliança Anticomunista Brasileira.¹³ Ocorreu, então, a mudança da Rua Bahia para um prédio na região da Avenida Paulista. Quanto à agenda política, o CEBRAP em conjunto apontava para uma estratégia democrática, não para uma ruptura revolucionária. Para Francisco de Oliveira esta era uma posição difícil, porque os intelectuais do Centro estavam, no início dos anos 1970, sufocados entre a luta armada, que recrutava muitos conhecidos, e a repressão. “Era muito difícil, e isso foi mantido com tensões enormes, havia gente que queria tocar fogo no circo”. A conjuntura tinha enorme peso e tornava difícil uma defesa estratégica da democracia: “foi o Fernando Henrique quem percebeu melhor e formulou isso como programa”:

O que juntou esse grupo foi ter apostado firmemente na democracia. Eu acho que até de forma ingênua. Acho que Fernando Henrique conduziu a discussão para um campo fértil politicamente, essa é a grandeza desse centro. Ele conseguiu aglutinar, ainda que teoricamente ele estivesse errado. [...] A discussão importante que o Fernando Henrique travou com o Rui Mauro Marini, a divergência entre eles era a seguinte: toda vez que você diz que a democracia não consegue fazer o desenvolvimento, você está apoiando uma solução de direita. Quer dizer, isso era um debate importante aqui nos anos 1970, então eu acho que o Fernando Henrique conduziu a discussão para um bom termo, embora eu ache que do ponto de vista teórico ele está errado, porque, fora a Inglaterra, não há nenhum outro caso (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 170).

O CEBRAP teve um papel importante para que um clima de valorização da democracia se espalhasse entre os intelectuais brasileiros durante a segunda metade da década de 1970. Para Pécaut (1990, p. 192-196) essa era uma novidade em relação ao perfil tradicional dos intérpretes do país, que costumavam negligenciar a questão democrática nos debates entre os anos 1930 e 1950, nos quais a democracia era comumente “identificada com liberalismo oligárquico, desagregação social e individualismo nocivo” ou com “supremacia das elites tradicionais, com a deformação da representação nacional e imobilismo”. Enfim, com tudo que dificultava a “construção nacional”, tema que preocupava aqueles intelectuais. A partir de 1974, quando o MDB conquistou bons resultados nas eleições, as esperanças democráticas voltaram a conquistar espaço.¹⁴ O meio

¹³ Ver “Bomba explode em Centro de Pesquisa”. Folha de São Paulo, 05/09/1976.

¹⁴ Para Napolitano, o fortalecimento da “questão democrática” criava uma unidade apenas aparente. Havia várias disputas em torno do sentido real da democracia: “para as associações profissionais identificadas com a tradição liberal [...] democracia era o ‘estado de direito’, marcado pelo império da lei, pelo equilíbrio dos

intelectual brasileiro passou então a funcionar como um “subsistema político, com suas instâncias de poder, seus debates, suas práticas de cooptação” (PÉCAUT, 1990). Até 1979, em oposição aos militares, os intelectuais atuaram como um partido, com seus porta-vozes oficiais, sua influência sobre a imprensa, seus representantes dentro do MDB, seus contatos com a Igreja e até mesmo os canais de comunicação com pessoas próximas ao regime.

Para que o CEBRAP tivesse condições de fomentar a atividade intelectual e ainda lançar uma ponte de diálogo com várias tendências das forças democráticas brasileiras, foram necessários arranjos e garantias políticas, além da conquista de uma fonte financeira que proporcionasse relativa liberdade para seus membros. Francisco de Oliveira lembra que esses acertos políticos e econômicos foram realizados por Fernando Henrique Cardoso:

O CEBRAP foi em grande medida obra dele. Porque ninguém ia fazer um instituto daquele, em plena ditadura, se não tivesse cobertura. Não sei muito bem da história, porque eles tinham segredos de Estado que não revelavam. Muito da cobertura veio de Paulo Egídio Martins, que era governador de São Paulo. Udenista, velho udenista, ele garantiu, segundo contam, que o instituto não ia tentar fazer oposição, não era para isso. Calhou que naqueles anos havia uma liderança progressista na Fundação Ford. O sujeito que dirigia intelectualmente o auxílio da Fundação Ford a várias instituições de pesquisa era um porto-riquenho de esquerda, que estava nos Estados Unidos, e que ajudou muitas instituições. O Torcuato Di Tella [na Argentina] era praticamente sustentado pela Ford. Essas coisas se encaixaram e a Fundação Ford dava o dinheiro. Mas de fato nunca interferiu na temática, até onde eu posso ter percebido. Havia coisas por baixo do pano.¹⁵

A mudança encontrada na produção de Francisco de Oliveira a partir dos anos 1970 não seria tão rápida e expressiva sem o contato estabelecido com os pesquisadores ligados ao CEBRAP. Num curto período de tempo o sociólogo amadureceu suas críticas ao pensamento da CEPAL, com o qual convivera de perto durante alguns anos, e identificou uma carência de ferramentas para interpretar o desenvolvimento nacional. O salto de uma

poderes de Estado, pelas liberdades civis [...] e pela igualdade jurídica entre os indivíduos. Para os movimentos sociais de esquerda, era isso e algo mais, configurando a chamada ‘democracia substantiva’, marcada pela efetiva participação popular nas decisões dos governos, pela construção de políticas de distribuição de renda e limites ao direito de propriedade. Para setores ainda mais à esquerda, de tradição marxista, era a realização da democracia popular de massas, de caráter delegativo e calcada mais em direitos sociais do que propriamente políticos”. As tensões no interior da oposição aumentariam gradativamente a partir de 1974, como demonstra a história dos jornais da imprensa alternativa e suas divisões, expostas no final deste capítulo. Ainda segundo Napolitano, “sob um regime autoritário que ainda censurava, reprimia, torturava e matava, essas diferenças ficavam suspensas, mas na medida em que o processo de transição avançava elas tendiam a se tornar mais conflitivas, como a história o demonstrou. [...] Esse frentismo durou até o começo de 1980, implodido sintomaticamente quando a questão democrática encontrou a questão operária. A entrada desse novo e vigoroso ator na luta pela democracia assustou os liberais e autoritários, que aceleraram as articulações para uma saída negociada do regime (NAPOLITANO, 2014, p. 248).

¹⁵ Entrevista (RIDENTI e MENDES, 2012, p. 603).

perspectiva para outra se deu, não por acaso, quando Oliveira decidiu analisar o capitalismo brasileiro a partir, sobretudo, dos conflitos de classe, tema negligenciado na produção de Furtado. Outra incorporação teórica importante foi o conceito de imperialismo, incompatível com a confiança na possibilidade de os países desenvolvidos redefinirem espontaneamente a divisão internacional do trabalho a favor dos países periféricos, perspectiva que Oliveira identifica, sobretudo, nos trabalhos de Raúl Prebisch. Juntas, as duas noções tiradas do materialismo histórico – conflito de classe e imperialismo – serviriam como base para a crítica do desenvolvimentismo conciliador imaginado pelos intelectuais de CEPAL e seus seguidores.

Enquanto Oliveira repensava seu olhar sobre o desenvolvimento brasileiro, no CEBRAP os debates em torno deste tema estavam vinculados à chamada “teoria da dependência”. Embora não tenham formado uma vertente homogênea de interpretação, em geral os autores “dependentistas” elaboravam seus trabalhos sobre dois pilares: a análise dos conflitos entre as classes sociais internas de cada nação dependente e as relações entre essas nações e as potências dominantes do capitalismo mundial. As principais divergências no interior da chamada “teoria da dependência” podem ser atribuídas ao grau de importância que cada vertente dava a esses fatores internos e externos. De um lado, encontravam-se aqueles que, como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini, tendiam a destacar as determinações externas – o imperialismo, em suma – como as principais para entender a situação de dependência. De outro lado, autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1975), que enfatizavam os fatores internos, ou seja, a luta de classes, a história e o caráter do Estado em determinada nação, como fundamentais para compreender o capitalismo dependente. A diferença de perspectivas influenciou tanto a produção teórica quanto os projetos políticos vinculados a cada vertente.

Nos “mesões” promovidos no interior do CEBRAP, Oliveira estreitou o contato com essa segunda linha de análise, tanto que é notável a proximidade entre o caminho proposto pelos autores ligados a essa vertente da teoria da dependência e a trajetória que Oliveira adotaria a partir dos anos 1970: a crítica ao desenvolvimentismo a partir das noções de luta de classes e de imperialismo, com ênfase nos condicionantes nacionais. Mas essa proximidade não evitou o aparecimento de divergências, apresentadas em *Crítica à razão*

dualista. Essas foram favorecidas pelo ambiente intelectual que Oliveira encontrou no CEBRAP, que também contribuía para sua inserção no meio universitário:

Eu mesmo, em 1970 e poucos, tive chance de entrar na FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo], levado por Juarez Brandão Lopes. Dei um curso de verão lá que foi um sucesso; entre minhas alunas estavam Erminia Maricato e a assessora do Lula, Clara Ant. Juarez Brandão me indicou para ser professor lá e eu aceitei. Fui reprovado no exame médico. Aí eu fiquei preocupado, porque eu fui reprovado no exame psiquiátrico. Será que eu sou realmente maluco? Não só em sentido figurado?¹⁶

O período em que estive no CEBRAP é considerado por Francisco de Oliveira um dos mais importantes de sua trajetória. Ele já citou em várias entrevistas a riqueza daquele ambiente, nunca mais reproduzido. As condições que envolveram a criação e a expansão daquele espaço estão intimamente ligadas à conjuntura política nacional, que levou ao esvaziamento das universidades e concentrou no CEBRAP uma parte importante do debate intelectual brasileiro. Seu caráter excepcional, em meio a um regime autoritário, contribuiu para que seus pesquisadores ganhassem lugar de destaque na sociedade, inclusive para além do mundo acadêmico. Quando isso ocorreu, já no final dos anos 1970, alguns dos elementos que davam sentido àquela experiência tinham desaparecido ou estavam em transformação, o que mudaria o ambiente interno do CEBRAP e contribuiria para a redução de sua importância no cenário intelectual brasileiro. Voltarei a esse período no próximo capítulo, mas antecipo aqui a divisão entre as fases da vida do Centro apresentada por Francisco de Oliveira:

A primeira fase, nos anos 1970, é a grande fase, no meu juízo. Todos os grandes temas da sociologia latino-americana e do debate brasileiro se cruzaram aqui. [...] O segundo período que eu vejo é de 1980 a 1990. Eu parti em dois porque eu saí durante dois anos e fiquei fora do Brasil. Então aqui se fez a revista, que está aí até hoje, com três fases também. Aqui se ajudou muito a universidade, as pessoas vinham para cá para discutir. Foi um lugar aglutinador e um fórum onde se dava a discussão. Os anos 1980 ainda persistiram, aí foi uma fase de maior aproximação com a política institucional. Nesse período [em 1982] também tem a saída do Fernando Henrique, que não quebrou completamente o andamento do centro, mas fazia falta porque ele era a personalidade mais importante. Mas a gente continuou, até que chegaram os anos 1990, em que a política partidária entrou e dividiu. Essa é a periodização que eu faço (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 172).

¹⁶ Entrevista (MONTERO e MOURA, 2009, p. 173-174). Sua reprovação no exame médico sugere que a repressão por parte do regime a intelectuais considerados subversivos ainda era intensa.

2.2. Crítica à razão dualista

Publicado pela primeira vez no número dois do periódico *Estudos CEBRAP*, em 1972, *Crítica à Razão Dualista* surgiu, conforme alertou Francisco de Oliveira em nota introdutória ao texto, “como uma tentativa de resposta às indagações de caráter interdisciplinar que se formulam no CEBRAP acerca do processo de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil” (OLIVEIRA, 2003a, p. 27). A esse diálogo soma-se outro, que fica explícito nas páginas seguintes, quando o autor elabora “Uma breve colocação do problema”: além das questões retiradas do ambiente do centro de estudos ao qual pertencia, Oliveira lançou-se ao debate sobre a tradição desenvolvimentista de pensar o Brasil, sobretudo aquela de Celso Furtado e da CEPAL.¹⁷ Naquele momento, a perda de prestígio dessa teoria já era bastante acentuada, o que permitia que seus críticos cobrassem as promessas que ela não conseguiu cumprir. O ensaio se constrói, então, em torno desses dois pontos – o marxismo acadêmico em ascensão, forte no interior do CEBRAP, e o nacional-desenvolvimentismo em declínio – numa tensão que reproduz, na experiência do autor, a crise e os dilemas de sua geração. “A *Crítica à razão dualista* tenta apanhar esses caminhos cruzados: como crítica, ela pertence ao campo marxista, e, como especificidade, ao campo cepalino” (OLIVEIRA, 2003a, p. 128).

A ideia de realizar uma crítica à perspectiva de análise da CEPAL consolidou-se aos poucos para Oliveira entre o golpe de 1964 e sua entrada no CEBRAP, seis anos depois. Neste intervalo ele chegou a elaborar um projeto de mestrado que pretendia avaliar a experiência da SUDENE. O texto, que seria apresentado a Florestan Fernandes em São Paulo no final dos anos 1960, se perdeu, e a pesquisa acabou sendo adiada. Esse acidente em seu percurso acadêmico seria visto mais tarde por ele como favorável: “foi melhor, vendo em retrospectiva. Eu ia fazer uma coisa muito furtadiana. Eu não tinha ainda o afastamento suficiente”.¹⁸ Foi a partir de sua entrada no CEBRAP e com a nova rotina de debates vivenciada naquele centro que Oliveira encontrou as ferramentas necessárias para

¹⁷ Nas palavras do autor: “Convém assinalar que, por todos os lados, o pensamento socioeconômico latino-americano dá mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise, procurando recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de ‘respeito humano’ que deu largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano, estes conferindo honorabilidade e reconhecimento científico junto ao *establishment* técnico e acadêmico” (OLIVEIRA, 2003a, p. 30).

¹⁸ Entrevista (RIDENTI e MENDES, 2012, p. 602). Oliveira atribui o extravio do projeto ao amigo Gabriel Bolaffi, com quem teve contato durante sua estadia no México.

realizar sua revisão da tradição cepalina, o que também permitiu, mais tarde, uma reavaliação da experiência da SUDENE.¹⁹

Armado das reflexões teóricas de caráter histórico-estrutural de seus colegas do CEBRAP, Oliveira colocou a teoria do subdesenvolvimento no papel de grande vilã do enredo. A crítica pesada do autor revelava a violência da ruptura que, para ele, significava não apenas um acerto de contas com o seu passado, assumidamente “furtadiano”, mas também sua entrada definitiva no grupo de marxistas do CEBRAP. Logo nas primeiras páginas, em nota de rodapé, há uma dura crítica à escola da CEPAL, dirigida não contra Furtado, mas contra Raúl Prebisch. O alvo escolhido – a célebre tese que o argentino formulou sobre a deterioração dos termos de troca – é já um claro exemplo do conteúdo do ensaio, no qual se encontram muitas passagens que destacam o que seriam bons diagnósticos formulados no interior da teoria desenvolvimentista que acabaram, porém, limitados por uma compreensão ingênua da dinâmica da acumulação capitalista, dando origem a propostas reformistas:

Um caso típico é o da denúncia de Prebisch sobre os mecanismos do comércio internacional que levam à deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor dos países latino-americanos. Aí estaria a base para uma reelaboração da teoria do imperialismo; abortada sua profundização em direção a essa reelaboração, a proposição que sai é nitidamente reformista e nega-se a si mesma. Prebisch espera que os países industrializados “reformem” seu comportamento, elevando seus pagamentos pelos produtos agropecuários que comprem da América Latina e rebaixando o preço dos bens que vendem, que é em essência o espírito das conferências da Unctad. A proposição é altamente ética e igualmente ingênua (OLIVEIRA, 2003a, p. 31).

A mão pesada, porém, não impediu que o autor reconhecesse a importância que o dual-estruturalismo teve na elaboração de uma teoria específica sobre o desenvolvimento brasileiro e latino-americano, virtude em parte atribuída a uma “paixão reformista” inexistente entre outros economistas. Essas qualidades colocavam a tradição dualista no posto de único interlocutor válido na tentativa de repensar o sentido do processo de expansão do capitalismo na região:

O esforço reinterpretativo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimentos bebido diretamente ou inspirado no “modelo CEPAL”, mas exatamente de reconhecer nele o único

¹⁹ Em 1977, seu antigo projeto foi realizado e publicado no livro *Elegia para uma re(li)gião*, que será analisado mais adiante.

interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana. Mesmo porque a oposição ao “modelo CEPAL”, durante o período assinalado, não se fez nem se deu em nome de uma postura teórica mais adequada: os conhecidos opositores da CEPAL no Brasil e na América Latina tinham, quase sempre, a mesma filiação teórica marginalista, neoclássica e keynesiana, desvestidos apenas da paixão reformista e comprometidos com o *status quo* econômico, político e social da miséria e do atraso seculares latino-americanos. Como pobres papagaios, limitaram-se durante décadas a repetir os esquemas aprendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica, sendo rigorosamente nulos seus aportes à teoria da sociedade latino-americana. Assim, ao tentar-se uma “crítica à razão dualista”, reconhece-se a impossibilidade de uma crítica semelhante aos “sem razão” (OLIVEIRA, 2003a, p. 32).

Neste trecho o autor não apenas reforçava o alvo maior de sua crítica como também reconhecia a dívida que a nova geração e ele, em particular, tinham em relação a Furtado e às teorias do desenvolvimento. Em outras palavras, ainda que Oliveira afirmasse em seguida, de forma contundente, que “a ruptura com o que se poderia chamar o conceito do ‘modo de produção subdesenvolvido’ ou é completa ou apenas se lhe acrescentarão detalhes”, o fato é que ele e muitos de seus colegas de CEBRAP construíram suas hipóteses sobre conceitos emprestados da tradição da CEPAL.²⁰

Mas a ruptura era necessária e já se desenhava nos anos anteriores. Um trabalho que serviu de referência para a elaboração da *Crítica à razão dualista* foi “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”, de Maria da Conceição Tavares e José Serra, publicado pela primeira vez em 1971.²¹ Para Oliveira, esse texto retomou uma forma de análise econômica que esteve ofuscada pela linha da CEPAL. Outro estímulo para a elaboração do ensaio partiu da discordância com algumas ideias que o colega de CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso, levava para as discussões no Centro:

Esse debate é o que está no livro do Fernando “Autoritarismo e Democratização”. A tese do Fernando é que a ditadura era a revolução burguesa no Brasil. Tinha certa razão, do ponto de vista de que ela quebrou certas resistências oligárquicas para limpar

²⁰ Francisco de Oliveira reafirmou essa dívida em 1983 numa introdução que escreveu ao volume dedicado a Celso Furtado da Coleção Grandes Cientistas Sociais. No texto, reeditado em 2003 ao lado de outros artigos sobre o ex-colega (OLIVEIRA, 2003b), é fácil notar como os dez anos de intervalo desde a publicação de *Crítica à razão dualista* contribuíram para suavizar sua apreciação da produção da CEPAL. Além do distanciamento permitido pelo tempo, essa mudança de perspectiva do autor pode em parte ser atribuída ao reconhecimento, proporcionado pelo processo histórico vivenciado nos anos 1970, de que o reformismo desenvolvimentista cepalino estava longe de ser o principal adversário teórico e político das esquerdas latino-americanas. Esse e outros textos da época serão analisados no terceiro capítulo desta tese.

²¹ Publicado em espanhol no periódico *Trimestre Económico*, n. 152, nov.-dez. de 1971, México. Reeditado em português em Serra (1976).

o terreno. Mas foi em reação a esta tese que eu elaborei a “Crítica à Razão Dualista” e o Paul [Singer] fez uma crítica econômica ao Fernando. São as duas peças com as quais nós enfrentamos a posição do Fernando Henrique (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 604).

O fato de Oliveira e Singer escreverem um ensaio em resposta ao livro de Cardoso reforça a percepção de que a existência de hierarquias e divisões de trabalho não impedia uma horizontalidade no debate dentro do CEBRAP, pelo menos entre uma boa parte de seus investigadores permanentes.

“Uma breve colocação do problema”, que cumpre o papel de introdução ao ensaio, é um texto curto, mas recheado de informações importantes. Nele Oliveira afirma, com muita ênfase, sua ruptura com o desenvolvimentismo. Também destaca sua reaproximação das Ciências Sociais ao sustentar que “sociólogos, cientistas políticos e também filósofos conseguiram escapar, ainda que parcialmente, à tentação dualista, mantendo, como eixos centrais da interpretação, categorias como ‘sistema econômico’, ‘modo de produção’, ‘classes sociais’, ‘exploração’, ‘dominação’ (OLIVEIRA, 2003a, p. 31). É impossível ignorar que há aí uma tentativa do autor – até então considerado um dos economistas do CEBRAP – de valorizar saberes e categorias que dominavam a pesquisa no interior do Centro e que orientavam, também, a tese que ele sustenta ao longo do ensaio, assim resumida:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 2003a, p. 32).

Para Oliveira, o “subdesenvolvimento” seria, de fato, um fenômeno histórico, tal qual o conceberam os autores da tradição desenvolvimentista. Mas ele seria também – e este é, para ele, o dado mais importante – um produto da expansão do capitalismo. “Em resumo, o ‘subdesenvolvimento’ é uma formação capitalista e não simplesmente histórica”. Ao ignorarem esse fato e privilegiarem apenas as relações entre centro e periferia, os teóricos desenvolvimentistas negligenciaram as estruturas de dominação e os conflitos que envolvem o sistema de acumulação dentro de países como o Brasil:

Toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2003a, p. 33).

Ainda na introdução são mencionadas algumas das obras que inspiraram seu ensaio.²² Além do trabalho já citado de Maria da Conceição Tavares e José Serra há uma longa nota de rodapé dedicada à “teoria da dependência”, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, referência que não poderia faltar tal era a sua importância na reorientação do debate econômico latino-americano no final dos anos 1960. Em seu comentário, Oliveira valoriza o fato dos autores terem conseguido se afastar do “esquema cepalino” ao apontarem a existência de interesses políticos e econômicos convergentes capazes de unir classes e grupos sociais da América Latina a classes e grupos de países do centro do sistema, rompendo assim com a dualidade centro-periferia que era o fundamento da tradição desenvolvimentista. Apesar do elogio, Francisco de Oliveira discorda da hipótese de Cardoso e de Faletto de que o desenvolvimento dos países periféricos estaria condicionado à expansão do capitalismo nos países centrais e cita o exemplo do crescimento brasileiro pós-1930 para sustentar seu argumento (OLIVEIRA, 2003a, p. 33). Finalmente, o último parágrafo dessa introdução cumpre o papel de marcar a posição política do autor:

No plano da prática, a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não pode deixar de ser radical. Curiosa mas não paradoxalmente, foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo “a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?”. Com seus estereótipos de “desenvolvimento auto-sustentado”, “internalização do centro de decisões”, “integração nacional”, “planejamento”, “interesse nacional”, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do “desenvolvimentismo” que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com as transformações da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscaras (OLIVEIRA, 2003a, p. 34).

²² Após sua publicação, Oliveira comentaria em muitas entrevistas as tentativas de vincular seu trabalho à perspectiva de outros autores. Apesar da semelhança entre a tese central de *Crítica à razão dualista*, da dialética entre o moderno e o atrasado, e ideias já sugeridas em textos de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira nega a inspiração neles: “As sugestões em Caio Prado eram muito vagas, e Florestan eu não tinha lido. Só que eu vinha do Nordeste, então eu conheci aquilo por dentro. A experiência ajuda muito” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 168).

Encerrado o curto primeiro capítulo, que tem função introdutória, o ensaio prossegue com uma exposição da história das transformações do capitalismo brasileiro a partir de 1930. O procedimento em si não é uma novidade em relação à tradição cepalina, que também recorria à história para tentar explicar as estruturas econômicas do presente. A mudança está na reavaliação de hipóteses e conceitos que sustentavam a teoria desenvolvimentista.

Para Francisco de Oliveira, a transição da economia brasileira do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial não ocorreu apenas como resultado da livre concorrência no mercado entre os detentores do capital. A ação do Estado, sobretudo com Getúlio Vargas à sua frente, teve enorme peso nessa transição ao destruir as regras do jogo que inclinavam a economia para o modelo anterior e criar as condições institucionais que permitiriam e forçariam o surgimento do novo. Tais ações ocorreram visando tanto à reorganização do capital quanto à criação de uma força de trabalho que ficasse à disposição e atendesse às exigências da nascente estrutura produtiva. De um lado estavam as isenções fiscais para a importação de equipamentos industriais, as linhas de empréstimo a juros negativos e a criação de infra-estrutura específica, práticas que operavam no sentido de transferir capital de um modelo a outro, tornando mais vantajoso o investimento na indústria. Na outra ponta o Estado se empenhava na conformação do mercado de trabalho, com uma legislação própria e a fixação do salário mínimo.

Sobre este último, Oliveira critica a posição de economistas liberais e alguns vinculados à tradição cepalina, para os quais o salário mínimo assumia valores artificiais, acima dos que teria se regulado apenas pelo mercado. Ao contrário, o autor defende que o salário mínimo cumpriu a função de denominador comum, capaz de “igualar pela base” a remuneração de trabalhadores especializados e não especializados. Nessa perspectiva, o principal beneficiário da legislação trabalhista teria sido o capital. É neste sentido que o autor aponta ao sustentar que a transição da economia brasileira no período 1930-64 ocorreu apoiada numa elevadíssima exploração da força de trabalho. Ele considera que tanto a direita quanto a esquerda brasileira, incapazes de perceber esse fato e enxergando “estatismo” na criação da estrutura institucional que estava a serviço da industrialização, caíram num “socialismo dos tolos”, “sem se fazer nunca, uns aos outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso?” (OLIVEIRA, 2003a, p. 41).

Durante essa transição de modelo econômico, o papel da agricultura na estrutura produtiva brasileira precisava mudar. Segundo Oliveira, esta era uma das questões mais difíceis do processo: por um lado, o Estado deveria conter a produção agrícola ao ponto de tirá-la do centro do sistema; de outro, era necessário garantir sua reprodução, tanto por sua importância para o equilíbrio da balança comercial do país, quanto por ser vital ao abastecimento do mercado interno de alimentos, cujos preços entram na conta do custo da reprodução da força de trabalho. Oliveira sustenta que o equilíbrio desejado foi alcançado, mas não sem momentos de crise e instabilidade. O sucesso foi favorecido pela articulação de dois elementos que caracterizam a economia brasileira: o grande volume de mão-de-obra e a enorme oferta de terras. Essa combinação – garantida pela ação do Estado na criação de infra-estrutura, como a malha rodoviária – permitiu uma constante expansão horizontal da agricultura em direção a novas fronteiras, em geral com baixa capitalização. Este fenômeno agiu como uma contínua “acumulação primitiva”, tal qual a definiu Marx, ao gerar a expropriação dos trabalhadores rurais e alimentar a produção capitalista. Apesar de se inspirar neste conceito, Oliveira propõe uma adaptação do mesmo para o caso brasileiro, pois:

Em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *cresce por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética (OLIVEIRA, 2003a, p. 43, grifos no original).

Essa apresentação de uma acumulação primitiva permanente é, a meu ver, um dos pontos altos da construção da tese central do ensaio. Ela expõe de maneira nítida um dos aspectos contraditórios que alimentam o capitalismo brasileiro, capaz de expandir seus setores mais dinâmicos a partir de um processo primitivo e arcaico – a expropriação dos trabalhadores rurais – algo que em outros países, como a Inglaterra, ocorreu apenas na origem do sistema. O mecanismo de transferência do setor atrasado para o moderno não é tão evidente, mas Oliveira o explica. Segundo ele, o trabalhador rural prepara a terra da fronteira agrícola para sua produção de subsistência, mas essa área logo é ocupada por um produtor maior, que a utiliza e se aproveita do trabalho prévio do agricultor. Além de impulsionar a formação do proletariado rural – fator que, como visto, pesou na crise pré-64

– esse processo gerou uma transferência de “trabalho morto” que se refletiu no custo mais baixo dos produtos agrícolas das áreas de cultivo recente. Esses alimentavam os grandes mercados urbanos e impediam, assim, a elevação do custo de reprodução da força de trabalho, elemento este fundamental para a composição da taxa de lucro do setor industrial. O modelo de expansão da agricultura através da criação de periferias de baixa capitalização criaria, também, um freio à assimilação de técnicas mais avançadas de cultivo mesmo nos setores mais dinâmicos do setor primário da economia.²³ Essa tese talvez não se aplique aos dias atuais, marcados pela consolidação do agronegócio, mas se mantém como um rico elemento para o debate sobre o setor.

O esquema desenhado por Oliveira representa um enorme salto em relação às teses da CEPAL. Estas não enxergavam qualquer relação orgânica entre os setores atrasado e moderno da economia brasileira e se restringiam a uma oposição dualista, que levava à conclusão de que o arcaico era apenas um obstáculo à expansão e consolidação do setor industrial. Algo bastante distinto da unidade contraditória que Francisco de Oliveira demonstra. O que permitiu este salto? A novidade está na forma como *Crítica à razão dualista* lida com as contradições da economia brasileira: enquanto a escola da CEPAL as via como elementos disfuncionais do sistema, Oliveira buscou mostrar a existência de uma relação orgânica que produziu uma “integração dialética” entre os opostos, entre o atrasado e o moderno:

Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. [...] Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil (OLIVEIRA, 2003a, p. 47-48).

Um raciocínio semelhante a este aplicado ao setor agrícola é repetido quando o tema é, por exemplo, o acelerado desenvolvimento da indústria que, para os autores desenvolvimentistas, teria gerado a estrutura dual da economia brasileira. Para Oliveira, a

²³ Francisco de Oliveira reproduz aí uma hipótese de Ruy Miller Paiva, retirada do artigo “O mecanismo de autocontrole no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura”. *Revista Brasileira de Economia*, ano CCII, n. 3, setembro de 1968.

industrialização pós-1930 não pode ser explicada apenas pela hipótese da substituição de importações. Embora ela não seja falsa, esta teoria peca, em primeiro lugar, ao privilegiar as relações externas da economia brasileira e dar pouca atenção à sua dinâmica interna. E, em segundo lugar, por propor uma explicação para o fenômeno da industrialização baseada nas necessidades de consumo: o crescimento desse setor seria justificado pela expressiva demanda por produtos cuja importação tornara-se inviável por fatores externos. “Parece, assim, que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, *verbi gratie*, da acumulação”. Para refutar essa hipótese de raiz cepalina, o autor cita o exemplo da Argentina, que se industrializou num período – entre 1870-1930 – em que possuía boas condições e capacidade para importar. Oliveira sustenta que, neste caso, não se deve “complicar o que é simples”: o crescimento da indústria “sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não do consumo (OLIVEIRA, 2003a, p. 49-50).

Assim como a dialética favoreceu uma melhor compreensão das relações entre a agricultura e a indústria, foi o recurso ao conceito de mais-valia que permitiu ao autor rever as causas da expansão deste setor. Isso porque, para Oliveira, foi a partir da necessidade de impedir o aumento do custo de reprodução da força de trabalho que se deu o primeiro impulso de industrialização no país, ainda dedicado majoritariamente à elaboração de bens de consumo não duráveis. A posterior guinada da indústria para a produção de bens duráveis e até de luxo acompanharia uma demanda por esses produtos criada pela desigualdade e pela concentração de renda típicas do sistema. Mas aí, novamente, são as regras da acumulação que se impõem, porque apenas o imperativo do lucro das indústrias pode explicar que produtos nacionais de qualidade inferior e preço mais elevado tenham feito frente aos importados. Este modelo, que se mantém em pé graças à elevada concentração de renda e às regras da acumulação, não representaria um obstáculo ao desenvolvimento da indústria nacional, como sustentavam os autores vinculados à tradição cepalina. Ele seria apenas uma forma adequada à contraditória e desigual estrutura econômica brasileira.

Após analisar as características da agricultura e da indústria, Francisco de Oliveira destacou o lugar dos “serviços” neste sistema. Neste ponto, mais uma vez, a argumentação se volta contra uma tese da teoria do subdesenvolvimento, que considerava o setor terciário

da economia brasileira desproporcional em relação aos demais: “Uma das características, assim, do ‘modo de produção subdesenvolvido’ é ter um Terciário ‘inchado’, que consome excedente e comparece como um peso morto na formação do produto” (OLIVEIRA, 2003a, p. 53). Nota-se que neste caso a crítica do autor destaca outra especificidade do sistema que os desenvolvimentistas teriam encarado como um elemento disfuncional, sem compreenderem sua relação com o todo. Segundo Oliveira essa leitura equivocada seria facilitada por uma referência de inspiração marxista, segundo a qual os “serviços” são um conjunto de trabalhos improdutivos que, portanto, não agregam valor. O autor também questiona essa interpretação: “conviria perguntar se a produção de serviços de intermediação ou de publicidade, por exemplo, não representam, também, *trabalho socialmente necessário para a reprodução* das condições do sistema capitalista” (OLIVEIRA, 2003a, p. 54, grifo no original).

Se o setor terciário não era inchado nem dispensável dentro do conjunto da economia brasileira, ainda era necessário tentar compreender o motivo de sua expansão e seu papel na reprodução do sistema. Antes de apresentar sua tese, Oliveira parte de dados que indicam que os “serviços” de fato absorveram a maior parcela do incremento da mão-de-obra brasileira no período de 1939 a 1969. Em seguida, indica qual era a interpretação corrente sobre este fenômeno e introduz sua opinião contrária:

Tal absorção pode, simplesmente, ser creditada à incapacidade de o setor Primário reter a população e, por oposição, à impossibilidade de os incrementos serem absorvidos pelo Secundário (indústria). *A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia* (OLIVEIRA, 2003a, p. 54-55, grifos no original).

Para o autor, a expansão do terciário no período analisado coincide com um processo de acelerada industrialização concentrada no espaço urbano. Esta ocorreu sobre uma estrutura frágil ou mesmo inexistente de serviços essenciais para a realização do valor, como os transportes e as comunicações, entre outros. Segundo Oliveira, estas atividades até então pouco desenvolvidas em muitas das cidades brasileiras receberam um impulso colado às exigências da industrialização, que dependia delas para garantir a realização do valor. Daí o aparente “inchaço” desses serviços, não negado pelo autor. O que se recusa, mais

uma vez, é a visão de que este fenômeno é uma anomalia da economia brasileira: “trata-se de um tipo de crescimento para esse setor – o dos serviços em geral – *que não é contraditório* com a forma da acumulação, *que não é obstáculo* à expansão global da economia, *que não é consumidor de excedente* (OLIVEIRA, 2003a, p. 57, grifos no original). Outra crítica, portanto, às teses dualistas. Para dar exemplos dessa ligação íntima entre o terciário e os outros setores da economia, o autor recorre, em primeiro lugar, ao caso do comércio ambulante, através do qual um trabalhador mal remunerado contribuiria para a realização do valor dos produtos que vende: alimentos e flores, lâminas de barbear e produtos de limpeza. Também lembra o caso da expansão das oficinas de reparo de automóveis, que acompanhou o crescimento da indústria automobilística. Nem os serviços de consumo pessoal ou doméstico escapam de sua tentativa de totalização: um maior número de empregadas domésticas, por exemplo, seria uma consequência da concentração de renda inerente à forma de desenvolvimento da economia brasileira.

O modelo construído por Oliveira caracteriza-se por uma profunda e rígida integração: nem as relações arcaicas no campo nem o desordenado crescimento dos serviços são apresentados como peças soltas ou anomalias do sistema. Ao contrário: seu argumento sempre aponta no sentido de uma íntima e necessária relação com a expansão da indústria. Os setores primário e terciário se mantêm e se reproduzem graças à sua relação com o secundário, ao qual são, também, indispensáveis. A forma como esse modelo se estrutura induz a uma evolução da agricultura e dos serviços baseada em baixa capitalização, horizontal, criadora de “periferias” e geradora de concentração da renda. Há, portanto, uma *desigualdade* que acompanha o *desenvolvimento* do capitalismo brasileiro, algo cuja existência já era percebida pelos autores da teoria do subdesenvolvimento. Mas para Oliveira, inspirado em Trotsky, trata-se de um “desenvolvimento desigual e combinado”, que:

[...] *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”*. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações

arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins da expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003a, p. 60, grifos no original).

Em resumo, para o autor este seria o sentido da transição por que passou a economia brasileira na primeira metade do século XX, descrita ao longo do segundo capítulo. Neste ponto já é possível notar o alcance de seu exame da teoria do subdesenvolvimento e de sua avançada aproximação em relação ao marxismo, que lhe dá as ferramentas para realizar uma crítica da economia política. O reencontro de Francisco de Oliveira com a sociologia também parece consolidado. O resultado desse movimento é, sem dúvida, formidável. Porém o ensaio não deve ser interpretado apenas a partir dos frutos do intenso debate teórico e metodológico promovido por Oliveira. Tampouco somente pelo significado dos dados estatísticos aos quais ele recorre com frequência. Estes elementos são insuficientes para justificarem a enorme rigidez para a qual aponta o modelo construído pelo autor, dentro do qual nenhuma relação social ou econômica parece escapar do imperativo da expansão do capitalismo brasileiro.

Este diagnóstico não pode ser desvinculado do contexto em que foi elaborado: *Crítica à razão dualista* foi publicado em 1972, momento em que a sociedade brasileira enfrentava alguns dos anos mais duros do regime autoritário. Apesar da desfavorável conjuntura política, a economia avançava. Era inevitável, portanto, traçar um paralelo com o período de 1945-64, anterior ao golpe, dominado pelas esperanças desenvolvimentistas. Naqueles anos, intensamente vividos por Francisco de Oliveira, alimentou-se a crença num suposto papel civilizatório do capitalismo, cuja expansão, se bem planejada, poderia abrir espaço para a modernização das relações sociais e políticas. Aquela aposta também se baseava numa visão totalizante da realidade brasileira, dentro da qual o elemento econômico se impunha aos demais, mas essa determinação tinha um sentido mais positivo do que no modelo apresentado em *Crítica à razão dualista*, ensaio que reflete as decepções do autor e de toda sua geração com aquelas promessas. Nele, o esforço por reconhecer e assimilar as contradições dessa sociedade se sobrepõe à tentação de apontar os caminhos para superá-las, algo que o afasta dos sonhos desenvolvimentistas.

Apesar do distanciamento, é inevitável que muito se conserve. No início do terceiro capítulo do ensaio – “Um *intermezzo* para a reflexão política: revolução burguesa e acumulação industrial no Brasil” – Oliveira toma o cuidado de informar ao leitor que sua

negação do subdesenvolvimento como um modo de produção específico não o impediu de enxergar particularidades no desenvolvimento do capitalismo no Brasil pós-1930, as quais o diferenciam do modelo clássico dos países desenvolvidos. Sem negar sua integração ao sistema capitalista, o autor considera que a economia brasileira já detinha em si, naqueles anos, as possibilidades de sua própria transformação. Assim, a expansão e as mudanças estruturais da transição obedeciam primordialmente às regras internas da acumulação. “Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade *quando há uma sincronia* entre os movimentos interno e externo” (OLIVEIRA, 2003a, p. 62, grifo no original).

Mas o autor também busca compreender essa transição a partir da política e este é o tema do terceiro capítulo do ensaio. Para ele, trata-se de analisar as relações de força nacionais e internacionais que envolveram a “revolução burguesa” no Brasil e lhe deram um caráter específico. Isso porque, diferente da revolução burguesa clássica, a brasileira não ocorre em meio a uma crise global do modo de produção. Nem se trata, por isso mesmo, de um cenário em que as classes proprietárias rurais controlam todo o sistema e impedem, assim, o avanço das classes burguesas urbano-industriais. Esse processo se deu no Brasil tardiamente: aqui, os proprietários de terra detinham uma “hegemonia relativa”, dada sua relação direta com o centro do sistema, mas a crise de 1929 a enfraqueceu. Este fato criou as condições necessárias para a posterior revolução burguesa e a transição da economia, mas este processo só pode se iniciar e avançar, segundo Oliveira, graças a um aspecto político: o populismo.

Em sintonia com as leituras de autores próximos a ele no CEBRAP, como Octavio Ianni e Francisco Weffort, o autor destacava a importância de um pacto de classes, entre trabalhadores urbanos e a emergente burguesia industrial, sem o qual aquela “adequação” não poderia ocorrer. Esta aliança se traduziu na ação do Estado, já descrita pelo autor, que buscou estimular a indústria e inibir, sem destruir, a produção agrícola. Como este setor mantinha sua importância para a saúde do sistema, os proprietários rurais não podiam e não deveriam ser completamente derrotados e aliçados do poder. Segundo Oliveira esta tensão explica a ausência de legislação específica para os trabalhadores rurais durante toda a transição, o que permitiu a conservação da estrutura social e econômica do setor arcaico. O caráter tardio do capitalismo brasileiro estaria, portanto, na origem do suposto dualismo

apontado pela CEPAL, pois sua expansão não exigiu a eliminação das formas consideradas atrasadas de produção. Logo, essa transição foi também conservação e reprodução das velhas estruturas, o que se refletiu na partilha do poder.

O sentido desse processo tem uma raiz histórica na qual o escravismo tem lugar de destaque. Ao contrário dos casos clássicos, no Brasil o desenvolvimento industrial não dependia simplesmente da absorção de sua “periferia”, ou seja, das demais relações de produção consideradas arcaicas. Aqui era necessário criar essa “periferia” através do estímulo ao surgimento de um mercado de força de trabalho livre. Oliveira defende que a abolição da escravidão e o incentivo à imigração se inseriram neste esforço, enfim concluído através da criação da legislação trabalhista. Esta retirou do capitalista a responsabilidade direta pelos custos de reprodução do trabalhador, tornando o salário mínimo sua única obrigação. Por outro lado, ao grande volume de mão-de-obra disponível somaram-se as variadas tecnologias de produção avançadas já disponíveis, que permitiram à indústria brasileira queimar etapas percorridas pela estrutura produtiva de outros países. A introdução de novas tecnologias não se deu, assim, em resposta à elevação do custo da mão-de-obra, que se manteve baixo, fator que teria contribuído para agravar a distância entre os rendimentos do capital e os do trabalho e, dessa forma, para a enorme concentração de renda (OLIVEIRA, 2003a, p. 67). Elementos históricos, logo convertidos em estruturais, conformariam o que o autor chama de “especificidade particular” do modelo brasileiro: trata-se da não ampliação das formas modernas de produção para o conjunto do sistema, como ocorre no modelo clássico. Tanto o primário quanto o terciário reproduzem formas arcaicas que são funcionais às atividades do setor mais dinâmico, propriamente capitalista.

No quarto capítulo do ensaio – “A aceleração do plano de metas: as pré-condições da crise de 1964” – Francisco de Oliveira concentra sua atenção no desenvolvimento econômico no período que se estende do início do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, até o golpe de 1964. Trata-se de um período de intenso crescimento da indústria em que se destacam a criação ou ampliação dos “ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da siderurgia”, além do investimento do Estado em obras de infra-estrutura que garantissem as condições de expansão do setor industrial, que se consolidou como o mais importante da economia brasileira (OLIVEIRA, 2003a, p. 71-72). Esse processo ocorreu em parceria com o capital

estrangeiro, que compareceu mais na forma de tecnologia do que de dinheiro. Entre os investidores os Estados Unidos teve um papel relativamente pequeno se comparado a outros países da Europa e ao Japão, o que Oliveira credits às transformações do capitalismo após a Segunda Guerra. O desenvolvimento da indústria brasileira teria se beneficiado de um cenário menos centralizado da economia mundial que abria brechas na antiga divisão internacional do trabalho.

A argumentação do quarto capítulo se apoia em duas importantes hipóteses: em primeiro lugar, sustenta que a política econômica do período pré-64 foi racionalmente orientada para que a indústria confirmasse sua supremacia diante das demais atividades produtivas. A segunda proposição que merece destaque diz respeito a uma comparação com o novo ciclo de crescimento da economia brasileira do final dos anos 1960, já durante a ditadura, que é analisado no capítulo seguinte. Ele defende que um novo modelo econômico não poderia surgir em apenas três anos, entre 1964 e 1967. Logo, as raízes do chamado “milagre econômico brasileiro” deveriam ser buscadas na expansão anterior. Oliveira também tomou o cuidado de afirmar, em nota de rodapé, que não pretendia atribuir os supostos méritos do crescimento ao período desenvolvimentista nem colocar seus defeitos na conta dos militares. Sua aposta era na continuidade de um modelo que se construiu ao longo de todo o período, desde os anos 1930, na forma de um pacto populista. Entre 1956 e 1964 este processo se acelerou e foi acompanhado pela deterioração do salário real dos trabalhadores, o que gerou ainda maior concentração de renda. Essa situação se transformou na “contradição política principal” que anunciou a crise de 1964: para Oliveira as massas trabalhadoras, já cientes de sua participação subalterna no pacto, passaram a denunciar o regime populista e a pressionarem por reformas. A desaceleração da economia, já bem nítida em 1963, contribuiu para aquela conturbada conjuntura. O autor propôs, assim, uma hipótese para a ruptura política de 1964 que se construiu a partir da análise da luta de classes e não apenas dos dados econômicos. Seria o desmanche do pacto populista que teria impulsionado a crise política e tornado inviável a realização institucional da acumulação nos moldes vigentes:

O ponto a que se quer chegar é que o fato de o conflito assinalado ter se elevado à condição de contradição política principal precipita a crise de 1964. Discorda-se,

assim, radicalmente da interpretação de M. da C. Tavares e J. Serra,²⁴ de que a crise é motivada pela redução das expectativas de inversão e, mais ainda, de que esta não tinha condições de concretizar-se, ameaçada pela falta de financiamento e pelo incremento dos salários. Nenhum dado aponta nessa direção, e permanecer dentro dela é cair num lamentável economicismo que confunde a realidade formal das variáveis da análise econômica com o substrato que elas descrevem (OLIVEIRA 2003a, p. 91).

No quinto capítulo Oliveira continua seu exame da economia brasileira, agora já no período pós-1964 e chegando até os dias em que escreveu o ensaio, em 1972. Estes oito anos foram marcados por um primeiro momento de recessão, que acompanhou a tentativa do governo de conter a inflação, ao qual se seguiram anos de intenso crescimento. O Plano Econômico de Castelo Branco – o mesmo que Oliveira criticou em artigo de 1965 – reaparece no texto e é comparado ao Plano Trienal de João Goulart, assinado por Celso Furtado, com o qual compartilharia muitos equívocos:

A identidade do erro deriva da identidade das supostas causas: a de que se estava em presença de uma inflação de demanda; o remédio era, num como noutro caso, a contenção dos meios de pagamento, o corte dos gastos governamentais, e o resultado foi, numa como noutra experiência, a recessão, breve a primeira e prolongada a segunda (OLIVEIRA, 2003a, p. 93).²⁵

Para ele, as semelhanças não se restringiam à política econômica, o que reafirmava sua resposta à pergunta que fez no título do capítulo: “A expansão pós-1964: nova revolução econômica burguesa ou progressão das contradições?”. Oliveira ressalta a continuidade: o golpe de 1964 não marcaria, portanto, o início da revolução burguesa no Brasil, como havia sugerido Fernando Henrique Cardoso. Mas existia, de fato, um traço original: o crescimento econômico logrado no final dos anos 1960 se deu graças a uma mudança de foco do programa econômico do governo, que decidiu lançar o ônus do combate à inflação nos ombros da classe trabalhadora. O Estado voltou a investir na economia, mas impediu que o custo da mão-de-obra aumentasse e interferisse na acumulação. Essa ação é confirmada pelos dados, apresentados por Oliveira, que comparam a concentração de renda em 1960 e em 1970: em dez anos, esta avançou consideravelmente sobre uma base anterior que já era assustadora (2003a, p. 95-97).

²⁴ A referência é ao artigo “Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente del Brasil”. *Trimestre Económico*, n. 152, nov.-dez. de 1971. México.

²⁵ É notável a diferença entre aquela primeira opinião sobre o Plano Econômico de Castelo Branco, publicada na *Revista Civilização Brasileira* (1965), e esta realizada em *Crítica à razão dualista*. Antes, o autor acreditava na descontinuidade ou mesmo na oposição entre a política econômica da ditadura e o modelo desenvolvimentista executado antes de 1964. Agora, ele destaca as semelhanças entre ambos, que aparecem como momentos distintos, mas igualmente subordinados à lógica de expansão do capitalismo no Brasil.

Tanto neste quanto no capítulo anterior, Francisco de Oliveira dialoga diretamente com teses de Maria da Conceição Tavares e José Serra. E, em geral, empenha-se em refutá-las. Discorda, em primeiro lugar, da interpretação de que a crise de 1964 teria causas estritamente econômicas, relacionadas a uma incapacidade de inversão do sistema gerada, entre outros motivos, pela elevação do salário dos trabalhadores. Oliveira nega esse suposto incremento ao apresentar dados sobre a queda do salário real e sobre a crescente distância entre os ganhos do capital e do trabalho. Além da refutação sobre bases econômicas, o autor aponta o acirramento da luta de classes como o verdadeiro empecilho à acumulação no pré-1964. Desses argumentos Oliveira deriva sua outra crítica a Tavares e Serra, ao contestar a hipótese de que a recuperação da inversão dependia da compressão salarial das camadas mais baixas e da redistribuição desse valor para as classes médias, cujo poder de compra teria o efeito de reaquecer a economia. Essa ideia não seria viável por dois motivos: em primeiro lugar, Oliveira defendia que o custo do trabalho nunca se impôs como um empecilho à acumulação. Pelo contrário: esta se deu sobre uma elevada taxa de exploração. Em segundo lugar, o autor sustentava que o estímulo à classe média não podia se pautar no desalento aos trabalhadores, pelo motivo de que entre ambas não há nenhuma relação de produção. Logo, qualquer incremento na renda das camadas médias só poderia ocorrer em função das exigências do aparato produtivo, o que teria acontecido através da crescente demanda por cargos intermediários na cadeia de produção criada pela expansão do sistema (2003a, p. 99-100).

A superexploração do trabalho em que se baseou o “milagre brasileiro” era garantida pelo aparato repressivo. Para Oliveira esse fenômeno não ocorria por um motivo banal ou sádico: a elevadíssima taxa de lucro conquistada pelas empresas do topo da pirâmide produtiva servia para alimentar ainda mais a concentração através do estímulo à formação de monopólios. O excedente era reinvestido na aquisição de unidades produtivas menores e permitia a expansão de setores que dependiam dessa centralização para sobreviverem. Outra parcela do lucro se convertia em capital financeiro, com o surgimento de inúmeros bancos de investimento ligados diretamente a indústrias.²⁶

²⁶ Esse raciocínio precipita a questão da financeirização da economia brasileira que o autor retoma com ênfase em *O ornitorrinco*. Ainda em *Crítica à razão dualista* ele afirmou: “um crescente distanciamento entre a

Ao término do quinto capítulo, Oliveira arrisca algumas previsões sobre o futuro desse modelo de expansão. Além de antecipar o papel cada vez maior do setor financeiro em seu interior, o autor destaca o caráter parcialmente artificial do crescimento, já que ele ocorria graças ao incentivo pesado do Estado brasileiro, através de isenções fiscais ou empréstimos a juros negativos. Esse mecanismo levava a um importante endividamento, que cobraria seu preço mais tarde, e mesmo assim era incapaz de reverter o aumento das importações que ocorria de modo mais acentuado do que a expansão do setor industrial brasileiro. Tal cenário conduzia a um beco sem saída, onde a crise estava à espera. Essa previsão se confirmaria pouco tempo após a publicação do ensaio.

No sexto e último capítulo, intitulado “Concentração da renda e realização da acumulação: as perspectivas críticas”, Francisco de Oliveira tenta avaliar se o futuro da expansão capitalista no Brasil abriria espaço à reversão da má distribuição da renda. Este fenômeno, que ocorreu na história de outras nações capitalistas, esteve geralmente vinculado a dois fatores: a escassez de mão-de-obra, que elevava seu custo, ou as pressões de uma classe trabalhadora organizada.

Ora, no Brasil, nenhuma dessas condições está presente, no momento. Em primeiro lugar, a reserva de força de trabalho é de tal porte que o sistema se dá ao luxo de crescer horizontalmente, com baixíssimos coeficientes de capitalização, lastreando, por essa forma, sua expansão global e a possibilidade de que alguns setores se verticalizem, sem concorrência pelos fundos de acumulação. [...] Já do ponto de vista da organização das classes trabalhadoras, desde 1964 somente se tem assistido ao retrocesso. Esse retrocesso significa não que a legislação social pré-1964 fosse mais favorável aos trabalhadores que a de hoje, mas que a organização dos trabalhadores para reivindicar e transformar suas reivindicações em expressões políticas concretas seja hoje impedida, em oposição com os últimos anos da década de 1950 e os primeiro da década de 1960 (OLIVEIRA, 2003a, p. 112).

Se a distribuição da renda não tendia a mudar com a expansão do capitalismo brasileiro, restava saber se esse teria condições de se reproduzir numa sociedade marcada por tamanha desigualdade. Para Oliveira, os setores produtivos que dependiam mais diretamente da demanda da parcela da população de baixa renda – de calçados e têxtil, por exemplo – eram os mais propensos a crises de realização. Daí a atenção que atraíam do governo, que incentivava a exportação através de subsídios. Já as empresas dedicadas à produção de bens duráveis ou de luxo não pareciam correr o mesmo risco, pois existia uma

órbita financeira e a órbita da produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro” (OLIVEIRA, 2003a, p. 106).

parcela da população que, mesmo pequena, possuía enorme poder de compra e, portanto, era suficiente para garantir a circulação de mercadorias nacionais caras e, em geral, de qualidade inferior às importadas. Mas o sistema parecia caminhar inexoravelmente para crises clássicas, seja pelo acelerado processo de financeirização – ligado à concentração de renda – seja pelo esgotamento das ferramentas tradicionais de estabilização, como as políticas de salário e fiscal. Aos olhos de Oliveira, o Estado apresentava um controle cada vez menor sobre esses fatores e os deixava a mercê das leis do mercado. Este crescia sem a contrapartida da distribuição de renda, da qual dependeria para um desenvolvimento menos dependente de fatores externos. O modelo caminhava, portanto, para uma polarização profunda, infra-estrutural, que tinha reflexos na vida política nacional:

No estágio atual, nenhuma das partes pode abrir mão de suas próprias perspectivas: nem à burguesia se pode pedir que abra mão da perspectiva da acumulação, que é própria dela, nem às classes trabalhadoras se pode pedir que incorpore a perspectiva da acumulação, que lhe é estranha. Essa situação conduz, inevitavelmente, as contradições da infra-estrutura a uma posição de comando da vida política do país: a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão. Essa dialética penetra hoje os mais recônditos lugares da vida nacional, em todas as suas dimensões, em todos os seus níveis: qualquer lugar, qualquer atividade, é hoje um campo de batalha, da música ao cinema, das atividades educacionais aos sindicatos, da oposição consentida ao partido situacionista, do pregão da Bolsa à pregação do padre; desapareceram as questões específicas de cada uma das atividades *per se*, para colocar-se como problemática indisputada a questão da manutenção do *status quo* ou o seu oposto. Melancolicamente, até mesmo a frágil oposição armada que tentou erguer-se contra o regime foi esmagada como o último apelo romântico ao sistema para que se reformasse em nome da justiça social. Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que este está marcado pelos signos opostos do *apartheid* ou da revolução social (OLIVEIRA, 2003a, p. 118-119).

O parágrafo acima, que encerra o ensaio, demonstra bem como aquela conjuntura estimulava o domínio da infra-estrutura econômica sobre a política. O sentimento que surge após sua leitura não pode deixar de ser pessimista, afinal a única alternativa de transformação é a “revolução social”. Isso num contexto em que a luta armada já fracassou e no qual as forças da repressão parecem mais presentes e poderosas do que nunca. As apostas no reformismo ou na aliança de classes em nome do interesse nacional estão descartadas, o que gera um tremendo impasse: de onde então tirar forças para a necessária revolução, se as organizações políticas da esquerda foram destruídas? Esse é um aspecto que incomodou alguns dos críticos do ensaio, entre eles Daniel Pécaut e Bernardo Sorj.

Para o primeiro, “Poucos textos terão uma repercussão tão grande quanto o de Francisco de Oliveira [...] Divulgado como texto básico na maioria das universidades, discutido e utilizado em muitos artigos”. Mas Pécaut se mostrava preocupado com o fato de que no texto “nada resta como fator político independente, nenhuma distorção ou dualismo deixa de ser apresentado como funcional ao avanço da acumulação capitalista”. E conclui: “Nosso propósito não é estimar a validade de certas afirmações formuladas nessas teses gerais, mas apenas observar que a dissolução dos atores sociais e da questão política é inerente a esse hiperfuncionalismo marxista” (PÉCAUT, 1990, p. 284-285). Bernardo Sorj apresenta uma opinião semelhante à de Pécaut, inclusive ao sublinhar o enorme impacto de *Crítica à razão dualista*. Sua referência, no entanto, é um comentário de Maria da Conceição Tavares, que discordava da apresentação do processo de acumulação como uma “categoria totalizante”. Para Sorj, o ensaio de Oliveira:

[...] de alguma forma facilitou o caminho para que setores da nova geração de cientistas sociais simplificassem sua visão da sociedade brasileira, caindo muitas vezes num funcionalismo marxista incapaz de compreender as especificidades e complexidades da textura da sociedade e do capitalismo brasileiro (SORJ, 2001, p. 55).²⁷

Do fatalismo da análise também podem ter surgido alguns dos pontos positivos do ensaio. No texto, o problema central da atuação da SUDENE não é mais o fato de ter privilegiado o capital do centro-sul do Brasil ou internacional, em detrimento do apoio ao surgimento de uma burguesia regional. Essa caracterização, que apenas repetiria em nível local os erros do diagnóstico dualista que era a marca do nacional-desenvolvimentismo, desaparece. O que se vê é a percepção de que a integração da economia nordestina à nacional, nos moldes em que ocorreu, era até certo ponto inevitável naquela conjuntura.

²⁷ Sobre as ressalvas de Pécaut e Sorj ao ensaio, concordo com uma avaliação feita por Marco Perruso: “Talvez, o que seja incômodo nessa inovação teórica de Francisco de Oliveira – e nisso, creio, reside um dos maiores méritos da ‘Crítica da Razão Dualista’ – consista na revelação de que democracia e capitalismo, na contemporaneidade, caminham entrelaçados a autoritarismo e patrimonialismo. É o rompimento de tal dualismo que Pécaut e Sorj consideram inaceitável, uma vez que a preocupação prioritária de ambos os autores com o aperfeiçoamento de nossa institucionalidade democrático-representativa num contexto capitalista – referentes modelares da modernidade – aponta, também, para uma perspectiva dualista, na qual ‘atraso’ seria acompanhado de estatismo, corporativismo, revolucionarismo e outros ‘ismos’ de conotação pejorativa para quem os utiliza. Isto é, as posições liberais de Pécaut e Sorj – absolutamente sólidas, ressalte-se – são infensas à inovadora interpretação marxista desenvolvida por Francisco de Oliveira nesta sua obra capital (PERRUSO, 2013, p. 188).

Crítica à razão dualista pode ser considerada uma obra apoiada em três pilares principais: o desenvolvimentismo, o marxismo acadêmico e uma visão específica do autor a respeito da “questão regional”. Quanto ao primeiro – que, como visto, é um dos grandes alvos da crítica de Francisco de Oliveira – é impossível ignorar sua presença ao longo de todo o texto. Sem o profundo conhecimento do autor sobre as categorias que guiavam a escola cepalina o ensaio não seria o mesmo ou, mais além, jamais teria existido. Embora sua ruptura com o passado desenvolvimentista seja incontestável, esta não ocorre sem a conservação de muitos dos elementos daquela tradição, repostos após a avaliação crítica de Oliveira. Isso porque ao eleger a teoria desenvolvimentista como um “interlocutor válido”, o autor pretendeu apoiar-se nela, sem negar sua consistência, para atingir um novo patamar. Seu trabalho não se constrói, portanto, sobre um vazio que poderia surgir do desmonte das teses da CEPAL. Oliveira indica, em várias passagens, a necessidade de partir delas para alcançar uma elaboração mais profunda, mais radical. O que ocorre, por exemplo, quando não nega a validade das formulações de Prebisch e Furtado a respeito da especificidade do desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo, que resulta na forma subdesenvolvida, mas sustenta a necessidade de aprofundar essa ideia, tanto no sentido da compreensão de sua relação com o centro do sistema – o imperialismo – quanto no reconhecimento das relações entre as forças internas das nações – ou seja, a luta de classes – como fatores fundamentais para seu surgimento e reprodução.²⁸

O marxismo acadêmico deixa sua assinatura no ensaio através de categorias às quais Oliveira recorreu para tentar enxergar além das ferramentas cepalinas. Quando o autor afirma, por exemplo, que a estrutura dual é na verdade uma “unidade entre contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (2003a, p. 32), realiza um salto da lógica formal para a dialética: metodologicamente, Francisco de Oliveira aproxima-se, então, de “uma dialética de corte mais próximo à hegeliana e marxista” (GRESPLAN, 2001, p. 125). Ou seja: ele reconhece e aceita a contradição, presente não só no dualismo, como algo real e busca descrevê-la, e não simplesmente eliminá-la pelo discurso, como pretende a lógica formal. A tradição cepalina buscou

²⁸ Sobre a conservação de termos furtadianos no ensaio, Oliveira comentou: “Era uma espécie de marxismo furtadiano. Eu até ataco muito Furtado, o que é uma injustiça, porque ele não é meu inimigo teórico – nunca foi e nem era o caso. Mas ali, no calor da batalha, você afia suas armas. É perigoso, principalmente com pernambucanos, que vão logo para a peixeira e aí não sai coisa boa, mas o artigo era interessante” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 167).

explicar analiticamente o que é a relação dual entre centro e periferia. Ao tentar encaixá-la em conceitos toleráveis, pois passíveis de superação no interior da lógica formal, foi incapaz de apreender a relação contraditória de inclusão e exclusão simultâneas que formam a unidade-dualidade entre centro e periferia. Como afirmou Paulani, “a ciência convencional, por seu caráter analítico, esforça-se por saber e dizer o que é; ela precisa e constitui-se de fundamentos, de definições, e definições são proposições do que é” (PAULANI, 1992, p. 103). Na lógica formal, o não-claro é ainda um não-ser, um projeto, e sua realização é abandonar a contradição, é deixar de ser o que é: negação. Assim, o subdesenvolvimento como não-desenvolvimento deve, num caminho lógico (formal), superar-se: abandonar o prefixo que o coloca no campo negativo e afirmar-se como seu contrário. É como se a contradição fosse exterior ao objeto. Pois da relação entre centro e periferia tal como a concebe a CEPAL é possível imaginar uma solução interna ao problema, que por meio de um raciocínio lógico elimina a dinâmica da estrutura: “se o desequilíbrio gera uma dinâmica que tende a superá-lo, desaparece com ele a própria dinâmica” (GRESPLAN, 2001, p. 125). Essa é a conclusão a que somos levados pela CEPAL e que sustenta a crença na regulação econômica estatal como solução para o subdesenvolvimento da periferia. Ao apresentar um conjunto de receitas a serem seguidas pelos países latino-americanos, Prebisch, Furtado e outros autores filiados à mesma tradição defendiam a possibilidade de superação da condição indesejada num ato autônomo, ainda que os mesmos autores tenham se esforçado para demonstrar os diversos fatores externos que remodelam constantemente a relação e, conseqüentemente, as partes. É como se a contradição fosse superável pelo próprio contradito. Oliveira se afasta dessa perspectiva ao recorrer a conceitos como mais-valia, acumulação primitiva, luta de classes e imperialismo. Estes lhe dão suportes para aprofundar análises que, em boa medida, os autores desenvolvimentistas já tinham esboçado sem, contudo, levá-las às últimas conseqüências. Do diálogo entre seu passado desenvolvimentista e o marxismo, com o qual tinha maior contato no CEBRAP, surgiu um texto que guarda certa distância de cada um dos polos. O ensaio não se enquadra na escola da CEPAL, com a qual a ruptura é bem explícita, mas mantém um pé nela. Quanto ao marxismo, apesar do uso de muitas de suas categorias, o autor não chega a atingir, talvez pelo apelo à forma ensaística, o padrão de

trabalho acadêmico perseguido por alguns de seus colegas de CEBRAP, entre os quais havia muitos ex-membros do Seminário Marx.

Por fim, a visão que Oliveira tinha sobre a “questão regional” também contribuiu sobremaneira para a redação de *Crítica à razão dualista*. Este é um elemento menos nítido do que os demais, pois o autor não baseia seu raciocínio nos problemas do Nordeste. O foco é a economia brasileira e os inúmeros dados sociais e econômicos apresentados dizem respeito, em sua maioria, ao conjunto do país. Mesmo quando explora estatísticas regionalizadas, Oliveira prefere privilegiar números sobre regiões que eram consideradas o centro do polo “dinâmico” ou “moderno” do sistema, como Rio de Janeiro ou São Paulo, o que faz com o intuito de demonstrar que mesmo ali o chamado “arcaico” está presente como elemento estrutural. Não se pode ignorar, também, que seus interlocutores no CEBRAP tentavam compreender o capitalismo brasileiro a partir de São Paulo, logo o estudo focado na mesma região facilitaria o debate ao qual o autor se propunha. Sustento, no entanto, que uma leitura da “questão regional” atravessa o texto, ainda que de forma sutil. Francisco de Oliveira sabia, melhor do que qualquer outro colega de CEBRAP, que a expansão do capitalismo não era um sinônimo de progresso ou de modernização das relações sociais e econômicas. A crença nesse papel civilizador se desfizera graças a uma reavaliação da experiência da SUDENE que, embora ainda não publicada, já ocorrera na cabeça do autor. O caráter “desigual e combinado” do desenvolvimento do capitalismo brasileiro – citado numa referência à formulação de Trotsky – era, sem dúvida, mais nítido para alguém que conhecera de perto o tamanho da distância entre o Nordeste e o centro-sul do país. O ponto de vista periférico proporcionava uma visão incomum do todo.²⁹

É evidente que esses três elementos básicos de *Crítica à razão dualista* não aparecem no ensaio de modo isolado, justapostos, algo que geraria um cenário caótico. Pelo contrário, é da permanente tensão entre eles que surge seu caráter original. Francisco de Oliveira mostrou-se sempre preocupado em esmiuçar o modelo desenvolvimentista e colocá-lo à prova das categorias marxistas, ao mesmo tempo em que submetia esta teoria ao conhecimento conquistado sobre as desigualdades regionais, ou seja, a respeito das relações

²⁹ O método de encarar os temas a partir de elementos periféricos é recorrente em textos de Francisco de Oliveira. Como me sugeriu a professora Elide Rugai Bastos, essa característica é determinante sobre o conteúdo de sua produção. Voltarei a este tema no último capítulo desta tese, quando discutirei como algumas mudanças recentes do capitalismo, como a mundialização, impõem uma crise dessa perspectiva.

internas do capitalismo brasileiro – e não apenas as externas, privilegiadas pela escola da CEPAL e, também, pela teoria da dependência. A síntese promovida entre estes elementos era bastante inovadora, mesmo para um ambiente de discussões intensas como o CEBRAP. Logo, ainda que o texto não seja particularmente original nos campos de debate sobre o desenvolvimentismo, o marxismo ou a questão regional, tomados isoladamente, tem o grande mérito de reuni-los num só trabalho e de expor as profundas relações entre eles. Sustento, portanto, que é nessa fusão essencial que reside a grande força do ensaio.

2.3. Bye bye Nordeste

Durante a segunda metade dos anos 1960, as impressões que muitos intelectuais da esquerda brasileira tinham a respeito do significado da ditadura se desmancharam aos poucos. Em primeiro lugar, era comum a convicção de que a vigência do regime representaria quase uma paralisia da história do país, por conter o avanço da luta de classes, acirrada no pré-1964, e por se mostrar incapaz de promover o desenvolvimento social e econômico. Tal hipótese levava a outra: acreditava-se que o Estado autoritário não resistiria muito tempo, condenado por suas incapacidades e por uma crescente pressão popular. O tempo mostrou aos poucos que essas apostas, também compartilhadas inicialmente por Francisco de Oliveira, estavam equivocadas.³⁰ Para muitos, a desilusão se concretizou entre o final de 1968, com o decreto do AI-5, e o início de 1969, com os primeiros sinais de retomada do crescimento econômico. Tal mudança teve grande efeito sobre as Ciências Sociais brasileiras, cuja produção passou a tentar compreender o sentido mais profundo das mudanças promovidas pela ditadura e do “milagre econômico”. O que antes era visto como um regime de exceção, frágil e transitório, revelava-se bastante sólido. Era necessário, portanto, decifrar o monstro.

O ensaio *Crítica à razão dualista*, de 1972, tinha esse objetivo e, como exposto, foi bem fundo na análise a que se propôs. A percepção de que a sociedade brasileira sofria transformações importantes sob a ditadura, sobretudo do ponto de vista econômico,

³⁰ Oliveira recordou sua impressão sobre 1964: “Mas voltando ao golpe: a esquerda brasileira não entendeu direito o golpe. A gente pensava que era um golpezinho de militar latino-americano, não se pensava que fosse durar tanto e que fosse tão profundo, não se tinha ideia realmente. A gente achava que era coisa de seis meses” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 160).

orientou a elaboração de outros textos de Francisco de Oliveira ao longo dos anos 1970. É o caso dos vários artigos que escreveu para os jornais da imprensa alternativa, sobretudo o *Opinião* e o *Movimento*,³¹ e também dos trabalhos publicados em periódicos especializados, especialmente em *Novos Estudos*, *Estudos CEBRAP* e *El trimestre económico*, do México. Em meio a toda essa produção destacam-se textos em que o foco está sobre a interpretação das mudanças que afetaram a região Nordeste: a questão regional, suspensa por um período, voltava a estimular o pensamento de Francisco de Oliveira dez anos após o fim de sua experiência na SUDENE, e finalmente o projeto de uma pesquisa dedicada àquele momento importante de sua trajetória e da história do Brasil pôde ser realizado. Dele resultou o livro *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, de 1977.

Este trabalho, que é sem dúvida o mais famoso de Francisco de Oliveira voltado à questão regional, anuncia logo a que veio: a obra é dedicada à memória de Orieta, sua primeira esposa, recém-falecida;³² aos trabalhadores, operários e camponeses do Nordeste; a Miguel Arraes e Francisco Julião, que dispensam apresentações; e a Mário Magalhães da Silveira, médico sanitarista com quem atuou na SUDENE. Essas dedicatórias antecipam um sentimento nostálgico que atravessa todo o texto e que é fruto do esforço do autor de realizar uma análise crítica de um período importante de sua vida, em que estavam bem vivas as esperanças num projeto de região e de país que não vingou. O texto possui uma permanente tensão entre a retomada daquele sonho não realizado e um diagnóstico que mais parece um pesadelo. Tal conflito se converte numa melancolia, antecipada pelo título do livro: “elegia” pode ser uma canção ou uma poesia de lamento, que no caso é dedicada a uma região que cedo se converte, através da sílaba adicionada em destaque, numa religião.

Entre *Crítica à razão dualista* e *Elegia para uma re(li)gião* é possível traçar muitos paralelos. Ambos os trabalhos abordam um mesmo tema: o processo de expansão do capitalismo no Brasil, e o fazem sem defender uma grande ruptura entre o modelo econômico anterior e o posterior ao golpe de 1964. O que muda entre os textos é o foco. No primeiro, Francisco de Oliveira apresenta uma visão mais geral desse movimento, tendo o

³¹ Essa produção será analisada na próxima parte deste capítulo.

³² Francisco de Oliveira casou-se cedo com Maria Orieta ainda antes do golpe de 1964. Eles tiveram cinco filhos.

país inteiro como objeto. No segundo, a análise se concentra no modo como essa transição se deu no Nordeste, suas particularidades e efeitos. Apesar das semelhanças, há entre as duas obras uma diferença fundamental. Em *Crítica à razão dualista*, a proximidade do autor em relação à ideologia desenvolvimentista permanece oculta. Um leitor que desconheça sua trajetória, em especial sua participação na SUDENE ao lado de Celso Furtado, pode concluir a leitura sem desconfiar da existência desse passado. O mesmo não ocorre em *Elegia para uma re(li)gião*, que começa pela lembrança daquela relação. Essa diferença, que pode parecer à primeira vista sutil, tem enormes consequências sobre o texto. Elas serão discutidas adiante. Antes, é válido imaginar os motivos que levaram Oliveira a trazer ao primeiro plano esse elemento antes oculto de sua trajetória.

Conforme exposto mais acima, *Crítica à razão dualista* condensa a ruptura do autor com seu passado desenvolvimentista e a afirmação de seu presente marxista, o que consolidava seu vínculo ao grupo de intelectuais do CEBRAP. Neste contexto, talvez o destaque ao trabalho na SUDENE ao lado de Celso Furtado não contribuísse para o debate que o autor queria promover. Seus colegas do Centro que participaram das discussões sobre o texto nos famosos “mesões” sem dúvida sabiam das origens do autor, mas este era um dado do passado. O que se esperava da obra era uma sintonia com o presente, e Francisco de Oliveira sabia disso. Era preciso evitar que a crítica à teoria do subdesenvolvimento ali realizada assumisse um caráter excessivamente subjetivo. Além disso, não havia a necessidade de explorar essa vinculação, já que a questão regional não era o alvo maior de sua atenção. Não era conveniente nem necessário. Após a publicação deste primeiro ensaio e de ter conquistado seu espaço entre os intelectuais paulistas, o autor tinha condições de escrever uma obra voltada para a questão do Nordeste, assunto sublimado na elaboração de *Crítica à razão dualista*.³³ Era um acerto de contas inadiável. Mas este era um tema um pouco alheio àquele meio intelectual, onde ninguém conhecia tão bem o Nordeste quanto ele. O que o credenciava para entrar neste debate era justamente aquela experiência pretérita. Naquele instante, portanto, a rememoração tornou-se apropriada e indispensável. Em resumo, o retorno ao passado só foi viável no momento em que Oliveira sentiu-se à vontade com o presente, identificado a um novo grupo de intelectuais dentro do qual já

³³ Basta lembrarmos que a ideia de rever a experiência da SUDENE existia já em meados dos anos 1960, quando inspirou um projeto de mestrado que não chegou a ser executado.

conquistara seu lugar. Quando o CEBRAP virou o “aqui”, o ponto de observação, e a SUDENE o “lá”, objeto em relação ao qual já tinha algum distanciamento:

Encontrei no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição à qual pertenco desde 1970, o clima propício à metamorfose de minha reflexão sobre o Nordeste; aqui, entre os companheiros dessa aventura intelectual, foi possível recuperar a dimensão da criação da SUDENE, a salvo tanto da crônica de um participante quanto de um infantilismo saudosista. Aqui, encontrei o ambiente propício ao trabalho de “preservar o encanto” da experiência, sem voltar a cair na puerilidade (OLIVEIRA, 2008, p. 132).

A receita de *Elegia para uma re(li)gião* repete os principais ingredientes de *Crítica à razão dualista*: estão nela, mas em doses diferentes, o passado desenvolvimentista, o presente marxista e a questão regional. O resultado é diferente não apenas pela mudança na dosagem, mas também pela adição do fator sentimental que o tema, o Nordeste, inevitavelmente traz ao autor. O primeiro parágrafo do prefácio explicita de modo corajoso esse elemento:

Este trabalho foi escrito sob o signo da paixão: paixão de Orieta, do Nordeste, paixão dos operários, trabalhadores e camponeses do Nordeste. Paixão no mais amplo e estrito sentido. Paixão no sentido de Gramsci: o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender *não é* um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão. Esse posicionamento causará arrepios e um dar de ombros por parte de muitos: é uma obra engajada, que não é, portanto, residência da ciência. Haveria uma multidão de argumentos teóricos para replicar, mas prefiro não seguir esse caminho. Não indaguei, pois, do surgimento da paixão: apaixonei-me apenas; e entrei na corrente, deixei o barco correr (OLIVEIRA, 2008, p. 125, grifo no original).

A negação do caráter científico da obra, obviamente exagerada, não poderia aparecer em *Crítica à razão dualista*, que desde o título já transmite um ar mais acadêmico, coerente com a proposta do autor. Ainda que negue, em *Elegia* Francisco de Oliveira faz ciência ao esboçar, dentro dos limites do texto, uma história econômica, social e política do Nordeste. Sem ter a pretensão de esgotar o problema, ele partia do pressuposto de que a região ainda necessitava de um trabalho com esse alcance, sobretudo dentro das áreas das Ciências Sociais e da Economia Política. O livro *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, é citado como uma “reificação mitológica da ‘harmonia’ entre senhores e escravos”, carente de uma compreensão sobre a formação socioeconômica do Nordeste. *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr., e *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, são lembradas como referências incontornáveis para o tema da formação da economia e da sociedade colonial no Brasil, mas nenhuma tinha o foco na questão nordestina. Para

Oliveira, a literatura regionalista era a que tinha chegado mais longe na tarefa de captar os vários “Nordestes” (2008, p. 153-157).

Uma boa parte de *Elegia* é dedicada a contar a história desses “Nordestes”, em especial da “região” do açúcar e da “região” do algodão e da pecuária, que se opunham no início do século XX. Esse exercício obedece a uma definição do conceito de “região” apresentada pelo autor ainda na introdução. Para Oliveira, dentre os vários ângulos sob os quais essa questão pode ser vista – econômico, social, político, cultural, antropológico, geográfico, histórico – o ensaio está preocupado com um conceito que “se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (2008, p. 145). De acordo com essa definição, a “região” seria “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial da luta de classes” (2008, p. 148). Não há, assim, uma correspondência *a priori* entre as fronteiras dessas “regiões” e os limites das regiões geográficas tal qual são comumente conhecidas.³⁴ Forjados ao longo do processo de “desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo, esses espaços regionais são históricos e, portanto, tendem a desaparecer com a expansão do sistema.

Tomar a história de cada “região” em separado aparece como uma necessidade quando o autor lembra que, no período colonial, o território do Brasil configurava-se como um arquipélago, composto por várias ilhas de produção isoladas. Cada uma se desenvolvia a partir das exigências da metrópole portuguesa. Ou das metrópoles, para os casos em que houve ocupação do território por outros impérios, como a França no Maranhão e a Holanda na “região” do açúcar. Logo, entender o Nordeste como uma unidade, sem apreender essas diferenças em sua formação, resultava numa falsificação histórica que atrapalhava a compreensão dos conflitos que se manifestaram em seu interior a partir do final do século XIX. Só após a exposição dessas histórias particulares e dos conflitos, econômicos e políticos, que envolveram o desenvolvimento de cada “região” é que Francisco Oliveira

³⁴ O conceito econômico e político de “região” permite ao autor pensar, por exemplo, a existência de uma “região” açucareira e de outra “região” algodoeiro-pecuária que coexistiram, durante determinado período, no interior da região Nordeste. Ao longo do ensaio, o uso das aspas serve para diferenciar o conceito construído pelo autor em relação ao senso comum. Essa discussão é apresentada detalhadamente na Introdução, sobretudo em suas partes 2 e 3 (OLIVEIRA, 2008, p. 145-164).

chega ao momento, já no século XX, em que o avanço da integração nacional aprofundou as disparidades regionais e exigiu a intervenção do Estado de diversas formas, desde o DNOCS até a criação da SUDENE. Esses antecedentes já foram explorados no primeiro capítulo dessa tese, portanto os retomo aqui de forma resumida, agora a partir da visão crítica do autor.

Fundada durante o governo de Juscelino Kubitschek, em meio ao entusiasmo com o pensamento desenvolvimentista, a SUDENE representou, para Francisco de Oliveira, o epílogo de um drama. No período que se estende da segunda metade do século XIX ao início do XX, o centro-sul do país vivenciou o avanço do cultivo do café ao qual logo seguiu a industrialização, enquanto o Nordeste como um todo assistia ao declínio da produção açucareira e ao avanço da pecuária e das plantações de algodão. Durante esse processo surgiram conflitos no interior das classes dominantes nordestinas, em especial entre a antiga oligarquia açucareira e a nova fração não-açucareira, cuja reprodução – baseada numa acumulação realizada na circulação interna de mercadorias – estreitava seus laços com a nova burguesia industrial do centro-sul. Outro efeito foi a tendência a um distanciamento cada vez maior entre a capacidade econômica das principais regiões do país, o que levou o Nordeste a se transformar no coração do que se convencionou chamar de parcela “atrasada” da economia brasileira.

Essa configuração histórica levou à emergência de um padrão “planejado” de “condução e orientação das atividades econômicas”, que tinha o Estado como ator fundamental (2008, p. 138). Para o autor, o surgimento dessa forma não pode ser desvinculado da crise econômica e social que atingia o Nordeste e da esperança sincera da parte de muitos dos envolvidos – entre eles Celso Furtado – de que o desenvolvimento vivenciado pelo centro-sul do país poderia ser expandido para outras regiões através da industrialização, eliminando neste processo os bolsões de “atraso”. Em suma, a disparidade econômica inter-regional e a “razão dualista” que imperava no debate sobre o desenvolvimento nacional levaram o governo federal a apostar na intervenção planejada sobre a economia da região Nordeste. Assim o autor resumiu sua tese:

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais “regiões” do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, começam a aparecer como conflito entre as duas “regiões”, uma em crescimento, outra em estagnação. É nesse

contexto, e tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos “desequilíbrios regionais”, que nasce o planejamento regional para o Nordeste (OLIVEIRA, 2008, p. 163, grifos no original).

Esse objetivo geral consta nos documentos originais que antecederam à criação da SUDENE e norteou sua atuação desde os primeiros anos, mas para Francisco de Oliveira o efeito prático dessas ideias não se limitou ao plano traçado. Para ele, além das preocupações econômicas explícitas, a SUDENE possuía uma missão política não menos importante, pois a estagnação – processo histórico detalhadamente descrito pelo autor – abria espaço para a ascensão das “forças populares” no Nordeste, “constituídas pelos semicamponeses, pequenos sitiantes, meeiros, arrendatários, cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas” (OLIVEIRA, 2008, p. 237). Havia ainda o proletariado urbano, um antigo ator cuja energia reaparecia nos anos 1950 e 60. Esse duplo avanço dos setores populares, no campo e na cidade, se deu graças à crise de hegemonia das classes dominantes locais, impulsionada tanto por fatores internos, em que pesou o declínio da produção do açúcar, quanto externos, com destaque para a crescente disparidade econômica em relação ao centro-sul do país. A situação política e econômica sobre a qual se debruçava a SUDENE aparecia, então, como resultado do “desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo brasileiro. A região Nordeste, como elo mais fraco do sistema, e o Recife, como centro regional, apresentavam com maior intensidade as contradições desse processo. Do sucesso do planejamento econômico dependia, portanto, a contenção de uma ameaça à hegemonia burguesa em escala nacional e o avanço do capitalismo monopolista para todo o território. A SUDENE assumiu a forma do “novo Estado no Nordeste”: antes atrelado aos interesses da oligarquia açucareira ou algodoeira-pecuária, ele agora surgia capturado pelos interesses da burguesia do Sudeste.

A entrada no Nordeste brasileiro do capital do centro-sul – impulsionada pela SUDENE sob a bandeira da “integração nacional” – foi o que garantiu a execução daquela tarefa, ao homogeneizar a economia nacional e ao transformar de maneira irreversível tanto as relações de produção na região Nordeste quanto a divisão regional do trabalho no país. As transformações econômicas não ocorreram “sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem

o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha” (OLIVEIRA, 2008, p. 202). O papel ativo do Estado nessa intervenção planejada é resumido em outro trecho:

O planejamento emerge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional” (OLIVEIRA, 2008, p. 149, grifos no original).³⁵

O avanço do capital do centro-sul para o Nordeste se deu sob uma série de incentivos econômicos que compunha o padrão planejado de intervenção econômica regional da SUDENE, sobretudo após o golpe de 1964. Seu efeito imediato foi a destruição das velhas estruturas de reprodução do capital no Nordeste. “Quanto à burguesia industrial nordestina, esta pagou um preço que jamais sonhou; e sua existência é ‘irrepetible desde siempre y para siempre’, para retomarmos os termos admiráveis de Gabriel García Marquez”. Até mesmo a “região” algodoeiro-pecuária, aliada da burguesia industrial do Sudeste, estava condenada: “sobreviveu apenas para poder escrever, se souber – e na maior parte dos casos, não o saberá – o seu próprio epitáfio” (OLIVEIRA, 2008, p. 272-274). Essas “regiões” perderam espaço para a entrada da indústria modelada e financiada a partir do centro-sul, novo núcleo do sistema. Foi, portanto, uma destruição da qual dependia o processo de expansão-centralização típico do capitalismo monopolista no Brasil, que se tornou “um país sem fronteiras regionais, a não ser as da memória”.

Ao analisar como esse processo se deu, Oliveira destacou a importância do mecanismo 34/18 como o grande incentivador para a entrada do capital do centro-sul no Nordeste. Vale lembrar: este mecanismo corresponde à articulação de dois artigos do Plano Diretor da SUDENE, o 18 e o 34, que foram apontados pelos militares como ponto de discórdia entre Oliveira e Celso Furtado.³⁶ A discussão sobre essa legislação em *Elegia para uma re(li)gião* reproduz outra, realizada no artigo “Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil”, elaborado por Francisco de Oliveira e Henri Philippe Reichstul e

³⁵ Nota-se a diferença entre essa definição de planejamento e aquela apresentada em artigo publicado na *Revista Civilização Brasileira* em 1966.

³⁶ Conforme item 3 do capítulo 1 desta tese.

publicado no quarto volume de *Estudos CEBRAP*, em 1973.³⁷ Este artigo, elaborado para o Simpósio de Economia da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), não possui a mesma carga sentimental de *Elegia*, nem uma visão sociológica e política detalhada do processo que analisa. Sua ênfase é mais econômica. No texto os autores apresentam um grande volume de dados sobre a variação no tamanho dos setores de atividades produtivas no Brasil entre 1947 e o final dos anos 1960. Em seguida, dedicam-se ao efeito real dessas transformações nas relações econômicas entre as regiões Nordeste e Sudeste. Muitas das hipóteses desenvolvidas em *Elegia* já estão sugeridas ali, onde Oliveira e Reichstul indicam que no período estudado ocorreu a “substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional” (1973, p. 148). A mudança é mais profunda do que parece e antecipa a tese do fim da “região”, não apresentada naquele artigo. Trata-se de uma expansão que se deu por centralização: o Sudeste assumiu o posto de centro do sistema, lugar antes ocupado pelo mercado internacional, que se relacionava com as economias regionais sem mediação. Esse é o diagnóstico que sustenta a hipótese da redefinição da divisão interregional do trabalho no Brasil, que guia o estudo.³⁸ Diante de dados que revelavam que, em 1971, 14 das 24 empresas com projetos próprios no Nordeste tinham origem estrangeira, a conclusão de Oliveira era inevitável.

Os resultados do programa de industrialização, sob a égide do 34/18, são fartamente conhecidos no campo da transferência da hegemonia da burguesia internacional-associada do Centro-Sul para o Nordeste. Os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que, em alguns casos, mesmo quando operem a capacidade ociosa, mesmo quando representem duplicação de produções que, numa visão marginalista, poderiam ser mais econômicas no Centro-Sul, asseguram a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional. Ainda quando os resultados do programa de industrialização deixem a desejar em termos de criação de empregos, ou que se afastem do padrão

³⁷ A análise do mecanismo 34/18 foi realizada antes por Albert Hirschmann (1967). Para Oliveira e Reichstul, Hirschmann acertou ao reconhecer que o mecanismo representava uma diminuição do custo do capital, mas falhou ao não identificar seu caráter concentrador, já que a lei era favorável ao grande capital. Outro elemento não destacado por Hirschmann é a vinculação institucional que envolvia a isenção fiscal, o que incentivava a entrada das empresas do Sudeste no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA e REICHSTUL, 1973, p. 151).

³⁸ Este artigo foi citado por Tânia Bacelar como um dos que mais influenciaram suas pesquisas de mestrado e doutorado realizadas entre 1975 e 1979, em Paris. Celso Furtado participou de uma das bancas e, apesar de gostar do trabalho, não concordou com a hipótese de que uma estrutura e uma legislação lançadas pela SUDENE haviam acelerado a entrada do capital do Sudeste no Nordeste. “Ele discordou de mim na banca. Ele veio a entender o que aconteceu aqui depois que ele voltou. Inclusive ele recomendou depois que eu publicasse meu trabalho. [...] Depois, quando ele voltou, conheceu o Brasil, meteu a mão na realidade de novo, aí ele disse: ‘você tinha razão’” (entrevista, Recife, 15/10/2013).

labour intensive que preconizava a Sudene nos seus primórdios, é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar de “economias regionais” no Brasil, e o fato de que a própria Sudene continue a tocar uma música antiga vem apenas em desabono do organismo de planejamento regional que, por sinal, deixou de ter qualquer sentido de “planejamento” (OLIVEIRA, 2008, p. 264-266).

A apreciação da estrutura da SUDENE e de seus efeitos surge colada, em *Elegia*, a uma avaliação da atuação política da Superintendência no período 1959-1964 que não é nada positiva. Francisco de Oliveira até reconhece a ambiguidade de algumas de suas práticas, em geral decorrentes da tática de não enfrentar os grandes adversários de frente, mas essa característica, num cenário em que o conflito era inevitável, levava o órgão a pender apenas para o lado dos interesses da burguesia do Sudeste e, eventualmente, das oligarquias regionais. O órgão também se omitia diante dos programas assistencialistas da Aliança para o Progresso e da USAID,³⁹ que tinham o objetivo de esvaziar o movimento camponês da região. João Goulart, que para Oliveira estava empenhado em minar as forças políticas à sua esquerda, também dava amparo ao avanço da missão norte-americana. Miguel Arraes fez oposição ao acordo na área de educação que Pernambuco fizera com a USAID durante o governo de Cid Sampaio, seu antecessor, mas nesse embate não contou com o apoio nem da SUDENE nem de Goulart. Essa crítica de Oliveira, que se coloca ao lado de Arraes contra Furtado, deve ter influenciado suas opiniões sobre a Superintendência ainda antes do golpe de 1964.

O texto de *Elegia para uma re(li)gião* é bem enfático ao anunciar como uma tragédia os efeitos sobre o Nordeste da expansão do capitalismo no Brasil. Essa visão negativa do processo, mais acentuada do que a apresentada em *Crítica à razão dualista*, justifica-se tanto pelo foco voltado à região que era o elo mais fraco do sistema quanto pelo fato de ter sido elaborada depois do fim do “milagre econômico brasileiro”, em 1973, que revelou melhor as contradições sobre as quais se apoiava o modelo. Enquanto escrevia o livro, Francisco de Oliveira olhava o período de criação da SUDENE com nostalgia. No final dos anos 1950 o sonho desenvolvimentista estava no auge, e a paixão pelo Nordeste estimulou um grande número de jovens como ele a seguirem Celso Furtado em sua luta pela “modernização” daquela região. Era um tempo de incertezas, no qual o futuro parecia rico em possibilidades e a história passível de ser refeita. Bastante diferente, portanto, do

³⁹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

horizonte sombrio imposto pela ditadura. Este regime criava, para ele, uma oposição entre Estado e Nação que consistia num enorme impasse, dentro do qual “o peso excessivo dos interesses estrangeiros, a harmonia-competição entre a burguesia internacional-associada e os monopólios do Estado, a luta mortal no processo de concentração e centralização do capital tornaram o país ingovernável, mesmo para os interesses das classes dominantes”.⁴⁰ O autor, incomodado com o presente, refugiou-se no passado para, em tom melancólico, pensar o futuro. Ao rever a história do Nordeste e da SUDENE, ele se negava a aceitar que ela acabasse daquela forma, como tragédia, o que o estimulou a escancarar seu desejo de uma ruptura revolucionária e socialista, que aparecia timidamente no final de *Crítica à razão dualista*. Ela é apresentada como a única solução do impasse nacional, na última frase do livro, depois de já ter sido lembrada, no prefácio, como a única forma de dar sentido à história das lutas do passado:

Esta *Elegia* não canta o amor do Nordeste passado, que foi o domínio dos latifundiários e dos “barões” do açúcar, Nordeste este que se projeta agora num folclore que é, sob muitos aspectos, a glorificação de um passado de servidão. Esta *Elegia* canta o amor do futuro. Não esquece, porém, que, ao cantar, esse futuro se realiza pelo aprofundamento da exploração, neste futuro imediato. [...] Esta *Elegia* é, pois, o canto de amor da *região* do futuro e essa *região* é simultaneamente todo o Brasil e a nova forma de sociedade, isto é, a *nação socialista* (OLIVEIRA, 2008, p. 130-131, grifos no original).

A identidade entre a nação e a região, sugerida no final, é irônica. Ela anuncia a realização do sonho do planejamento econômico regional, o projeto da SUDENE, mas invertido: não foi o Nordeste que se nivelou ao centro-sul do Brasil ao alcançar seu patamar de desenvolvimento; foi o Brasil como um todo que se igualou ao Nordeste com o avanço de um modelo econômico baseado na altíssima concentração de renda, na dependência internacional e na reprodução de formas arcaicas, como a acumulação primitiva no campo e a informalidade no setor de serviços. Essa conclusão, somada à ideia de que haveria um impasse entre o Estado e a Nação, é reveladora do quanto Francisco de Oliveira permanecia atrelado a alguns aspectos da visão desenvolvimentista

Diante desse fato, cabe uma questão: como intelectuais e artistas formados no período de 1930-64, em meio ao florescer de grandes discursos e projetos sobre a Nação, poderiam romper completamente com seu passado? Os resíduos deste sempre permaneciam, ainda

⁴⁰ Sua opinião antecipava alguns dados da crise do Estado nacional, pouco depois escancarada por mudanças estruturais do capitalismo, como a mundialização e a financeirização.

que como elemento marginal, em suas produções. Em geral colados a um sentimento melancólico, que em *Elegia* é bem sintetizado pelas referências a *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez: “Quando for possível ‘decifrar los pergaminos’ da Sudene e de sua experiência – e este trabalho pretende oferecer uma contribuição neste sentido – ficará claro que ‘todo lo escrito en ellos era irrepertible desde siempre y para siempre’...” (OLIVEIRA, 2008, p. 138).

No final dos anos 1970 outro Chico, o Buarque, também colocou em uma obra sua visão sobre o processo de modernização conservadora consolidado sob a ditadura. Na letra que escreveu para a música *Bye bye Brasil*, de 1979, um viajante conta por telefone para a namorada, às pressas, suas aventuras pelos cantos do país.⁴¹ Seu relato é intercalado por curtos versos sobre as novidades que ele encontrou pelo caminho – “já tem fliperama em Macau”; “puseram uma usina no mar” – que acabam contrapostas às imagens do Brasil arcaico, ainda presente, mas já integrado ao moderno – “o chefe dos Parintintins vidrou na minha calça Lee”; “no Tabariz, o som é que nem os Bee Gees”. A combinação do novo e do velho também aparece numa referência ao trabalho precário num centro urbano: “pintou uma chance legal, um lance lá na capital, nem tem que ter ginásio”. Outros trechos transmitem o estranhamento do personagem diante do que vê, sobretudo quando constata que o país real não coincide com aquele anunciado pelo discurso oficial: “eu vi *um* Brasil na tevê”. Um sentimento romântico atravessa toda a letra, em tom de saudade, tanto da namorada, distante, quanto do país do passado: “estou me sentindo tão só”; “eu tenho saudades da nossa canção, saudades de roça e sertão”. O viajante constata que o Brasil tradicional, relatado em outra canção famosa, não é mais o mesmo – “aquela aquarela mudou” – e, consciente da profundidade das transformações, ele se despede do país do passado: “Bye bye Brasil, a última ficha caiu”.

Tanto a letra de Chico Buarque quanto os textos de Francisco de Oliveira sobre o Nordeste apresentam um mesmo tom de adeus, romântico, mas inevitável. Portanto, a comparação vale a pena, inclusive com o trocadilho presente no título desta seção. Esses são apenas dois exemplos entre tantos que podem ser encontrados em meio à produção de

⁴¹ A letra é de Chico Buarque e a música de Roberto Menescal. A canção foi composta para a trilha sonora de um filme homônimo de Cacá Diegues, no qual artistas viajam o Brasil para fazer espetáculos em raras cidades ainda sem televisão.

artistas e intelectuais brasileiros no final dos anos 1970. Aquele foi um período em que “a última ficha caiu” para muita gente: o Brasil havia mudado sob a ditadura: não era possível voltar à utopia nacional-desenvolvimentista nem avançar – em que sentido? – sem essa dura constatação. A modernização conservadora foi um processo cheio de contradições, muitas das quais afetaram diretamente a vida intelectual, como a ampliação do ensino superior e das agências de financiamento a pesquisas. No caso do Nordeste, que atraiu maior atenção de Francisco de Oliveira, a mão conservadora prevaleceu sobre a modernizante: a região preservava boa parte das relações políticas, econômicas e sociais arcaicas sem desfrutar de grandes benefícios após sua integração ao polo dinâmico do país. Sua história se assemelhava mais a uma tragédia, daí a saudade que o autor demonstra do período em que Celso Furtado e a SUDENE anunciavam tempos bem melhores. Mas aquele projeto de futuro, não realizado, já era coisa do passado.

Em 1978, durante discurso no Congresso Nacional em uma Comissão Parlamentar de Inquérito dedicada à SUDENE, Oliveira reproduziu a análise realizada em *Elegia para uma re(li)gião*. Seu depoimento também foi corajoso ao apontar a responsabilidade da ditadura sobre o fracasso da “Operação Nordeste”. Ele lembrou a quebra do consenso ainda antes do golpe, quando empresários e políticos perceberam que as reformas levariam a mudanças indesejadas, sobretudo na questão da terra. E reafirmou que o crescimento da região após o golpe se deu graças aos incentivos fiscais do governo para o capital do centro-sul ou internacional. No mesmo depoimento, afirmou que o capitalismo não pode resolver a questão regional e, após citar exemplos internacionais - Inglaterra-Irlanda, Norte-sul dos EUA e da Itália – declarou: “Devo aqui, com a responsabilidade que tenho principalmente por estar falando para o Congresso Nacional, para sua Câmara dos Deputados, afirmar alto e bom som que a questão regional somente pode ser resolvida pelo socialismo”. E mais adiante: “a questão regional somente pode ser corretamente direcionada quando formos capazes de direcionar a própria questão nacional” (2009, p. 200-201).

2.4. Resistência nas páginas dos jornais

Além de seus textos mais conhecidos, analisados acima, durante os anos 1970 Francisco de Oliveira escreveu muitos artigos que foram publicados em jornais da chamada

imprensa alternativa, que fazia oposição à ditadura. Há entre eles breves reflexões sobre a conjuntura econômica e política, crônicas sobre temas do cotidiano e até comentários sobre futebol. Essa produção não tem o fôlego ou o rigor das pesquisas que o sociólogo desenvolveu dentro do CEBRAP, mas isso não a impede de revelar muitos aspectos de seu pensamento. Entre as vantagens da revisão desses artigos está a possibilidade de notar como suas opiniões sobre a economia e a política nacionais mudavam, às vezes em curtos períodos de tempo, em resposta a fatos da conjuntura. Seus breves artigos na imprensa alternativa às vezes reproduziam com nitidez discussões emprestadas de seus principais trabalhos acadêmicos, como *Crítica à razão dualista*. Em outros momentos, antecipavam temas e formas de análise que marcariam sua produção posterior, sobretudo quando a luta pela redemocratização, os novos movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores começaram a ganhar terreno na política brasileira. Também é interessante notar os conflitos que envolveram a trajetória desses jornais, em especial *Opinião e Movimento*, que agrupavam entre seus colaboradores intelectuais e militantes políticos vinculados a diferentes tradições, numa composição que mais se assemelhava a uma frente ampla contra a ditadura. Os debates e rupturas que marcaram seus percursos adiantavam disputas que marcariam a reorganização das forças políticas brasileiras ao longo dos anos 1980.

Publicar artigos de opinião nas páginas dos jornais que faziam oposição aberta à ditadura no Brasil era uma forma de engajamento político que envolvia riscos evidentes. Ainda assim esta foi uma prática comum entre importantes cientistas sociais do país ao longo dos anos 1970, entre os quais se destacaram muitos pesquisadores vinculados ao CEBRAP. A participação de intelectuais na imprensa brasileira não era uma novidade: no início do século XX – antes, portanto, da definição mais clara das fronteiras das Ciências Sociais – autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna já assinavam textos em páginas dos jornais do país com interpretações e projetos sobre e para a nação. Esse fato não se alterou no período de 1930 a 1964, quando muitos personagens, como os ligados ao ISEB, usaram artigos na imprensa para se destacarem na definição dos termos do debate político nacional. Até mesmo nomes vinculados à Escola Paulista buscaram esse meio como uma porta para extrapolar o ainda restrito debate do mundo acadêmico. Entre 1964 e 1968, veículos como a *Revista Civilização Brasileira* garantiram a sobrevivência desse diálogo. A partir daquela data, o endurecimento do regime provocou fortes abalos nessa relação, que

seria reaquecida com o surgimento do jornal *Opinião*, em 1972, e com a criação do *Movimento*, em 1975.⁴²

Esses veículos permitiram, portanto, a conservação de uma prática já tradicional entre intelectuais brasileiros, mas essa forma de atuação ganhava novo sentido em meio à conjuntura repressiva: os autores não eram mais parte do restrito grupo dirigente – como no início do século XX – nem tinham condições de pautar a agenda do Estado como no período nacional-desenvolvimentista. Nos anos 1970, aqueles intelectuais de esquerda estavam à margem do poder, mais próximos da condição de testemunhas. No entanto com a participação em jornais da imprensa alternativa encontraram uma forma de criar uma ponte entre eles e a vida política nacional, pautada no contato com movimentos sociais e, sobretudo, com o MDB. Assim, apesar dos primeiros sinais de reaquecimento da vida universitária, com a qual ressurgiam alguns vínculos, a atenção ao debate político era sem dúvida o que mais influenciava a produção dos intelectuais ligados ao CEBRAP. Era uma relação de troca: membros do Centro contribuíam para dar substância às bandeiras que preenchiam os programas do partido oposicionista – desigualdade de renda, dívida externa, liberdades democráticas – enquanto o contato com os políticos permitia aos pesquisadores sair um pouco do mundo acadêmico, ainda bastante restrito e sufocado. Em alguns casos, esse contato permitiu os primeiros passos na carreira política.

Um dos veículos fundamentais dessa articulação, o jornal *Opinião*, surgiu no final de 1972 com “uma linha nacionalista, democrática e independente”, e chamou a atenção do governo ainda antes de circular. O motivo foi uma lista com o nome de alguns intelectuais e jornalistas que colaborariam com o semanário, divulgada às vésperas do lançamento de seu primeiro número. Fernando Gasparian, diretor responsável do jornal, teve que comparecer à Polícia Federal para ouvir orientações sobre o que não deveria publicar e, assim, evitar problemas futuros. Como os conselhos não foram seguidos à risca, *Opinião* passou a contar com censores presentes em sua redação já a partir do oitavo número. Segundo Gasparian, a presença incômoda ainda permitia algum tipo de manobra, pois através do diálogo era

⁴² Outros jornais e revistas também apresentavam uma linha editorial de oposição à ditadura, como *O Pasquim*. Segundo Napolitano (2014, p. 225-226), “Entre 1964 e 1980, surgiram mais de 150 periódicos de oposição ao regime militar nesse formato, dividindo-se em dois grandes conjuntos: uma linhagem mais propriamente política, sob influência da esquerda marxista, e outra ideologicamente mais difusa, voltada à crítica comportamental”. Dou destaque ao *Opinião* e ao *Movimento* porque eles foram os que mais atraíram os cientistas sociais ligados ao CEBRAP, entre eles Francisco de Oliveira.

possível reverter alguns vetos. Mas como muita coisa ainda passava, o governo decidiu que a partir do número 24 a censura deveria ser realizada em Brasília, no gabinete de Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça. O estrangulamento criava também um problema de logística, pois era necessário aguardar o retorno do jornal já censurado para realizar a impressão, no Rio de Janeiro. Quando o primeiro número a passar pela peneira, o 24, não retornou a tempo, os diretores do jornal decidiram rodar e distribuir a versão sem vetos e só depois encaminhá-la a Brasília, acompanhada por uma carta de justificativa. O resultado da desobediência foi a prisão “para esclarecimentos” de Gasparian e dos editores Raimundo Pereira e Tárík de Souza. A edição foi apreendida e liberada na semana seguinte, porém com vetos que lhe tiraram um terço do conteúdo.⁴³ Ciente de que a proibição da circulação da primeira versão do número 24 era uma prova rara e contundente da repressão, a diretoria do jornal decidiu protestar junto ao Tribunal Federal de Recursos, fato que para Gasparian escancarou a existência da censura prévia sobre os órgãos de imprensa, até então negada pelos militares (PINHEIRO MACHADO, 1978, p. 25-33).

A posição firme da direção do jornal contra a ditadura – sobretudo em defesa da liberdade de expressão – dificultou sua atuação mesmo após o fim do governo Médici (1969-74), quando a censura prévia foi retirada de muitos jornais e revistas. O mesmo não ocorreu com *Opinião*, que continuou sob a lupa dos censores ao longo do governo Geisel (1974-79). Além da perseguição sofrida, a publicação – assim como o CEBRAP – chegou a ser vítima de um atentado a bomba assumido pela Aliança Anticomunista Brasileira, em 15 de novembro de 1974, dia de eleições. Com a manutenção dos obstáculos à publicação e a redução de anunciantes em suas páginas, a direção decidiu encerrar as atividades do jornal em abril de 1977, com a promessa de que voltaria a circular apenas quando houvesse liberdade de imprensa no país. *Opinião* não voltou às bancas, mas desapareceu tendo cumprido um papel importante no estabelecimento de contatos entre intelectuais e políticos do Brasil, além de permitir que a produção de cientistas sociais extrapolasse o debate acadêmico e chegasse ao conhecimento de um público mais amplo:

Nomes conhecidos como Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Antonio Callado, Otto Maria Carpeaux, Franklin de Oliveira, Washington Novaes e muitos outros voltaram a ter contato com os leitores que já os conheciam. Ao mesmo tempo, outros intelectuais e

⁴³ Entre os cortes estava um veto integral a um artigo de Francisco de Oliveira sobre a política de incentivos fiscais do governo brasileiro (PINHEIRO MACHADO, 1978, p. 46).

jornalistas que não tinham sido revelados porque a época não permitia, puderam mostrar seu trabalho: Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira, Francisco Weffort, Paul Singer, por exemplo, que já eram nomes firmados nos meios universitários de São Paulo, puderam ter contato com o grande público, nacionalmente (PINHEIRO MACHADO, 1978, p. 127).⁴⁴

Francisco de Oliveira aparece em terceiro na lista de cientistas sociais com o maior número de artigos publicados no jornal *Opinião*: são 11 textos, atrás de Paul Singer, com 19, e Fernando Henrique Cardoso, com 12. Todos vinculados ao CEBRAP. Somados, os artigos publicados em *Opinião* por cientistas sociais vinculados a este Centro são 55, de um total de 121 (ALMEIDA, 1992, p. 69). Os números indicam que o jornal serviu como um espaço aglutinador onde se reuniram intelectuais e políticos de uma frente ampla, nacionalista e democrática, de oposição à ditadura.⁴⁵ Nele se encontraram pesquisadores do CEBRAP e de centros universitários, artistas, políticos do MDB e lideranças de movimentos sociais, sobretudo da ala progressista da Igreja. Através do jornal, as ideias desse grupo puderam atingir um público que ainda se encontrava disperso, mas que começava a se organizar em torno da bandeira da redemocratização. Este objetivo, ainda inalcançado, também deu o tom da carta do Conselho de Colaboradores que justificava o encerramento das atividades do jornal:

O Conselho de Colaboradores de Opinião se constitui, mediante a reunião de intelectuais de diferentes horizontes políticos, em virtude de algo comum a todos, algo elementar, de tão fundamental que é o direito e o dever de defenderem a liberdade de expressão. Durante quatro anos e meio, graças à coragem de seu Diretor-Responsável e à colaboração de muitos, Opinião procurou reconquistar para a imprensa do País esse direito. Negam-lhe hoje, de forma quase sistemática, a possibilidade de publicar o que toda a imprensa do país já publica. Nestas condições não há como um jornal se possa manter. Opinião suspende sua publicação enquanto tais condições perdurem. Assim

⁴⁴ Segundo Kucinski (1991, p. 249), “Para intelectuais de extração acadêmica, marginalizados pela ditadura, assim como para determinados jornalistas, *O Pasquim*, anárquico e satírico, não era uma alternativa. *Politika* refletia um nacionalismo antigo e uma oposição idiossincrática. E no discurso oposicionista, que ainda conseguia se insinuar na grande imprensa, persistia o *monopólio da fala* do antigo *partidão*, há muito superado nos meios intelectuais. Dono de uma dúzia de grandes empresas, e com uma pequena experiência em jornalismo estudantil, Gasparian vivia intensamente a política, ao mesmo tempo em que admirava e invejava os intelectuais notáveis, muitos dos quais foram seus colegas de colégio, como Fernando Henrique Cardoso, um dos expurgados da universidade, e Fernando Pedreira, editor d’*O Estado de S. Paulo*. Era também muito amigo de Celso Furtado, Oscar Niemeyer e Luciano Martins”.

⁴⁵ A postura política de *Opinião* é resumida no trecho a seguir, retirado do editorial de sua penúltima edição, na qual o jornal rompia com a censura: “É com a democracia, com a democracia substantiva, pluralística, sem adjetivos, que temos compromissos. Em nome destes, repudiamos os radicalismos, de direita ou de esquerda. Ao primeiro pagamos o nosso tributo, no atentado a bomba que sofremos na madrugada de 15 de novembro e que até hoje não foi suficientemente investigado por quem teria obrigação de fazê-lo; ao segundo pagamos o preço da incompreensão e até de calúnia contra nossas intenções” (PINHEIRO MACHADO, 1978, p. 14).

procedendo mantém-se fiel aos princípios morais que defende e que são sua origem (PINHEIRO MACHADO, 1978, p. 16).⁴⁶

Os intelectuais que colaboraram com o jornal de modo mais intenso conseguiram extrapolar o ainda sufocado mundo acadêmico e ganharam o *status* de figuras públicas, ainda que essa imagem fosse forte apenas diante do grupo de leitores daqueles textos.⁴⁷ Estes eram jovens universitários ou professores, lideranças de movimentos sociais e sindicais, militantes da oposição à ditadura. Em suma: formadores de opinião. Em parte graças a essa rede, Francisco de Oliveira e seu *Crítica à razão dualista* tornaram-se uma referência para o debate crítico a respeito da economia brasileira, com inúmeras citações em artigos e cartas de leitores reproduzidos em *Opinião*, além de convites para eventos nos quais o sociólogo aparecia destacado entre os expositores.

Os artigos de Oliveira publicados no jornal mostram bastante sintonia com a linha nacionalista e democrática sustentada por Gasparian. Os textos dedicados a assuntos econômicos, como “Hong-konguização”, do 1º número, ou “A pátria das empresas sem pátria”,⁴⁸ do 6º, tratam do avanço do capital monopolista internacional no Brasil e dos mecanismos legais e incentivos fiscais que favoreciam esse movimento. O mesmo tema é discutido na longa resenha do livro *Cartéis e desnacionalização*, de Moniz Bandeira, publicada no número 146 de *Opinião*, na qual Oliveira reproduz muitas teses que apresentara em *Crítica à razão dualista* para concordar com a descrição de Bandeira a respeito da formação do capitalismo periférico brasileiro. Outros artigos são dedicados a debater o espaço urbano no Brasil e explicitam a proximidade de Francisco de Oliveira com este tema: “Histórias de Viadutópolis”, do 7º número do jornal, é dedicado a São Paulo; e

⁴⁶ Essa mensagem foi assinada por Antônio Callado, Antônio Cândido Mello e Souza, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emílio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Francisco C. Weffort.

⁴⁷ Segundo Raimundo Pereira, que foi editor-chefe de *Opinião* até 1975, “até o número 24, [o jornal] foi de 28 mil exemplares pra perto de 38 mil exemplares vendidos. *Veja* estava vendendo pouco mais de 40 mil nas bancas, e *Visão*, nas bancas, vendia perto de 10 mil (AZEVEDO, 2011, p. 20).

⁴⁸ Este texto é uma resenha dedicada ao livro *Capital, inflação e multinacionais*, de Charles Levinson, então Secretário Geral da Federação Internacional dos Trabalhadores. Os argumentos do autor indicam que “A empresa multinacional e o multinacionalismo de sua ação tornaram o estado-nação um anacronismo”. Oliveira discorda do diagnóstico, que seria um exemplo da confusão que envolveria o movimento trabalhista internacional. Para ele, a nova divisão internacional do trabalho não tornou obsoleta a propriedade “nacional”. “Em lugar do multinacionalismo, talvez se pudesse falar em algo parecido com um processo de internacionalização, isto é, entre nações, num mundo polihegemônico em cuja hegemonia indisputada dos Estados Unidos desaparece velozmente”.

“Brasília é Macondo?”, do número 37, à capital federal.⁴⁹ Ambos os artigos apresentam os problemas típicos de cada cidade como resultados do modelo de desenvolvimento do país e, assim como seu autor fizera em *Crítica à razão dualista*, estabelece uma ligação entre as características do espaço urbano e as exigências da acumulação capitalista. Seus artigos também reproduzem bandeiras sustentadas pela frente de oposição à ditadura reunida em torno do MDB, como a denúncia do caráter excludente e concentrador de renda do milagre brasileiro presente no texto “A face oculta do desemprego”, publicado no 83º número de *Opinião*.

Quando a publicação parou, em 1977, muitos de seus colaboradores já tinham um espaço alternativo para divulgar suas ideias: o jornal *Movimento*. Criado em 1975, ele surgiu de um conflito entre o proprietário de *Opinião*, Fernando Gasparian, e seu editor-chefe, Raimundo Pereira, demitido em fevereiro do mesmo ano por “problemas pessoais”. A maioria dos jornalistas da redação ficou ao lado de Pereira e também deixou *Opinião*. A crise no jornal teve motivos internos e externos. Desde sua criação os jornalistas se sentiam incomodados com o fato de Gasparian ser o dono do jornal e, assim, exercer grande influência sobre sua redação. Esta questão administrativa, minimizada durante os primeiros anos de *Opinião*, tornou-se insustentável graças a mudanças na conjuntura política nacional, sobretudo a partir do início do governo Geisel e de seu projeto de “distensão”. Discordâncias a respeito da real profundidade desse plano e do perfil dos militares no poder acirraram o conflito que culminou na demissão de Raimundo Pereira, contra a qual se manifestou um dos principais colaboradores do jornal, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que já atuara como mediador em conflitos anteriores:

Eu sempre fui contrário ao divisionismo. [...] Tem que juntar, sempre foi a minha opinião, na vida, tem que agregar, não separar. Mas é muito difícil, porque ali tinham concepções políticas diferentes. Na verdade, o *Opinião*, na medida em que o Gasparian tinha influência, era um jornal mais nacionalista e mais interessado na questão institucional; enquanto que o *Movimento* era muito mais de participação ampliada, mais popular, essa coisa toda, e a questão nacional não era tão dramática quanto a questão social. Mas todos estavam no mesmo lado, estou dizendo aqui nuances.⁵⁰

⁴⁹ Sobre a relação de Francisco de Oliveira com pesquisadores da área de Arquitetura e Urbanismo, no início dos anos 1970, ele afirmou: “Houve um período que eu dei muita aula em faculdade de arquitetura, eu estava nesse grupo por causa da minha relação com o Sérgio Ferro e o Rodrigo Lefevre” (OLIVEIRA e RIZEK, 2013, p. 9).

⁵⁰ Entrevista citada em Azevedo (2011, p. 22-23).

Essas “nuances” que levaram à divisão dos jornalistas não eram exclusivas do mundo da imprensa alternativa. A criação de *Movimento* exemplifica uma nova mudança de ares que envolvia a política brasileira e estimulava o debate também entre os intelectuais: de que forma e em qual ritmo seria realizada a distensão política? E quais eram as bandeiras que o movimento democrático deveria adotar a partir daquele instante? A esse respeito, a opinião de Cardoso de que havia uma divisão entre os mais preocupados com a questão nacional e institucional, de um lado, e aqueles atentos às questões e à participação popular no processo de redemocratização é precisa e mais poderosa do que o ex-presidente admite. Essa cisão revelava conflitos que começavam a se expressar no interior da frente de oposição à ditadura, reunida em torno do MDB, partido que conquistara uma importante vitória eleitoral em 1974. Aquela disputa se estenderia durante toda a luta pela redemocratização. Como não traçar um paralelo entre o conflito identificado por Cardoso na crise de *Opinião* e a contenda a respeito da unidade da oposição que surgiu após a criação do PT, que será exposta adiante?

Antes de chegar a esse assunto, é necessário analisar a trajetória de *Movimento*, que contou desde cedo com a participação de muitos intelectuais, entre os quais Francisco de Oliveira. O sociólogo integrou a “comissão dos 11”, em seguida convertida em Conselho de Redação, que tomou as primeiras decisões práticas para a criação do novo jornal. Ao seu lado estavam Raimundo Pereira, Antônio Carlos Ferreira, Marcos Gomes, Maurício Azevedo, Jean-Claude Bernadet, Aguinaldo Silva, Elifas Andreato, Bernardo Kucinski, Fernando Peixoto e Teodomiro Braga. Em seguida foi integrado Chico Pinto, do MDB. Apesar do engajamento na nova empreitada, Oliveira não abandonou o conselho de colaboradores de *Opinião*. A composição do Conselho Editorial – que contaria com a participação de Fernando Henrique Cardoso, também vinculado a *Opinião* – foi decidida por essa comissão. A equipe fez ainda questão de explicitar o programa do jornal, que lutava “pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do País por capitais estrangeiros; pela divulgação da cultura popular; pela defesa dos recursos naturais” (AZEVEDO, 2011, p. 29). Um jornal com um programa político que serviria como veículo de divulgação das ideias do que Pécaut chamou de “partido intelectual”, mas que assumia ali outras características. Consideradas as origens políticas e profissionais de seus colaboradores, o grupo de *Movimento* aparecia mais como

uma ampla frente de oposição à ditadura e, como tal, reunia forças que mais cedo ou mais tarde entrariam em conflito.⁵¹

Desde cedo visto pelos militares como o fruto da articulação da ala mais radical de *Opinião*, o jornal *Movimento* já nasceu sob o olhar atento da ditadura: sofreu com a apreensão de seu primeiro número e foi submetido imediatamente à censura prévia. Além do inimigo externo, a publicação teve que lidar também desde o início com seus conflitos internos. O mais importante envolveu o debate sobre o conteúdo da seção *Ensaios Populares*, que tratava de temas da conjuntura nacional e não era assinado. O motivo do anonimato era que o autor dos textos – Duarte Pereira, ex-militante da Ação Popular – estava na clandestinidade. Porém, como as posições ali expostas representavam apenas uma das tendências que compunham a frente que animava *Movimento*, logo surgiram divergências entre alguns colaboradores, como Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira, editor-chefe, a quem era atribuída por engano a autoria dos *Ensaios*. Esse conflito levou a uma ruptura, em abril de 1977. Francisco de Oliveira fazia parte do grupo de 38 descontentes que se “desligaram” do jornal. Ao seu lado estavam Kucinski, Flávio Aguiar, Guido Mantega, Jean-Claude Bernadet, Maria Rita Kehl e muitos outros colaboradores de *Movimento*.⁵²

⁵¹ Carlos Azevedo apresenta um bom resumo do perfil de alguns dos principais envolvidos na publicação: “O jornal *Movimento* significava jornalismo político. Desde o início, todos os que se aproximavam tinham formação política e queriam fazer oposição ao regime militar. A maioria deles, jornalistas ou intelectuais, inclusive os que vieram de *Opinião*, havia tido em algum momento proximidade com alguma organização política de esquerda. Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski estiveram para entrar na Polop, Tonico Ferreira vinha de laços com o PCB e, depois, com a dissidência desse partido. Marcos Gomes fora dirigente da Ação Popular e se aproximara do PCdoB. Luiz Bernardes havia feito trajetória semelhante. Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, pelo menos antes de 1964, haviam sido próximos do PCB, da mesma forma que muitos dos colaboradores cariocas, tais como Maurício Azevedo, Nelson Werneck Sodré e outros. Havia ex-militantes da antiga Ação Popular, como Sergio Motta e Luiz Carlos Mendonça de Barros. Remanescentes da guerrilha urbana, de organizações como ALN e Colina, como João Batista dos Mares Guia e seus companheiros de corte trotskista de Minas Gerais, Aloísio Marques, Fausto Brito, Flávio Andrade, João Machado, Flaminio Fantini e outros. Havia aqueles ex-militantes da Ação Popular que, por diversos motivos, não haviam concordado com a integração ao PCdoB, como Duarte Pereira, em São Paulo, Emiliano José e Tibério Canuto, na Bahia. Havia jornalistas sem vinculação partidária que buscaram em *Movimento* uma oportunidade de se expressar com mais liberdade, como Teodomiro Braga e Sérgio Buarque de Gusmão. E também aqueles jovens que estavam se iniciando como jornalistas e encontravam uma porta aberta, como Caco Barcellos, Armando Sartori, Roldão Arruda e tantos outros. E havia ainda um movimento nada subestimável de apoio e colaboração por parte de bispos, padres, freiras e leigos católicos, simpatizantes da teologia da libertação, que criava um clima de simpatia em torno do jornal e o levava por todo o País até as comunidades eclesiais de base” (AZEVEDO, 2011, p. 113).

⁵² Esse grupo articulou o jornal *Em Tempo*, lançado em janeiro de 1978. Alguns intelectuais, entre eles Francisco de Oliveira, abandonaram essa publicação por considerarem que ela se tornou um “porta-voz de

Apesar do “racha” e de ter deixado o Conselho de Redação de *Movimento*, Francisco de Oliveira continuou a contribuir com esta publicação e sua produção nas páginas do jornal é mais volumosa do que aquela encontrada em *Opinião*: soma cerca de 20 artigos publicados entre 1975 e 1980. Ela é também reveladora dos primeiros sinais de uma mudança importante que passaria a marcar seus textos dos anos 1980 e 90: o destaque antes dado aos aspectos econômicos que moldam as relações sociais no Brasil cedia espaço a uma preocupação maior com essas relações em si, sobretudo com as questões políticas que marcavam naquele momento a sociedade brasileira. Uma passagem, portanto, da infraestrutura para a superestrutura. Essa mudança está nitidamente colada à nova conjuntura de abertura política e transição democrática que começava a se firmar no final dos anos 1970, apesar dos questionamentos que parte da oposição – na qual se incluía Oliveira – colocava a respeito do real alcance daquele processo. O novo enfoque revelava que o autor de *Crítica à razão dualista* – obra que lhe rendeu críticas em virtude da rigidez e do suposto economicismo da análise – não via problemas em mudar a chave de sua sociologia caso a realidade exigisse, como ocorreu com o renascimento da política ou, mais precisamente, das forças populares capazes de abalarem o silêncio imposto pelo regime autoritário.

Antes dessa mudança seus artigos em *Movimento* eram bem semelhantes aos textos encontrados em *Opinião*. É o caso, por exemplo, de “O cão sem plumas”, de 1975,⁵³ no qual Oliveira tratava da cheia que atingiu o Recife naquele ano com uma crítica bem parecida àquela que realizara nos textos dedicados a São Paulo e Brasília: o problema, novamente, era como a acumulação capitalista moldou as cidades de modo desordenado. No caso, o crescimento da economia regional – nos moldes do programa da SUDENE – havia gerado o aumento da população da capital pernambucana sem a infraestrutura necessária. Com o aumento do preço da terra urbana, essa população mais pobre se concentrou nas áreas afetadas pelas cheias, o que tornava esse fenômeno natural um problema social. A maioria dos textos de Oliveira publicados em 1975 e 1976 tratava de temas econômicos, como a crise na Argentina e no Chile. É o caso também do texto

tendências trotskistas” (AZEVEDO, 2011). De fato ela veio a ser a publicação da Democracia Socialista, que mais tarde ingressaria como corrente no PT.

⁵³ Publicado no número 4 de *Movimento*, em 28/07/1975.

principal de uma reportagem especial que foi capa do número 13 de *Movimento*,⁵⁴ intitulada “Pobre Nordeste”, no qual o autor antecipava parte de sua análise sobre o desenvolvimento regional aprofundada pouco mais de um ano depois em *Elegia para uma re(li)gião*. As exceções a esse enfoque privilegiado sobre as questões econômicas são os artigos dedicados à 28ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, publicados nos números 54 e 55 de *Movimento*, nos quais Oliveira defendia a aproximação entre os cientistas e as necessidades do povo, algo que segundo ele marcou aquele encontro.

Seus textos mudaram em sintonia com o que ocorria na política nacional – em especial a proposta de abertura lenta do regime – e, também, graças à queda da censura prévia sobre o jornal, em junho de 1978.⁵⁵ O novo cenário que surgiu durante o governo Geisel suscitava aquecidos debates nas páginas de *Movimento*, como o realizado em seu texto “O regime se articula”,⁵⁶ no qual a discussão a respeito das táticas adotadas pela ditadura para ganhar novo fôlego recaía sobre o perfil das “oposições” e o caráter da resposta que estas eram capazes de dar à conjuntura.

O comando das oposições pelos liberais é seu “calcanhar de Aquiles”, o que limita as proposições que as oposições possam fazer ao terreno abstrato do Estado de Direito, sendo envolvidas, portanto, pela estratégia do regime. Assinalaria outra coisa, que me tem custado a pecha precisamente de “divisionista”: nomeei sempre *as oposições*, no plural. Tratei-as sempre no plural, não apenas porque não existe hoje, dada a complexidade da sociedade brasileira, um setor ou setores hegemônicos, como porque são diversos os interesses que fazem tão distintas forças sociais e políticas aglutinarem-se sob a mesma bandeira.

No mesmo artigo há uma dura crítica ao MDB, que endossaria o projeto de “distensão lenta, gradual e segura” apresentado por Geisel. Apesar de receber apoio popular nas urnas, o partido – dominado por uma ala mais conservadora – não apresentava aos olhos do autor um plano de poder. A caracterização da heterogeneidade da frente de oposição à ditadura e, em especial, a percepção de que ela estava sob direção de um setor liberal, antecipava a posição que Francisco de Oliveira e muitos outros intelectuais assumiriam quando o Partido

⁵⁴ Edição de 29/09/1975.

⁵⁵ No número 154, de 12 de junho de 1978, que anunciava a queda da censura em meio à Copa do Mundo de futebol, Oliveira publicou um artigo encomendado por colegas do jornal que queriam que o sociólogo respondesse a uma questão clássica: “o futebol é o ópio do povo?”. Em sua resposta já está presente a percepção da mudança de conjuntura: “não creio que, qualquer que seja o resultado da caminhada da seleção brasileira nesta Copa do Mundo da Argentina, exitosa ou desastrosa, tenha repercussão significativa sobre o andamento da política no Brasil. Porque acredito que a conscientização que está havendo e se aprofundando, entre as grandes massas populares, não permite uma manipulação tão grosseira e descarada”.

⁵⁶ Publicado no número 161 de *Movimento*, em 31/07/1978.

dos Trabalhadores surgiu como uma alternativa ao MDB: havia uma campanha ainda dispersa por uma redefinição à esquerda da oposição, então contaminada pelos chamados “adesistas” ou “moderados”, e um novo partido aparecia como uma necessidade histórica. A ideia de criá-lo já estava presente em “muitas cabeças” em 1978,⁵⁷ entre elas a de Francisco de Oliveira:

Porque na sua composição [do MDB] – não na composição social dos que nele votam – não representa mais que um amálgama de conservadores e liberais, matizados por algumas presenças dos que foram alcunhados como “autênticos”: de fato, esta heterogênea composição do MDB, heterogeneidade essa que se amplia extraordinariamente em se tratando da Frente Nacional de Redemocratização, não é socialmente capaz de dar conta de uma economia e uma sociedade com as características da brasileira. Na época do capitalismo monopolista, com sua forte imbricação com o Estado, uma oposição comandada por conservadores e liberais para combater uma ditadura e propor-se como *alternativa real de poder* é algo semelhante à inversão do paradigma da novela da cavalaria andante: é um Sancho Pança investido apenas de bom-senso – as reconhecidas habilidades pessedistas dos moderados do MDB – sem a audácia e a destemperança do Cavaleiro da Triste Figura. Aquela audácia e destemperança, que na verdade anunciavam pelo ridículo que os “tempos haviam mudado”, corresponderia, no caso brasileiro, à presença ativa, participatória e decisiva das forçadas populares.

Após a Lei da Anistia, de agosto de 1979, alguns políticos importantes puderam voltar do exílio e tiveram seus retornos discutidos nas páginas de *Movimento*. Francisco de Oliveira escreveu o artigo “O antipopulista”⁵⁸ dedicado ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que voltava de Paris. O sociólogo elogiava a postura do amigo, que demonstrava o interesse de reingressar imediatamente na vida pública, com uma série de comícios em todo o país. Oliveira também definia Arraes como um representante da ascensão do movimento popular do Nordeste no pré-1964. Um personagem capaz de liderar uma nova frente de oposição à ditadura, mais radical, que surgia dos novos movimentos sociais.

Pouco depois o Partido dos Trabalhadores apareceria como o portador daquela audácia e daquela destemperança que o sociólogo julgava necessárias no período de

⁵⁷ Segundo Lincoln Secco (2012, p. 40-41), Lula declarou durante as greves de 1978 que “a organização da classe operária num partido era só questão de tempo”. Também “há relatos de uma proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores em julho de 1978, no Congresso dos Petroleiros, em Salvador, Bahia”. No ano seguinte, a ideia ganhou força em congressos de metalúrgicos. Ainda de acordo com Secco, “é comum ouvir militantes de esquerda afirmando-se donos da ideia”.

⁵⁸ Publicado na edição 220 de *Movimento*, em 17/09/1979.

transição democrática.⁵⁹ Com seu nascimento os debates se tornaram ainda mais intensos, e Francisco de Oliveira se destacava entre os intelectuais favoráveis ao novo partido. O texto que melhor revela sua posição é “O PT já está revolucionando”, de 1980,⁶⁰ artigo que trata do impacto do lançamento do manifesto do PT, que gerou críticas de setores liberais e conservadores, mesmo dentro da frente de oposição à ditadura, e também de parte da esquerda. Entre elas a de Duarte Pereira, militante da Ação Popular e vinculado à tradição dos partidos comunistas. Em artigo publicado na página ao lado da qual se encontrava o texto de Oliveira,⁶¹ ele sustentava que um novo partido “verdadeiramente operário” dependia da assimilação de “intelectuais de vanguarda”, os quais seriam os responsáveis por “aplicar à nossa época e à realidade de cada país [...] a teoria própria da classe operária – o socialismo científico, fundado por Marx e Engels e desenvolvido por Lênin e outros dirigentes e partidos operários”. Ainda segundo Pereira, “sem essa união, sempre renovada, entre o movimento operário de massas e o socialismo científico, a classe operária continuará sem independência e sem rumo e o PT falhará, como malograram antes os PCs e outras organizações”. Além de receber de parte da esquerda a crítica de “obreirismo”, graças à participação das novas lideranças sindicais em sua composição, o PT era alvo dos emedebistas, que o acusavam de dividir a oposição. Cobrava-se do partido um programa mais definido do que o apresentado em seu manifesto, no qual ficasse mais claro seu caráter: revolucionário ou reformista, em suma. Contra “o velho vício das fórmulas prontas”, Francisco de Oliveira afirmava:

A proposta do PT, como dizíamos, pode não vingar se a sociedade brasileira não for capaz de gerar um instrumento desse tipo – coisa em que não acredito porque a proposta do PT já pesa politicamente. Os que fazem o PT sabem que nenhum partido faz uma sociedade, nem a luta de classes. Por isso, o PT não quer moldar a sociedade, e sim ser moldado por ela: em outras palavras, se nessa sociedade não só a natureza, mas o grau das contradições *obrigar* – para recuperar Marx – o amplo conjunto das classes trabalhadoras a não ter saída senão superar esse sistema, haverá PT e outros partidos que procurarão superar o capitalismo.

⁵⁹ Uma novidade teórica dava sustentação à posição política do autor. Inspirado na tese gramsciniana da hegemonia restrita, afirmava que “nas condições atuais do capitalismo monopolista no Brasil, nenhum setor das classes dominantes detém ou deterá a hegemonia. Sua imbricação com o Estado cortou-lhes essa possibilidade. É nas brechas dessa contradição, gerada pelo próprio estilo de crescimento capitalista no Brasil, que devem caminhar as forças populares”.

⁶⁰ Publicado no número 238, de 21/01/1978.

⁶¹ “Social-democracia de esquerda?”, *Movimento*, número 238, 21/01/1978.

Pouco depois, em 1981, *Movimento* também encerrou suas atividades. O fim da publicação se deu em meio a uma crise financeira causada pela queda das vendas, em parte atribuída à recusa de alguns proprietários de bancas de trabalharem com o jornal em meio aos frequentes atentados que estes estabelecimentos passaram a sofrer por parte de organizações da direita. Mas havia também outros motivos: àquela altura, manter a unidade de um grupo tão heterogêneo de colaboradores não era tarefa fácil. Novas possibilidades de expressão se abriam para os opositores ao regime autoritário e configuravam uma dura concorrência a veículos nos moldes de *Movimento*. Em meio ao processo de abertura política, a censura prévia aos grandes órgãos de imprensa foi retirada e alguns jornais e revistas de ampla circulação passaram a seguir o exemplo do *Opinião* e do *Movimento*, ao abrirem espaço para que intelectuais críticos à ditadura publicassem artigos em suas páginas. Estabelecia-se, assim, um novo tipo de relação:

Transformados em colunistas fixos ou na condição de colaboradores eventuais, pesquisadores acadêmicos tornaram-se assíduos frequentadores das páginas das revistas *Isto É* e *Senhor* e de jornais diários de São Paulo e do Rio de Janeiro, como o *Jornal da Tarde*, o *Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil* e, especialmente, a *Folha de São Paulo*. Esse último desenvolveu uma política clara de aproximação com a intelectualidade acadêmica abrindo-lhe as páginas do suplemento dominical *Folhetim* e reservando-lhe a sessão *Tendências/Debates* localizada em espaço nobre – na terceira página do primeiro caderno – e composta de colaborações espontâneas. Finalmente, criou, em 1979, uma coluna semanal de opinião, na segunda página do primeiro Caderno, para a qual foram convidados sete articulistas entre os quais alguns intelectuais de renome, à esquerda e à direita do espectro político (ALMEIDA, 1992, p. 39).⁶²

A trajetória da imprensa alternativa durante a ditadura civil-militar brasileira – em especial dos jornais *Opinião* e *Movimento* – se mistura ao caminho percorrido por parte dos intelectuais do país que, apesar dos percalços, reencontraram na imprensa uma forma de ampliar sua participação na vida política nacional e, assim, fazer frente ao governo militar. Os ricos debates encontrados nas páginas dos dois jornais aqui analisados, bem como as divisões que ocorreram entre seus colaboradores, expressam bem as transformações e incertezas que marcaram o período de distensão. Eles também antecipam questões que ressurgiram ao longo da década de 1980, quando as forças que compunham a frente de oposição à ditadura se dispersaram e se realocaram em partidos e movimentos diversos.

⁶² A mesma autora aponta que intelectuais vinculados ao PT contribuíram com 416 artigos no jornal *Folha de São Paulo* entre 1978 e 1984. No topo da lista aparece Marilena Chauí, com 99 colaborações. Francisco de Oliveira teve 12 (ALMEIDA, 1992, p. 70).

Apesar dessas divisões e do desaparecimento dos jornais alternativos, a imprensa escrita – agora os grandes veículos – permaneceu como um espaço privilegiado para o debate intelectual, uma herança deixada por *Opinião* e *Movimento* que dura até hoje, embora com menor força.

A análise do contexto político e econômico dos anos 1970 é indispensável para a elaboração da resposta a uma das questões centrais desta tese: *como o Brasil assumiu a forma de um ornitorrinco aos olhos de Francisco de Oliveira?* O acentuado crescimento econômico que ocorreu naquele período, o chamado “milagre”, combinado à elevada concentração de renda – um processo bem descrito em *Crítica à razão dualista* – já revelavam os contornos de um país que não só se desenvolvia a partir de uma base desigual como dependia da manutenção dessa desigualdade para garantir a continuidade de seu torto processo evolutivo. As figuras do “atrasado” e do “moderno” se juntam para formar um só ser estranho, tal qual um ornitorrinco, embora esta metáfora não apareça ainda ali. Essa imagem é reforçada a partir da leitura que Oliveira faz da realidade nordestina, em *Elegia para uma re(li)gião*.

Os anos 1970 também foram marcados por uma agitada vida política. Eles começaram com o regime autoritário em seu auge repressivo, sob a vigência do AI-5, e terminam com a “esperança equilibrista” em torno da promessa de abertura, da anistia e da volta de intelectuais e políticos exilados. Uma expectativa que era reforçada pela entrada em cena do novo sindicalismo e dos movimentos sociais, expressões das contradições que envolveram a expansão capitalista no Brasil. Portanto se, por um lado, as características do milagre econômico poderiam inspirar uma atitude pessimista dos intelectuais da esquerda brasileira, por outro a ascensão das lutas populares começava a colocar o fim da ditadura no horizonte e a despertar a esperança de que um novo período democrático pudesse se pautar no reconhecimento das pautas e bandeiras desses novos atores políticos. No caso de Francisco de Oliveira, essa tensão se resolveu a favor de uma aposta na política, embora a cautela nunca lhe tenha permitido abandonar completamente o debate sobre os limites que o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil impunha à configuração de uma sociedade mais justa. Sua militância intelectual ao longo dos anos 1980 serviu aos propósitos daquela aposta, num movimento de expansão do “otimismo da vontade” que só se conteve na década seguinte, quando o autor passou a considerar a política muito frágil

diante do poder do capitalismo financeiro e do “totalitarismo neoliberal”. Momento em que o ornitorrinco ganhou a tinta necessária para deixar de ser um rascunho e aparecer como uma bem definida metáfora para o Brasil. Antes, porém, de chegar a esse anticlímax, é necessário descrever a forma e a intensidade da participação de Oliveira e tantos outros intelectuais na luta pelo “novo” que marcou o período da transição democrática no país.

3. Tempos de transição

Na mixórdia social do Brasil contemporâneo, o discurso e a prática global querem dizer dominação pela exclusão e não dominação como campo de luta. Se tomarmos desde o discurso sociológico, que chama de "periferia" o que na verdade quer dizer "excluído", até a emergência dos movimentos sociais "de costas para o Estado e longe do Parlamento" (como disse tão bem Tilman Evers), passando pela preeminência das novas classes médias como nova centralidade do Brasil hodierno, até as novas classes burguesas dos ramos mais modernos – cuja rejeição do Estado de exceção não é sinônimo de aspiração democrática, mas o vislumbrar da possibilidade de implantação de seu projeto político conservador –, percebe-se que o tecido cultural em que se move a política é pouco propício para a estabilidade democrática.

Francisco de Oliveira, em 1985.¹

Novos ares começaram a soprar na política brasileira no final dos anos 1970. O avanço dos debates sobre a redemocratização, o ressurgimento de movimentos sociais organizados, a Lei da Anistia (1979) e as primeiras conversas envolvendo a fundação do PT foram boas novidades que quebraram a pesada rotina dos intelectuais de oposição à ditadura, já cansados de tentar decifrar o monstro sem encontrar forças para derrotá-lo. Um novo sentimento, mais otimista, passou a dar o tom de trabalhos de alguns cientistas sociais que celebravam tanta novidade – o novo sindicalismo, os novos movimentos sociais, o novo partido – e valorizavam a “experiência” dos trabalhadores como ponto de partida para entender suas ações e configurações. Naquele contexto, formas de pensar a realidade brasileira vinculadas a uma vertente considerada mais ortodoxa do marxismo foram questionadas. O mesmo ocorreu com o PCB, partido que aos olhos de seus críticos reproduzia traços autoritários no interior da esquerda.

Francisco de Oliveira participou dessas discussões. Ele e outros intelectuais se envolveram desde cedo nos debates pela criação do PT, organização que passaram a privilegiar apesar dos chamados à manutenção da unidade da oposição dentro do MDB. As questões que surgiram no interior da esquerda brasileira sobre o novo partido atravessavam velhos temas, como a estrutura sindical e a autonomia dos trabalhadores, as práticas verticalizadas e centralizadas dos comunistas ou a importância e o papel dos movimentos

¹ Trecho do artigo “Além da transição, além da imaginação” (1985a).

sociais na luta política. Em resposta a cada um desses pontos, militantes e intelectuais vinculados ao PT ou entusiastas de sua criação se esforçavam para marcar sua originalidade em relação não só ao regime autoritário, mas também à oposição emedebista e à esquerda comunista. Desde cedo o partido se apresentou como uma anomalia no contexto conservador e elitista da transição democrática brasileira (KECK, 1991), e a luta para estabelecer uma identidade frente à opinião externa avançava ao mesmo tempo em que se desenvolviam alguns conflitos em seu interior, possíveis e tolerados graças à pretendida horizontalidade do partido, que reunia correntes de distintas origens e orientações ideológicas.

A história dos primeiros anos do PT – bem como o teor das discussões que envolveram a definição de sua identidade como partido do novo – não pode ser compreendida à parte do contexto social e político em que ele surgiu. A crise do regime autoritário abria espaço para repensar a democracia, pela qual se lutava: qual sentido e abrangência ela teria? Seria possível apoiá-la em raízes populares e assim romper com o antigo elitismo da política brasileira? O debate também se estendia às questões econômicas, pois o modelo de desenvolvimento com forte intervenção do Estado e aberto ao capital estrangeiro, executado durante a ditadura, era já bastante questionado diante do cenário de estagnação e inflação. À esquerda importava não só buscar alternativas para combater estes problemas, mas, também, denunciar e lutar para reverter o processo de concentração de renda que se agravava durante o regime autoritário. Era necessário encontrar um novo modelo econômico e social viável e adequado às esperanças políticas.

As Ciências Sociais brasileiras não ignoraram essa agenda de discussões. Ao contrário: bastante preocupados com o desenlace do regime autoritário e a construção da democracia, muitos pesquisadores atualizaram seus olhares sobre a sociedade. Tanto que ao analisar o encontro anual da ANPOCS realizado em 1986, uma observadora estrangeira afirmou:

“Democracia”, “democratização”, “redemocratização”, “avanço democrático”, “consolidação da democracia”, “transição democrática”, “questão democrática”, “Estado”, “partidos”, “política”, essas são algumas das palavras e expressões que aparecem com maior frequência nos títulos das comunicações apresentadas na décima reunião da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e que não pararam de se repetir ao longo das conversas, debates e apresentações dessa reunião ocorrida em Campos de Jordão, Brasil, entre 21 e 24 de

outubro de 1986. Cerca de 600 pesquisadores brasileiros nas áreas de antropologia, ciências políticas e sociologia participaram do encontro, “o mais importante” no Brasil para as Ciências Sociais; eles foram divididos em 23 grupos de trabalho dedicados a diversos temas: “classe trabalhadora e sindicalismo”, “direito e sociedade”, “educação e sociedade”, “elites políticas”, “Estado e agricultura”, etc., títulos também bastante reveladores; a palavra “Estado” aparecia seis vezes, a palavra “política” outras seis vezes, a palavra “partido” duas vezes (SAINT-MARTIN, 1988, p. 129).

Esse relato sugere que, de uma forma geral, aspectos políticos – Estado, instituições, partidos e movimentos sociais – passaram a receber maior atenção de cientistas sociais brasileiros, enquanto o debate econômico – privilegiado durante o auge do ciclo nacional-desenvolvimentista e na crítica ao seu colapso – perdeu parte de seu espaço. Na tentativa de compreender a origem e o sentido da ação de atores que apareciam na cena política brasileira, muitas pesquisas apostavam no uso de novas teorias e conceitos que prometiam dar voz aos trabalhadores e valor às suas experiências. Era necessário desvendar seu cotidiano, inclusive fora do espaço da produção. As referências eram buscadas em alguns nomes da tradição marxista, como Antonio Gramsci ou o historiador britânico Edward Thompson, mas também entre alguns críticos do marxismo, como Cornelius Castoriadis e Claude Lefort. Este debate acadêmico e aquele partidário, que envolvia o PT, misturavam-se em meio aos esforços de muitos intelectuais que pretendiam compreender aquela sociedade em transição e agir sobre ela. Para muitos, os espaços acadêmico e partidário eram como um só.²

O sentimento de viver um período de grandes mudanças extrapolava as fronteiras nacionais, sobretudo para aqueles vinculados à tradição da esquerda. O capitalismo havia passado por significativas transformações que desafiavam as Ciências Sociais: a reconfiguração do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, a mundialização e a financeirização do capital. Esses e outros fenômenos redefiniam as relações entre capital e trabalho, com inevitáveis consequências sobre a sociedade brasileira. Quanto à política, a decadência do mundo soviético lançava desafios para a esquerda em cada canto do planeta. A busca de novos referenciais era intensa e muitos partidos e movimentos importantes, especialmente na Europa, alinharam-se à estratégia social-democrata. Esse crescente pragmatismo influenciaria seus pares latino-americanos. No debate econômico também

² Um exemplo, entre tantos outros possíveis, é a criação da revista *Desvios*, em 1982, liderada por Marilena Chauí, Eder Sader e Marco Aurélio Garcia, intelectuais engajados a um só tempo na introdução de novos métodos e conceitos nas Ciências Sociais brasileiras e na construção do PT.

ocorriam mudanças: a escola keynesiana, hegemônica durante boa parte do século XX, perdia espaço para uma corrente ortodoxa e liberal, que tentava pensar um mundo pós *Welfare State*. Somadas, portanto, a conjuntura nacional e a internacional davam àquela década um clima de crise e incertezas, temperado, no Brasil, pela esperança democrática.

Este capítulo é dedicado a reconstruir aquele contexto com o objetivo de melhor compreender como ele foi interpretado pelas Ciências Sociais brasileiras e por Francisco de Oliveira, em particular. Naquele período, como em outros já analisados nesta tese, a realidade política e econômica do país não era apenas um objeto externo, a ser apreendido pelos cientistas sociais. Muitos deles, entre os quais está Oliveira, tornaram a atividade intelectual e a militância política dois procedimentos praticamente inseparáveis. A análise dos textos do sociólogo elaborados nos anos 1980, feita a seguir, revela essa unidade. Mas há uma diferença fundamental que deve ser destacada: a antiga relação entre intelectuais e política não era mais a mesma. Sua redefinição respondia ao surgimento de um meio acadêmico bastante diferente daquele que existia antes de 1964 e por um regime político mais aberto a novos atores. A trajetória do CEBRAP, que será retomada aqui, expõe bem essas mudanças, que atingiram também a forma como o grande público acessava os trabalhos dos cientistas sociais. Essa transformação, também debatida por Francisco de Oliveira, será analisada no final deste capítulo.

3.1. Entre “novos personagens” e uma grande crise

Se tomarmos como referência uma nomenclatura clássica da teoria marxista, podemos afirmar que nos primeiros trabalhos de Francisco de Oliveira, a base econômica – ou a infraestrutura – prevalecia sobre as demais estruturas da sociedade. Em *Crítica à razão dualista*, as exigências da acumulação capitalista são apresentadas como a força fundamental que moldou as relações sociais e o espaço no Brasil ao longo de sua história. O mesmo ocorre em *Elegia para uma re(li)gião*, trabalho no qual as necessidades da expansão do capital industrial monopolista no país são apontadas como a causa essencial tanto da crise que envolveu o Nordeste no pré-1964 quanto de sua penosa assimilação ao conjunto do sistema, consolidada durante a ditadura. Nos artigos publicados na imprensa

alternativa o argumento de fundo permanece o mesmo: são as leis da acumulação que ditam, por exemplo, o ritmo e a forma de expansão de antigas e novas cidades brasileiras.³

Apesar dessa característica, a produção sociológica de Oliveira não ignorava a chamada superestrutura. Nos trabalhos citados acima, a política e as relações sociais estão presentes, e são elas que definem o rumo e o ritmo das transformações exigidas pela dinâmica da acumulação capitalista. Em *Crítica à razão dualista* há todo um capítulo, o terceiro, dedicado a pensar as relações de força que tornaram a revolução burguesa no Brasil um processo tão específico. Em *Elegia para uma re(li)gião* a experiência da SUDENE é revisitada não apenas a partir da agenda econômica formulada por Celso Furtado, mas também dos conflitos sociais e políticos que estavam na origem da instituição, que marcaram sua trajetória e que, a partir de 1964, impuseram-lhe mudanças. Nos artigos publicados em jornais como *Opinião* e *Movimento*, o espaço concedido à política já era até um pouco maior, algo adequado ao objetivo militante daqueles textos e ao público ao qual se destinavam. Em cada trabalho o Estado sempre aparecia como um ator imprescindível, sem o qual as mudanças comandadas pelas estruturas econômicas não teriam se concretizado. Em todos esses casos, porém, as relações sociais e políticas sempre pareciam responder, em última instância, às dinâmicas da acumulação capitalista no Brasil.

A forma como Francisco de Oliveira equacionava sua análise da realidade brasileira talvez pudesse ser atribuída à tensão permanente entre sua formação universitária como cientista social e sua atividade profissional, mais voltada à economia. Vale lembrar que no interior do CEBRAP e para boa parte do público leitor de seus trabalhos, Oliveira era um economista. Sem desconsiderar esse fato, sugiro que o menor destaque dado às relações sociais e políticas durante aqueles anos se devia, também, à presença de um Estado autoritário que engessava a conjuntura e limitava a esperança em mudanças sociais profundas. Tanto é que o suposto economicismo de suas análises, presente em trabalhos de muitos outros autores naquele período, passou a perder força enquanto se tornava cada vez mais evidente a crise do regime e o surgimento de novos atores na política nacional. Esse movimento coincidiu com a abertura a linhas de interpretação menos ortodoxas dentro do

³ Ver os artigos “Histórias de Viadutópolos” e “Brasília é Macondo?”, publicados respectivamente no 7º e no 37º número do jornal *Opinião*.

próprio marxismo. Mais do que um caso isolado, tal transformação resume um caminho percorrido pelas Ciências Sociais como um todo.

No caso de Francisco de Oliveira esse percurso apresenta uma particularidade: em nenhum momento o autor abandonou a convicção de que a esfera econômica tem enorme peso sobre as demais estruturas da sociedade. Mesmo enquanto migrava para temas superestruturais, o sociólogo não deixou de observar e destacar as transformações do capitalismo – a mundialização e a financeirização do capital, em particular – e, a partir delas, começar a apontar que as grandes questões econômicas estavam se deslocando cada vez mais para uma dimensão autônoma, longe do controle do Estado nacional. Apesar da inevitável crise que esse diagnóstico provocaria em sua sociologia num longo prazo, a mudança para temas mais políticos se consolidou ao longo dos anos 1980, a ponto de se configurar uma verdadeira inversão de perspectivas: em textos do início da década seguinte, que serão analisados no próximo capítulo, Francisco de Oliveira parecia acreditar que não havia limite estrutural imposto pelas relações econômicas que não pudesse ser abalado pelo conflito de classes ou, mais precisamente, pela ação organizada dos trabalhadores, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda. Uma aposta, mais do que uma certeza. O problema, como veremos, era atingir o nível de organização necessário.

Os textos analisados neste capítulo foram produzidos durante a luta pela democratização. Esta se insere num período de transição política e econômica que se estende do final da década de 1970 até, pelo menos, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, quando a turbulência política e econômica mais intensa passou e as instituições reconquistaram parte da confiança perdida nos anos anteriores.⁴ Esse contexto marcou a sociologia de Oliveira. Mais do que seus trabalhos apenas, o clima do período atingiu o conjunto da produção das Ciências Sociais no Brasil, que passaram de uma condição invernal e sombria, sob o auge da ditadura, para uma espécie de primavera, frutífera em novas interpretações, surgidas em meio aos primeiros sinais mais concretos da redemocratização. É impossível, portanto, não traçar um paralelo entre o que os intelectuais do país produziam e aquela rica conjuntura política, resumida a seguir.

⁴ Essa periodização é utilizada por Sallum Jr. (1996; 2003).

No final da década de 1970 já eram bem fortes os traços da grave crise que atingia o regime autoritário. O esgotamento do chamado milagre econômico, ocorrido anos antes, não fora revertido. Ao contrário, a estagnação e a inflação – suas heranças – fincaram raízes sólidas na economia. A desigualdade social e a concentração de renda, outros legados do modelo de desenvolvimento adotado sob a ditadura, agravavam as questões sociais e as tornavam potencialmente explosivas. Não por acaso novos atores começaram a ganhar espaço na luta política. Suas demandas, bastante diversas, forçavam o desgaste do governo – algo perceptível nas eleições⁵ – e ainda escancaravam os limites da oposição consentida, incapaz de dar-lhes voz. Muitos cientistas sociais passaram a voltar seus olhares para os “novos personagens” que “entraram em cena”, como afirmou Eder Sader (1988) em trabalho que se tornou uma referência. Entre as surpresas destacava-se o movimento grevista da região do ABC paulista, surgido em 1978. Este representou uma novidade que não era apenas política, pois também estimulou uma virada na forma como as Ciências Sociais pensaram a classe operária ao longo de sua história:

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores apareceram de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da política no país (PAOLI, SADER, TELLES, 1984, p. 130).

O quadro geral do período, marcado pelo caos econômico e por uma autoridade política declinante, indicava que a ditadura civil-militar brasileira enfrentava uma crise orgânica.⁶ O país entrou nos anos 1980 envolvido por esta conjuntura, a qual apontava para

⁵ Em 1974 o MDB conquistou a maior parte das cadeiras abertas para o senado e cresceu na câmara dos deputados. Quatro anos depois, o partido recebeu uma votação maior do que a da ARENA para o senado em todo o Brasil, mas teve menos candidatos eleitos em função da diferença de tamanho entre os colégios eleitorais.

⁶ Sigo para este conceito a definição original apresentada por Gramsci no volume 3 dos *Cadernos do Cárcere* (2000, p. 60). Para o autor, uma crise é orgânica quando a ruptura da representação entre partidos e classes ou frações de classe atinge e ultrapassa as instituições e se torna ao mesmo tempo política, econômica e social. Seu conteúdo é a “crise de hegemonia da classe dirigente”. Um cenário como este inibe soluções orgânicas para a crise, ou seja, forjadas dentro dos limites impostos pela ordem. O resultado eventual, segundo Gramsci, é a emergência de uma liderança carismática.

a necessidade de uma transição política, mas também econômica, que tenderia a extrapolar o modelo tutelado desejado pelos militares desde o anúncio da distensão “lenta, gradual e segura”, ainda em 1974. Poucos anos depois da revelação do plano de Geisel, a intensidade e o sentido da redemocratização eram disputados por forças inesperadas que questionavam as ações do Estado brasileiro em conjunto: seu marcado autoritarismo e seu modelo econômico excludente. Para Sallum Jr. (2003), durante essa transição, que durou quase vinte anos, o Estado brasileiro viu-se obrigado por conflitos internos e externos a migrar de um modelo autocrático desenvolvimentista, que seguia em grande medida o padrão inaugurado por Getúlio Vargas, em 1930, para uma democracia de corte liberal, mais alinhada à conjuntura política internacional. A mudança do modelo econômico era exigida como uma resposta à estagnação, à inflação e à incapacidade de pagar a dívida externa.⁷ A resposta do país para a crise – o ajuste fiscal – surgiu num contexto de avanço do pensamento econômico monetarista, que ganhava espaço frente ao keynesianismo desde os anos 1970. A saída encontrada, ditada por organismos internacionais, contribuiu para minar a base de sustentação do governo, composta por atores que ainda defendiam, em sua maioria, a retomada do crescimento a partir de um padrão desenvolvimentista.⁸ A mudança nas relações entre Estado, economia e sociedade afetava, assim, um velho arranjo político-institucional. As ideias favoráveis ao livre mercado e à redução do controle estatal iam de encontro à estratégia de industrialização concebida e comandada pelo Estado brasileiro desde a década de 1930. A nova política econômica, liderada por nomes como Delfim Neto e Francisco Dornelles, sacudiria as velhas relações entre a elite empresarial e o governo.

Foi nesse contexto, entre 1983 e 1984, que a campanha pelas Diretas Já reuniu um amplo conjunto de movimentos que exigiam o fim do regime autoritário. Porém a grande mobilização popular em torno da proposta de eleição direta para presidente não foi

⁷ A crise da dívida, que atingiu a maioria dos países latino-americanos no início dos anos 1980, ocorreu em meio às restrições de crédito e ao aumento das taxas de juros promovidos no centro do capitalismo. As medidas eram uma resposta à recessão que se seguiu à crise do petróleo. A moratória mexicana, anunciada no início de 1982, aumentou a pressão e a desconfiança sobre países periféricos, como o Brasil.

⁸ Além de enfrentar a oposição de setores de dentro do Estado, como diretores de empresas estatais ou funcionários públicos atingidos pelo ajuste fiscal, o governo viu abalada parte importante de sua base de sustentação civil. Segundo Sallum Jr., “foi no empresariado privado, porém, que ocorreu a fratura mais importante da base de apoio do Estado. Parte das elites empresariais não apenas se opôs à estratégia governamental de ajuste, mas aderiu a “projetos” alternativos para enfrentar a crise econômica, indicando claramente o esvaziamento da liderança do governo. Uma porção da elite empresarial, a dissidência mais numerosa, foi magnetizada por uma versão mais nacionalista e industrialista de desenvolvimentismo e uma outra, bem menor, foi atraída por uma variante periférica de neoliberalismo (2003, p. 37).

suficiente para impedir sua derrota em votação no Congresso Nacional. Não obstante essa frustração, Tancredo Neves, o candidato da oposição, venceu as eleições contra Paulo Maluf, em votação indireta realizadas em janeiro de 1985. Nascia, então, a Nova República, tomada por um sentimento que apontava para a ampliação dos direitos políticos, consolidados mais tarde com a Constituição de 1988. Do ponto de vista institucional, o governo do presidente José Sarney – que assumiu o posto no lugar de Tancredo, morto em abril de 1985 – parecia realizar as promessas de democratização combinada com a manutenção do desenvolvimentismo, ainda prestigiado entre políticos brasileiros, mas na prática essa estratégia esbarrava na crise do Estado, mais ampla do que se imaginava. Afinal:

[...] a crise do regime militar e a consequente democratização política do país tiveram na crise do Estado Desenvolvimentista uma fonte crucial de impulso. Ela contribuiu decisivamente para o fim do regime autoritário mas estende-se para além dele. Na verdade, aprofunda-se depois e até hoje [1996] não foi superada. É a crise do Estado que está na raiz da instabilidade econômica dos anos 80 e 90 e que explica as dificuldades do Brasil em fixar-se num regime político estável (SALLUM JR., 1996: 63).

O governo Sarney carecia de uma sustentação firme e a sociedade encontrava-se dividida. A Nova República nascia, portanto, ainda dominada pela mesma instabilidade social, política e econômica que contribuiu para o fim do regime autoritário. Em meio a essa crise surgiam algumas contradições, assimiladas pelo processo constituinte de 1988, que apontou para a ampliação de direitos civis, de instrumentos de participação política e do equilíbrio entre os poderes, num contexto internacional pouco favorável àquelas medidas. Da mesma forma, a Carta apontava para a imposição de limites ao capital estrangeiro, para o alargamento do campo de atuação das empresas estatais, para a promoção de um controle maior sobre o mercado e para a ampliação de direitos trabalhistas, como os direitos à greve e à aposentadoria. A elaboração da Constituição estava pautada, portanto, em valores cultivados no período desenvolvimentista e na recente ascensão de novos atores políticos. Nadava contra a corrente internacional.

As pressões externas e internas por mudanças profundas nos rumos da política econômica se ampliavam a cada agenda frustrada de combate à inflação e à estagnação. O lançamento do Plano Cruzado no início de 1986, por exemplo, não enfrentou grande oposição imediata, pois a harmonia política da nascente democracia ainda era a prioridade

para quase todos. Mas o plano de estabilização econômica fracassou e, quando voltou ao topo das preocupações, a economia recolonizou e polarizou o debate político nacional. Naquele momento, os empresários e economistas alinhados às propostas neoliberais configuravam um grupo mais numeroso e organizado. Aos poucos, a questão do desenvolvimento cedeu espaço no debate econômico para as preocupações com a inflação. As teses neoliberais passaram a ganhar espaço:

O apoio quase unânime do empresariado e a ausência de oposição político-partidária “de centro-esquerda” à nova forma de abordar a questão da dívida externa indica[m] que, aos poucos, ia ganhando proeminência social uma estratégia de desenvolvimento mais liberal e mais internacionalista que o programa nacional-desenvolvimentista (SALLUM JR., 1996, p. 178-179).

As eleições presidenciais de 1989 ocorreram dominadas por essa conjuntura. Em meio à fragmentação política – típica de um cenário de crise orgânica – os partidos tradicionais, PMDB e PFL, mais identificados com o regime, receberam juntos apenas 5% dos votos. Destacou-se a votação expressiva do PT, partido que ainda era visto como um estranho no cenário eleitoral e que concentrava em si parte do desejo de mudanças. No entanto a vitória apertada do desconhecido Fernando Collor – outro representante da mudança, mas em sentido oposto – contra Lula, no segundo turno, definiria um novo rumo para a transição brasileira. Triunfaram as teses do liberalismo econômico, que enfim poderiam desbancar o desenvolvimentismo.

O conturbado governo Collor também sucumbiria diante da tarefa de estabilizar a política e a economia nacionais. Em dezembro de 1992, em meio a denúncias de corrupção, o ex-presidente renunciou para impedir seu *impeachment*. Aquela crise política e econômica, que parecia não ter fim, só seria amenizada em 1994, com o lançamento do Plano Real. O projeto de estabilização da moeda e combate à inflação, assinado por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda de Itamar Franco, surgiu como um remédio perfeito para a crise. Para Sallum Jr., a ascensão do sociólogo como ministro e, mais tarde, como principal candidato à sucessão presidencial, representou um “momento maquiaveliano”: Cardoso foi o candidato de uma coalizão de centro-direita reunida em torno do Plano Real e da estratégia de aprofundar o ajuste liberal da economia brasileira, e se tornou um aglutinador de forças políticas dispersas em defesa da estabilidade do regime. A emergência da crise econômica resolveu a crise política ao forjar a reorganização das

forças ao redor de um programa conservador. O sucesso da candidatura de Cardoso garantiu a construção de um “princípio de universalidade” sem o qual aquela longa crise orgânica poderia perdurar (2003, p. 44). A partir de sua eleição o Estado brasileiro assumiria um novo perfil: sem perder a importância que sempre teve na garantia à acumulação capitalista no país, reduziria ao máximo seu papel tendo em vista a posição de mero regulador do mercado. Voltarei a este tema no próximo capítulo.

De volta no tempo, ao início daquela crise orgânica: quando ela surgiu, no final da década de 1970, seu distante resultado era ainda impensável. O que ela anunciava era uma rara abertura de possibilidades de disputa dos rumos do Estado brasileiro. Na luta pela sua reorientação se intensificaram os debates político e econômico. Para a oposição, nenhuma tarefa era mais urgente do que avançar na definição do valor e do sentido da democracia para torná-la uma bandeira capaz de acelerar o fim do regime autoritário. Nessa frente militaram muitos intelectuais brasileiros, os quais fizeram de suas pesquisas instrumentos para a ação política. De fato, no final dos anos 1970, a democracia emergia como um “valor universal” para muitos pensadores e militantes da esquerda no país, como defendia o comunista Carlos Nelson Coutinho (1979), em artigo célebre.⁹ Essa mudança se consolidou ao longo daquela década e teve o CEBRAP como um ponto de referência importante, o que colocava Francisco de Oliveira e seus colegas entre os protagonistas do debate.¹⁰ Ao longo da década seguinte a democracia foi tema recorrente em pesquisas acadêmicas ou artigos de opinião entre os cientistas sociais brasileiros. Muitos criticavam a tradição autoritária e elitista do Estado, o que em certos casos era um acerto de contas com o próprio passado.

O grande desafio naquele instante era tentar decifrar o novo, o que impunha uma ruptura temática em relação ao que se produziu durante a década de 1970. Naqueles anos, o que guiara os trabalhos dos pesquisadores ligados ao CEBRAP, por exemplo, era a crítica, a partir de diversos pontos de vista, ao modelo brasileiro de desenvolvimento. Em geral, nelas os aspectos econômicos ainda prevaleciam sobre os políticos e sociais, e o Estado ainda figurava como o ator principal que moldou de cima a baixo o país durante boa parte

⁹ Ligado ao PCB, mas exilado na Itália, Coutinho sofreu grande influência do Partido Comunista daquele país e foi um importante propagandista do eurocomunismo no Brasil, em especial da visão da esquerda europeia sobre a questão democrática. De volta ao Brasil ele deixou o PCB e passou pelo Partido Socialista Brasileiro antes de ingressar no PT.

¹⁰ A enorme e até então inédita força do debate sobre a democracia entre intelectuais brasileiros durante a década de 1970 foi destacada por Pécaut (1990, p. 192-196).

do século XX. Mas em meio à crise política e econômica a avaliação do modelo se esgotava, bem como o próprio regime que garantia sua continuidade, enquanto outros temas surgiam ligados à esperança pela democratização. Aos poucos o Estado perdeu o posto de protagonista que ocupara nas interpretações sobre o país, ao mesmo tempo em que outros atores disputavam esse lugar. Ocorria uma estranha mudança: o Estado onipotente, comumente visto na história política brasileira como o portador de uma racionalidade da qual as classes sociais careciam, saía de cena para abrir espaço aos trabalhadores, antes sempre desacreditados, mas que emergiam como os novos detentores do potencial de transformação da sociedade. A mudança que se produziu no ambiente intelectual foi inevitável e de grande profundidade:¹¹

[...] a relação entre esses “novos” intelectuais acadêmicos com o campo dos movimentos populares iria contribuir, de maneira especial, para mudar os *habitus* dominantes no campo intelectual durante as décadas de 1970 e 1980. O *habitus* acadêmico típico passaria a incluir uma faceta de engajamento. Engajamento não num mundo mais elitizado e burocratizado como o que envolvia o campo político-institucional, no qual se inseriu, em parte, o CEBRAP. Mas no mundo da vivência das lutas e movimentos de setores subalternizados de nossa sociedade, com todas as suas agruras e problemas não previstos por aportes teóricos reducionistas ou teleológicos. Os “novos” intelectuais do CEDEC, do CEDI, da FASE e de outros organismos trariam para o campo intelectual e o campo acadêmico um *habitus* menos teorista e mais aberto a outras experiências, advindas dos setores populares, que eram então recebidas como um influxo de frescor e novidade, estimulante do ponto de vista empírico e fenomenológico. E esse processo alteraria expressivamente o campo acadêmico, o campo intelectual e o pensamento social, desde então. Os “novos” intelectuais, gradativamente, se repensavam em suas práticas e modos de atuação. E essa trajetória, inclusive por suas implicações políticas, surpreenderia os adeptos de uma outra estratégia de atuação político-intelectual, como Fernando Henrique Cardoso, o PCB e outros atores da cena pública da época, que privilegiavam a participação nas instituições de um Estado que se redemocratizava (PERRUSO, 2010, p. 263-264).

Os textos produzidos por Francisco de Oliveira durante a década de 1980 são um bom termômetro dessa transformação. Vinculado ao CEBRAP e próximo de Fernando Henrique Cardoso, ele estava inclinado a ter um pé atrás diante da empolgação de outros intelectuais diante dos “novos personagens” da política brasileira, sobretudo porque estes se colocavam muitas vezes contra o Estado. Naquele momento Oliveira ainda estava distante da interpretação que Maria Célia Paoli dedicava aos movimentos sociais, mas esse cuidado

¹¹ Esta afetou o CEBRAP, de onde alguns pesquisadores importantes saíram para fundar outros centros de estudos, cujas pesquisas estariam mais alinhadas aos desafios daquela conjuntura. Francisco Weffort fundou o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em 1976, e Bolívar Lamounier criou o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), em 1981.

não o impediu de se engajar na construção do PT e nem de mais tarde se aliar a Paoli e outros pesquisadores na defesa da originalidade dos “novos personagens”, numa nítida oposição a uma perspectiva considerada elitista da política. Voltarei a este tema em outro momento.

As interpretações clássicas sobre os novos atores da política nacional destacavam que sua emergência estava vinculada a uma crise dos centros tradicionais de organização dos sujeitos políticos. Para Marilena Chauí, uma referência naquele debate,¹² a Igreja, os sindicatos e os partidos de esquerda – antigos formadores e aglutinadores de sujeitos coletivos – passavam por um momento de redefinição. A teologia da libertação, o novo sindicalismo e o PT eram as respectivas formas de manifestação dessa crise, encarada como uma abertura para novas possibilidades. Entre elas era valorizada uma inédita mudança que colocava os sujeitos políticos como relativamente autônomos em relação às suas representações tradicionais. “Em suma, os antigos centros organizadores, em crise, são desfeitos e refeitos sob a ação simultânea de novos discursos e práticas que informam os movimentos sociais populares, seus sujeitos” (CHAUÍ, 1988, p. 11). A esse diagnóstico faltou acrescentar algo que era determinante sobre o entusiasmo compartilhado por muitos daqueles intelectuais: as novas referências se constituíam por fora do Estado e, às vezes, contra ele. A crítica ao velho estatismo brasileiro ganhou corpo, apoiada na “descoberta” da sociedade civil, que se expandia e se organizava para além das grandes e rígidas estruturas do Estado e das exigências do mercado.

Esse anti-estatismo não pode ser confundido com recusa à participação eleitoral, sobretudo no caso do PT, que emergia como uma força importante da oposição. Aquele sentimento se manifestava de diversas formas, até porque as definições do Estado e de sua relação com a sociedade estavam em questão, e este debate estava ainda longe de terminar. Soma-se a essa conjuntura específica o fato de que o PT reunia em seu interior muitas correntes com distintas visões táticas e estratégicas a respeito do Estado e das eleições. Desde quadros políticos já estabelecidos – oriundos de outros partidos, como o MDB – até pequenas organizações clandestinas que se definiam como partidos revolucionários dentro

¹² A filósofa, vinculada ao PT, escreveu uma grande quantidade de artigos de opinião em jornais de ampla circulação. Como citado anteriormente, entre 1978 e 1984 foram 99 colaborações para a *Folha de São Paulo*, onde ela mantinha uma coluna semanal (ALMEIDA, 1992, p. 70).

do PT, e o enxergavam como um instrumento meramente tático.¹³ Apesar das diferenças, o partido cultivava em suas origens uma espécie de anti-estatismo que se voltava contra o peso historicamente assumido pelo Estado na política brasileira, acima da sociedade. “O poder, naquela visão democrática, não é apenas algo que é ‘tomado’, através do Estado, mas também algo construído (na sociedade)” (KECK, 1991, p. 280). Essa vertente do anti-estatismo não negava a necessidade de o Estado atuar na regulação das atividades econômicas ou no atendimento a carências sociais. O foco da crítica estava na política: a democratização estimulava uma exigência de maior participação da sociedade – e, no caso do PT, dos trabalhadores – nos processos de decisão. O Estado poderia e deveria atuar, desde que pautado pela agenda dos de baixo. Para Keck, essa contradição só sobrevivia graças à indefinição que ainda reinava a respeito do papel do Estado no período da transição democrática. No final da década de 1980, quando teses neoliberais ganharam espaço neste debate, o partido foi obrigado a rever suas posições.

O discurso de fundação tanto da CUT como do PT caracterizou-se por um profundo anti-estatismo com respeito às relações sociais e à organização da sociedade civil, justaposto a um estatismo de esquerda bastante tradicional quanto ao papel do Estado na economia e como provedor do bem-estar social. Enquanto o desenvolvimentismo estatista permaneceu relativamente incontestado como ideologia predominante dos burocratas e políticos do Brasil, era possível conviver com as ambiguidades implícitas nesta justaposição. A crescente importância das propostas neoliberais (ainda longe de ser coerentes), associada aos acontecimentos do Leste Europeu, levou ao menos ao reconhecimento de que essas questões precisam ser discutidas. Um dos resultados foi um debate interno mais sério no PT acerca das realizações e também das contradições da democracia social europeia, debate esse que, antes, tendia a concentrar-se na contradição de “administrar a crise capitalista”. O fato de que Lula chegou pertíssimo de ganhar a presidência em 1989, numa situação em que a vitória não teria acarretado a implantação do socialismo no Brasil, estimulou ainda mais essa discussão (KECK, 1991, p. 282).

Além, portanto, do surgimento de “novos personagens”, aquela conjuntura era marcada por uma grande crise do Estado brasileiro. À esquerda destacava-se a crítica ao autoritarismo, enquanto à direita era sublinhada a falência do desenvolvimentismo. Esta tensão era também conceitual. Mais do que o debate sobre os novos atores, a discussão em torno do lugar do Estado teria enorme peso sobre a produção de Francisco de Oliveira. Isso porque em seus trabalhos clássicos este sempre foi um personagem importante, se não o

¹³ Era o caso, por exemplo, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma antiga dissidência do PCB. No início da década de 1980 muitas organizações ainda desenvolviam atividades clandestinas e não viam no PT mais do que uma oportunidade passageira de restabelecer contatos com os trabalhadores. Essa postura incomodava direção partidária e provocava intensos debates (SECCO, 2013).

protagonista do enredo. Descartada a esfera econômica – que, como indiquei, era para ele determinante sobre a história social e política do país – nenhum outro fator parecia ter maior peso nos trabalhos do sociólogo. Em *Crítica à razão dualista* e em *Elegia para uma re(li)gião*, este é o agente fundamental que orienta a transição da sociedade e da economia no Brasil de um modelo predominantemente agrário-exportador, no início do século XX, para outro urbano-industrial, acentuado a partir de 1930. Não há dúvidas de que outros personagens também fizeram parte dessa transformação, o que o autor não nega. Porém, vinculado à tradição que enxergava uma enorme fragilidade nas classes sociais daquele período, Francisco de Oliveira considerava que o Estado se viu obrigado a ocupar um espaço acima da sociedade e de seus conflitos para realizar as mudanças exigidas pelas estruturas econômicas. Segundo o autor, esse estatismo desprovido de um caráter de classe nítido chegou a despertar esperanças na esquerda nacionalista no período pré-1964. Um grupo do qual ele fazia parte, já que participava da SUDENE e estava envolvido por aquele clima. Mais tarde, porém, durante a década de 1970, ele se tornaria um crítico do Estado desenvolvimentista. Àquela altura já era possível enxergar que a ação deste se prestara à consolidação do capitalismo monopolista no país, a qual ocorreu apoiada na super-exploração da classe trabalhadora.

Apesar das duras críticas que o sociólogo elaborou contra o Estado desenvolvimentista, não é possível encontrar em seus trabalhos nada próximo ao anti-estatismo que surgiria em setores da sociedade brasileira pouco depois, no período da transição democrática. Oliveira e tantos outros autores que avaliaram o populismo e o desenvolvimentismo em trabalhos das décadas de 1960 e 1970 não eram contra o Estado em si. A discussão sobre seu enorme peso até estava presente em alguns trabalhos, mas passava longe de receber o destaque que lhe foi conferido no contexto da democratização. Em grande medida aqueles intelectuais eram herdeiros de uma tradição que era incapaz de pensar a questão nacional, em cada uma de suas configurações, sem imaginar ao mesmo tempo a atuação decisiva de um Estado forte. O problema que enxergavam no período de 1930 a 1964 era outro: o compromisso populista, pautado num pacto de classes, havia favorecido quase exclusivamente a burguesia, algo que lhes parecia até certo ponto inevitável diante da fragilidade das classes sociais e, em especial, dos trabalhadores e do partido que pretendia representá-los, o PCB. O defeito seria mais da estrutura de classes

brasileira – moldada por uma realidade social e econômica particular – do que do Estado em si. Tal visão, comum nos trabalhos de cientistas sociais brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970, enfraqueceu-se durante a democratização. O discurso que reforçava a fragilidade das classes sociais, com destaque para os trabalhadores, era inadequado às tarefas da transição e não favorecia a compreensão dos novos personagens, que pareciam romper inteiramente com aquela lógica. O esforço de reinterpretação que ocorria se voltou inclusive ao passado: muitos pesquisadores revisitaram velhos temas nacionais, como o populismo, e buscaram enxergar na história da classe trabalhadora brasileira sinais de organização e consciência.¹⁴

O anti-estatismo surgido no período da transição democrática questionava a posição do Estado como agente regulador das relações sociais, por cima das classes, algo identificado com o autoritarismo. Esse era o sentido da crítica que partia da esquerda, mais concentrada nos aspectos políticos do padrão autoritário e desenvolvimentista do Estado brasileiro, então em crise. O debate do modelo econômico ocorria, mas não com o mesmo destaque. Ele preocupava mais setores da direita, com raras exceções, entre as quais figura Francisco de Oliveira. Para o sociólogo, a redemocratização da sociedade brasileira era limitada pela natureza e pela força da crise econômica, que extrapolava os limites nacionais. Essa hipótese aparece no artigo “Além da transição, além da imaginação”, publicado na revista *Novos Estudos*, em 1985. Sua análise ali exemplifica bem uma mudança de foco da infraestrutura para a superestrutura que se acentuava em sua sociologia. Ao debater as origens da crise, o autor fugia das explicações mais comuns, como a de setores da oposição que atribuíam o cenário caótico aos desmandos dos grupos dirigentes que governavam o Brasil desde 1964. Recusava, ainda, um diagnóstico meramente econômico, ao considerar que a crise também tinha suas raízes na capacidade de reação de setores prejudicados pelo modelo de crescimento executado nas décadas anteriores, em especial os trabalhadores, afetados pelo arrocho salarial. Havia, ainda, um problema mais profundo, ignorado por aqueles que viam na crise apenas mais um

¹⁴ Este debate é resumido em artigo de Maria Célia Paoli, Vera Telles e Eder Sader (1984). Os autores, vinculados aos esforços de reinterpretação da história da classe trabalhadora no Brasil, elaboram uma boa revisão crítica da literatura sobre o tema surgida entre 1950 e o final da década de 1970. Em sentido contrário, ainda atrelado a uma perspectiva mais tradicional, Francisco de Oliveira reproduzia em muitos de seus textos da década de 1980 uma leitura sobre as relações entre Estado e classes sociais à qual ele mesmo, poucos anos depois, faria oposição.

fenômeno cíclico do capitalismo. Para Francisco de Oliveira, a novidade era que a avançada integração da economia brasileira aos centros do sistema, impulsionada sob a ditadura, tornava seu destino atrelado ao dos países centrais, um cenário bastante diferente do que surgira após a depressão de 1929. O autor concluía que a solução para a crise não poderia, portanto, ser apenas econômica:

Um avanço no social, se é menos que saldar um débito, é mais que uma saída para a "grande crise". Ele é o elemento determinante para criar uma nova sociabilidade a partir da qual se estabelecem os termos para a saída da "grande crise": uma modificação importante na relação salarial, uma reversão na "privatização" do social e na despolitização da economia, uma redefinição do público, e uma outra trama representativa, que expresse as articulações de interesses no interior do fundo público, e que ganhe um estatuto constitucional para além da velha representação de interesses da democracia representativa burguesa, isto é, de proprietários. O que poderá resultar numa armadura institucional que estabeleça regras democráticas na competição pelo fundo público, elo essencial tanto para o financiamento da reprodução do capital quanto para o financiamento do social. Nisto consistirá a instituição de um pacto de "incertezas previsíveis", mais além do Estado do Mal-Estar brasileiro, abrindo o passo para a superação mesma do Estado do Bem-Estar, que transformou o acesso ao fundo público em campo de luta corporativista (1985a, p. 7).

O texto destaca uma nova faceta da relação entre o econômico e o social: o primeiro teria subordinado o segundo durante a ditadura militar, quando as taxas elevadas de crescimento só foram possíveis graças ao aumento da exploração e à repressão das demandas populares. Este processo amarrava a política e se impôs como um limite estrutural à redemocratização. Mas Oliveira acreditava que era justamente da luta por reformas sociais que poderia surgir algo novo, já que a economia – mundializada e financeirizada – escapava dos controles nacionais. No espaço da nação, onde se colocava a luta pela distribuição do fundo público, o Estado ainda era considerado um ator indispensável.

Essa atenção do sociólogo às mudanças estruturais do capitalismo era ainda um tanto rara entre os cientistas sociais brasileiros. O que prevalecia era o debate político, concentrado nas tarefas da redemocratização. Agarrados a essa bandeira, os novos movimentos sociais e boa parte do PT, de seus militantes e intelectuais, acreditavam que era necessário romper com o elitismo da política brasileira e cavar espaços em sua estrutura rígida e corporativista, o que exigia muitas vezes exagerar sua crítica contra as estruturas do Estado. Um argumento natural, ainda mais ao término de duas décadas de ditadura, mas que fundava um ponto de desacordo importante entre Francisco de Oliveira e amplas parcelas do partido que ele ajudava a construir. A causa dessa divergência não era nenhuma

simpatia do sociólogo pelo caráter conservador da política nacional, mas a convicção de que o PT deveria moderar sua crítica para que no combate ao autoritarismo o Estado não se convertesse num inimigo. Seu receio era de que se jogasse a criança fora com a água do banho. Para ele o Estado deveria ser visto como uma estrutura em disputa que, se conquistada, tornar-se-ia uma arma a favor da esquerda. Essa visão remetia a duas experiências: a primeira é sua já citada formação no pré-1964, em meio aos esforços nacional-desenvolvimentistas, quando nenhum projeto político era concebido por fora do Estado. A segunda experiência, que parece reforçar ou atualizar a primeira, é o estágio de dois anos de pesquisa realizado na França, entre 1982 e 1984, que levou o sociólogo a conhecer de perto e a estudar a história da social-democracia europeia.

Os trabalhos que Francisco de Oliveira publicou ao longo da década de 1980 expressam bem esse ponto de vista e caracterizam uma forma particular de pensar a transição. O sociólogo seguia na contramão de outros intelectuais de esquerda: mais do que a questão dos “novos personagens”, o que despertava sua atenção era a velha relação entre economia, Estado e sociedade, presente também em seus trabalhos clássicos, mas que se mostrava desequilibrada no contexto de crise do Estado brasileiro. Este se viu obrigado a abandonar o perfil autoritário e desenvolvimentista que lhe foi característico durante quase todo o século XX e, ao término do regime autoritário, foi alvo de um anti-estatismo que assumia diferentes formas, à esquerda e à direita, na política e na economia. Oliveira, sensível a esse fenômeno, produziu livros e artigos voltados a pensar essas transformações e a atuar sobre elas. Em dois debates em especial, que serão expostos a seguir, esse esforço do sociólogo ficou mais evidente: o primeiro é a discussão sobre a social-democracia europeia, que contempla uma reflexão sobre a estrutura de classes nas sociedades capitalistas, e o segundo é a disputa em torno da criação do PT e da definição de sua identidade.

3.2. A experiência social-democrata e a estrutura de classes contemporânea

Entre 1982 e 1984, contemplado por uma bolsa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outra do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), Francisco de Oliveira teve a oportunidade de realizar um estágio de pesquisa em Paris, vinculado à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Ao lembrar aquela experiência numa entrevista recente, ele afirmou que a viagem não foi tão boa do ponto de vista acadêmico,¹⁵ mas lhe permitiu conhecer de perto a estrutura de um Estado de bem-estar social europeu, algo que o impactou. O período em que ele permaneceu na França coincidiu com o início do primeiro mandato presidencial do socialista François Mitterrand,¹⁶ o que deu a Oliveira a oportunidade de assistir à esquerda no governo. Rosa Freire d'Aguiar Furtado, esposa de Celso Furtado, lembrou que um grupo de intelectuais brasileiros participava de reuniões com representantes do Partido Socialista francês dedicadas a discutir aquela experiência e, também, a realidade latino-americana.¹⁷ Oliveira participava de alguns encontros. A respeito daqueles dois anos, ele declarou:

Não foi, portanto, um intercâmbio intelectual com a universidade francesa, mas foi esse impacto do Estado de bem-estar. A questão dos direitos dos trabalhadores e desse Estado de bem-estar, que é, na maioria das interpretações, visto como uma concessão. Eu tentei revirar a página, quer dizer: isso tudo é produto de uma luta de classes histórica, acumulação. Foi um impacto, e você precisa estar aberto para entender as novas experiências. Eu via alguns amigos meus lá, brasileiros, que tiravam o que podiam do Estado francês. Eu não tirava porque eu era acanhado. Até férias eles tiravam. Aquilo realmente me impactou. Foi uma visão completamente nova, e eu comecei a prestar atenção (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 611).

O contato com a estrutura do *Welfare State* aumentou sua esperança na possibilidade de que a democratização no Brasil abrisse caminho para algo minimamente próximo daquele quadro. Era uma aposta na capacidade de transformação da política contra as determinações econômicas. A viagem à França teve grande influência sobre sua produção. Ainda no exterior ele iniciou a elaboração de dois trabalhos: o livro *O elo perdido: classe e identidade de classe* (1987a) e o artigo “O surgimento do antivalor”, publicado originalmente em um número da revista *Novos Estudos*, em 1988, e mais tarde ampliado na

¹⁵ Sobre o meio universitário francês, Oliveira declarou: “O intercâmbio com a universidade francesa é extremamente difícil. Você não entra. Há certas instituições onde os requisitos de entrada são menores. Não no *Collège de France*, que só lhe serve para você assistir conferência. [Você] Ouve o que eles falam, mas você não fala. E, se você falar, eles não ouvem, porque eles são surdos. A França ainda tem resquícios da antiga glória intelectual. É muito difícil. Você vê, mesmo um tipo como o Roberto Schwarz, que dá banho em qualquer crítico literário francês, ele não tem boas recordações da França do ponto de vista de intercâmbio intelectual. É extremamente difícil. Valeu a pena, porque Paris vale bem uma missa (risos)” (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 610-611).

¹⁶ Mitterrand, do Partido Socialista, assumiu a presidência da França em maio de 1981 e permaneceu no cargo por dois mandatos, até maio de 1995.

¹⁷ Depoimento concedido em entrevista realizada em Paris, em 24 de janeiro de 2013.

forma do livro *Os direitos do antivalor*. Os textos destacam, respectivamente, a peculiar estrutura de classes brasileira e a forma de atuação do Estado em sociedades social-democratas. De volta ao Brasil, o sociólogo retomou esses assuntos em alguns artigos, com destaque para “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática” (1988a) e “A economia política da social-democracia” (1993b). A análise desses textos, realizada a seguir, fornece um quadro bem detalhado da nova agenda de estudos de Francisco de Oliveira.

Em sua definição do chamado “modo de produção social-democrata”,¹⁸ Oliveira sustenta a hipótese de que ao longo do século XX havia ocorrido uma mudança fundamental na forma como o Estado participava da realização da acumulação capitalista capaz de impor uma revisão da teoria marxista do valor. Para ele, o esforço de enxergar e compreender essa metamorfose também exigia a disposição de ir além do batido conceito de “intervenção estatal”, utilizado pela tradição liberal do pensamento econômico. Esta escola pressupõe que o Estado possui uma racionalidade idêntica àquela dos agentes econômicos privados e, portanto, é incapaz de identificar o real sentido de sua atividade no mercado. Afinal, “de que serviria uma ‘intervenção’ de um agente igual aos outros?”. Esse ponto cego do pensamento liberal deriva da ignorância de uma separação fundamental entre Estado e economia/sociedade, apresentada por Keynes e ainda vigente, apesar das transformações ocorridas de parte a parte ao longo do século XX. O que os liberais chamam de “intervenção” seria, para Oliveira, a atuação do Estado para regular processos sociais e econômicos que não podem ser administrados privadamente. Estes só podem ser

¹⁸ No artigo “O surgimento do antivalor”, de 1988, no qual o autor sistematizou pela primeira vez suas reflexões sobre o Estado providência e sua crise, ele afirmava que o modelo ali analisado se configurara ao longo do século XX como a “estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante” (1988b, p. 28). O uso do conceito de modo de produção, ainda que num “sentido amplo”, gerou polêmicas, como revela um relato do autor sobre o clima que envolvia suas aulas sobre o tema na USP: “As pessoas não ficam contentes, sobretudo os que fazem parte de correntes marxistas mais tradicionais no sentido de congelar a capacidade explicativa do próprio marxismo. Este semestre eu dou um curso que é exatamente economia política na social-democracia, que atrai muita gente, a princípio parece que meu IBOPE é muito alto, mas o fato é que atrai também muitos descontentes. Quando eu vejo, são todos eles potencialmente críticos, eles são atraídos porque o curso toca em certas questões que estão aqui dentro e que outros cursos não tocam. Há pouca discussão no lote dos três cursos de Ciências Sociais sobre o sistema capitalista. É extraordinário, não é? Há muito pouca discussão. [...] Então, talvez, o curso atraia muita gente, porque ele discute o sistema capitalista. Mas atrai contrários. Quando eu me dou conta estou com vinte alunos que estão todos insatisfeitos com a formulação. Mas, de qualquer forma, o curso é muito interessante” (entrevista em *Revista Plural*, São Paulo, nº1, 1º semestre de 1994, p. 157-158).

conduzidos quando publicizados: “a dialética do processo resulta em que ele é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz se eles se transformarem em interesses gerais, públicos” (OLIVEIRA, 1993b, p. 138).

Por outro lado, no interior do pensamento de esquerda, o autor também não via grandes avanços na definição das relações entre Estado e economia. A teoria do capitalismo monopolista de Estado era a mais difundida e, segundo Oliveira, cometia erros simétricos aos dos liberais. Ao apresentar o Estado como um agente completamente subordinado ao capital, essa escola também teria ignorado a distinção essencial entre Estado e economia ou Estado e sociedade, o que obscurecia do mesmo modo o caráter fundamental dessa relação. Para entendê-la, Oliveira se apoiou num conceito inspirado na escola regulacionista:

O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um “*mix*” que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução (OLIVEIRA, 1993b, p. 139).

Seu conceito de antivalor aparece, portanto, no interior de outro conceito, o de fundo público. Seu esforço de interpretação também se desenvolve a partir de ideias mais amplas, reveladas por algumas referências importantes, com as quais dialoga: Michel Aglietta, teórico da regulação; Claus Offe e Jürgen Habermas, estudiosos das mudanças no mundo do trabalho e na sociabilidade durante o século XX; e Adam Przeworski, pesquisador dedicado à história da social-democracia. Tratava-se de um diálogo novo, ausente em seus trabalhos da década anterior, mais pautados na produção brasileira ou latino-americana, com destaque para a Escola de CEPAL e a teoria da dependência. Essa europeização coincidiu com sua ida a Paris, e é interessante notar as diferenças entre essa visão e aquela que rege trabalhos da década anterior, como os clássicos *Crítica à razão dualista* e *Elegia para uma re(li)gião*. Nestes, o chamado fundo público já é analisado, mas ele não recebe este nome e, o mais importante, aparece inteiramente subordinado às leis da acumulação

capitalista. Ali ele é indivisível: simplesmente se funde ao valor ou é por ele aprisionado. É exemplar, neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo no Nordeste, garantido por incentivos fiscais que encontraram na SUDENE um veículo de transmissão. Na análise daquela experiência já seria possível realizar uma reflexão sobre o fundo público, mas ela não ocorre.¹⁹ Apesar de conter muitos traços originais, os textos clássicos de Francisco de Oliveira se alinham mais à teoria do capitalismo monopolista de Estado, criticada por ele nos anos 1980.

Essa mudança de perspectivas também pode ser analisada à luz das transformações que a sociedade brasileira atravessou no espaço de uma década, sobretudo o ressurgimento de alternativas políticas antes reprimidas pelo regime autoritário. Isso porque a apresentação do fundo público da forma como ela aparece nos trabalhos dos anos 1980, cindida em valor e antivalor, contém em si a aposta numa disputa que deve ser encabeçada pelas forças populares. O salto da teoria para a ação política é inevitável. Pois se o Estado possui essa capacidade de regulação sobre o mercado e a sociedade, garantida pelo controle que detém sobre um volume financeiro considerável, este pode e deve ser reivindicado para o lado social, em detrimento do econômico. Daí o absurdo que seria, para Oliveira, voltar as costas para o Estado. Ou seja: a luta pela democratização no Brasil deveria se espelhar na experiência da esquerda em países nos quais a ação organizada dos trabalhadores levou à construção do *Welfare State*. E não se tratava de começar do zero: apesar de afirmar que no país predominava, historicamente, um Estado de mal-estar, o autor acreditava que as grandes questões que pautavam o debate econômico brasileiro também tinham raiz no modo de produção social-democrata. Perguntado se este existia no Brasil, ele respondeu:

Eu acho que sim, que vivemos num estado social-democrata fraco. E, voltando um pouco à teoria da dependência, num modo social-democrata de dependência. O social democrata, ao meu modo de ver, abrangeu todo o sistema capitalista. Dentro dele há gradações, como é possível dizer que dentro do sistema capitalista também havia gradações; portanto eu acho que participa da mesma lógica. Se tomarmos a discussão contemporânea no Brasil, veremos que o acento está em problemas como o déficit público, o tamanho do Estado, interferência do Estado; enfim, na regulamentação. Esses são todos aspectos do modo social-democrata.²⁰

¹⁹ Apenas no artigo “A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste” (1990) é que aparecem articulados os debates sobre a experiência da SUDENE e o conceito de fundo público.

²⁰ Entrevista em *Revista Plural*, São Paulo, nº1, 1º semestre de 1994, p. 156.

Se este era o caso, era necessário e aparentemente viável, também no Brasil, politizar a economia, ainda que esta se distanciasse cada vez mais das esferas de decisão política. O otimismo de Francisco de Oliveira diante dos possíveis resultados dessa disputa do fundo público não era pequeno. No final do artigo “O surgimento do antivalor” ele afirmava que o Estado providência, acompanhado pela valorização do espaço público e da política, era “a porta do socialismo” (1988b, p. 28).

Porém o otimismo mais imediato dessa abordagem, inspirado pela conjuntura nacional, escondia um pessimismo difícil de captar, ligado a transformações políticas e econômicas internacionais, também presentes em seus trabalhos. A virada do autor no sentido da valorização da social-democracia representou uma tentativa de encontrar novos referenciais teóricos e políticos, num contexto em que as categorias tradicionais do pensamento da esquerda internacional e brasileira eram amplamente questionadas, até mesmo pela auto-intitulada “nova esquerda”. De um lado o Estado nacional, que serviu de base para pensar qualquer projeto político em cada canto do planeta ao longo do século XX, perdia sua importância. Ao menos era o que alardeava o discurso neoliberal, cada vez mais forte. De outro, a estrutura de classes em sua forma clássica e simplificada, pautada na oposição entre burgueses e proletários, ganhara em complexidade, sobretudo com o crescimento das classes médias, ao passo que a indústria tradicional perdia o posto de coração da acumulação capitalista. Se tirarmos essas categorias, em torno das quais girava a maioria dos trabalhos clássicos sobre a economia brasileira elaborada ao longo do século XX, resta muito pouco em que se apoiar.

Entre todas as crises era sem dúvida a do Estado-nação a que mais preocupava Oliveira. Num texto dedicado à formação do PT, que será discutido em outro momento, o sociólogo tratou da perda da referência no Estado:

O estatismo como meio de chegar-se ao socialismo ficou a meio caminho, mas é certo que durante muito tempo – e no Brasil essa idolatria do Estado foi na verdade a viga mestra das proposições do PC brasileiro e de toda a esquerda – a estatização era uma espécie de programa anticapitalista: o fato de essa estatização ter ocorrido, em graus variados, retirou do projeto socialista um dos seus pilares táticos, restando a socialização completa dos meios de produção como uma espécie de objetivo estratégico que não dispõe de passos táticos para cumprir-se. Ser estatizante não é mais suficiente para ninguém definir-se como socialista, nem muito menos para um projeto político amplo (OLIVEIRA, 1986, p. 37).

Para Francisco de Oliveira, o estudo da social-democracia e a valorização de suas conquistas era uma espécie de refúgio, num esforço para escapar de um deserto político e teórico que surgiria da certeza de que o capitalismo avançava para formas cada vez mais autônomas em relação à política,²¹ ao passo que o maior projeto da esquerda durante o século XX, a experiência soviética, fracassava. A social-democracia mostrava-se como uma alternativa não ideal, mas ao menos localizada dentro da tradição da esquerda. E a conjuntura política brasileira parecia abrir uma brecha para que aqui ela avançasse, ainda que esse movimento ocorresse contra uma forte onda liberal.

Essa combinação entre um aparente otimismo e um pessimismo essencial, que dá o tom das reflexões de Oliveira sobre a história e as promessas de social-democracia, é semelhante ao sentimento que guia os trabalhos de Adam Przeworski e Jürgen Habermas, duas referências para sua reflexão. O primeiro – cientista político polonês, radicado em Chicago – dedicou seu livro mais conhecido, *Capitalismo e social-democracia* (1991), à polêmica trajetória política do movimento social-democrata desde sua origem, no final do século XIX, até a conquista do Estado em várias nações europeias. Seu estudo revisita alguns dos desafios encontrados neste caminho e os complicados debates teóricos que eles provocaram, dando destaque à forma como os partidos da social-democracia lidaram com as imprevisíveis mudanças na estrutura de classes capitalista. Afinal a hipótese da crescente proletarianização da sociedade, inspirada na obra de Marx, não se concretizou:

Assim, dada a condição de minoria dos operários dentro da estrutura de classes das sociedades capitalistas, a decisão de participar em eleições altera a própria lógica do problema da transformação revolucionária. O sistema democrático pregou uma peça perversa às intenções dos socialistas: a emancipação da classe operária não poderia ser tarefa dos próprios operários se tivesse de ser alcançada por intermédio de eleições. Restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao socialismo procurando apoio eleitoral fora do operariado (PRZEWORSKI, 1991, p. 39).

Essa constatação levou a maioria dos partidos socialistas e social-democratas europeus a buscar uma ampliação de suas bases eleitorais: além dos trabalhadores em seu sentido tradicional, setores da pequena burguesia e dos pequenos camponeses, estudantes,

²¹ Àquela altura, porém, esse quadro não era tão claro. Francisco de Oliveira parecia dividido entre o pessimismo gerado pela mundialização e a financeirização do capitalismo, que minava o alcance do Estado-nação, e o otimismo proporcionado pelo poder de regulação encontrado na social-democracia europeia e pelas lutas pela redemocratização no Brasil. Com o passar dos anos e o avanço da crise do Estado providência, aquela visão pessimista se impôs.

donas-de-casa. Parcelas da população que, quando somadas, representariam a ampla maioria necessária à conquista do poder político. De representantes dos trabalhadores, os partidos se converteram em expressões de uma vaga vontade popular e de um também indefinido interesse nacional. Transformaram-se ou pretenderam se transformar em partidos de massa. Essa mudança refletiu-se em seus programas políticos, que passaram a contemplar reformas, de alcance geral, e a apontar para a necessidade de nacionalização ou socialização de indústrias, embora carecesse de uma estratégia clara de como garantir a execução desse ponto. À social-democracia faltava ainda um programa exequível que justificasse sua participação no governo. Para Przeworski esse impasse foi resolvido graças à chamada “revolução keynesiana”,²² que redefiniu o papel do Estado nas sociedades capitalistas:

De vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises, a fim de manter o pleno emprego. [...] o Keynesianismo era não só uma teoria que justificava a participação socialista no governo, mas – mais afortunadamente, do ponto de vista dos social-democratas – era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores. Anteriormente, todas as demandas por aumento do consumo eram consideradas contrárias aos interesses nacionais: salários mais elevados implicavam menores lucros e, portanto, redução das oportunidades de investimentos e desenvolvimento futuros. A única resposta concebível para a crise consistia em cortar os custos de produção, ou seja, os salários. Essa ainda era a visão do Partido Trabalhista em 1929. Porém, na lógica da teoria de Keynes, salários mais altos, especialmente se o fundo de salários fosse aumentado pelo emprego crescente em vez de pela taxa de salários (que não se elevou na Suécia até 1936), ocasionavam um aumento na demanda agregada, o que implicava expectativa de lucro crescente, maior investimento e, com isso, estímulo à economia. [...] A defesa corporativista dos interesses do operariado, política que os social-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao “povo” agora encontravam justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica (PRZEWORSKI, 1991, p. 53-54).

A social-democracia suspendeu o projeto de nacionalização e concentrou seus esforços na regulação do capitalismo. Acreditava-se que a posse dos meios de produção era desnecessária se fosse possível manter um controle sobre eles. O Estado passou a atuar em setores econômicos estratégicos e/ou deficitários e a amenizar os problemas de distribuição de renda que surgem da própria evolução do capitalismo. Para Przeworski, essa postura produziu um novo impasse para os social-democratas: eles deveriam alimentar a

²² Francisco de Oliveira também aborda o keynesianismo nesses termos. Para o sociólogo, a separação entre a racionalidade do Estado e a do mercado é “o núcleo da proposição keynesiana, que a tornou revolucionária” (OLIVEIRA, 1993b, p. 138).

acumulação capitalista ao mesmo tempo em que contra-atacavam seus efeitos colaterais. Mais além: para ter o que distribuir, era necessário produzir, o que sem a nacionalização dos meios de produção gerava uma complexa interdependência entre o Estado e os lucros privados. Os social-democratas se tornaram de certa forma sócios do capitalismo, e qualquer ruptura socialista era impossível a partir daquele cenário. O processo descrito por Przeworski é o dessa metamorfose, consolidada ao longo do século XX: de portadores de uma utopia revolucionária, os partidos da social-democracia se converteram em administradores do sistema capitalista.

O mesmo caminho foi redesenhado por Habermas no artigo “A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas”, publicado na revista *Novos Estudos*, em 1987, e citado várias vezes por Francisco de Oliveira. Também apoiado sobre uma análise da perda da centralidade do trabalho, o filósofo alemão concentra-se ao longo do texto em demonstrar como a promessa de uma evolução constante e progressiva da sociedade, elemento fundamental do discurso moderno, perdeu hoje o sentido. Para ele, o fim da sociedade do trabalho teria derrotado as utopias, agora convertidas numa tentativa de administrar o capitalismo e reduzir seus danos sociais. O Estado de bem-estar seria a materialização dessa metamorfose à qual se submeteu a maioria da esquerda. Porém, assim como Przeworski, Habermas ainda defendia o modelo social-democrata como uma forma mais avançada de organização social do que aquela preconizada pelo discurso liberal, especialmente em nações periféricas:

Sobretudo os países ainda atrasados no desenvolvimento do Estado social não têm nenhuma razão plausível para desviarem-se desse caminho. É justamente a falta de alternativas, talvez mesmo a irreversibilidade dessas estruturas de compromisso (pelas quais se continua a lutar), que nos põe diante do seguinte dilema: o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado social nem coexistir com sua expansão contínua. As reações mais ou menos desorientadas a este dilema indicam que o potencial de sugestão política da utopia de uma sociedade do trabalho está esgotado (HABERMAS, 1987, p. 109).

Francisco de Oliveira compartilhava a mesma preocupação de Przeworski e Habermas. Ciente das mudanças estruturais do capitalismo e de acordo com o esgotamento das energias utópicas, o sociólogo não enxergava nenhuma alternativa plausível mais à esquerda para o Brasil do que Estado de bem-estar. Ele estava convencido de que a sobrevivência da democracia por aqui dependia de algum grau de compromisso entre as

classes, do reconhecimento do conflito e da existência de “antagonismos convergentes” entre capitalistas e trabalhadores. Sem esse acordo, mediado pela ação estatal, os esforços pela redemocratização poderiam ser em vão. A maior pedra no caminho deste projeto era justamente a crise do Estado e a contestação daquela sua racionalidade excepcional, a partir da qual se justificava sua capacidade de regulação do capitalismo. A vitória do neoliberalismo sobre o nacional-desenvolvimentismo, consolidada no início da década de 1990, transformaria aquela pedra num obstáculo intransponível. O sentimento de impotência diante daquela derrota passaria a dar o tom dos trabalhos de Francisco de Oliveira. Ele reconheceria mais tarde que nas condições periféricas do capitalismo à brasileira, a defesa de algo próximo à social-democracia já era uma utopia.

No debate sobre o “modo de produção social-democrata” o sociólogo havia reencontrado e reativado o keynesianismo, um velho conhecido dos tempos dos cursos da CEPAL e da atuação na SUDENE. Desse contato surgiu uma nova aposta na ação planejada do Estado e em sua atuação como regulador do capitalismo, porém sem ingenuidade. Afinal, o contexto era outro: ao longo da década de 1980, a crise do paradigma keynesiano e o colapso da experiência soviética colocaram em questão a ideia de que um Estado forte e centralizador era algo inexorável ao desenvolvimento econômico e social (KECK, 1991, p. 281). Ora, esse fenômeno afetava um dos pilares centrais do pensamento de Francisco de Oliveira.²³ Embora o autor fosse um crítico do estatismo “ingênuo”, característico da esquerda comunista no pré-1964, ele sempre destacou o papel decisivo do Estado na história social e econômica do Brasil. Em seus trabalhos sobre a social-democracia a perspectiva foi mantida, embora a chave tenha mudado: ele não pensava mais a partir da ideia do capitalismo monopolista de Estado, mas apoiado em categorias da Teoria da Regulação. Seja como for, o deslocamento do Estado da condição de eixo articulador da economia e da sociedade no país, provocado pelo avanço do neoliberalismo, levaria a uma inevitável crise nas categorias fundamentais de seu pensamento. E não só: no Brasil e na América Latina como um todo, num sentido um tanto diferente da Europa, o estatismo era algo que extrapolava o âmbito das esquerdas: ele era

²³ Sobre o colapso do keynesianismo, Oliveira afirmou: “A internacionalização da economia à escala mundial destruiu o padrão regulador anterior, e com ele a capacidade teórica do keynesianismo, fazendo emergir o caos teórico atual, em que aparentemente domina o monetarismo; a rigor não há padrão teórico dominante, mas uma utilização *ad hoc* de pressupostos teóricos tanto do keynesianismo quanto do monetarismo. Trata-se de um pragmatismo órfão de teoria (OLIVEIRA, 1985c, p. 4).

um fator importante na definição da nação (KECK, 1991, p. 282), como demonstram as histórias dos desenvolvimentismos e populismos. Ao final da década de 1980, portanto, essa crise tinha um alcance muito maior. Voltaremos ao tema no final deste capítulo.

A discussão sobre a social-democracia aparecia colada a uma reflexão sobre as mudanças na estrutura de classes do capitalismo, também presente nos trabalhos de Przeworski, Habermas e Offe. No caso de Oliveira, tratava-se de apreender a forma como essa redefinição ocorreu na sociedade brasileira. O livro *O elo perdido*, dedicado à história da formação da classe operária na Bahia, persegue esse objetivo e revela que o clima europeu estimulou uma mudança na forma como Francisco de Oliveira via as classes sociais sem, no entanto, compartilhar a visão otimista que outros intelectuais brasileiros apresentavam em relação à autonomia e à capacidade de organização das classes trabalhadoras. Essa posição particular pode ser encontrada em diversos trabalhos publicados durante a década de 1980, mas é em *O elo perdido* que Oliveira realiza uma discussão mais profunda sobre o tema, num esforço teórico e analítico marcado pelo contato com a social-democracia europeia. A revisão da história dos trabalhadores baianos serve ao objetivo de encontrar as raízes de uma estrutura contemporânea que lhe parecia marcada pela indeterminação, sobretudo quando comparada ao padrão europeu. O caso baiano serve ainda como modelo, pois exagera características que o autor enxergava na estrutura de classes de todo o país. Por esse motivo o livro merece uma análise mais detalhada.

Na introdução ao texto, dedicada ao método de estudo, seu ator afirma que, conforme o capitalismo avança, ele se torna mais transparente, porém a estrutura de classes, num movimento inverso, torna-se mais complexa e opaca. Essa característica lança novos desafios para as Ciências Sociais contemporâneas, que devem buscar outras formas de olhar as classes. Para Oliveira, essa mudança poderia ser inspirada pela leitura de trabalhos de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, pois ambos abordaram a questão das classes sociais sem cair num determinismo econômico, ou seja, sem as reduzir a reflexos da infraestrutura. Além de revelar aí uma abertura para novas perspectivas, Oliveira se mostra mais próximo da sociologia e atento a algumas exigências do meio acadêmico. Seu texto conserva a forma ensaística, mas apresenta uma preocupação maior com a apresentação de fundamentos teóricos e referências bibliográficas. O pressuposto que guia o texto, inspirado

no capítulo XXIII d'*O Capital*, de Marx, é de que as classes se constituem para as outras, em referência às outras. Por isso a consciência de classe não pode se originar senão da relação entre as classes, isto é, na política.

Superada a exposição dos fundamentos teóricos, o texto avança no primeiro capítulo para uma apresentação da história econômica e social da Bahia. Oliveira retorna ao período colonial, quando vigoravam o ciclo da cana-de-açúcar e a mão-de-obra escrava. Pautado no argumento de que as classes constroem sua consciência de forma relacional, o autor conclui que aquela estrutura impedia a formação de uma identidade de classe. O escravo era um "não-outro", o que configurava uma negação sem negatividade. Mais tarde, o declínio do ciclo do açúcar foi acompanhado pelo crescimento de novas atividades na Bahia, como a pecuária no sertão e a mineração, mais ao sul, sob a influência de Minas Gerais. Em seguida, sob o impulso do ainda grande excedente da produção açucareira, surgiram as produções de tabaco e de algodão, esta no Recôncavo, e a indústria têxtil. Mas a mão-de-obra dessas atividades ainda era em sua maioria escrava. Apenas começava a surgir um grupo de assalariados, o que não impediu que ao longo do século XIX o setor industrial baiano se desenvolvesse e até o capital financeiro se estruturasse, nas formas do Banco da Bahia e de uma companhia de seguros, frutos do excedente do setor agroexportador. A cidade de Salvador também experimentou um forte crescimento naquele século. Esse quadro ascendente se quebrou com o avanço da concorrência do açúcar das Antilhas e da produção do café do centro-sul do Brasil que, a partir da segunda metade do século XIX, passou a ser a principal atividade econômica do país. O plantio do cacau, no sul do estado, não reverteu o declínio da economia agroexportadora. O fato do escoamento da produção se concentrar no porto do Rio de Janeiro, sem relação com a burguesia comercial e financeira de Salvador, acirrava o conflito entre esse setor e os latifundiários do sul.

Para Oliveira essa história econômica e social moldou a realidade baiana da primeira metade do século XX: um estado em que o capital financeiro, que mantinha ainda o controle sobre o excedente agrícola, já predominava sobre o capital industrial. Enquanto este era investido em indústrias declinantes de tecido e tabaco aquele, por sua vez, girava no centro-sul, onde avançava de fato a industrialização. A estrutura de classes da Bahia se apresentava, portanto, como dois polos opostos: a oligarquia agrária e financeira, de um lado, e, de outro, uma vasta população pobre, em sua maioria descendente de ex-escravos,

que não encontrava um mercado de trabalho estruturado. O resultado, para Oliveira, era o não reconhecimento do conflito e uma falta de oposição entre as classes, necessária para que construíssem suas identidades. Essa indeterminação era temperada por uma relação próxima e ilusoriamente “adocicada” entre a oligarquia e os pobres, que lhe prestavam serviços.

A re-presentação como momento mediador da re-produção social esbarra nesse “mal encontro”, para dizer parafraseando La Boétie (*apud* Clastres, *Arqueologia da Violência*, São Paulo, Brasiliense, 1982). Uma re-produção que se faz sem necessidade de re-presentar: síntese de uma divisão social do trabalho abortada, resultando dela uma sociedade onde a maior parte dos dominados *na cidade* do Salvador são, rigorosamente, não-explorados: vivem às custas dos banquetes da oligarquia, que por sua vez se alimenta do excedente produzido no cacau, no tabaco. Circulação do excedente de uma espoliação. Onde estão os interesses dos dominados? Não estão certamente na objetividade de uma convergência *antagônica* de interesses, o capital se re-produzindo pela exploração, pela extração de mais-valia, absoluta ou relativa. A aparência é de harmonia (1987a, p. 37-38).

A identidade, não sendo de classe, era baseada numa espécie de unidade mítica da Bahia. Ela contemplava e reunia dominantes e dominados, os quais se opunham à “severidade” da nação sob o signo da baianidade. Foi numa sociedade marcada por esta estrutura de classes débil que se instalou a Petrobrás, em 1953, história recontada no segundo capítulo do livro. A fundação da estatal buscava suprir a carência de petróleo no processo de industrialização brasileiro. Iniciativa do governo federal, ela surgiu em meio à concentração política e econômica promovida desde a chegada de Vargas à presidência, em 1930. A exploração de petróleo começou na bacia sedimentar do Recôncavo baiano, o que instalou toda uma estrutura econômica nova e alheia às atividades até então desenvolvidas na região. O grande volume de investimentos da estatal transformou a economia da Bahia num curto período de tempo. Especialmente do Recôncavo e de Salvador. As mudanças seriam ainda impulsionadas pela SUDENE, cujos incentivos fiscais favoreceram a instalação das indústrias petroquímica e siderúrgica na Bahia. O estado beneficiava-se de sua proximidade com o Sudeste, de onde partia boa parte do investimento, e a região metropolitana de Salvador concentrava uma ampla parcela desse desenvolvimento. As atividades rurais praticamente desapareceram de seu interior, substituídas pelas indústrias e os serviços. Essa expansão atraiu a população de outras regiões baianas ou de outros estados do Nordeste para Salvador, que cresceu rapidamente, assim como a mão-de-obra disponível, que avançou num nível maior do que a oferta de empregos. Um efeito dessa

disparidade foi o baixo custo do trabalho, sempre próximo e muitas vezes abaixo do salário mínimo. Este cenário levou à concentração de renda.

Com o passar dos anos a Petrobrás transformaria a estrutura de classes na Bahia. A criação de empregos diretos não foi tão significativa, mas as atividades derivadas da extração do petróleo experimentaram um crescimento importante a partir dos anos 1950. Para Oliveira, os trabalhadores vinculados à estatal gozavam de uma situação privilegiada diante da massa de assalariados do estado, aí incluídos os informais e os ligados a setores mais atrasados da indústria. Na Petrobrás o quadro de funcionários desfrutava de estabilidade e benefícios que simulavam uma espécie de estado de bem-estar interno à empresa, para o qual contribuía o sindicato tutelado e corporativista, sobretudo no pré-1964, no auge do nacionalismo desenvolvimentista (1987a, p. 62-69). Após o golpe, porém, a representação política e sindical baseada na estatal entrou em colapso. O conflito entre trabalhadores e a empresa, antes oculto sob o nacionalismo, revelou-se, mas a categoria carecia de uma representação que abarcasse a nova situação. Para Oliveira, a intervenção estatal – sob a lógica nacionalista – contribuiu para ofuscar ou barrar o momento da identidade, quando os trabalhadores da empresa se reconheceriam como tal em oposição aos seus patrões. “Para além do fetiche da mercadoria, o problema que se coloca é o do fetiche do Estado” (1987a, p. 71-72).

A criação da Petrobrás também impôs mudanças à burguesia baiana, influenciada pelo casamento do nacionalismo, liderado pela estatal, com o regionalismo nordestino, nos moldes da agenda da SUDENE. Essas duas ideologias obscureceram e unificaram os interesses das classes sociais na Bahia, o que atualizou, segundo Oliveira, o fenômeno da “negatividade sem negação”. Assim, as novas burguesias do estado tinham seus interesses econômicos e políticos vinculados ao Centro-Sul, e os representantes eleitos seguiam sendo aqueles nascidos no seio da velha oligarquia agrária e financeira. Mas, em última instância, sobretudo após o golpe de 1964, os interesses das burguesias locais convergiam sob a tutela do Estado, cujo investimento manteve-se como um fator fundamental para a reprodução do capital na Bahia.

Outro dado que para Oliveira travou o processo de constituição da classe trabalhadora na Bahia foi o grande volume de pessoas vinculadas ao setor chamado “informal” da

economia. Um fenômeno também descrito em *Crítica à razão dualista*: a industrialização brasileira, sobretudo a partir da década de 1950, avançou sobre uma base frágil ou em certos casos inexistente de serviços, o que impulsionou um crescimento acelerado e desproporcional do setor terciário. Para o autor, os trabalhadores do “informal” – assalariados subalternos, autônomos, etc. – carecem de representação política e de identidade de classe, ainda que reconheçam a precariedade de seus lugares na estrutura produtiva. Na estrutura de classes de Salvador também ocorreu uma expansão das chamadas classes médias em meio ao processo de industrialização. Este fenômeno é creditado por Oliveira à presença de gerentes de um capital que é externo, vindo do centro-sul ou de fora do país, que não mostra sua face burguesa. Os administradores ocupam esse espaço intermediário e se somam às classes médias, também fortalecidas pela crescente centralização e burocratização do Estado, cujos servidores são co-responsáveis pela ampliação dos setores médios da sociedade. A combinação da ausência de identidade entre as classes fundamentais – burguesia e trabalhadores – e o inchaço da classe média favorece uma super-representação desta última na política.

Para decifrar a especificidade da estrutura de classes na Bahia é necessário relacionar a história do tempo colonial com o período mais recente, quando o “nacional” entrou em campo. Para Oliveira, o processo de integração da economia do estado ao conjunto do sistema, tal qual aconteceu com outras regiões do país, foi um fator determinante sobre a configuração das relações sociais na Bahia do final do século XX. O mito da baianidade tem relação com essa integração: ele nasceu da comparação forçada a que a Bahia se submeteu com Rio de Janeiro e São Paulo, bem como do encontro entre imigrantes baianos e estrangeiros nas grandes cidades do centro-sul. Desse contato nasceu o estigma de um povo doce e pacífico, mas que não trabalha. Características mais tarde valorizadas pela classe média baiana e reforçadas pela indústria do turismo, a mais importante do estado. A questão negra também foi influenciada por essa história, pois o mito contribuiu para mascarar o racismo ou até mesmo para a negação da existência do negro, substituído pela figura do mulato ou da cor preta pela parda nos censos.

Além dos aspectos sociais e culturais, a forma da industrialização no Nordeste e na Bahia, em especial, também imprime sua marca na política regional: à super-representação

das classes médias locais soma-se o fato de que as grandes decisões políticas são tomadas fora dali, nos centros de representação nacionais, esses também esvaziados:

Produce-se, assim, uma espécie de “despolitização” da economia e de “desregionalização” da política. Isto é, as questões econômicas não passam pela mediação da política de instância local, e a representação política se desloca de lugar e de instância. As instituições do Estado a níveis estadual e municipal não são senão meros administradores de decisões que estão acima, e sobretudo é ao nível dos poderes executivos que se dá a re-representação, desbordando assim os quadros e as instituições representativas clássicas (OLIVEIRA, 1987a, p. 124-125).

Neste trecho é nítida a preocupação do autor com a forma como uma determinada estrutura econômica e social se projeta na política, e a impressão sobre o caso baiano é muito semelhante àquela que o autor terá sobre a realidade brasileira no final da década de 1990. Em meio às preocupações com o sentido da democratização no Brasil, Oliveira reconhecia os riscos de a administração da crise levar a uma institucionalidade vazia, dotada de uma representação artificial. De fato, para o autor, os grandes partidos nacionais que surgiram em meio à redemocratização eram mais expressões de opinião pública do que representações de classe, orgânicas. Não existia, segundo Oliveira, nenhuma organização que correspondesse em peso e representatividade aos partidos conservadores ou social-democratas da Europa. Esse descolamento entre a base real e a representação política seria ainda mais grave no Nordeste e em Salvador, pelos motivos assinalados acima. Na Bahia:

[...] tanto o operariado parece não ser produzido pelo processo de exploração do trabalho quanto as burguesias parecem ser paridas do ventre do Estado. As outras classes trabalhadoras, formas da reserva da força de trabalho e também formas de sua sustentação parcial, parecem “autônomas”, figuras sem negação (1987a, p. 129).

O livro segue um roteiro que parte da história da sociedade colonial e de suas divisões mais elementares – o branco e o negro, o senhor e o escravo – para chegar ao período pós-colonial, quando essa estrutura anterior se submete ao “interesse nacional” e às exigências da acumulação capitalista. Da história o autor avança para o campo das representações de classe e, por fim, às ideias ou símbolos que persistem na sociedade baiana e que contribuem para moldá-la. Uma questão que preocupa Oliveira e que parece ter servido de inspiração para o ensaio é a impossibilidade da representação política na Bahia – e, de modo semelhante, no Brasil – tornar-se real, no sentido de encontrar um elo verdadeiro com a estrutura social. O autor estranha a política brasileira, sobretudo quando a compara à

política europeia, e tenta encontrar as causas históricas e estruturais que impedem o surgimento de um partido de base classista no Brasil.

Em *O elo perdido* e outros trabalhos da década de 1980 dedicados à estrutura de classes, nota-se que Francisco de Oliveira não ignorou o clima do período, que cobrava maior atenção para questões próprias dos trabalhadores, suas formas de representação e suas relações com o Estado e as outras classes da sociedade. A busca de novas referências – em Gramsci e Bourdieu, por exemplo – são provas de que o aparato conceitual ao qual ele recorria até então já não dava conta daquela nova realidade. Porém, apesar dos esforços, esse movimento de Oliveira em busca de um olhar diferenciado encontrou fortes barreiras. Para ele não era possível imaginar que as transformações desejadas para a sociedade brasileira – e compartilhadas pelos “novos atores” – poderiam ocorrer sem a mediação de um Estado bem presente. Logo, enquanto uma nova geração de intelectuais não titubeava ao apostar na sociedade civil como a depositária das energias necessárias para a mudança, Oliveira recorria ao exemplo da social-democracia para se agarrar à ideia de que o Estado brasileiro, apesar das marcas históricas de autoritarismo, era ainda um elemento indispensável a qualquer projeto nacional de curto ou longo prazo. Quanto às classes sociais e aos trabalhadores, em especial, a leitura do sociólogo permanece marcada por um olhar negativo, típico de trabalhos das décadas de 1950-70, mas estranho em meio ao entusiasmo pelo novo que marcou os anos 1980. A classe trabalhadora, para Oliveira, ainda era definida pela ausência de identidade e pela carência de representação política. A pesquisa sobre a Bahia resume tal diagnóstico, mais tarde ampliado para todo o país. Por lá foi a ação do Estado, através da Petrobrás, que permitiu o surgimento de uma estrutura de classes mais bem definida, porém ainda truncada. Se a definição negativa da classe não estava mais apoiada em referenciais marxistas mais ortodoxos, ela se pautava, então, na comparação com a história da social-democracia europeia.

Outra questão importante debatida em *O elo perdido* é a hipótese de que as classes médias baianas e brasileiras, em geral, seriam super-representadas na política nacional. Esse assunto foi desenvolvido no artigo “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática”, na qual Francisco de Oliveira aborda o desafio de tentar definir e classificar as classes médias, algo que “tem sido, no campo das Ciências Sociais, quase um Waterloo, onde os mais brilhantes estrategistas teóricos e seus paradigmas encontram seus limites tão

logo pensam ter achado a solução” (1988a, p. 282). As diversas formas das classes médias seriam as mil serpentes que já não cabem na cabeça da Medusa e, no caso da sociedade brasileira, entender o lugar delas na estrutura de classes era um procedimento fundamental ao processo de consolidação democrática.

Francisco de Oliveira analisa as classes médias a partir do marxismo, do qual tira o pressuposto de que o valor é “o estruturador da sociabilidade, portanto *produtor* também das classes sociais”. Apesar de beber nessa tradição, o autor reconhece que ela tem dificuldades para lidar com esse tema. No marxismo clássico, as classes médias eram uma espécie de corpo estranho, surgida de atividades não produtivas ligadas à acumulação, como a circulação e a distribuição das mercadorias, e fadada a desaparecer conforme avançasse o processo de pauperização que empurraria seus membros para a classe operária. Outros autores que tentaram decifrar o enigma das classes médias, como Harry Braverman, também teriam caído na armadilha de defini-las como “transitórias”: as formas de trabalho especializado às quais elas se dedicam se tornariam abstratas com o avanço tecnológico e desapareceriam, levando, também, à proletarização.

A chave para pensar as classes médias, segundo Oliveira, estava na categoria de fundo público, a mesma que fundamenta seu estudo sobre a social-democracia e o antivalor. Numa nota de rodapé o autor apresentava os dois polos, do capital e do social, que exigem o financiamento do fundo público:

A saúde ou os cuidados médicos, a educação, as políticas de bem-estar, de seguro-desemprego, de lazer, os transportes públicos, e uma vasta gama de gastos sociais do Estado ou coordenados pelo Estado, são exemplos das anti-mercadorias sociais; na ponta perversa, os subsídios ao capital sob todas as formas, os gastos armamentistas, a sustentação da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, o uso da dívida interna como sustentação da rentabilidade das empresas, são exemplos do financiamento da acumulação de capital (1988a, p. 294).

A necessidade do fundo público na reprodução capitalista teria surgido da própria incapacidade do mercado de se auto-regular, evidente após a Grande Depressão. “Há uma espécie de ‘implosão’ da lei do valor na economia capitalista contemporânea”, à qual se segue a necessária emergência do Estado como regulador, o que redefiniu a medida. Esta passou a ser política: no modelo social-democrata se consolidou a “regulação política da economia” (1988a, p. 284). As classes médias situadas na estrutura estatal se transformaram em administradores dessa nova medida:

O enriquecimento da divisão social do trabalho, a ampliação dos fatores geradores de *faux frais*, a substituição do trabalho abstrato pelos trabalhos concretos dos especialistas, e finalmente a emergência dos *administradores da medida*, resultou num explosivo crescimento quantitativo das classes médias. Este crescimento conferiu-lhes uma centralidade social inusitada, isto é, as aspirações coletivas têm por padrão “ser” classe média, o que já havia sido notado pela literatura sociológica norte-americana do *status* na sociedade de massas contemporânea (1988a, p. 285).

Embora não seja a regra, em muitos casos essa centralidade social dos setores médios se converte em preponderância política. Isso ocorre em conjunturas nas quais as outras classes, por motivos diversos, não ocupam o espaço da mediação política, sendo substituídas pelas classes médias, que praticam uma espécie de “ventriloquismo”. Na função de administradores da medida, as classes médias são as responsáveis por traduzir e articular demandas particulares de acesso a parcelas do fundo público – do capital, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, etc.. Sua atividade extrapola, portanto, o sentido burocrático que assumia em definições clássicas. Para Oliveira essa discussão seria bastante adequada ao Brasil, onde a ditadura favoreceu a ascensão das classes médias a essa condição de administradores da medida:

As classes médias experimentam, entre nós, um crescimento exponencial; são fundamentais para o modelo econômico; têm importância crescente nas estruturas oligopolizadas das empresas estatais e privadas; na administração dos processos gerais e particulares da regulação capitalista. Sua metamorfose de centro social para centro político começa exatamente num período de exceção, durante o autoritarismo, em que a tendência estrutural de *administração da medida* se inscreve num quadro de intermediação sem mediações. E é esta a diferença crucial que se sobrepõe à tendência estrutural da administração da medida (1988a, p. 287).

Para Oliveira, as decisões sobre grandes temas sociais passam pelo crivo das classes médias: o destino das universidades públicas é influenciado pelas pressões das associações de docentes e funcionários; questões antes controladas pela Igreja, como aborto, uso de contraceptivos, esterilização, etc., passam a ser dominadas por médicos, geneticistas, demógrafos, sociólogos; políticas indigenistas são influenciadas pelo debate antropológico. Porém o exemplo mais importante talvez seja a política econômica, que passou a ser definida a partir de correntes de pensamento cultivadas em escolas de economia. O Plano Cruzado, por exemplo, era sustentado por representantes da economia da UNICAMP.

Oliveira cita ainda o fato de que intelectuais formavam “50% do total de deputados e senadores eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte em 1986”.²⁴ No Brasil,

A conversão de centralidade social para centralidade política das classes médias e de seu núcleo central, dá-se no autoritarismo. Na intermediação sem mediações de um Estado de exceção, a expressão das classes médias sobrelevou-se em relação às demais; de um lado, porque a expansão da economia criava-lhes as funções; de outro, porque no autoritarismo a intimidade entre Estado e economia se aprofundou – mesmo que a ideologia proclamada do regime fosse anti-estatizante – conduzindo a uma regulação política com eliminação da esfera pública; e este é o ponto crucial na emergência das classes médias e de seu núcleo central não apenas como administradora da medida, mas como centro político. A esfera pública como espaço da formação do consenso político e publicização dos conflitos sociais e políticos é eliminada nos regimes de exceção, e portanto, embora materialmente as classes sociais não desapareçam – este milagre perverso nenhum Estado de exceção é capaz de fazer – elas desaparecem da política. Essa eliminação ou anulação da esfera pública leva a privilegiar a função da *intelligentsia* na articulação de interesses, naquilo que Habermas chamou “... tornar possível acordos entre elites dominantes”. E é claro também que a anulação da esfera pública se dá pela repressão política, sobretudo em relação à representação das classes dominadas. As classes médias e seu núcleo central apareceram, assim, como os quase-sujeitos da articulação ganhando, em solitário solilóquio com as classes e elites dominantes, uma “super-representação” na política (1988a, p. 289).

O fim do regime autoritário não eliminava sua herança. Na Nova República, representantes da burguesia logo reconquistariam postos representativos, ainda inacessíveis para boa parte dos trabalhadores. Sub-representados, estes teriam suas demandas “traduzidas” pelas classes médias, algo que contribuía para a conformação de uma “democracia oligárquica”. Nela, as necessidades de setores da população que não têm voz nem direitos são definidas através de programas sociais, algo que afasta o modelo brasileiro de qualquer experiência social-democrata. Aqui, reinaria uma espécie de anulação do conflito, através do não reconhecimento dos direitos de amplas parcelas da população. O objetivo dos programas sociais seria, portanto, administrar as carências, e não resolvê-las. Para Oliveira esse modelo só seria desconstruído caso outros sujeitos da política se perfilassem mais nitidamente no espaço público, algo que autor não enxergava no horizonte: “a vista já está cansada e dá pra ver só uma nebulosa” (1988a, p. 294).

Toda essa discussão a respeito da estrutura de classes está intimamente ligada àquelas reflexões sobre a social-democracia e a uma mudança fundamental que este tema provocou nos trabalhos de Oliveira. Em *Crítica à razão dualista*, a economia brasileira é apresentada

²⁴ Seria necessário discutir, neste caso, qual a definição de intelectual utilizada.

como uma estrutura rígida, resultado de um longo processo histórico, na qual eram contemplados e integrados o moderno e o atrasado, o urbano e o rural. Cada qual obedecia a seu modo às exigências da acumulação capitalista, à qual davam sua contribuição. Um modelo bastante duro que, combinado à conjuntura política, parecia conceder pouco ou nenhum espaço para transformações. Em 1972, quando o ensaio foi escrito, Oliveira acreditava que a manutenção daquele padrão de desenvolvimento abria apenas duas possibilidades, bem antagônicas, para o futuro do país: o *apartheid* ou a revolução social. Branco ou preto. A crise do regime autoritário e a agitação política do início da década de 1980 contribuíram para matizar seu diagnóstico, que aos poucos passou a apresentar alternativas, menos polarizadas. Oliveira passou a enxergar tons de cinza na conjuntura brasileira. Entre a extrema segregação social e o socialismo haveria um caminho intermediário, porém ainda inclinado à esquerda, inspirado nos sucessos da social-democracia em países do centro do capitalismo, especialmente da Europa ocidental. A redemocratização do país permitia uma pequena esperança nesse sentido, embora o movimento mais geral do capitalismo mundial exigia um pouco de cuidado. Essa tensão marcava a aposta teórica e se desdobrava sobre a linha de ação política imaginada por Oliveira, como fica visível em suas opiniões a respeito do Partido dos Trabalhadores, analisadas a seguir.

3.3. PT: entusiasmo e distanciamento crítico

A discussão a respeito das relações entre Francisco de Oliveira e o Partido dos Trabalhadores extrapolará os limites deste tópico. Nos próximos capítulos voltarei ao tema para analisar o processo de afastamento entre ambos, que culminou numa ruptura, em 2003. Aqui, porém, me concentro sobre o debate que envolveu a fundação do partido e a definição de sua identidade e hegemonia dentro da esquerda brasileira, ao longo da década de 1980, e as opiniões que o sociólogo expôs a esse respeito. Através dessa exposição será possível notar que o inegável entusiasmo de Oliveira com o PT não o impediu de manifestar algumas críticas a posições políticas adotadas pelo partido ou até mesmo à forma como este construía sua identidade. Suas opiniões muitas vezes revelavam

desdobramentos políticos das discussões que o autor realizava sobre o “modo de produção social-democrata” e a estrutura de classes brasileira, expostas acima.

Intelectuais de diferentes origens, idades e posições ideológicas tiveram grande peso na formação do PT. Para o historiador Lincoln Secco, eles devem ser considerados como uma das fontes que deram origem ao partido, para além do conhecido tripé formado pelo novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base e militantes da esquerda dissidente do PCB:

A discussão do modelo faz-se hoje necessária para entendermos melhor as minúcias daquele processo de formação do partido e resgatar o que ele teve de original ou não. Desdobrando aquele tripé, poderíamos dizer que o PT surgiu de pelo menos seis fontes diversas. A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos) (SECCO, 2012, p. 26-27).

Tais categorias não podem ser utilizadas de forma rígida. É possível encontrar intelectuais que eram próximos a cada um desses grupos específicos, e tais relações ajudaram a definir a forma como eles pensavam o partido e sua inserção na realidade brasileira. Havia muita divergência entre as forças políticas que lutavam pela democratização, porém aquela conjuntura favorecia a união. O PT não escapou dessa realidade, embora já representasse um esforço por uma melhor definição política das forças de esquerda por dentro e para além da Aliança Democrática. A posição de Francisco de Oliveira, por exemplo, não é redutível a nenhum dos setores identificados com a origem do Partido: ele estava no CEBRAP, centro de estudos frequentado por políticos emedebistas, mas contribuía para um jornal dominado por militantes trotskistas, como o *Movimento*, entre os quais estavam muitos ex-participantes da luta armada. Era, ainda, um intelectual formado no auge das esperanças desenvolvimentistas, no pré-1964, algo que, como vimos, teve enorme peso sobre sua trajetória. A tudo isso se somaria a grande mudança que ocorreu em sua forma de enxergar o capitalismo após o estágio de pesquisa realizado na França, entre 1982 e 1984. Esse conjunto de fatores influenciou sua visão sobre o recém-criado PT.

O partido representava uma grande novidade por várias razões. Entre elas estava a defesa de princípios democráticos em suas formas de organização internas. Para Keck

(1991, p. 272), este era um esforço inédito na política brasileira, reconhecidamente marcada pelo elitismo, o corporativismo e a conciliação. O PT, ao contrário, esforçava-se por dar voz às suas bases e permitia o conflito entre suas correntes internas, mas essa postura não era fácil de sustentar e produzia algumas contradições. Uma delas era a respeito da relação do partido com o movimento operário: passado o auge das mobilizações grevistas do final da década de 1970, parte da esquerda vinculada ao PT se convenceu de que não bastava apenas representar os trabalhadores. Era necessário, também, organizá-los:

[...] o fato de o partido ter aceitado abertamente desempenhar tal papel complicou-se pelo conceito de auto-organização característico de duas das correntes mais influentes do partido: os militantes sindicais e os militantes católicos, cuja visão política fora influenciada por suas experiências nas CEBs e em outras organizações de base ligadas à Igreja. Ambos os grupos desconfiavam da mediação política, e acreditavam que o papel do partido era unir e generalizar (mas não organizar ou transformar) as reivindicações dos sindicatos ou movimentos. Ao mesmo tempo, porém, pensavam que os membros do partido deviam participar nos sindicatos e movimentos e ajudar a fortalecê-los (sem, porém, subordiná-los ao partido) (KECK, 1991, p. 275).

Durante os primeiros anos essas questões empurravam o partido para uma “posição esquizofrênica”: numa esfera, a da sociedade civil, o PT investia em atores sociais que priorizavam o conflito, enquanto dentro das instituições políticas o partido buscava brechas por onde incluir as demandas populares “de maneira regulada” (KECK, 1991, p. 276). Outra questão com a qual o partido teve que lidar muito cedo foi o ajuste do tom de seu discurso classista, bastante acentuado nos primeiros anos. Os maus resultados obtidos pelo PT nas eleições gerais de 1982²⁵ revelaram que aquela postura radical poderia impedir o diálogo com setores mais amplos da sociedade:

O teste eleitoral de 1982 mostrou que o apelo classista e a ideia de inovação política, tônicas do discurso petista, não tiveram o alcance esperado pelo partido. O fraco desempenho eleitoral em todos os Estados deixou claro que o objetivo do partido em transformar-se num sujeito representativo da ampla massa de trabalhadores do país fora frustrado pelo acentuado classismo expresso em seu discurso. Mais ainda, mostrou que ao limitar sua imagem pública a uma noção estreita de trabalhador, fortemente acentuada durante a campanha eleitoral, restringiu consideravelmente o acesso às camadas de trabalhadores de classe média, as quais, sem dúvida, compõem uma fatia significativa do eleitorado dos grandes centros, sobretudo São Paulo (MENEGUELLO, 1989, p. 195-196).

²⁵ Alguns *slogans* utilizados pelo partido naquela ocasião expressam bem seu recorte de classe: “Sabemos trabalhar, saberemos governar”; “PT: Um Partido sem Patrões”; “Vote no 3. O resto é burguês” (MENEGUELLO, 1989, p. 117-120).

A dificuldade de manter um discurso fortemente classista nas disputas eleitorais não era exclusiva do PT. Como vimos, a social-democracia europeia enfrentou dilema semelhante no início do século XX e outros partidos de esquerda em sociedades com uma estrutura de classes complexa como a brasileira tiveram e terão, provavelmente, o mesmo problema. A avaliação do desempenho eleitoral de 1982 levou o PT a rever sua estratégia eleitoral com o objetivo de “atrair setores sociais de base que até então haviam se mostrado ‘desconfiados’ em relação à atuação do PT, sobretudo os setores urbanos de classe média” (MENEGUELLO, 1989, p. 198). Apesar dessa reorientação, o partido permanecia tensionado quanto à sua posição diante de questões cruciais da transição democrática. Essa divisão se tornou manifesta em vários momentos, alguns mais críticos do que outros. A maior polêmica surgiu da decisão de não participar do Colégio Eleitoral que elegeria Tancredo Neves para presidente, após a derrota da proposta das Diretas no Congresso Nacional. Essa postura causou cisões no interior do partido, acusado por alguns militantes de manter um “purismo” político. O debate se tornou público em espaços como a Folha de São Paulo, que publicava textos de vários intelectuais ligados ao PT.²⁶ Em uma mesma edição o jornal consultou Francisco de Oliveira e Paul Singer sobre qual deveria ser a postura da esquerda em relação à eleição indireta. Os dois amigos discordavam. Singer, como a maioria do PT, era contrário à participação no Colégio:

Acredito que somente as eleições diretas para a Presidência permitiriam, através da campanha eleitoral, gerar a mobilização popular indispensável às mudanças sócio-econômicas de que necessitam os trabalhadores – particularmente a retomada do crescimento econômico e a eliminação do desemprego mediante a ruptura da tutela do FMI.

Enquanto Francisco de Oliveira era favorável:

Sou pela participação no Colégio. Acho que inúmeros erros foram cometidos, mas a essa altura do campeonato, o processo é de difícil reversão. Então, nós não podemos nos omitir em dar apoio a Tancredo frente a Paulo Maluf. Além do que essa participação geraria uma nova correlação de forças no interior da Aliança Democrática

²⁶ Os debates internos do PT eram comumente expostos em jornais de grande circulação, sobretudo a Folha de S. Paulo, que cedia espaço para intelectuais e militantes divulgarem artigos de opinião. Esse fato também pode ser atribuído à carência de uma organização editorial por parte do partido, como lembrou Secco: “No campo editorial, o PT sempre foi frágil e, ao contrário do velho PCB, descuidou de sua produção. Em parte porque a produção teórica exprimia a visão das tendências ou de intelectuais reconhecidos e não do partido” (SECCO, 2012, p. 111).

que, sem a participação da esquerda independente, está caminhando excessivamente para a direita.²⁷

A opinião de Francisco de Oliveira seria exposta de modo mais detalhado em outra edição do jornal, numa entrevista concedida a André Singer, então repórter da Folha. O texto, intitulado “‘Tancredando’ pelo socialismo”,²⁸ destaca o fato de que seu apoio à candidatura indireta de Tancredo Neves “causou certa surpresa nos meios intelectuais, onde Oliveira sempre foi reconhecido por um pensamento radicalmente antiburguês”. Em seguida o sociólogo, que voltara a poucos meses da França, resumia suas impressões sobre a experiência de estudar o *Welfare State* por dentro. Para ele, o salário indireto pago aos trabalhadores naqueles países quebrou a relação que havia entre o salário direto e a taxa de exploração no capitalismo. E concluía: “A recusa de enfrentar de frente o problema teórico e prático que a social-democracia colocou tem sido uma lacuna enorme da esquerda em geral e, sobretudo, da esquerda que tomou do marxismo a sua fonte instrumental de inspiração básica”. A colocação desse problema numa entrevista que tratava de uma posição política específica adotada pelo PT não era à toa. Sua constatação das dificuldades da esquerda em lidar com a alternativa social-democrata tinha a ver com os motivos de seu apoio à participação do partido no Colégio Eleitoral. Este era justificado, em primeiro lugar, porque ele acreditava que o Brasil saía da ditadura pior do que entrou. Não só em aspectos sociais e econômicos, mas também pelo viés conservador que se estabelecia entre boa parte dos políticos, inclusive dentro da Aliança Democrática. Mas a este conservadorismo se opunha uma força reacionária ainda pior: “eu vejo, entretanto, que a sociedade neste momento, as forças que estão jogando forte no cenário político, são um grande centro conservador – que se instala ao redor de Tancredo Neves – e uma força burguesa reacionária – que se agrupa em torno do Maluf”. Sem a alternativa ideal, que seria a eleição direta, o sociólogo defendia uma tomada de posição pelo menos pior e, a partir da eleição de Tancredo, a criação de uma aliança da esquerda que incluísse o PDT, de Brizola, e a “esquerda independente do PMDB, cuja figura central – todo mundo sabe – é o senador Fernando Henrique”. Esta ampla aliança lutaria por reformas sociais, já que Oliveira não enxergava uma grande mudança econômica no horizonte: “eu estou convencido de que é pelo lado social que se vai mudar o modelo”. Essa convicção era alimentada por sua visão

²⁷ Depoimentos publicados em *Folha de São Paulo*, 28 de agosto de 1984, Política, p. 6.

²⁸ Ilustrada, *Folha de São Paulo*, 13/10/1984.

particular da social-democracia que, como vimos, contemplava uma percepção a cada dia mais nítida de que uma profunda transformação econômica era inviável no curto prazo.

A defesa da participação no Colégio Eleitoral revelava que para Oliveira, numa metáfora militar, o ataque ao bloco conservador deveria ocorrer pelos flancos.²⁹ Sua posição, porém, era defendida por poucos dentro do partido.³⁰ Para o PT, a decisão de participar ou não do Colégio Eleitoral tinha uma enorme importância. Margaret Keck sustenta que este debate tinha muito a ver com a busca do partido por uma identidade:

No contexto em que o PT nasceu, as relações políticas assumiam a aparência de uma série de antinomias – autoritarismo e democracia, mas também Estado e Sociedade, governo e oposição, corporativismo e autonomia, integração e resistência (ou ruptura) – às quais o partido acrescentou uma visão de polarização de classes. Durante a transição, muitas vezes houve uma tendência de apresentar esses conceitos como polos opostos num *continuum*; na verdade, como demonstra a história da transição brasileira para a democracia, essas relações são complexas e dialéticas, e não mutuamente exclusivas. [...] A ênfase no segundo termo dessas antinomias – a associação da democracia com sociedade, oposição, autonomia e resistência – foi incorporada no conceito de classes do PT, um conceito em expansão, ajudando a definir a identidade do partido (KECK, 1991, p. 277).³¹

Apesar de sua intensa participação no PT, Francisco de Oliveira não endossava a mesma visão dualista da sociedade. Em 1985, num debate realizado no CEBRAP a respeito de uma proposta de pacto social realizada por Tancredo Neves, o sociólogo se posicionou a favor de um acordo que contribuísse para a superação da crise econômica, social e política. Ele sabia, porém, que sua posição não seria endossada pelo PT:

Há uma outra oposição de princípio à idéia de pacto social. Ela parte de alguns setores da esquerda, particularmente de forças sindicais em torno da CUT, e de forças políticas dentro do PT. Segundo essa posição, não pode haver pacto entre desiguais e, nas condições concretas da Nova República, os trabalhadores nada podem esperar de um

²⁹ Uma tática muito semelhante à defendida por Celso Furtado nos tempos da SUDENE, bem definida pelo próprio Francisco de Oliveira. Vale a pena repeti-la aqui: “Ele [Furtado] citava sempre um estrategista do exército inglês, Liddell Hart: ‘Evite o ataque frontal e vá pelos flancos’. Era essa a tática dele” (entrevista em MONTERO e MOURA, 2009, p. 158-159).

³⁰ Foram discutidas e votadas três propostas em relação ao Colégio Eleitoral: participar, que teve apoio de 5,7%; participar desde que houvesse um acordo programático, defendida por 8,3%; e não participar, posição de 83% dos votantes. Dados citados em Secco (2012, p. 115-116). Dos 8 deputados do partido, 3 contrariaram a decisão e votaram a favor de Tancredo: Aírton Soares, Bete Mendes e José Eudes. Ausentaram-se da votação Djalma Bom, Eduardo Suplicy, Irma Passoni, José Genoíno e Luiz Dulci.

³¹ Outro episódio emblemático dessa postura inicial do PT foi sua recusa em apoiar candidaturas do PMDB nas eleições para governadores de 1986. Entre elas estava a de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. Arraes acabou eleito com o apoio do PCB e do PC do B, entre outros partidos (SECCO, 2012, p. 118). Enquanto o PT discutia sua posição, durante seu IV Encontro Nacional, Arraes declarou: “Quando estava só na esquerda, alguns acusavam-me de estreito. Agora que outros segmentos me apoiam, dizem que estou com a direita” (*Folha de S. Paulo*, 31/05/1986, p. 2, *Frases*).

pacto social, que lhes será sempre negativo, e funcionará como "camisa de força" de contenção das reivindicações específicas do operariado e dos setores mais marginalizados da força de trabalho e da população, visando "pacificar" o movimento sindical, anular sua potência de reivindicações e sua arma maior, a greve, e no fundo cooptar outra vez o movimento trabalhador à moda getulista. Não restam dúvidas de que esse argumento tem mais foros de verdade que o conservador-tecnocrático, mas de alguma maneira o argumento também reduz a política a um conluio Estado + grande empresariado, e não reconhece sequer que interesses legitimamente contraditórios é que podem pactuar. Desconhecem um velho princípio da guerra e da política, de que pactos só se fazem entre forças antagônicas (1985c, p. 4).³²

Oliveira tampouco compartilhava do grande entusiasmo pelo “novo”, comum à maioria dos intelectuais ligados ao partido, como demonstrou no artigo “Qual é a do PT?”, integrante de coletânea organizada por Emir Sader (1986).³³ O texto é um documento fundamental para a análise da relação de Francisco de Oliveira com o partido nos primeiros anos da organização, pois articula sua visão particular do capitalismo – influenciada pela discussão sobre a social-democracia – com impressões sobre a realidade brasileira para, a partir delas, indicar os caminhos que, segundo ele, o PT deveria seguir.

O artigo começa com a desconfiança do sociólogo em relação ao esforço por criar uma identidade do partido como algo inteiramente novo, distante, portanto, da história pretérita do operariado brasileiro, como se o PT fosse o primeiro a emergir do movimento dos trabalhadores. Para Oliveira, o PCB – tão criticado pelos fundadores do PT – também tinha bases operárias e inaugurou uma história que o novo partido deveria, aos seus olhos, reivindicar como legado:

O PT, assim, aparece, ainda que isto cause arrepios à maioria de seus atuais militantes e dirigentes, como o continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial. Isto é, o PT recoloca a “questão operária” (em situação econômica, política, social e cultural radicalmente diferente) colocada pelo PC brasileiro nos anos vinte (OLIVEIRA, 1986, p. 33).

Essa continuidade não deveria, porém, mascarar as mudanças da sociedade brasileira que ocorreram ao longo do século XX e que transformaram a “questão operária”. Elas

³² No mesmo debate, após uma análise das relações de força na sociedade brasileira, Oliveira afirma que os pactos deveriam se erguer a partir de espaços mais restritos, como fábricas, onde poderiam contribuir para a geração de ganhos reais de salário e também proporcionar benefícios ao empresariado e ao Estado brasileiro. Está presente aí o embrião da tese dos “antagonismos convergentes” que iria sustentar a defesa das câmaras setoriais, no início da década de 1990, que representará uma mudança de perspectiva do PT e da CUT a respeito da ideia de negociação. Esse tema será debatido no próximo capítulo.

³³ O texto de Oliveira também foi publicado em *Novos Estudos CEBRAP*, com o título “E agora PT?” (1986). Outros artigos publicados na coletânea de Sader expõem bem a indefinição que ainda reinava acerca da identidade do partido: “PT ‘leve e suave’?”, de Marilena Chauí; “O PT na encruzilhada”, de Plínio de Arruda Sampaio; e “O que é que está escrito na estrela?”, de Emir Sader.

também são apontadas como responsáveis, em parte, pela rejeição em relação à tradição comunista encontrada na base operária do PT. Para Oliveira, em sua nova forma esta não possuiria “nenhuma cultura política socialista ou comunista, ou mesmo cultura política”. Essa ausência seria resultado da própria história das organizações de esquerda no Brasil, que ao longo do século XX – e, sobretudo, durante a ditadura militar – se viram afastadas da classe social que pretendiam representar. A participação política à esquerda se tornou um privilégio das classes médias, “com reduzidíssima ou nula participação operária”. Enquanto isso, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil teria contribuído para produzir a “não-identidade de qualquer grupo ou classe social”, o que afastou de vez o socialismo da agenda política. Outra parcela da base do PT, aquela ligada aos movimentos sociais, seria para Oliveira o exemplo maior da fragmentação da classe assalariada no Brasil e da carência de representação política. Carente até mesmo de cidadania, este setor da sociedade estaria ainda mais distante de uma cultura política socialista ou comunista. Sua opinião a respeito da classe neste artigo reproduz teses defendidas em *O elo perdido*, expostas anteriormente: os trabalhadores brasileiros são definidos por Oliveira mais por suas carências do que pelas suas virtudes, num nítido contraste com a formulação de outros intelectuais petistas. O autor estava distante do entusiasmo que estes cultivavam em relação aos “novos personagens”, porém não se definia a favor da postura dos comunistas, hierárquica, nem de vozes ligadas ao MDB, como Fernando Henrique Cardoso, que defendiam um modelo político pautado nas instituições democráticas, de caráter mais liberal. As intervenções de Oliveira ao longo dos anos 1980 oscilam entre essa posição emedebista e aquela adotada por intelectuais petistas, à qual ele se vincularia definitivamente no início da década seguinte.

Além dos problemas culturais identificados na base do partido, o sociólogo destaca o fato de que o PT surgiu em meio a uma crise geral da esquerda. Esta teria origem tanto nos defeitos da experiência soviética quanto no êxito da social-democracia nos países centrais do capitalismo. Como resultado, o “socialismo real” caiu em descrédito, o que em parte justifica a dificuldade do PT de se vincular a essa tradição. O partido sofria, portanto, de uma crise de identidade, pois defendia um socialismo novo, original, distante da experiência soviética, mas sem uma definição clara, ao mesmo tempo em que negava

qualquer vinculação à social-democracia.³⁴ Este impasse incomodava Francisco de Oliveira que, como vimos, era também crítico do “socialismo real”, mas valorizava as experiências social-democratas. Porém a crise da esquerda não se restringia a essas questões. Ela era fruto, também, das mudanças no mundo capitalista e em sua estrutura de classes, que deslocou os operários do centro e estimulou a ascensão das classes médias, que gozavam de uma super-representação política. Em seu desenvolvimento, o capitalismo central teria ultrapassado o antigo programa revolucionário sistematizado por Lênin:

[...] pontos tais como a nacionalização dos recursos naturais, a estatização dos grandes meios de produção localizados na infra-estrutura de energia, transportes, produção de insumos básicos, nacionalização e estatização do sistema bancário são realidades cumpridas em graus diversos, em alguns dos grandes países capitalistas (1986, p. 37).

A soma de todos esses fatores, temperada pelos vinte anos de autoritarismo com expansão econômica no Brasil, resultou numa “vitória ideológica do capitalismo, com a consequência da assunção ao primeiro plano de uma hegemonia burguesa nunca vista na história moderna brasileira”. Para Oliveira, o capitalismo antes era aceito a contragosto, defendido timidamente a frente do Estado pelas classes dominantes, as quais ainda padeciam de divisões internas que abriam brechas para o avanço da esquerda. Ao término da ditadura, porém, o capitalismo lhe parecia ter se tornado um consenso, não precisando mais de máscaras para avançar. Tal diagnóstico revela os primeiros sinais de uma crise de categorias, com enorme efeito sobre a sociologia de Francisco de Oliveira. Dentro de um movimento que era mais ou menos generalizado entre intelectuais de esquerda no país, o autor se distanciava de antigas referências – como Lênin, considerado ortodoxo e ultrapassado – e se aproximava mais de Gramsci, pensador atento aos aspectos culturais da luta política, tão destacados neste artigo. Para Oliveira, o PT surgiu em meio a essa crise e deveria estar atento a ela:

As mutações nas relações de classe no capitalismo contemporâneo, de que o Brasil apresenta a *fácies* econômica mas não a sócio-política, impõem para um projeto político de transformação da dominação burguesa uma atenta compreensão daquelas mutações, do que decorre uma mudança na tática e estratégia dos partidos de transformação, entre os quais o PT aparece como uma estrela – o símbolo do partido – de uma constelação. [...] Uma proposta socialista contemporânea tem que reconhecer, de um lado, suas bases classistas, o que é imprescindível para a própria democratização, e para sua eficácia na re-presentação, e de outro tem que, desde o

³⁴ Este foi um longo debate dentro do partido. Em 1991, durante seu I Congresso Nacional, o PT reafirmou sua distância tanto do socialismo real quanto da social-democracia (SECCO, 2012, p. 153).

início, formular uma proposta societária global que não é um mero ajuntamento nem a subordinação de outras classes ao operariado. [...] Esta é uma exigência das mutações na própria divisão social do trabalho, dos avanços dialéticos do próprio capitalismo – onde, pela primeira vez, a des-necessidade da força de trabalho como mercadoria é vislumbrada não apenas utópica mas concretamente – da emergência das fortes classes médias, do novo papel do Estado no capitalismo oligopolista e, em sociedades como o Brasil, do fato de que um longo período de des-identificação operária deu lugar a novos *quase-sujeitos* políticos – como os movimentos sociais – cuja presença reforça, multiplica para além de sua própria base numérica, a possibilidade de hegemonia dos dominados (1986, p. 40-41).³⁵

Diante da falência de boa parte dos referenciais da esquerda socialista, Francisco de Oliveira acreditava que o PT deveria se espelhar em alguns dos êxitos sociais e políticos da social-democracia e, por consequência, moderar seu discurso classista. Nos países centrais do capitalismo – e em especial na Europa, de onde o sociólogo retornava – uma cultura política de esquerda construída a partir de longas lutas políticas e sociais resistia até mesmo à crise do Estado de bem-estar, que já se anunciava. Persistia, também, uma cultura democrática que abria caminho para uma maior influência dos trabalhadores sobre os rumos da sociedade. Uma realidade muito distante do sistema político brasileiro, que mesmo durante a transição conservava seu tradicional elitismo. Se, para Oliveira, a revolução não aparecia no horizonte do país, restava à esquerda a tarefa, também nada fácil, de contribuir para a criação de uma cultura democrática ainda ausente no Brasil e de lutar por reformas sociais, tal qual o exemplo social-democrata:

Há que reconhecer como procedimento estratégico e não apenas tático a necessidade da democracia. Não apenas como “espaço” de expansão, como liberação temporária do sufoco de regimes repressivos, para preparar-se “o assalto ao poder”. Sobretudo como cultura política é que a democracia se faz necessária para o movimento operário e o movimento socialista. E não menos importante, como *via para a intervenção das classes dominadas no Estado*. Pois do que se trata fundamentalmente é dessa intervenção; todas as tentativas anteriores, que fazia da destruição seu *leit-motiv*, deram no que deram: a construção de outro Estado, que pode vir a ser mais repressivo que o propriamente burguês. [...] A velha discussão entre “revolução” e “reforma”, tão quente nas décadas iniciais do nosso século, mostrou-se rebarbativa e pouco consistente, tanto teórica como praticamente. O caminho “reformista” da experiência social-democrata sueca, por exemplo, mostrou ser capaz de ir mais longe do que o caminho “revolucionário” das experiências do Leste, tanto no que se refere às condições concretas do cotidiano operário, quanto no que concerne às possibilidades de que o operariado e as outras classes dominadas venham a construir o novo poder. [...] Além de que uma revolução é sempre uma transformação qualitativa da conjuntura *incapaz de ser organizada*: elas não deixarão de existir, principalmente se a via

³⁵ O fato de definir os movimentos sociais como “quase-sujeitos” expõe, mais uma vez, a distância entre a visão do sociólogo e a opinião da maioria dos intelectuais ligados ao PT.

democrática for constantemente burlada pela burguesia, mas *a organização da revolução*, como a pensou Lenin, abre todas as comportas para o partido único, para a burocratização da revolução, para a redução da sociedade ao Estado e para regimes autoritários onde dificilmente se pode dizer que o operariado e as outras classes dominadas estão no poder. Há que se escapar desse velho clichê e empreender firme e seguramente o caminho das reformas (1986, p. 40-41, grifos no original).

O curto artigo “A longa espera de Giovanni Drogo”, de 1987, dá uma boa medida da abrangência do olhar de Francisco de Oliveira sobre a política brasileira no início da Nova República. Sem abandonar o ponto de vista da esquerda, ele sugere que o espectro político brasileiro ainda carecia de um “grande agrupamento de esquerda, mesmo que fosse um meio-tom de centro esquerda”. Para ele, o PT e os antigos partidos comunistas tinham como foco o operariado. Haveria, portanto, um vazio a ser preenchido por um partido que representasse a classe média brasileira, um setor importante – super-representado, de acordo com o sociólogo – e que não se identificava com os partidos de esquerda, apesar de o PT se abrir cada vez mais a essa parcela. A nova organização deveria se assumir como de centro-esquerda, e poderia ser formada a partir de um grupo que, segundo Oliveira, “vive incomodamente ainda dentro do PMDB, que cada vez mais é o partido de centro no Brasil”. O autor chega a indicar os nomes que estariam à frente do novo partido:

Personalidades "boas de voto" como os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, o prefeito do Rio, Roberto Saturnino Braga, o senador Itamar Franco, o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, os integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB, e muitos outros mais; enfim, uma longa lista de políticos experimentados nos palanques, nas urnas, na negociação política, na confiança popular. Número, experiência, massa crítica mais que suficiente para empreender uma clarificação do espectro político que é reclamada não por gosto ideológico, mas programático. Não por pureza, mas por estratégia. Não por exclusivismos, mas para a nítida definição de alternativas (1987c, p. 4).

O objetivo de Francisco de Oliveira era claro: disputar à esquerda, sempre que fosse, possível, cada setor da sociedade brasileira. Neste caso, não deixar que a classe média, parcela à qual ele creditava grande importância política, caísse nas mãos da direita. Seu raciocínio sem dúvida previa a possibilidade da conformação de uma frente de esquerda mais ampla para a disputa de futuras eleições que fosse capaz de aproximar a classe média dos setores populares. Poucos meses depois alguns dos nomes citados, como Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, participariam da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Mais do que revelar certo pragmatismo na posição política

de Oliveira, seu apoio a um partido de classe média diz muito sobre as indefinições que ainda pairavam sobre a política brasileira logo após a redemocratização.

As posições defendidas por ele divergiam muitas vezes das escolhas do PT, mas não pelos mesmos motivos que causariam seu afastamento da organização pouco mais de uma década depois. No contexto da transição democrática brasileira, o sociólogo defendia uma tática ampla e pragmática para o partido, que lhe permitisse disputar a sociedade um pouco mais à esquerda, nas raras vezes em que essa possibilidade fosse aberta. Para ele, essa posição exigia a disposição para alianças com forças políticas mais moderadas, como o recém-criado PSDB. Fato é que passado o isolamento proporcionado pelo episódio da não participação no Colégio Eleitoral, o grupo dirigente do PT logrou conduzir o partido para uma estratégia muito próxima daquela proposta por Oliveira, apesar de toda a resistência em reconhecer qualquer vínculo com a tradição social-democrata. Essa mudança de rumos ocorreu graças à formação de um bloco majoritário dentro do partido – a “Articulação” – que foi capaz de isolar correntes mais à esquerda em seu interior – batizadas de “xiitas” (MENEGUELLO, 1989, p. 200) – e de orientar sua atuação para um maior contato com as bases sindicais e os movimentos sociais, além de direcionar seu discurso mais ao povo do que à classe. A nova estratégia do PT ia ao encontro do que Francisco de Oliveira imaginava como a tática ideal de um partido de esquerda numa sociedade como a brasileira, e seu discurso mais moderado favoreceu o estabelecimento de laços com setores da classe média, disputada também pelo PSDB, que já apontava para uma política econômica mais conservadora. Nas eleições municipais de 1988 os bons resultados apareceram com a conquista da prefeitura de diversas cidades, com destaque para Porto Alegre e São Paulo.

Porém o quase consenso entre Oliveira e o PT duraria pouco.³⁶ O curioso dessa história é que enquanto o partido caminhava cada vez mais rumo a uma tática mais flexível

³⁶ O consenso nunca foi pleno porque Francisco de Oliveira sempre colocava a tarefa da crítica acima de qualquer exigência de disciplina partidária, o que o levou a discordar publicamente de certas posições adotadas pela organização. A defesa de sua autonomia intelectual foi a justificava para se negar a integrar os governos de Luiza Erundina e Marta Suplicy, na prefeitura de São Paulo, e o do presidente Lula, conforme afirmou na carta em que anunciou sua saída do partido, em 2003. Ver “Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT”. *Folha de S. Paulo*, 14/12/2003. A exceção a essa regra ocorreu no início da década de 1990, quando o sociólogo assumiu a pasta de “Desenvolvimento regional” do chamado “governo paralelo” de Lula, criado pelo PT após a eleição de Fernando Collor. Tratava-se, porém, de um espaço informal, destinado a dar maior visibilidade às críticas ao governo formuladas por intelectuais ligados ao partido. Em outro momento, às vésperas das eleições de 1994, Oliveira seria bem incisivo ao comparar sua posição política, considerada mais moderada, com a linha do partido, supostamente mais radical: “Em relação à discussão que se põe dentro do

e à moderação de seu programa, ao longo dos anos 1990, o sociólogo demonstrava decepção com o realinhamento ideológico do partido e se afastava gradativamente da posição de sua ala majoritária. Afinal a transformação não ocorria no sentido que Oliveira desejava: “O PT estava vocacionado para um modo social-democrata. Ele ficou aquém disso”.³⁷ O sociólogo parecia identificar no realinhamento tático uma mudança mais profunda, de estratégia. Enquanto a organização aderiu a uma lógica que o converteria mais tarde em “partido da ordem”, o avanço do neoliberalismo contribuía para arrasar a crença de Oliveira numa mudança lenta e gradual do Estado brasileiro da condição de fiador exclusivo da acumulação capitalista para a de regulador das relações sociais e defensor da expansão de direitos. Sobre o partido, as sucessivas derrotas eleitorais agiam em direção contrária. Para Lincoln Secco (2012, p. 166-173), a derrota de Lula para Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1993 foi decisiva, pois reforçou a incapacidade do PT de dar uma resposta satisfatória à questão da inflação, que se apresentava como o principal problema nacional. Não havia uma alternativa ao Plano Real ou uma estratégia econômica bem definida. Ainda de acordo com o historiador, a aposta do partido na experiência das Câmaras Setoriais surgiu naquele momento como um esboço de projeto alternativo, através do qual seria possível uma regulação negociada entre trabalhadores, empresários e governo sobre o aumento dos preços. Francisco de Oliveira foi um dos entusiastas daquela experiência, como mostrarei no próximo capítulo. Foi em torno daquela proposta que, num curto intervalo de tempo, as posições do sociólogo e do partido pareceram se encaixar de forma quase perfeita.

PT, parece-me que há um grupo de moderados e um grupo de radicais. Eu me ponho dessa forma: eu sou muito mais radical do que os mais radicais do PT. [...] Agora o PT há muito tempo se prepara para o terceiro turno com Collor (esta eleição é uma espécie de terceiro turno com Collor). O partido mudou e como as pesquisas vêm reiterando uma posição do Lula muito forte nas intenções de voto, o partido agora pensa no poder, prepara-se para o poder, sonha com ele e tem pesadelos com ele, todos os dias. Tem gente que entra em orgasmo, tem gente que toma aspirina, porque não se imagina e detestaria mesmo chegar ao poder, principalmente aqueles que hoje são chamados radicais. Nessa discussão entre radicais e moderados tem gente que desejaria que o Lula perdesse. Eu conheço vários amigos meus, dos quais eu gosto muito, com os quais eu tenho uma longa história de amizade, que acham que o PT não deve ganhar porque ele vai administrar o capitalismo. São os radicais. [...] Agora, por exemplo, em relação ao programa, o PT recuou em três pontos que eu subscrevo totalmente, que são a legalização do aborto, a legalização do casamento de homossexuais e o pleno acesso a meios contraceptivos por parte da população. Eu que estou classificado como moderado subscrevo embaixo dessas questões e a direção que é classificada como radical colocou no programa e vai retirá-las”. Entrevista em *Revista Plural*, São Paulo, nº1, 1º semestre de 1994, p. 161-162.

³⁷ Trecho de entrevista concedida ao programa *Roda Viva* em 30/12/2013.

Ao longo dos anos 1990 ocorreu um recuo da atuação social do PT, atribuída por Secco a diversos fatores: mudanças internacionais, como a globalização; a transformação do mundo do trabalho no Brasil; o declínio do espaço público e da política, em geral; a confusão entre a vida privada e a pública, ligada ao surgimento de novas tecnologias de comunicação; a perda de espaço da Igreja progressista e o crescimento dos evangélicos; a transformação dos sindicatos, que passaram à defensiva. Secco ainda destaca que a transformação do PT ao longo daquela década não é apenas a de um partido revolucionário em reformista, mas a de uma agremiação militante em burocrática, na realização de um projeto que ganhou força entre seus dirigentes ao longo dos anos:

Ora, o PT definiu-se paulatinamente como queria o seu grupo dominante. Não que este grupo já soubesse o que desejava desde os anos 1980. O ímpeto juvenil associado a uma conjuntura de enterro do “entulho autoritário” da ditadura cobrava a ousadia que faltava aos velhos comunistas. E este radicalismo era funcional para a afirmação da identidade do PT e para sua diferenciação de outras forças de esquerda. Foi por causa da prática socialista inicial corporificada em ações de massas e programa imediato contestador e não de definições teóricas marxistas que o partido ganhou a disputa de hegemonia no campo da esquerda. Afinal, se alguém quisesse perfeitas definições teóricas, podia escolher qualquer partido comunista naquela época (SECCO, 2012, p. 252).

A partir de uma relação inicial um tanto conflituosa – quando Francisco de Oliveira se apresentava como um entusiasta da social-democracia, enquanto o PT se esforçava para se definir a partir de um forte viés classista – os dois finalmente pareciam ter chegado a um mesmo ponto no início da década de 1990. O partido, ainda avesso à tradição social-democrata, defendia propostas mais pragmáticas, como a das Câmaras Setoriais, compartilhando da mesma visão de Oliveira sobre as transformações do mundo capitalista. Ambos se cruzaram na metade do caminho. Após a eleição de Cardoso e o avanço do neoliberalismo no país, as trajetórias do sociólogo e do partido passaram novamente a divergir. O PT, sob a mão firme de sua direção, orientou-se cada vez mais pela construção de um programa moderado que lhe permitisse finalmente assumir o governo nacional,³⁸ enquanto Francisco de Oliveira dedicou-se ainda mais ao debate sobre as mudanças do capitalismo e a impossibilidades da política, em meio a uma profunda crise de referenciais. Esta mesma crise orientava a produção das Ciências Sociais brasileiras, revista a seguir.

³⁸ Para Secco (2012, p. 187-189), no caminho até a conquista do Palácio do Planalto o partido abandonou o “hegemonismo” em nome da governabilidade, e se convenceu de que seria possível pôr em prática um programa político mesmo sem ter a hegemonia na sociedade. A visão do historiador é semelhante àquela que Oliveira desenvolveu no artigo “Hegemonia às avessas” (2010), que será discutido adiante.

3.4. As Ciências Sociais brasileiras no final da década de 1980

A ditadura civil-militar brasileira realizou um programa contraditório em vários aspectos. A derrota das vertentes à esquerda do nacional-desenvolvimentismo não significou a extinção do projeto de estímulo ao crescimento econômico, também defendido por setores privados que se aliaram aos militares em 1964. Durante os anos seguintes, sobretudo no período do “milagre”, o crescimento ocorreu graças a uma elevada exploração do trabalho, garantida pela repressão. O nacionalismo militar, pautado pela defesa da soberania nacional, não impediu a abertura ao capital internacional, o que aprofundou a dependência da acumulação interna em relação aos investimentos externos. Nos planos da cultura e da educação a estratégia do regime não foi menos paradoxal: a dura repressão a artistas e intelectuais que faziam oposição aos militares foi contrabalanceada pelo estímulo ao mercado de bens culturais, à massificação do ensino e à ampliação das pesquisas científicas, submetidas, também, à ideia de soberania nacional:

Essa ambigüidade – em parte responsável pela longevidade da ditadura – marcaria todas as esferas artísticas e também intelectuais, como a própria universidade: o governo reprimia professores e estudantes considerados subversivos, mas o projeto de desenvolvimento exigia investimentos significativos em ciência e tecnologia, portanto, também na universidade. Ora, os debates e a crítica próprios da atividade acadêmica acabaram por gerar questionamentos crescentes à ditadura, que não deixava de oferecer uma alternativa de acomodação institucional a setores acadêmicos de oposição, como a criação de um sólido sistema nacional de pós-graduação e de apoio à pesquisa que perdura até hoje. A atuação educacional do regime implicou também a massificação do ensino público de primeiro e segundo graus, ainda que qualitativamente degradados, o incentivo ao ensino médio e superior privado e assim por diante (RIDENTI, 2010c, p. 106).

As mudanças promovidas na área da educação foram profundas. Já em 1968 foi posta em prática uma reforma universitária que abria o sistema educacional a uma maior participação do capital privado. O regime autoritário repensava toda a estrutura do ensino para que ela servisse às exigências do mercado e, assim, colocava as escolas e universidades a serviço da formação de mão-de-obra capacitada. Essa mudança seria acompanhada por uma vigorosa expansão do ensino em seus diversos níveis, com destaque para o ensino superior privado:

De fato, ocorreu no período uma grande expansão do ensino superior. Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginasial, 332%; o colegial, 391%;

o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663 (SAVIANI, 2008, p. 300).

Sobretudo durante os últimos dez anos do regime a produção científica no país deu um enorme salto. Este ocorreu em meio ao crescimento da pós-graduação, estimulado pelo governo autoritário. Porém, contraditoriamente, esse avanço também serviu para alimentar o movimento de oposição intelectual à ditadura, que teve nas reuniões da SBPC um fórum privilegiado de debate e organização. Frequentador assíduo desses encontros, Francisco de Oliveira chegou a se entusiasmar com a disposição política de pesquisadores de diversas áreas, unidos em defesa da redemocratização da sociedade brasileira e no debate de temas ligados às demandas populares:

De certa forma, pois, e até certo ponto, a pergunta que fizemos no último número de Movimento – A quem servem os cientistas? – foi respondida: os cientistas, pesquisadores e técnicos nacionais *não estão desligados* das questões que interessam ao povo: pelo menos uma grande parcela não está. Pelos temas que foram abordados e pela forma com que foram abordados, pelos debates travados com o enorme público que lotava os anfiteatros, viu-se que são as questões que interessam mais de perto ao povo, que presidiram essa reunião da SBPC. São as questões sobre as multinacionais, sua interferência na economia brasileira, sua perniciosa influência sobre os destinos da nacionalidade; são as questões ligadas à estatização, ao caráter do Estado; são as questões ligadas à saúde, à privatização da medicina, à qualidade de vida; são as questões ligadas ao ensino, à escolástica desse ensino; são as questões ligadas à nutrição infantil e mesmo de adultos derivadas da intensificação da competitividade na economia, que prenderam, mais que outras, as atenções dos que participaram da 28ª reunião anual.³⁹

Nota-se que a lista dos temas mais debatidos pelos cientistas que compareciam às reuniões da SBPC tinha ligação com questões antigas e bem conhecidas da intelectualidade brasileira. Muitos remetem a termos como nação, Estado ou desenvolvimento, fato que não representa nenhuma novidade: a redemocratização era pensada com as mesmas categorias com as quais se fomentou a discussão a respeito da questão nacional ao longo de todo o século XX. O que mudou foi o tom: o avanço da abertura política permitia uma discreta retomada do otimismo que envolvia aquele debate no pré-1964, em meio ao auge da euforia nacional-desenvolvimentista, o que significava uma importante virada em relação ao pessimismo que marcou o período posterior ao AI-5, de 1969 até 1974, aproximadamente. No contexto da luta contra a ditadura forjou-se uma produção científica de protesto que

³⁹ “Frutos e problemas”, *Jornal Movimento*, ed. 55, 19 de julho de 1976, p. 3.

extrapolava o âmbito das humanidades, orientada, em geral, por ideais nacionalistas contrários à subordinação das pesquisas às exigências do mercado ou do Estado autoritário. Como afirmamos anteriormente, a atuação conjunta de um amplo leque de intelectuais contra a ditadura conformou uma espécie de “partido intelectual” (PÉCAUT, 1990), bastante heterogêneo. Talvez por isso o fôlego dessa produção de protesto não tenha durado muito após o fim da ditadura, quando o inimigo comum daquele grupo desapareceu. Esse declínio é discutido por Francisco de Oliveira no artigo “Aves de arribação: a migração dos intelectuais” (1985b).

O texto começa com a constatação da rápida mudança que o fim do regime autoritário impôs sobre a postura dos intelectuais brasileiros e sua produção. Se, por um lado, “o período autoritário parecia ter despertado uma intensa atividade intelectual no país”, por outro, “o nível da crítica na produção de hoje é baixíssimo: predominam os debates nas ‘margens’ dos problemas”. O que incomodava o autor era que a comunidade científica teria passado rapidamente da posição de duros críticos do regime autoritário à postura de empolgados defensores da “Nova República”, sem notar ou querer enxergar que a transição não havia transformado “a dinâmica das estruturas básicas da sociedade e do Estado”. O sentido da atividade intelectual que Oliveira cultivava – à margem do poder e crítico a ele – estava em declínio. A hesitação diante da tarefa de explorar temas espinhosos era justificada pela necessidade de defender a nova ordem, ainda frágil: “a nova democracia, diriam, com o auxílio de poetas menores do parnasianismo brasileiro, ‘é uma planta frágil que requer muitos cuidados’...” (1985b, p. 20-21).

O que teria causado essa transformação? A resposta, segundo Oliveira, só pode surgir da análise das relações entre a comunidade científica e os regimes políticos, bem como do lugar que os intelectuais ocupam na estrutura social. Ao proceder dessa forma o autor pretende evitar cair em alguns reducionismos comuns. Entre eles, dois principais: aquele que pressupõe que o cientista é um “perseguido e incompreendido” e, como tal, oposicionista “por definição”; e a crença de que o intelectual não tem vínculo de classe, é despojado de interesses materiais e, portanto, paira acima da estrutura social. A história da relação entre cientistas e Estado durante a ditadura contrariava a primeira dessas hipóteses:

No Brasil, o regime autoritário combateu ferozmente as ciências humanas e seus intelectuais portadores, mas deixou – pelo menos – que se ampliasse os cursos

universitários de ciências humanas em todas as partes do país. Com o que os cientistas sociais tiveram ampliado o mercado de suas ideias, pesquisas e livros (1985b, p. 23).

Porém a chave para compreender o que Oliveira chama de “migração dos intelectuais” estaria mais em seu lugar na estrutura de classes do que em sua relação com o regime político. A oposição a este não foi mais do que conjuntural, embora tenha sido capaz de camuflar a aceitação do sistema capitalista. Na esteira do debate sobre a expansão das classes médias, o autor expõe com bastante ironia a forma que a comunidade científica encontrou de gozar de certos privilégios em meio à desigual sociedade brasileira:

A expansão capitalista aguardou os intelectuais na curva. Pois, na estrutura social contemporânea, os intelectuais são, decisivamente, membros das classes médias afluentes. Cresceram em número, tiveram seus salários e rendas aumentados muito mais que a média dos trabalhadores (e a relativa erosão dos últimos anos serviu tão-somente para jogá-los ainda mais na oposição *ao regime, mas não ao sistema capitalista*), subiram de *status*, escrevem nos principais jornais, são considerados “oráculos” do que se passa, principalmente os economistas. Pelo consumo e pelo modo de vida, aproximaram-se das burguesias, e até as superam em certos maneirismos, pois são mais requintados, não viajam em excursões, distinguem o bom vinho francês do “beaujolais nouveau”, falam outras línguas, têm algum conhecimento da cultura de outros povos, o que lhe dispensa os guias turísticos para reconhecer a Tour Eiffel, e sabem de antemão que o Taj Mahal foi construído por um rajá desolado em memória de sua bem-amada esposa. Não se atropelam nas lojas chiques da Rue de Rivoli ou da Fifth Avenue, e compram os últimos badulaques da eletrônica japonesa discretamente, discretamente... (1985b, p. 23, grifos no original).

Para Oliveira, o destino dos intelectuais estava atrelado ao das classes médias, setor do qual “constituem o núcleo mais importante”. Sua renda, diferente da dos trabalhadores, não teria relação com a utilidade de sua força de trabalho, mas sim com o fundo público. Esse lugar particular lhes permitia manter uma solidariedade em relação ao êxito do capitalismo e pouca ou nenhuma preocupação com a realidade das classes dominadas. “Subjetivamente, modernos narcisos, seu processo de reconhecimento, sua alteridade, não se dá na relação com o outro, mas consigo mesmo”.

O fim da ditadura civil-militar permitiu que as forças sociais que se opunham ao regime se convertessem em forças políticas, e foi esse salto que acelerou o fim daquela coligação heterogênea de interesses. Porém, como ocorria no caso da Bahia, descrito em *O elo perdido*, a representação política na democracia burguesa não correspondia à estrutura de classes. A democracia burguesa “permite que a formalização institucional seja alcançada apenas pelos grupos que têm controle sobre a mídia política [...] No que respeita à intelectualidade, esse processo lhe é particularmente favorável, pois estão instalados no

coração da mídia política”. O discurso superficial do intelectual que migrou “para o poder, [para] os aparelhos de Estado”, se adequaria às necessidades de uma transição que foi feita por cima, pois dão “*a impressão de universalidade à fugacidade de que se constitui a mídia*, e é aquela impressão de universalidade que constitui a eficácia”.

Os intelectuais falam do universal não-concreto que é *a* dívida externa, *a* inflação, *a* cultura. Esta universalidade não-concreta é o segredo da decadência da produção crítica, pois jamais se refere a processos concretos mediante os quais se constitui o universal concreto, mas processos universais que remetem a concretos indiferenciados e, pois, não-concretos (OLIVEIRA, 1985b, p. 25).

Se os intelectuais assumiram no passado populista, ao lado do Estado, o papel de “vanguarda de uma burguesia retardatária”, na Nova República eles não seriam mais do que “retaguarda de justificação ideológica da hegemonia burguesa”. Desprovidos de capacidade crítica, seriam “uma espécie de profetas do acontecido”. Para Oliveira essa postura teria um efeito desastroso sobre a construção da democracia, a “plantinha frágil” em nome da qual muitos intelectuais justificavam a moderação de seus discursos. Estes “des-alimentam a tensão entre presente e futuro, entre realidade e utopia, entre *status quo* e sua superação”.

A decepção de Oliveira em relação ao meio intelectual, do qual fazia parte, tinha a ver com uma série de transformações que ocorreram ou ainda estavam em curso na sociedade brasileira e para além dela. Ao longo deste trabalho já citamos alguns deles. No âmbito internacional: a crise do socialismo real e do marxismo; o esgotamento do keynesianismo e do *Welfare State* nos países centrais do capitalismo; as mudanças no mundo do trabalho, que têm como uma de suas consequências o crescimento das classes médias. No Brasil: a estagnação econômica, combinada com a alta inflação; a gritante desigualdade social, aprofundada durante a ditadura; a transição pactuada, “aquém da imaginação”. Tudo isso sem contar as mudanças no meio acadêmico que, como destacou Oliveira, ampliou-se durante as duas décadas de governo autoritário. As universidades e seus departamentos conquistaram enorme prestígio e se tornaram o principal abrigo para os intelectuais do país.

Foi em meio a esta conjuntura, em 1980, que Francisco de Oliveira entrou para o quadro de professores do curso de pós-graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. A carreira acadêmica se apresentava, então, como um porto

seguro para dar continuidade à tarefa de pensar o Brasil,⁴⁰ mas o ambiente universitário, em fase de reestruturação, ainda era estranho para muitos pesquisadores alheios à docência e acostumados com outro cotidiano:

Aquilo [o trabalho na PUC] foi um arranjo (risos), ninguém levava muito a sério. A PUC estava num processo de mudança. Na área de economia, eles tinham convidado Paul Singer, Walter Barelli. Eles estavam num processo de mudança na pós-graduação de economia, que era muito frágil. Eu entrei nessa onda, e aí não fizeram muita distinção se você era economista ou não. Mas a PUC não me deu nada, só salário, que é importante (risos). É, mas não me deu nada. Sem nenhuma mágoa, não me deu nada. Não havia ambiente intelectual propriamente na PUC. Era um curso mambembe, que foi sendo reformulado assim, aos trancos e barrancos. Eles convidaram Paul Singer, que foi para lá, ficou uns dois anos. Octavio Ianni estava (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 610).

O processo de dissolução da unidade dos intelectuais contra o regime autoritário, descrito por Oliveira, também afetou o grupo do CEBRAP. As novidades da política nacional e as possibilidades inéditas que elas abriam contribuíram para revelar ou fomentar diferenças entre pesquisadores importantes do Centro. Por exemplo: enquanto Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti defendiam a unidade da oposição à ditadura numa “frente ampla” em torno do MDB, sigla pela qual Cardoso foi eleito senador, Oliveira e Paul Singer, entre outros,⁴¹ apostaram suas fichas na construção do PT. Esse debate, que começou brando, acirrou-se ao longo dos anos 1980 e contribuiu para o surgimento de cisões no interior do CEBRAP. Fernando Henrique Cardoso fundaria PSDB, em 1988, sigla que contava com o apoio de outros membros do Centro. Inclusive de Francisco de Oliveira, que via naquela iniciativa uma ferramenta para disputar a classe média brasileira um pouco mais à esquerda. Mas o engajamento de Oliveira no PT e o crescente alinhamento do PSDB ao discurso liberal aprofundaram as diferenças, e a simpatia inicial entre os dois grupos se rompeu. Em 1995, pouco depois da eleição de Fernando Henrique para a presidência do país, Francisco de Oliveira deixou o dividido CEBRAP:

Eles não admitiam – o Giannotti, a Elza Berquó – que alguém do CEBRAP, que tinha convivido com o Fernando Henrique, não votasse nele. E aí se abriu um conflito, ficou aberto. E foi uma fase péssima do Giannotti, porque ele assumiu um antimarxismo

⁴⁰ Vale lembrar que, a partir de 1976, a contribuição financeira da Fundação Ford ao CEBRAP foi reduzida, e muitos de seus pesquisadores foram obrigados a buscarem fontes mais seguras de renda (MICELI, 1993, p. 80).

⁴¹ Singer e Francisco Weffort, que deixara o CEBRAP para criar o CEDEC, estavam entre os 92 membros do 1º Diretório Nacional do PT, eleito em agosto de 1981. Ver *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 115. Singer também deixaria o CEBRAP, em 1988, para assumir a secretaria de planejamento da prefeitura de Luiza Erundina em São Paulo.

militante, que não é o caso dele. Ele conhece bem Marx, muito melhor do que eu. O Fernando Henrique já estava fora, em 1995, então a luta, que era surda e bastante encoberta, ficou descarada. E o Giannotti tomou a si a tarefa de expulsar o grupo marxista do CEBRAP. Era um grupo que eu coordenava não como grupo, coordenava intelectualmente. Fazia discussões. Estávamos eu, o Adalberto Cardoso, o Alvaro Comin (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 612).

A política foi determinante, mas outros fatores também contribuíram para a crise do CEBRAP. A trajetória desse Centro no período imediatamente posterior ao fim da ditadura é bem retratada por Rodrigo Naves, editor da revista *Novos Estudos* entre 1987 e 1995.

Em 1987, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento não era mais a instituição que havia sido fundada em junho de 1969 para abrigar intelectuais cassados pela ditadura militar, criando um ambiente em que pudessem continuar a desenvolver seu trabalho e a criar perspectivas críticas para o país. A política já levava importantes quadros da instituição – como um de seus fundadores, o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso – e não parecia existir muitos intelectuais à altura daqueles que se viram forçados a deixar a casa: pesquisadores que combinassem sofisticação teórica e engajamento político, formação acadêmica de qualidade e vontade de contribuir para um país mais igualitário. Divergências políticas e teóricas também contribuíram para que alguns antigos membros do Cebrap deixassem a instituição e fundassem outros centros de pesquisa (NAVES, 2006, p. 16).

Para o editor da principal revista do Centro, o panorama intelectual havia se transformado no Brasil e no mundo. Tornara-se mais difícil encontrar financiamento para pesquisas nos moldes do “velho” CEBRAP, ou seja, menos empíricas, mais voltadas a entender os grandes problemas da sociedade brasileira. A Fundação Ford, que fora a maior patrocinadora das pesquisas do Centro, reduziu seu apoio a partir de 1976. Foi necessário buscar recursos em outras fontes, o que também obrigou uma adaptação às exigências de cada agência de fomento. O resultado foi o surgimento de grupos de pesquisa mais fragmentados, voltados a temas menos abrangentes, e os pesquisadores encontravam dificuldade na hora de tentar amarrar as interpretações em busca de uma visão mais abrangente sobre o país. Para Naves essa incapacidade “deixava no ar uma insatisfação clara”. Em suma: no final dos anos 1980 o CEBRAP enfrentava a falta de dinheiro e a exigência de se adaptar a formas de pesquisa às quais seus membros não estavam acostumados. Sofria, ainda, com a crescente concorrência das universidades, que cobravam o tempo de muitos de seus pesquisadores. O artigo-desabafo de Francisco de Oliveira sobre o novo perfil do intelectual brasileiro, discutido acima, confirma a existência de um mal-estar. No interior do CEBRAP essa crise foi tema de muitas discussões, as quais se misturavam com assuntos do dia da vida política nacional: a criação de novos partidos, a

constituente de 1988, o debate entre defensores do presidencialismo ou do parlamentarismo, as eleições diretas. As calorosas contendas que ocorriam no auditório, nos corredores, no café ou em órgãos da imprensa deixaram cicatrizes:

Houve estremecimentos de velhas amizades, bate-bocas inflamados e um clima constante de entusiasmo. Parecia que daquela vez as coisas podiam mudar pra valer. De todo modo, sobrevivemos todos, com algumas relações pessoais meio arranhadas, mágoas e uma história rumorosa sob os pés (NAVES, 2006, p. 17).

A gota d'água que transbordou aquele copo foi “a crescente polarização da vida política nacional entre o PT de Lula e o PSDB de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso”. Como o Centro contava com pesquisadores ligados aos dois partidos, aquela “divisão política rachou a casa de alto a baixo”. Afinal:

Uma coisa é se entregar ao debate político com adversários distantes, com quem só cruzamos nas páginas de um jornal e em quem só pensamos como entidade abstrata a encarnar posições teóricas contrárias, que cumpre enfraquecer com argumentos, torneios verbais ou mordacidades. Outra coisa é topar com o alvo de artigos inflamados no corredor do local de trabalho, com os olhos ainda meio inchados pela noite de mau sono (NAVES, 2006, p. 17).

O conflito era sensível em todos os espaços do Centro e contagiou as reuniões do Conselho Editorial de *Novos Estudos*, onde, segundo Naves, “éramos todos de esquerda. Só que ‘ser de esquerda’ já adquirira uma conotação tão vaga que mal se podia vislumbrar os seus contornos”. Todos estavam empenhados em lutar pela consolidação da democracia e pela redução da desigualdade social no Brasil. Havia acordo em relação aos fins. O problema eram os meios. “Ou seja, o esforço comum estava em saber quais análises e práticas se revelariam realmente ‘de esquerda’ (2006, p. 18).

A heterogeneidade gerava alguns problemas, mas sem dúvida contribuía para a originalidade da produção dos membros do CEBRAP. Essa é a visão de Naves, que destaca a capacidade dos maiores pesquisadores do Centro de se abrirem às mudanças históricas, sem tentar “moldar os fatos de maneira a caber no esquema teórico que os une”. Assim Giannotti, uma das maiores lideranças do grupo, “procurava combinar a compreensão de uma *lógica prática* da ordem capitalista à atenção às mais mezinhas inflexões da conjuntura política e cultural”, enquanto “Chico de Oliveira — talvez mais um capoeirista do que um *boxeur* —, trilhando um caminho semelhante ao de Giannotti, acrescentava a essa busca um pessimismo realista de quem conhecera de perto as piores oligarquias no Nordeste brasileiro”. O destaque ao perfil de ambos é justa porque àquela altura, após

inúmeras baixas, eles eram as maiores referências intelectuais do CEBRAP. Segundo Oliveira:

A situação do CEBRAP era assim: ele ganhou muito prestígio externo, passou a ser uma referência, e isso entrou lá dentro de forma bastante danosa. Em primeiro lugar, afastaram-se vários dos fundadores. O Fernando Henrique foi para a política e nunca mais voltou. O Chico Weffort saiu, fundou o CEDEC, e também nunca mais voltou. O Bolívar Lamounier, que era uma voz dissidente, sempre, também saiu, fundou o IDESP e não voltou mais. O Octavio [Ianni] saiu por outras razões. [...] Então essa projeção externa trouxe uma luta que, pelo menos, talvez numa visão romântica, destruiu aquele instituto que havia sido muito estimulante. Aí sobraram duas lideranças intelectuais lá dentro. O Giannotti, que tinha direitos de fundador, e era um grande intelectual, e eu, porque todos os outros que podiam ter esse papel já tinham saído.⁴²

Ambos tinham visões diferentes sobre a realidade brasileira, o que se refletia em suas opções partidárias: Giannotti estava com o PSDB, Oliveira com o PT. Também apresentam um perfil intelectual um tanto distinto, como lembra Naves:

Giannotti — que foi a pessoa que me convidou a editar *Novos Estudos* — sempre teve enorme dificuldade com reuniões ou seminários longos, o que nunca ocultou. Por vezes, se desculpava e passava a rodar em torno da mesa em que nos reuníamos. De certa maneira essa impaciência se transpunha para o seu raciocínio, na ânsia de vislumbrar alternativas ao finalismo meio imobilista do velho marxismo. Chico de Oliveira infalivelmente fazia uma sesta após o almoço, deitado no carpete de seu escritório, tendo apenas um travesseirinho de macela a lhe dar conforto. Era de esperar que tivesse mais paciência com o processo histórico (2006, p. 19).

O esfacelamento do ambiente intelectual que fora característico do CEBRAP durante a década de 1970 representava uma crise do modelo de atuação intelectual dentro do qual Francisco de Oliveira se formara. Aquele ambiente caloroso, agitado, em que “não se faziam reverências”, interdisciplinar, aberto à participação de gente de fora, estava condenado a desaparecer. Enquanto isso, a vida acadêmica passava longe de oferecer um clima próximo daquele. Não existia algo parecido nem na PUC nem no Departamento de Sociologia da USP, ao qual Oliveira se juntou em 1988. Àquela altura, seu prestígio intelectual compensava a falta de uma trajetória acadêmica linear:

Meu passe estava supervalorizado. Aí chegaram a Unicamp e a USP no mesmo momento. Dei palestras na Unicamp e na USP, como se fossem meu vestibular para entrar na pós-graduação, já para entrar por cima e tal. Na Unicamp foi uma discussão muito interessante. Na USP não. Eu me decidi pela USP por razões práticas, eu detesto dirigir, não gosto de estrada e resolvi: “Vou ficar aqui” (entrevista em JINKINGS et al., 2007, p. 33).

⁴² Entrevista em Ridenti e Mendes (2012, p. 612).

O relato sobre a forma como se deu a escolha a favor da USP expõe certo grau de resignação em relação ao ambiente acadêmico, mas era ele que oferecia as melhores garantias materiais. Tornar-se professor exigia dar aulas, lidar com regras e prazos, burocracias e tantas outras demandas que não existiam no CEBRAP. Mas o que mais incomodava Francisco de Oliveira era o ambiente intelectual mais fechado, para ele quase morto:

É muito difícil “falar de corda em casa de enforcado”. E é tão difícil, porque, como você disse, a minha relação mais intensa é com o Cebrap, não com a Universidade, onde estou há apenas sete anos. Gosto muito dos meus colegas, não gosto da Faculdade. Me sinto um peixe fora d’água. Isso aqui para mim é um túmulo, um ambiente frio, chato, sem nenhum atrativo. Aprecio a convivência e o trabalho dos meus colegas, mas, infelizmente, não trabalhamos juntos. A Faculdade, o curso, o departamento, não sei direito o que é, tem um estilo que é muito segregacionista, o meu estilo é mais coletivo. Aqui cada professor trabalha consigo mesmo e com seus auxiliares, que são bolsistas da Fapesp, do CNPq. Não há uma tradição, ou não sei se houve, do trabalho no qual me formei, mais cooperativo, que é a tradição do Cebrap.⁴³

Esse incômodo não era um sentimento exclusivo de Francisco de Oliveira, mas é certo que cada personagem sente a realidade ao seu modo. Diante do cenário aqui apresentado os intelectuais brasileiros escolheram seus caminhos e passaram a produzir reflexões que correspondiam àquelas decisões.⁴⁴ Afinal, além do lugar do intelectual na sociedade, modificava-se a crença no poder do Estado nacional e nas organizações de esquerda tradicionais, bem como os referenciais teóricos e políticos do marxismo. Mas onde Francisco de Oliveira se situava em meio a este cenário? O artigo sobre a “migração dos intelectuais” revela o estranhamento do sociólogo diante daquele novo quadro, tão diferente do ambiente intelectual vivido no CEBRAP durante os anos 1970. Um espaço sufocado, por um lado, pelo peso enorme de repressão, mas extremamente arejado de outro, graças à

⁴³ Entrevista em *Revista Plural*, São Paulo, nº1, 1º semestre de 1994, p. 158.

⁴⁴ Um pouco do clima da época pode ser captado através da análise do impacto do livro *Tudo que é sólido desmancha no ar*, de Marshall Berman, realizada por Marcelo Ridenti (2010c). Sucesso de público após sua publicação no Brasil, em 1986, esta obra estava em sintonia com o “fim do ciclo das vanguardas na história da esquerda brasileira e com a representação do intelectual que nele prevalecera”. Neste sentido, ela “era útil no acerto de contas que estudantes, artistas, profissionais liberais, professores – enfim, a intelectualidade num sentido amplo – fazia com seu passado recente de combate a uma ditadura que se encerrava” (RIDENTI, 2010c, p. 302). O livro inspirava interpretações diferentes e, a partir delas, posturas políticas bem distintas e até mesmo contraditórias: “A análise de Berman, ao enfatizar o ‘eu’ moderno e o autodesenvolvimento ilimitado do indivíduo na modernidade, dá margem a leituras tanto libertárias como liberais de seu livro. Os limites entre a individualidade libertária e a narcisista pode ser muito tênue, abrindo a hipótese de uma interpretação conservadora de *Tudo que é sólido desmancha no ar*, conveniente a setores intelectualizados na sociedade brasileira da segunda metade da década de 1980, em busca de justificativas para mudanças que implicavam o abandono de propostas de transformações sociais estruturais na sociedade brasileira, ou então àqueles que nunca se engajaram politicamente” (RIDENTI, 2010c, p. 306).

rede de contatos que se estabeleceu com os principais quadros políticos da oposição ao regime e ao público fiel conquistado pelas publicações do Centro.

A migração de Oliveira para as universidades – primeiro a PUC, depois a USP – deu-se, sobretudo, por necessidade, um tanto a contragosto. Tudo indica que o sociólogo não teria seguido esse caminho caso o CEBRAP tivesse mantido suas características. Algo que, como vimos, era impossível diante do esgotamento de sua principal fonte de recursos, da fragmentação dos projetos de pesquisa, da concorrência que o Centro passou a sofrer tanto da carreira política quanto da universitária, que lhe roubaram muitos pesquisadores importantes, e da tensa divisão interna que surgiu como reflexo da polarização entre PT e PSDB na política nacional. Se esse turbilhão não tivesse atravessado o caminho do CEBRAP é provável que Francisco de Oliveira tivesse permanecido entre seus quadros. Mas o fim da ditadura trouxe consigo essa contradição: da mesma forma que o golpe de 1964 salvou o então jovem sociólogo de se tornar um “burocrata de êxito”⁴⁵ e o lançou no centro de uma vida intelectual bastante rica, a redemocratização retirou boa parte do sentido e das condições que permitiram aquela experiência e obrigou o já experiente pesquisador a seguir um caminho que não lhe despertava muito entusiasmo. Para outros membros fundadores do CEBRAP o fim da ditadura representava a possibilidade de retomar suas carreiras acadêmicas interrompidas ou de se lançarem na vida política, se assim desejassem. Não era o caso de Oliveira, que sem dúvida não gostaria de retomar a carreira de burocrata, interrompida em 1964. Afinal o CEBRAP foi seu espaço de formação intelectual e o local onde sua trajetória ganhou sentido. Pois o que havia antes – sobretudo no período de 1964 a 1969 – eram incertezas. Ali ele conheceu o marxismo e se descobriu no centro de um dos espaços mais importantes de articulação intelectual e política da ditadura. Daí o enorme estranhamento causado pela perda daquele ambiente.

Ao deixar o CEBRAP, em 1995, Francisco de Oliveira encontrou abrigo em meio ao “túmulos” que era a vida universitária através do contato com alguns pesquisadores do Departamento de Sociologia da USP. Liderado por Maria Célia Paoli, aquele grupo fundou o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC). Ali era possível recuperar um pouco do clima de debates francos e trabalho intelectual coletivo que o CEBRAP não

⁴⁵ Entrevista em Montero e Moura (2009, p. 162).

oferecia mais e que escapava à realidade universitária. Mas o NEDIC também surgia como fruto da crise de referenciais teóricos e políticos da esquerda, o que revela sua agenda de pesquisas, que será analisada no próximo capítulo.

4. Democracia *versus* neoliberalismo

A longa convivência com uma difícil situação econômica tornou-nos verdadeiros apóstolos do ceticismo. Acostumamo-nos a desconfiar das boas idéias e a acreditar antes em momentos magicamente redentores que nas iniciativas práticas ao alcance da mão. Tanto quanto a crise, os pacotes marcaram a década de 80, reproduzindo pela via tecnocrática o autoritarismo que marcou as duas décadas anteriores. Este acordo [das montadoras] certamente não será a salvação da lavoura. Mas tudo indica que um novo e importante processo ao mesmo tempo político e econômico foi iniciado. Há razões, sim, para uma aposta.

Francisco de Oliveira, em 1993.¹

É comum encontrar a expressão “década perdida” sendo usada por aqueles que se referem aos anos 1980. Este adjetivo se baseia, sobretudo, na análise de aspectos econômicos, ou seja, no reconhecimento da estagnação que marcou não só o Brasil, mas o conjunto da América Latina, durante aquele decênio. Como poderíamos, então, classificar os anos 1990? A revisão realizada neste capítulo sugere que ao longo daquela década muita coisa também foi perdida, ainda que aparentemente pouco houvesse para se perder. E neste caso os prejuízos não foram apenas econômicos, mas, sobretudo, políticos. Se os anos 1980 combinaram a frieza da estagnação econômica com o calor da campanha pela democratização, do novo sindicalismo, do PT e da constituinte, a década seguinte se definiu mais pelo enfraquecimento das esperanças depositadas naquelas novidades, o que ocorreu sob o contexto do esvaziamento das ruas e do debate político em nome da estabilidade econômica, alcançada em meio a um “desmanche” promovido pelo neoliberalismo. Não seria, portanto, a década de 1990 a verdadeira “década perdida”? Ou então, para que o adjetivo não seja roubado de sua antecessora, a década em que mais se perdeu? Quando se adotam os textos de Francisco de Oliveira como referência, esta é a impressão que fica.

Os anos de 1990 no Brasil começaram com a posse de Fernando Collor como presidente. Sua vitória apertada sobre Lula, no segundo turno das eleições de 1989, frustrou as expectativas mais imediatas da esquerda e demonstrou a persistência de certos aspectos da longa crise que contribuiu para o fim do regime autoritário. Afinal o escolhido dos eleitores era um *outsider* que prometia refundar mais uma vez a República. Mas o resultado

¹ Trecho de “Quanto melhor, melhor. O Acordo das Montadoras” (1993a, p. 7).

eleitoral não era de todo ruim: a impressionante força que alcançara a candidatura do PT permitia crer que a mobilização popular propulsora da campanha pela redemocratização ainda tinha combustível para queimar e, com essa energia, ela poderia levar a transformações mais profundas da sociedade. A continuidade da crise política e econômica mantinha uma porta aberta e, até aquele momento, as alternativas que surgiram no contexto da democratização ainda disputavam espaço. A vitória de Collor como salvador da pátria, com a promessa de interromper a crise econômica e ainda desbancar de cima a baixo os representantes do jovem e já desgastado regime, mantinha a sociedade presa a uma conjuntura repetitiva, de tentativa e erro, inaugurada em meados da década de 1970. A aparência era de que sempre se estava começando do zero. Porém, como sugere Sallum Jr., cada novo governo, acompanhado de seu plano econômico pretensamente inovador, indicava mudanças sutis, que definiam aos poucos o esgotamento do Estado nacional-desenvolvimentista e o avanço de uma nova estratégia de administração do capitalismo brasileiro:

As tentativas, fracassos, mudanças de direção, novas derrotas não construíram *apenas* um movimento circular, quase repetitivo, a expressar a incapacidade de ultrapassagem da crise. O exame da sucessão de políticas econômicas permitirá *também* detectar sinais, ainda tênues, de que a mudança ganhou certa direção, de que no plano sociopolítico as forças sociais começaram a mover-se rumo a um novo pacto, de desenho ainda muito vago e incompleto (SALLUM JR., 1996, p. 158, grifos no original).

Esse clima de incertezas influenciava a produção de Francisco de Oliveira. Nos primeiros anos daquela década seus textos conservavam certa esperança, expressa em apostas políticas ousadas e polêmicas – mesmo para o conjunto da esquerda – ao mesmo tempo em que identificavam com preocupação os sinais de que qualquer tentativa de ampliar os “sentidos da democracia” brasileira teria que se contrapor ao avanço da mundialização e da financeirização do capital, que já ameaçavam anular a luta política que se desenrolava no espaço nacional. Em seus trabalhos essa oposição se desdobrava no embate entre duas formas de sociabilidade: uma pública, democrática e popular, herdeira da luta contra a ditadura; e outra antipública, autoritária e excludente, ligada à nova face do capitalismo mundial e ao novo pacto de forças políticas conservadoras nacionais.

Essa leitura da realidade, mais tarde discutida e ampliada através do diálogo com outros intelectuais no espaço do CENEDIC, fundamenta várias intervenções do sociólogo

em momentos importantes da vida política nacional: as críticas ao “messias” Collor, a aposta nas Câmaras Setoriais, o combate ao “autoritarismo neoliberal” de Fernando Henrique Cardoso e a decepção com o realinhamento ideológico do PT, consolidado às vésperas da eleição de Lula, em 2002. Este capítulo é dedicado a acompanhar a participação de Francisco de Oliveira nos debates sobre cada um desses temas. Ao longo da década de 1990, a vitória cada vez mais nítida da “sociabilidade antipública” impôs aos seus trabalhos um sentimento de derrota e resignação sem, no entanto, retirar-lhes o tom crítico.

4.1. O “messias” Collor e os primeiros sinais do apocalipse

Em 1989, quando foram realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência após o fim da ditadura, a crise orgânica que marcava a sociedade brasileira ainda não tinha se encerrado, fato reforçado pelo grande número de candidatos e siglas postulantes ao cargo, bem como pela disputa do segundo turno entre Fernando Collor e Lula, dois nomes que representavam – cada um ao seu modo – uma ruptura em relação às forças políticas tradicionais. Identificados com o recém-restabelecido regime democrático, PFL e PMDB já enfrentavam o ônus de não terem conseguido reverter a crise econômica e social. Enquanto Lula se apresentava como uma alternativa à esquerda, inclinada a favor de uma agenda de ampliação de direitos sociais e políticos que se apoiaria num Estado forte, ainda pautado por uma agenda desenvolvimentista, Collor – filiado ao pequeno Partido da Reconstrução Nacional – defendeu em seu discurso a ideia da falência da máquina estatal, que estaria dominada pela corrupção e pela incompetência administrativa. Sua postura anti-política dava forma à figura carismática que a crise orgânica pedia. A enorme distância programática entre os dois candidatos favoreceu a polarização do processo eleitoral. Para Oliveira, o segundo turno se configurou como uma “guerra de classes”:

O que transformou uma eleição numa expressão codificada da luta de classes, talvez sem paralelo e antecedente no Brasil, foi uma crise do regime que, pela ascensão ao primeiro plano do candidato Lula, tendeu a transformar-se numa crise da dominação social, ou numa crise de hegemonia (1992, p. 21).

Naquele contexto tão indefinido, a vitória de Collor, um “candidato messiânico”, abalou as esperanças imediatas de parte da esquerda brasileira, pois, segundo Oliveira, ocorreu:

Ao arrepio de todo o anterior trajeto de constituição da resistência democrática, da emergência de novos atores e sujeitos na cena política, da novel organização sindical trabalhadora e de novos nichos de articulação burguesa, da constituição de uma opinião pública sensível, da retomada de um papel mais visível da imprensa, e finalmente da constituição dos novos partidos (1992, p. 16).

Ao mesmo tempo em que reforçou a continuidade da crise política e econômica – o que mantinha aberta uma possibilidade de mudança – o agitado mandato de Collor contribuiu para começar a abrir alguns caminhos que seriam ampliados depois. Seu discurso de desqualificação do Estado e defesa da abertura econômica estava alinhado ao pensamento neoliberal, que se tornava hegemônico em todo o mundo. Porém, “apesar das afinidades doutrinárias, [Collor] não se articulava organicamente às associações empresariais nem ao grande empresariado” (SALLUM JR., 1996, p. 196). O fracasso de seu governo – que se encerraria em meio a um processo de *impeachment* por corrupção – é em parte explicável por essa carência de apoio. Este é um fato que não escapou à longa análise do perfil de Collor realizada por Francisco de Oliveira, embora seu olhar seja muito mais abrangente.

Ao descrever o ex-presidente em vários artigos,² Oliveira não se restringiu às questões políticas. Irônico, apontou algumas características da personalidade de Collor: intempestivo, arrogante, narcisista, imprevisível, instável emocionalmente, exótico, espalhafatoso, audacioso, além de ter um perfil de “*clown*”, ridículo e grotesco. Somadas, essas peculiaridades ajudavam a compor a máscara de messias utilizada pelo candidato. Seu caráter messiânico se sobrepunha ao populista, já que ele não pretendia integrar as massas radicais numa sociedade fechada, nem lidava com valores como justiça social, defesa dos bens públicos, distribuição de renda ou ataque às oligarquias. O que “pavimentou o caminho do salvador” foi o caráter profundo da crise brasileira no final da década de 1980 (OLIVEIRA, 1992, p. 27-33). De fato os problemas econômicos, que já tinham contribuído para a queda do regime autoritário, não foram resolvidos durante os primeiros anos de democracia, sobre os quais se colocaram grandes esperanças. Assim, apesar de jovens, as

² Os principais foram reunidos no livro *Collor, a falsificação da ira* (1992).

instituições da Nova República e suas lideranças políticas sentiam-se constantemente ameaçadas pelo fracasso do governo Sarney. Para Oliveira, a crise se arrastava porque, entre outros motivos, o primeiro presidente pós-democratização não foi capaz de encaminhar a questão da participação do Estado brasileiro na acumulação capitalista. Este era o ponto central da disputa entre desenvolvimentistas e neoliberais, não solucionado na gestão Sarney.³

Enquanto isso, a descrença de boa parte da população nas instituições democráticas e na política em geral atuou como um fator decisivo para o sucesso de Collor. Este soube articular um discurso que aglutinava a raiva popular contra o Estado, avessa aos setores ditos privilegiados dos trabalhadores e aos mais ricos. Nada parecia escapar à sua ira, que se voltava contra todo o sistema. A esperança de seus eleitores era de que ele, quando eleito, seria o líder de uma grande vingança popular (OLIVEIRA, 1992, p. 47-53). Nem o anúncio do confisco das poupanças, que era o ponto mais polêmico do plano econômico publicado logo após sua posse, em março de 1990, foi suficiente para quebrar o amplo consenso que havia em torno da necessidade de medidas duras para solucionar os problemas financeiros. O caráter messiânico de Collor contribuiu para que se ofuscasse o sentido real do plano, segundo Oliveira neoliberal e privatizante. A emergência da situação permitia a ampliação de seus poderes através de uma “enxurrada de medidas provisórias”.

A credibilidade do governo caía conforme o tempo passava e a promessa de uma solução dolorosa, porém rápida, não se concretizava. Para Oliveira, a ineficácia do plano revelava que seus criadores ignoravam a disparidade entre uma “temporalidade messiânica”, que prometia acabar com a crise subitamente,⁴ e uma “temporalidade social”, multideterminada pelos interesses das classes, incompatíveis entre si. De um lado os trabalhadores assalariados viviam dentro de um ciclo curto, mensal, enquanto de outro lado a burguesia estava ligada ao tempo do grande capital, mais longo. A realização do lucro é geralmente mais demorada do que o giro da folha salarial, e a consequência dessa

³ O declínio do keynesianismo e a ascensão do neoliberalismo como tendência hegemônica no debate econômico internacional foram assimilados de forma particular no Brasil. Por aqui, a crise do Estado desenvolvimentista se misturou à derrocada do regime autoritário. Essa combinação gerou muitas ambiguidades, em parte assumidas pela Constituição de 1988, que consolida instituições e direitos vinculados à tradição social-democrata em meio aos primeiros passos em direção ao “desmanche” da chamada “Era Vargas”.

⁴ Oliveira cita uma frase do ex-presidente, que dizia ter “uma só bala na agulha para derrubar o tigre da inflação”.

disparidade é que medidas de choque, como as executadas por Collor, tendem a afetar de modo diferente cada setor da sociedade. No caso os trabalhadores, que vivem no tempo estreito do salário, são os primeiros a sentirem os efeitos de planos de austeridade (OLIVEIRA, 1992, p. 55-72). Além de ser particularmente nocivo a esta parcela da sociedade, já afetada pela expansão da desigualdade social durante a ditadura, o Plano Collor possuía um profundo caráter privatizante, que para Oliveira não se limitava à venda de empresas estatais. Tratava-se, mais além, de uma “privatização do público”, que minava a capacidade de regulação da economia por parte do Estado brasileiro. Esse processo político, que se mascara de meramente econômico, avançava colado à consolidação da indústria cultural e da sociedade de massas. Forjadas durante o regime militar, elas foram herdadas pela Nova República e teriam contribuído para converter boa parte da população numa espécie de “espectador passivo”, conforme termo que Oliveira empresta de Richard Sennett (1988).

Apesar do fracasso na tentativa de combater a inflação, o Plano Collor avançava na execução de outros objetivos: deslocar o Estado do centro da acumulação capitalista, abrir espaço para o capital estrangeiro e desmontar as formas de organização e expressão da classe trabalhadora. Procedimentos eminentemente políticos. Enquanto isso, o reforço do discurso antiestatal e o ataque aos “privilégios” atribuídos a algumas parcelas dos trabalhadores, pavimentavam o caminho para a agenda econômica que seria executada por Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995. O apoio a Collor por parte da burguesia revelava sua incômoda posição entre as pressões do capital internacional e a nova sociabilidade brasileira, em que as classes trabalhadoras organizadas pareciam ter grande peso. Para Oliveira, a conjuntura daqueles anos e a busca por uma saída para a crise numa maior parcela de capital estrangeiro reafirmavam a ausência de um projeto hegemônico por parte da burguesia brasileira:

O aporte de novos capitais é imprescindível para mover um novo conjunto articulado. Ele não seria insubstituível, se a burguesia brasileira tivesse um projeto hegemônico, mas ela não o tem: um projeto hegemônico é saber o que fazer e fazer a sociedade inteira, inclusive ou talvez precisamente os trabalhadores, ter o mesmo projeto na cabeça. Isto não existe, tal qual existiu no período áureo do populismo, quando todo mundo tinha uma solução para o Brasil, que era a mesma. Na ausência de hegemonia, no sentido gramsciano, surge a dominação não-hegemônica, que o regime militar impôs. Hoje, não há nem uma, nem outra coisa (OLIVEIRA, 1992, p. 103).

Porém do ponto de vista dos trabalhadores o cenário também não parecia muito promissor. Oliveira defendia que após anos de recessão econômica, responsável por aprofundar a desigualdade e reduzir o poder de organização e pressão dos dominados, pouco restava à esquerda além de lutar contra o “capitalismo selvagem” e a favor de bandeiras que apontassem no sentido da construção de estruturas próximas ao *Welfare State*. Ou seja: devia-se buscar a preservação da “sociabilidade social-democrata” que se construiu a partir do final dos anos 1970 (1992, p. 104). Para o sociólogo, esse deveria ser o objetivo de seu partido, o PT. Quanto ao PSDB, sua visão a essa altura já era bem pessimista: “um partido que se pretende vanguarda de uma racionalidade burguesa que, nas condições concretas do Brasil, é puramente abstrata”. Independente do lado, era difícil encontrar alguém capaz de romper os limites do que Oliveira chamou, em diálogo com Sennett e Ernesto Laclau, de “personalidade populista brasileira”, então representada por Collor: preso a ela, o político de origem humilde constrói sua crítica contra o sistema e os privilégios, mas não tem o objetivo de destruí-los. É apenas um “ressentimento”. Essa característica seria comum a todo o espectro partidário brasileiro, tanto à direita quanto à esquerda, mas nenhuma sigla a representaria melhor do que o PMDB: uma organização que se colocava contra “a Velha Ordem, o Poder Estabelecido, mas nunca se comprometeu com uma nova ordem, salvo a palavra de ordem mais geral da democracia”. Após a redemocratização, o PMDB se converteu em partido da ordem, de aglutinação de interesses. Nem o PT escapava por completo dessa “personalidade populista”:

O ataque do PT dirigia-se ao capitalismo, na sua forma desenvolvida durante o autoritarismo; ainda havia propostas de estatização de alguns setores da economia, o que contribuía para diferenciá-lo anda mais de Collor. Mas o programa, consequentemente, era de reforma do capitalismo, contidos ou atenuados, por uma maioria pragmaticamente social-democrata (mas que tem horror de reconhecer-se como tal), os antigos arroubos de destruição do capitalismo. Um tal programa não conseguia abranger, ou pelo menos demonstrar que abrangia, os naufragos do Estado do Mal-Estar, os desprotegidos do sistema de previdência social, os mendicantes da caridade do orçamento público. Ele era, sobretudo, um programa para as classes e setores organizados e *modernos* da sociedade, incluindo-se as burguesias. Mas a chegada do PT ao segundo turno proclamava, por si só, que as burguesias haviam perdido a capacidade hegemônica, e o programa a ser realizado, embora as beneficiasse, em última instância, seria feito *apesar delas*. Era um programa social-democrata (1992, p. 155).

O exposto até aqui revela que o breve governo Collor foi envolvido por um clima pessimista, tanto à esquerda quanto à direita, reflexo do que Oliveira classificou como

ausência de hegemonia por parte da burguesia, ainda incapaz de se identificar com uma representação política, e da inexistência ou inviabilidade de um projeto de transformação radical da sociedade brasileira por parte da esquerda. Os textos de Oliveira começavam a destacar essa lacuna, responsável por tornar o sistema político superficial ou irrelevante.

Apesar de dar mostras do que estava por vir nas esferas econômica e política, Collor não reunia em torno de si o apoio necessário para executar a transformação que desejava. A descoberta de um grande esquema de corrupção em seu governo foi a deixa para que parcelas da sociedade contra a qual ele direcionava seu discurso – aí incluídos a burguesia e o setor organizado dos trabalhadores – lançassem a campanha pelo seu impedimento, agora com o apoio da maioria da população, já decepcionada, mais uma vez, com o fracasso das políticas econômicas. Encerrado em dezembro de 1992, o breve governo Collor levou ao apogeu a crise do Estado nacional-desenvolvimentista e, como tal, marcou um ponto de virada: “longe de ser o primeiro presidente de um Estado moderno e renovado, Collor na verdade foi o último presidente de um Estado falido, que sua pirotecnia e sua megalomania exibiram quase obscenamente. Por isso, ele será lembrado” (1992, p. 162). O cenário era tão caótico que Oliveira temia uma intervenção militar caso a crise política e econômica avançasse para uma reação violenta da população. Mas um evento como este seria, segundo ele, apenas provisório, “para colocar ordem na casa”, pois o projeto que estava em curso já era o neoliberal, com os primeiros sinais de definição de um novo bloco hegemônico de capitais com forte participação estrangeira. Isso porque em paralelo à crise que levou à queda de Collor ocorria a conformação de uma aliança ampla entre setores velhos e novos da política nacional com importantes representantes do capital de dentro e de fora do país. Já durante o mandato de Itamar Franco, substituto de Collor, esse novo bloco se revelou sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, que assumiu o Ministério da Fazenda, em 1993, com a tarefa de derrotar o monstro da inflação.

Embora não tenha cumprido o agressivo programa que alimentou sua eleição, Collor teve um papel fundamental na definição dos rumos do país ao término da transição:

Ao lado do processo hiperinflacionário constante nos últimos dez anos, que elaborou uma espécie de pedagogia perversa, a contra-revolução tresloucada de Collor mandou “pro brejo” toda a esperança de mudança social *progressista*, vale dizer, mudança que tentasse varrer as vastas desigualdades. Instaurou-se – e a eleição do rei do *kitsch* já era seu indício mais forte, com o forte apelo messiânico de salvação – uma espécie de

conservadorismo que se pode resumir em mudança social *regressiva*, isto é, um anseio generalizado e difuso por estabilidade, segurança, ordem, e, *par contre*, o medo à mudança social progressista (OLIVEIRA, 1995, p. 63, grifo no original).

Empurrados para uma posição defensiva, os movimentos sociais e o sindicalismo buscavam outras formas de organização e reivindicação. A profundidade e a longa duração da crise econômica e social tornavam menos eficazes algumas práticas, como as greves. O avanço da reestruturação produtiva – que afetava de forma particular o setor automotivo, berço do sindicalismo mais combativo – ameaçava o emprego de muitos trabalhadores. Ao mesmo tempo a recessão e a queda de taxas sobre importação de veículos derrubavam os lucros das montadoras, que corriam o risco de fecharem suas portas. Aquele contexto levava forças sociais antagônicas a compartilharem um mesmo objetivo: resgatar a produção e superar a crise, para a qual o Estado, sozinho, não encontrava uma solução. Essa situação limite obrigou sindicatos e empresários a dialogarem, num movimento que para Francisco de Oliveira apareceria como um ensaio de sociabilidade social-democrata, marcada pelo respeito às diferenças e pela legitimação do conflito de classes. Era, de fato, algo novo e aparentemente promissor diante dos claros sinais de esgotamento das lutas sociais e políticas que agitaram a década anterior. Restava descobrir se a novidade era boa ou ruim.

4.2. A aposta nas Câmaras Setoriais

Em meio à crise econômica e política que marcou os governos de Fernando Collor e Itamar Franco, entre 1990 e 1994, foi concebido e posto em prática um modelo de negociação entre trabalhadores e empresários que tinha o objetivo de reduzir os prejuízos que ambos sofriam em meio àquela conjuntura. A ideia era criar fóruns, chamados de Câmaras Setoriais, que extrapolassem a discussão salarial promovida no espaço da fábrica e permitissem a elaboração de estratégias econômicas de maior fôlego, em parceria com o Estado. A primeira experiência nesse sentido ocorreu no destacado setor automotivo, localizado na região do ABC paulista, onde a organização sindical também tinha enorme peso. Em seguida tentativas de reprodução do modelo foram realizadas em outros setores, como a construção naval, a construção civil e o ramo químico. Aquela experiência fomentou um intenso e polêmico debate na sociologia brasileira. Alguns estudiosos a

descreviam como um saudável desdobramento da sociabilidade democrática que animara a queda do regime autoritário, enquanto outros viam na abertura para a negociação claros sinais do enfraquecimento da classe trabalhadora e de seus sindicatos. A participação de Francisco de Oliveira no debate sobre as Câmaras Setoriais teve como marco inicial a publicação do artigo “Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras” (1993a), que anunciava o início de uma pesquisa sobre o tema no interior do CEBRAP, e se encerrou com o texto “Apocalipse Now: o ‘Coração das Trevas’ do Neoliberalismo” (1999), que prefacia uma apresentação dos resultados daquele estudo. Nesse espaço de seis anos o ânimo transformou-se em enorme decepção, algo já sugerido a partir da comparação entre os títulos.

O entusiasmo presente em “Quanto melhor, melhor” não impediu Oliveira de reconhecer que o acordo entre trabalhadores e empresas do ramo automotivo era, também, um sinal da fraqueza das partes, ambas vitimadas pela profunda recessão econômica iniciada na década anterior. De fato os sindicatos já não tinham a mesma capacidade de organização e pressão apresentada no final dos anos 1970. Encontravam-se enfraquecidos pela redução de salários e o desemprego que avançou sobre o cinturão industrial do ABC paulista durante a chamada década perdida. Ao mesmo tempo as empresas apresentavam balanços negativos e, embora formassem um oligopólio, eram impedidas pela recessão de transmitir a elevação dos custos de produção para seus fornecedores ou consumidores. Assim, apesar de todo o antagonismo que marcara a relação histórica entre trabalhadores e empresários do ramo automobilístico, ambos viam-se lado a lado na condição de vítimas da crise econômica. Enquanto brigavam entre si, “os dois contendores arriscavam-se, como nas histórias em quadrinhos, a cair exaustos no *round* seguinte” (1993a, p. 4). A dupla derrota traria enormes e evidentes prejuízos não apenas para sindicatos e empresas, mas também para o país, que acumularia perdas no setor mais dinâmico de sua economia. Daí a necessidade de que o Estado entrasse no jogo. A primeira versão do Acordo das Montadoras, firmada em março de 1992, trazia essa inusitada aliança entre trabalhadores, empresários e o Estado.

As características do Acordo davam-lhe de imediato um perfil defensivo. As empresas recuperaram vendas internas e aumentaram a produção; os trabalhadores obtiveram garantia de estabilidade durante a vigência do Acordo, além de reajuste nos salários; o governo de São Paulo e os dos outros estados diminuíram uma certa porcentagem do

ICMS sobre o preço do carro, o mesmo cabendo ao governo federal quanto ao IPI (OLIVEIRA, 1993a, p. 5).

Na segunda versão do acordo, assinada em fevereiro de 1993, as propostas já abandonavam aquele caráter defensivo.

Animados pelos bons resultados colhidos ao longo de 1992 e atenuadas as desconfianças mútuas, os atores envolvidos resolveram ampliar o horizonte de suas negociações, que passaram a incluir metas pactuadas de expansão da produção, criação de novos empregos, modernização do parque produtivo, popularização dos produtos e abertura comercial do setor (1993a, p. 5).

A novidade do Acordo das Montadoras inspirou a realização de uma pesquisa sobre o tema no interior do CEBRAP, a ser desenvolvida por um grupo de pesquisadores que se reuniam em torno da liderança intelectual de Francisco de Oliveira. Dele faziam parte, entre outros, Alvaro Comin, Leonardo Gomes Mello e Silva e Adalberto Cardoso. “Esse grupo foi articulado involuntariamente, ninguém estava querendo fazer grupo nenhum. Mas, no fundo, tratava-se de disputar quem dava a diretriz intelectual [do CEBRAP]”.⁵ O entusiasmo de Oliveira diante do tema é justificável: aquela agenda de negociação política entre as classes, mediada e incentivada pelo Estado, correspondia em menor escala ao modelo que ele imaginava como o ideal a ser perseguido pela esquerda brasileira no contexto da democratização. Ausente a perspectiva próxima de uma revolução, aquele padrão inspirado na social-democracia europeia já representava um enorme avanço.⁶ E era surpreendente que ele pudesse brotar mesmo em situações de crise econômica como aquela que atravessava o país. Mas Oliveira e os demais pesquisadores sabiam que se tratava de uma exceção, pautada numa difícil batalha contra tendências mais poderosas, como revela o título do projeto: “Os cavaleiros do antiapocalipse”.

Enquanto aposta política, o projeto de estudo sobre o Acordo das Montadoras situava Francisco de Oliveira e o grupo de pesquisadores do CEBRAP numa posição oposta àquela

⁵ A pesquisa sobre as Câmaras Setoriais seria realizada em meio aos conflitos que se acirravam no interior do CEBRAP, sobretudo entre as duas maiores lideranças intelectuais que permaneciam no Centro, Francisco de Oliveira e José Arthur Giannotti. Oliveira lembrou com humor aquele embate “Ele [Giannotti] assumiu aquela posição para expulsar todos que ele chamou de marxistas do CEBRAP. Como eu sou muito irreverente, eu disse: ‘Então você se autoexpulsa, Giannotti’ (risos)”. Entrevista de Francisco de Oliveira em Ridenti e Mendes (2012, p. 612).

⁶ Um debate mais geral sobre o conflito em torno da distribuição de renda em sociedades democráticas na periferia do capitalismo foi apresentado por Singer (1988, p. 134): “A alternativa oferecida pela democracia pode, ao menos em princípio, regular os conflitos distributivos de modo que induzam ao desenvolvimento e ao mesmo tempo encaminhem parcelas crescentes da renda social em expansão para a satisfação das necessidades básicas da maioria”.

de outros investigadores e militantes que enxergavam na proposta das Câmaras Setoriais um “arranjo corporativista, em que os atores diretamente interessados ‘tiravam castanhas do fogo com mão de gato’, enquanto a sociedade e o Estado pagavam a conta” (OLIVEIRA, 1999, p.2). Essa era a visão de um setor mais à direita⁷ e de autores mais à esquerda.⁸ Estes, segundo Oliveira, faziam “coro com a denúncia do caráter corporativista da câmara, e mais: [para eles] era o sinal inequívoco do ‘aburguesamento’ e da traição da CUT e do Sindicato de São Bernardo. Com a câmara, diziam, a CUT passava do sindicalismo de confronto para o sindicalismo de compromisso de classe” (1999, p. 2). Para Francisco de Oliveira, a abertura de sindicatos e empresários para a proposta das Câmaras dizia muito a respeito das dificuldades atuais da reprodução do capital, já identificadas em seu estudo sobre o antivalor: “Eu acho que é um bom exemplo, no sentido de mostrar como os problemas da acumulação capitalista se colocam, hoje, de tal forma, que você ou consegue a anuência do seu adversário para essa utilização de recursos públicos, ou o processo não caminha”.⁹ Neste sentido a adoção do Acordo das Montadoras não resultaria, necessariamente, em um lado perdedor e outro vencedor. Este não era o objetivo da negociação, regida por um princípio de igualdade. Se não material, de direitos:

Isto é, o “empate” não foi produzido pela incapacidade de cada contendor para levar seu adversário à lona, mas era o resultado para o qual os contendores entraram no ringue. Isso assinala, do ponto de vista das relações capital-trabalho, uma transformação de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagonica quanto aos interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, agora como um *antagonismo convergente* (OLIVEIRA, 1993a, p. 5-6, grifos no original).

Em palestra realizada naquele período, Francisco de Oliveira (1994b) pensava as relações entre Estado e sociedade no Brasil a partir do conceito gramsciano de “sociedade política”. Para o autor, durante a ditadura o Estado autoritário bloqueou a passagem da sociedade civil à sociedade política através da repressão, mas o modelo de desenvolvimento

⁷ Oliveira cita dois artigos do economista Gustavo Franco, futuro presidente do Banco Central, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*: “Neoliberalismo e neocorporativismo” (04/03/1993) e “A volta do modelo concentrador” (20/05/1993).

⁸ O destaque, neste caso, é dado aos trabalhos de Armando Boito (1994) e Andreia Galvão (1997). Boito critica a transição do chamado “novo sindicalismo” de um modelo de “massas e confrontos” para um “neocorporativismo”, no qual prevalece a defesa de interesses particulares e a “aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista” (BOITO, 1994, p. 23). Para ele, o que aparecera como uma ruptura do padrão histórico de atuação sindical no Brasil se convertia, naquele momento, numa repetição da velha estrutura corporativista. A dissertação de mestrado de Andreia Galvão, orientada por Boito, aponta no mesmo sentido: segundo a autora, a passagem da ação sindical para um modelo participativo e propositivo teria gerado fragmentações e intensificado a concorrência entre trabalhadores do setor metalúrgico.

⁹ Entrevista em *Revista Plural*, São Paulo, nº1, 1º semestre de 1994, p. 157.

executado no período, de caráter excludente e concentrador de renda, deu também o impulso para o surgimento dos movimentos sociais, que levavam suas demandas diretamente ao Estado. Oliveira mostrava-se otimista em relação ao processo de estabelecimento de uma sociedade política no Brasil, de que as Câmaras Setoriais era um dos melhores exemplos. Na mesma linha de textos da década anterior, creditava esse movimento à crescente organização de setores de classe trabalhadora e da classe média. A burguesia pouco havia avançado neste sentido, bem como os trabalhadores do setor informal, carentes de representação política e, portanto, propensos a saídas messiânicas, como ocorreu com a eleição de Collor.

Oliveira reafirmava em seus textos e intervenções a existência de uma sociabilidade democrática capaz de abrir maior espaço para que a sociedade civil expressasse suas demandas e promovesse a institucionalização de políticas públicas. A referência ainda era o modelo social-democrata. A defesa da existência de “antagonismos convergentes” entre trabalhadores e empresários não era surpreendente diante do debate sobre o “modo de produção social-democrata” que ele realizava já há alguns anos. Já para o caso dos sindicatos, aquela aposta representava uma grande mudança em relação ao padrão de atuação que marcara a emergência do novo sindicalismo e animara a criação da CUT durante a década de 1980. Um fator determinante para essa mutação foi o avanço da crise econômica, responsável maior pelo enfraquecimento da estratégia grevista, então incapaz de reverter o processo de perdas salariais e de redução dos postos de emprego. A derrota do PT nas eleições presidenciais de 1989 também teve sua influência: a CUT se alinhou à tática do partido de amenizar seu perfil classista mais duro e agressivo, marca de sua trajetória inicial. A Central orientou-se para a ampliação de suas bases, o que exigia a conquista de ganhos reais para os trabalhadores. A abertura à negociação era uma aposta nesse sentido.¹⁰ Fiel a uma reflexão teórica e política que desenvolvia desde que retornou da França, Francisco de Oliveira podia pela primeira vez enxergar no PT – e, sobretudo, na

¹⁰ Em sua 5ª Plenária Nacional, realizada em julho de 1992, “A CUT reafirma a orientação pela participação nas câmaras setoriais como espaço onde se disputa com o projeto neoliberal de reestruturação produtiva e modernização conservadora e onde os sindicatos, representando os trabalhadores e alicerçados na sua mobilização, buscam deter a implantação desse projeto e acumular forças no sentido de um projeto alternativo, através de novas conquistas trabalhistas e sociais”. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/d/sistema/plenarias/116/arquivo/5-plenaria-nacional-da-cut-1992.pdf>>. Acessado em 12/12/2014.

CUT – um reflexo quase perfeito da estratégia que imaginava como a ideal para a esquerda brasileira. Essa identificação, porém, não duraria muito tempo.

Os resultados da pesquisa sobre o Acordo das Montadoras desenvolvida no CEBRAP foram apresentados no livro *Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística* (1999), cuja introdução corresponde ao texto “Apocalipse Now”, de Francisco de Oliveira. O caráter político do projeto é destacado logo no início do documento:

O referido projeto de pesquisa “Os Cavaleiros do Antiapocalipse” não se inscrevia na linha pós-moderna de “neutralidade axiológica”. De fato, era inspirado numa aposta: a de que as câmaras setoriais – a do setor automotivo como emblema, sob vários aspectos –, constituíam e apontavam para a possibilidade de uma profunda ruptura nas relações capital-trabalho no Brasil, vista de forma positiva e progressista, que contribuiria para a democratização das referidas relações e significaria um avanço no campo dos direitos sociais, além de ter a virtualidade de ajudar na mudança da forma da política no Brasil (OLIVEIRA, 1999, p. 1).

A aceitação da derrota daquela aposta não encerrou a polêmica com a literatura que se posicionara contrária à experiência das Câmaras Setoriais desde seu surgimento. Para Oliveira, o destino daquele modelo não estava dado a princípio. Ele foi travado graças às escolhas dos sujeitos históricos, mais precisamente das classes dominantes e do Estado brasileiros que “recusaram a aposta nas câmaras setoriais, sabotaram-na e, no final, derrotaram uma experiência que recusava a robotização social, a entrega da resolução de importantes questões ao mercado” (1999, p. 1). Mesmo com o boicote ao acordo, Oliveira defendia que ele foi fundamental para a retomada do crescimento do setor automobilístico, para a manutenção dos níveis salariais dos trabalhadores e dos postos de emprego, resultados impulsionados, também, por outros fatores, como o controle da inflação e a liberalização comercial proporcionada, por exemplo, pela criação do Mercosul. O efeito, em geral, seria positivo e muito acima das expectativas iniciais dos participantes do pacto ou de seus críticos. Foi com essa certeza que Oliveira rebateu dois argumentos apresentados pelos autores que destacavam o caráter corporativista do acordo, convencidos de que aquela experiência não traria ganhos para o consumidor – ou seja, redução de preços de automóveis – e ainda causaria prejuízos ao Estado, graças à política de isenção fiscal. Os dados coletados pelos pesquisadores do CEBRAP mostravam o contrário: houve, sim, redução de preço, embora esta tenha favorecido, sobretudo, os setores médios da sociedade;

e a arrecadação fiscal não caiu, ao contrário, subiu, em função do crescimento das vendas do setor. Na parte final do balanço positivo, Oliveira afirmava que o sucesso inicial do modelo deveu-se ao fato de ter sido aplicado no setor automotivo, porque este é:

[...] mais regulável – no sentido da escola regulacionista – que a maioria dos demais setores produtivos e de serviços. O ramo é essencialmente “fordista” no que diz respeito às normas de consumo, à relação salarial (que é uma especial articulação entre incremento de salários e incremento de produtividade), à institucionalização da representação de interesses e, por fim, ao fato de ser concentradíssimo, de um lado e de outro. Vale dizer: são poucas e grandes empresas produtoras e poucos e grandes os sindicatos diretamente concernidos; por isso mesmo são muito representativos, o que influiu de forma poderosa na capacidade de pactuarem (OLIVEIRA, 1999, p. 5).

Segundo Oliveira, na análise realizada *a posteriori* da experiência das Câmaras Setoriais aparecem três perspectivas, todas pautadas em interesses políticos: a da derrota, a do fracasso e a da inviabilidade daquele modelo. Esta última baseia-se na ideia de que a globalização promoveu uma homogeneização tão significativa das relações entre capital e trabalho em todo o mundo que qualquer tentativa localizada de escapar desse padrão internacional resultaria em estagnação e regressão, o que afetaria a capacidade de competição no mercado. Qualquer ensaio de negociação semelhante à experimentada no setor automotivo seria, portanto, inviável. Oliveira discordava dessa posição porque acreditava que aquele padrão flexível incentivado pela mundialização ainda não era o único caminho possível. Encontrava oposição, por exemplo, nas “instituições do Welfare State que permanecem, em grande medida, como estruturadoras da relação capital-trabalho” (1999, p. 6).

Os que analisavam a experiência das Câmaras sob a perspectiva do fracasso destacavam a fraqueza do movimento sindical diante do amplo poder das montadoras. O acordo só teria sido possível num contexto de transição de estratégias das empresas, o que lhes permitiu se apoiar no movimento sindical para conquistar regalias frente a um Estado em crise, personificado nas figuras de Collor e Itamar Franco. Segundo Oliveira, mesmo a análise desenvolvida por Alvaro Comin, membro de sua equipe de pesquisadores, pendia para uma conclusão semelhante. Em seu texto, “A modernização excludente e o fim do modelo tripartite de gestão da política industrial”, Comin (1999) descreve o processo de transição da estratégia do movimento sindical de um “padrão conflitivo”, que teve seu auge durante a década de 1980, para um “modelo mais negocial” no início dos anos 1990. Esta

mudança incentivou uma ampliação do campo de atuação dos sindicatos: antes restritos às questões salariais, estes passaram – sobretudo no ramo automotivo – a discutir e a reivindicar junto às empresas uma maior participação na definição de estratégias ligadas ao processo de reestruturação produtiva, ao volume de investimentos e às margens de lucro, à qualidade dos produtos, etc., questões até então inacessíveis aos trabalhadores. Para Comin, essa abertura à negociação por parte dos sindicatos seria um sintoma da crise que atravessavam no contexto recessivo, enquanto as empresas aceitaram o acordo, “fundamentalmente, porque viram ali a possibilidade de obter reduções nas alíquotas de impostos, o que permitiria reverter o quadro de crise no setor, agravado pela abertura do mercado aos modelos importados” (COMIN, 1999, p. 19). Ou seja: os trabalhadores teriam adotado o modelo das Câmaras por estarem fragilizados, na defensiva, enquanto os empresários o aceitaram de modo consciente e interessado. Oliveira critica essa visão, que considera teleológica, pois antecipa um resultado que só pôde surgir a partir do acordo. O autor tenta escapar dessas variações deterministas e prefere interpretar a trajetória das Câmaras a partir da ideia de derrota:

Tal perspectiva, em primeiro lugar, reconhece as mudanças na arquitetura das relações capital-trabalho, mas não as toma como pressupostos abstratos, nem mesmo considerando o processo de globalização em curso e suas expressões na reestruturação produtiva e na globalização financeira. Aquilo que, em geral, é tomado como pressuposto – isto é, o esgotamento do fordismo, que erode o sindicalismo de massas e dá lugar no processo de trabalho, para os modelos *lean* ou toyotista, para a flexibilização e a chamada polivalência – é aqui interpretado como o produto do conflito, o alvo das estratégias respectivas dos atores em conflito. Em outras palavras, a própria reestruturação produtiva aparece nos processos de trabalho como um permanente esforço do capital para manter elevada a taxa de exploração e, por consequência, evitar a queda da taxa de lucro (1999, p. 7).

Mas se o modelo das Câmaras Setoriais foi derrotado, quem saiu perdendo? Essa é a principal questão levantada por Oliveira. O recuo dos empresários diante de um modelo que trazia ganhos imediatos e surpreendentes seria explicado pela vitória de Fernando Henrique Cardoso, que teve um significado mais profundo do que o transparecido pelo sucesso do Plano Real, que será discutido adiante. Este foi importante por criar a base sobre o qual se pôde afirmar a nova dominação política, o “partido da ordem”. “O primeiro fato a considerar é que a estabilidade monetária é o chão material da virtualidade de hegemonia. [...] A partir daí, insista-se, a política ‘policial’, nos termos de Rancière, pode ser

praticada”.¹¹ Com Cardoso na presidência, o empresariado logo notou os sinais de que seu grande antagonista, a classe trabalhadora, não teria hora nem vez. A dura repressão à greve dos petroleiros, de 1995, foi a responsável por transmitir essa mensagem. Em meio ao apoio popular conquistado em torno do plano de estabilização monetária, “a fórmula reducionista ‘greve + aumento de salários + reivindicações ‘corporativas’ = inflação’ ganhou foros de ‘senso comum’”.

Esse “senso comum” popular, que desacredita os movimentos reivindicatórios, é apropriado por uma sociabilidade burguesa antipública, elaboração ideológica de há muito ancorada na “falsa consciência” do empresariado de que não há mais necessidade do Estado, de que este é um estorvo. A dilapidação financeira do Estado brasileiro, que o obrigou a recorrer cada vez mais à dívida pública interna, funda essa aparência: um Estado devedor é um Estado desnecessário. Essa sociabilidade, como tendência, pôde ser contida e transformada até em seu contrário, durante um período crítico, em que velhos adversários são, de um lado, estrangidos a pactuarem, e, de outro, encontram no pacto uma possibilidade de elaborar suas próprias estratégias. Para o empresariado, a câmara apresentava-se como expressão dessa sociabilidade antipública: tanto o Estado mostrava-se desnecessário, que era possível a “sociedade civil” elaborar uma política industrial sem o Estado! Tratava-se de um projeto de classe – assim como para os trabalhadores a câmara também era um projeto de classe, no sentido de colocar os investimentos, na forma mais radical até a legitimidade da propriedade, sob a luz do direito dos trabalhadores (OLIVEIRA, 1999, p. 8).

Segundo Oliveira, foi a vitória da sociabilidade antipública impulsionada pela eleição de Cardoso que inviabilizou a experiência das Câmaras Setoriais. A estratégia do governo para o ramo automotivo baseou-se na criação de incentivos fiscais que fecharam a via da negociação defendida pelos sindicatos. Com maior controle sobre a importação de automóveis e a possibilidade de instalarem novas plantas em regiões distantes do agitado ABC paulista, as montadoras não estavam mais de joelhos. O controle da inflação também contribuiu para que saíssem da crise. Não precisavam mais, portanto, fazer concessões aos trabalhadores. Estes foram os primeiros a saírem perdendo com o abandono do modelo das Câmaras.

De acordo com a leitura realizada por Oliveira, a derrota das Câmaras Setoriais não resultou de nenhum determinismo econômico. Sua causa foi política, e esteve ligada ao que chama de “projeto de hegemonia Cardoso”. Este visava à ampliação da dominação de classe apoiada numa sociabilidade burguesa antipública e no “senso comum” popular,

¹¹ O filósofo francês Jacques Rancière era uma referência constante em textos de autores vinculados ao CENEDIC naquela época, como demonstrarei no próximo subitem deste capítulo.

construído em torno do medo da inflação. Era essa combinação que produzia o consenso. Porém aquela conjuntura também abria a perigosa possibilidade de um “salto mortal” em direção ao totalitarismo, termo que apareceria outras vezes em textos de Oliveira dedicados à crítica ao neoliberalismo. O viés totalitário da política de Cardoso residiria na tentativa de destruir a prática sociopolítica dos dominados e excluí-los ou anulá-los, através de uma estratégia que contrariava o clássico projeto de hegemonia burguês, concebido a partir da Revolução Francesa dentro do campo dos direitos. No Brasil neoliberal, os direitos seriam reinterpretados como “obstáculos”. Questões como a seguridade social entrariam no “custo Brasil”, enquanto educação ou saúde se tornariam assuntos de mercado. Tudo isso significaria “que os dominantes não desejam que os dominados se pareçam com eles”.¹²

Uma situação perigosa:

Como não raro acontece em processos históricos de crise, o ímpeto hegemônico extravasa seus próprios limites e transforma-se no seu contrário, no nazismo: o ímpeto ressentido e revanchista levou ao totalitarismo. Determinado e constrangido pelos recursos do adversário, o neoliberalismo brasileiro deu o passo fatal em direção ao totalitarismo. A câmara setorial do ramo automotivo pode ter sido o réquiem do breve período de publicização e de esforço da construção de uma esfera pública não-burguesa e da democracia no Brasil. Seus fatores foram, essencialmente, as forças do proletariado (OLIVEIRA, 1999, p. 9).

A visível decepção diante da derrota da experiência das Câmaras Setoriais ia muito além desse caso específico. O que morria com aquele modelo era a esperança de Oliveira na ampliação dos direitos e da democracia, na valorização do espaço público e na legitimação do conflito entre as classes. O resultado inevitável dessa soma de fatores seria uma ampliação do poder da política – das classes sociais e do Estado – de regular a economia. Essa aposta se construiu em torno do reconhecimento da especificidade histórica da social-democracia europeia e se sustentou, para o caso brasileiro, graças à euforia política que marcou a transição democrática. Tudo indicava que havia se formado uma sociabilidade inédita no país, capaz de conduzir a democracia para além dos moldes impostos pelo modelo pactuado. Havia muitos sinais a favor daquela aposta. A impossibilidade de avançar nessa direção ampliava, portanto, o sentido da derrota: mais do que os trabalhadores, a sociedade brasileira teria perdido uma grande oportunidade.

¹² O modelo assemelha-se à “autocracia burguesa”, tal qual a definiu Florestan Fernandes em seu *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1974. Voltarei a este tema no próximo capítulo.

A eleição de Cardoso, em 1994, resolveu alguns impasses fundamentais da transição. Como indicou Sallum Jr (1996; 2003), o Estado abandonou decididamente seu conteúdo autoritário e nacional-desenvolvimentista para assumir uma face democrática e liberal. O sucesso do Plano Real inspirava a confiança na solução do colapso econômico, enquanto o arco de alianças costurado em torno da candidatura de Cardoso indicava que a indefinição das forças políticas já não era uma ameaça tão grande à estabilidade das instituições republicanas.¹³ Ao fim daquela longa crise orgânica era mais fácil enxergar o caminho que o país estava seguindo: perdiam força projetos alternativos e se desenhava uma linha hegemônica conservadora, desagradável aos olhos de Francisco de Oliveira, pois nela a política era dominada e mesmo anulada pela urgência da estabilização da economia. Este conflito entre duas formas de sociabilidade distintas marcou a produção do sociólogo e de seus interlocutores mais próximos ao longo da década de 1990, como é possível notar a partir da análise dos textos produzidos no interior do CENEDIC.

4.3. Os sentidos da democracia na produção do CENEDIC

A crise do Estado autocrático e desenvolvimentista que se anunciou no final dos anos 1970 resultou, no final das contas, numa profunda mudança econômica, com a substituição dos pressupostos do nacional-desenvolvimentismo pelos ditames do pensamento liberal. A política também se transformou, mas não no sentido que Francisco de Oliveira e parte da esquerda brasileira desejavam: a democratização, realizada pelo alto, foi mais formal do que substantiva, garantindo a sobrevivência de representantes de interesses conservadores e a impermeabilidade do sistema em relação às demandas populares. Uma lógica de administração dos conflitos, que visa à anulação da fala dos dominados, teria se tornado um procedimento bastante utilizado na nova democracia e revelaria a conservação de um viés autoritário do Estado e das classes dominantes. Essa interpretação era compartilhada por pesquisadores que também se decepcionaram com as promessas não cumpridas da transição e ainda depositavam nos movimentos sociais as esperanças de uma democratização mais profunda da sociedade. Foi esse sentimento em comum que favoreceu a reunião de alguns

¹³ O clima que envolveu a eleição de Cardoso e o conteúdo de seus dois mandatos presidenciais serão aprofundados em outro subitem deste capítulo.

deles em torno de um centro e de uma agenda de pesquisas voltados a pensar os “sentidos da democracia” brasileira e seus limites. O Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – depois convertido em Centro (CENEDIC) – foi fundado em 1995, dando abrigo a um grupo que já existia, porém ainda não formalizado, desde que Francisco de Oliveira entrou para o Departamento de Sociologia da USP, em 1988. Ao seu lado estavam Maria Célia Paoli e Vera Telles, entre outros pesquisadores.

Algo que logo se destaca na composição original do Centro é sua heterogeneidade: Francisco de Oliveira é um sociólogo ligado à tradição marxista cultivada no CEBRAP, atento às estruturas econômicas e ao peso da ação estatal no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em seus estudos clássicos da década de 1970, a classe trabalhadora brasileira era apresentada como um ator relativamente fraco e carente de autonomia diante da força de um Estado centralizador. Maria Célia Paoli realizou doutorado em História Social na Inglaterra, nos anos 1980, sob orientação de Eric Hobsbawm e, em suas pesquisas, dedicava-se a estudar a classe trabalhadora, sua fala e sua experiência. Estava alinhada à tradição historiográfica britânica, de Hobsbawm e Edward Thompson, e era próxima, no Brasil, de intelectuais como Marilena Chauí, Eder Sader e Marco Aurélio Garcia, entusiastas dos novos movimentos sociais. Perfil semelhante ao de Vera Telles, que realizou seus estudos na USP ao longo dos anos 1980, com mestrado dedicado aos movimentos sociais e doutorado consagrado ao estudo da cidadania entre trabalhadores urbanos de São Paulo, sob orientação de Paoli. Além dos três pesquisadores ligados ao Departamento de Sociologia da USP, fizeram parte do grupo inicial do CENEDIC Leonardo Mello e Silva, que participava de projetos de pesquisa liderados por Francisco de Oliveira no CEBRAP e realizava doutorado sob sua orientação; Cibele Rizek, que acabara de concluir sua tese de doutorado em Sociologia, sob supervisão de Paoli, e exercia atividade docente no curso de arquitetura da USP de São Carlos; Ana Amélia da Silva, também orientanda de Paoli e professora da PUC de São Paulo; Laymert Garcia dos Santos, vinculado ao Departamento de Sociologia da UNICAMP; e Carlos Alberto Bello e Silva, à época pesquisador do CEBRAP e orientando de doutorado de Francisco de Oliveira. Diferenças a parte, esses pesquisadores compartilhavam um desencanto com a realidade econômica, social e política que emergiu da transição brasileira, ao mesmo tempo em que buscavam identificar e incentivar formas alternativas de sociabilidade.

Entre as principais referências intelectuais do Centro – Oliveira, de um lado, e Paoli e Telles, de outro – existiam algumas diferenças quanto à forma como viam a história da classe trabalhadora e imaginavam seu lugar na sociedade brasileira contemporânea. Durante os anos 1980 eles também divergiam quando o tema era o papel dos movimentos sociais na política. Neste sentido, vale a pena lembrar a distância entre a interpretação da história da classe trabalhadora que Oliveira realizou em *O elo perdido* (1987a) – com foco em suas carências – e o projeto político e teórico de buscar as virtudes dos trabalhadores e dos movimentos sociais sistematizado por Eder Sader no paradigmático *Quando novos personagens entraram em cena* (1988), com o qual Paoli e Telles tinham maior afinidade. Com o passar dos anos essas diferenças seriam diminuídas graças ao avanço de uma conjuntura política pouco favorável àqueles “novos personagens”.

O CENEDIC foi fundado logo após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência, que representou o fim de um intenso ciclo de transformações econômicas e políticas. Seu resultado, porém, estava aquém do imaginado. Guiado pelos pressupostos do pensamento econômico neoliberal, o Estado brasileiro não apontava para a superação da desigualdade social ou para a ampliação de direitos e mecanismos de participação política com a intensidade esperada por parcela da militância e dos intelectuais de esquerda, em parte responsáveis pelo acolhimento das noções de direitos e cidadania como “ideias fundantes” para se pensar o país (PAOLI, 1989, p. 40). À revelia daquela conjuntura, alguns movimentos sociais e sindicatos ainda resistiam e em certos casos, como o das Câmaras Setoriais, sugeriam alternativas à estratégia posta em prática por Cardoso. Era sobre esse conflito que se debruçavam os pesquisadores do CENEDIC, concebido como um espaço que se propunha a dar continuidade àquela agenda de pesquisas desenvolvida ao longo da década de 1980, voltada a decifrar os novos atores da política nacional, porém num novo contexto, no qual o entusiasmo em relação àquele tema já não era o mesmo. Aos poucos, reflexões que antes tinham um caráter mais propositivo se tornaram defensivas. Afinal no início da década de 1990 a força dos “novos personagens” já não era a mesma, e o grande debate a respeito dos movimentos sociais girava em torno da definição de seu estatuto. Eles seriam realmente políticos? Qual papel eles desempenhariam na construção da democracia no Brasil?

Para alguns críticos – entre os quais estavam Fernando Henrique e Ruth Cardoso – os movimentos sociais não conseguiam romper os limites de suas pautas específicas e acessar a política num sentido mais amplo. O “basismo”, para eles, levava os movimentos a assumirem uma postura antipolítica, que minorava suas contribuições à construção da democracia no Brasil. Incapazes de lidar com o Estado e com as grandes questões da sociedade, eles deveriam deixar a política sob o controle de atores supostamente mais capacitados, no âmbito institucional. Essa discussão aparece resumida por Paoli (1995),¹⁴ que reiterava no mesmo trabalho sua aposta no potencial transformador dos novos atores. Ela se opunha aos que criticavam o fato deles não apresentarem uma definição clara de sua relação com o Estado, pois a grande contribuição dos novos movimentos estaria justamente na ampliação que promoviam do debate político, na legitimação do conflito e na valorização do espaço público, fatos inéditos diante da tradição elitista da política brasileira. Em sua abordagem em relação aos movimentos misturavam-se convicções teóricas e desejos políticos. Como bem apontou Szwako, “[...] ao falar da ‘invenção democrática’ e do ‘alargamento da política’, Paoli e o conjunto de autores ‘a favor’ dos movimentos parecem não saber se estavam tratando de uma constatação empírica ou de uma aposta normativa” (SZWAKO, 2009, p. 258).

De fato a posição de Paoli e de outros pesquisadores do CENEDIC continha um grau de otimismo ou esperança ausente em outros setores da esquerda brasileira, que viam na abertura dos movimentos sociais à negociação com o Estado ou na disposição dos sindicatos de dialogar com setores do capital o risco de cooptação e perda de identidade. Contra essa perspectiva, a produção do CENEDIC se pautava mais numa aposta para o futuro – para aquilo que aquela sociabilidade pública poderia gerar – do que no presente, marcado pelos sinais da crise. Estavam isolados, portanto, à esquerda e à direita. Como demonstrei ao expor a aposta de Oliveira nas Câmaras Setoriais, ele não se sentia à vontade com nenhum discurso derrotista. Assim, por caminhos diferentes, aqueles pesquisadores se encontraram: enquanto Francisco de Oliveira continuava seu estudo sobre o “modo de produção social-democrata” e recusava a lógica do “quanto pior, melhor”, que atribuía a

¹⁴ A contenda também pode ser lida na transcrição de um acalorado debate sobre o primeiro ano do governo FHC realizado no CEBRAP. Na ocasião José Arthur Giannotti, ligado ao PSDB, e Francisco de Oliveira, do PT, expuseram de forma resumida, mas intensa, suas opiniões sobre o lugar dos movimentos sociais na política brasileira. Ver Oliveira (1996, p. 68-70).

setores da esquerda, Paoli e Telles debatiam o lugar dos atores que supostamente detinham a capacidade de reivindicar a construção de um Estado de direitos no Brasil. Todos perceberam num determinado momento que as divergências não os impediam de compartilhar uma mesma ideia sobre o sentido da democracia, pautada em valores republicanos. Essa aproximação, mais difícil durante a década de 1980, foi possível num contexto em que a “invenção democrática” já assumia um sentido muito mais restrito, de resistência, limitada pelo avanço do neoliberalismo.

A agenda original de pesquisas que seria executada no CENEDIC modificou-se, assim, pela força daquela conjuntura. Quando ela foi concebida, ainda no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, prevalecia o “otimismo da vontade” em detrimento do “pessimismo da razão”. Pouco depois, o peso da agenda neoliberal inverteu aquela relação. A proposta de pensar as práticas sociais das classes dominadas se manteve, mas sem a mesma esperança. A produção do Centro, voltada à crítica da destruição dessa sociabilidade, evidencia a mudança na conjuntura política nacional. O livro *Os sentidos da democracia* (2000), organizado por Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli, reúne um conjunto de textos de autores brasileiros e estrangeiros que tinham afinidade com aquela crítica, como Marilena Chauí, Wanderley Guilherme dos Santos e Boaventura de Souza Santos. Todos concordavam com a interpretação de que o mundo capitalista passava por transformações capazes de ameaçar valores republicanos e propostas de reformas que não tinham, em si, nenhum caráter revolucionário. O novo sentido de democracia que acompanhava esse processo apontava para o retorno ao indivíduo e ao reino do privado, anterior a um conjunto de lutas políticas que estabeleceram, dentro do capitalismo, um enorme aparato institucional e legal capaz de regular as relações sociais e não abandoná-las aos interesses do mercado. Para aqueles pesquisadores, o que o neoliberalismo preconizava na esfera política era um retorno a uma espécie de estado de natureza, à lógica do cada um por si. Sobre este tema se debruçaram os autores que contribuíram para *Os sentidos da democracia* durante o seminário de inauguração do Centro:

Sob o título “A construção democrática em questão”, uma primeira versão dos textos deste livro foi discutida em um seminário internacional que marcou a inauguração do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC) da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 1997. O título do seminário foi um convite para os autores refletirem sobre os processos atuais de construção de uma economia mundializada e o conflito que é travado, em seu interior, pelo sentido da democracia. [...] Os autores dos

textos que constituem este livro convergiram na idéia de que o pensamento crítico hoje supõe, simultaneamente, distinguir e detalhar os nexos políticos que emergem por trás dos movimentos da expansão mundializada do capital e tentar a criação imaginativa das possibilidades que se abrem nos conflitos pelo significado da democracia (PAOLI, 2000, p. 11).

Em comum, os autores interpretavam o avanço do neoliberalismo como uma volta ao passado, a um momento anterior à construção do Estado de bem-estar social e à conquista de direitos que marcaram o século XX. Esse processo de “desmanche”¹⁵ se escondia por trás das comemorações pelo triunfo da democracia liberal, que ganharam força durante a década de 1980 com a queda de ditaduras e totalitarismos por todo o mundo. Em muitos casos, como o brasileiro, a redefinição do sentido da democracia envolvia o conflito com outras concepções, que não reduziam esse conceito à produção de consenso e governabilidade. Os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do CENEDIC se filiavam a essa outra tendência, que defendia a manutenção ou o fortalecimento de uma sociabilidade pública, voltada à ampliação dos direitos e da cidadania.

Diante deste fato é inegável que na produção do CENEDIC se misturavam uma aposta política, normativa, e uma elaboração teórica, forjada a partir do diálogo com termos e conceitos tomados de empréstimo de diversos intelectuais nacionais e estrangeiros. Destacam-se ideias do filósofo francês Jacques Rancière, sobretudo aquelas resumidas em seu livro *La méésentente*, publicado no Brasil com o título *O desentendimento* (1996). Citado inúmeras vezes em trabalhos de autores vinculados ao CENEDIC, Rancière foi uma das principais referências para a criação de uma espécie de linguagem comum depois compartilhada pelos pesquisadores do Centro.

Sua concepção de política, definida a partir de uma exposição histórica que remete aos clássicos da filosofia, comporta em si a igualdade, mas também a desigualdade. A primeira é necessária para aproximar os membros de uma comunidade. Um exemplo é a língua comum: é através dela – ou melhor, do diálogo que ela permite – que os indivíduos podem reconhecer a desigualdade na distribuição dos recursos que existe em maior ou menor grau em toda comunidade. É necessária, portanto, uma igualdade primeira de fala para que se identifiquem as diferenças: quando um subalterno compreende as ordens de seu superior, ambos se igualam, sem, contudo, superarem uma desigualdade mais profunda.

¹⁵ O termo foi cunhado por Roberto Schwarz e adotado pelos pesquisadores do CENEDIC.

Esse diálogo, por sua vez, exige um espaço público de debate que não deve estar submetido a nenhuma lógica “policial”, que pretenda anular o conflito. Um contato equilibrado entre desiguais que pertencem a uma mesma comunidade é, para Rancière, um pressuposto básico para que haja política:

Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade. A pretensão exorbitante do *demos* a ser o todo da comunidade não faz mais que realizar à sua maneira – a de um *partido* – a condição da política. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica do vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dado que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação, ou desordem da revolta (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27).

Para Rancière, esse sentido da política, pautado na noção de dissenso, foi muitas vezes mascarado ao longo da história. O caso mais recente seria o triunfo da democracia liberal, que tenta combinar democracia e consenso, dois termos incompatíveis dentro de sua filosofia política. O consenso só seria possível a partir da anulação da política. Este é o argumento que une a produção do filósofo francês à agenda de pesquisas realizada no CENEDIC. Para os estudiosos deste Centro, o avanço do neoliberalismo no Brasil interrompia um ciclo de intensa luta política, de enorme dissenso, que se estendeu da crise do regime autoritário até o final da década de 1980. Período que Francisco de Oliveira batizou de “era das invenções” (2007a). Neste intervalo, a ordem da dominação esteve ameaçada justamente pela intensidade da crise, que permitiu a ascensão de novos movimentos sociais que pautaram, desde baixo, a agenda política. Eles davam voz a setores da sociedade que até então não tinham fala. A ideia de disputar o fundo público, defendida por Oliveira, era uma forma dos “sem-parcela” reivindicarem uma fatia dos recursos da sociedade à qual não tinham acesso. Para que esses atores pudessem ser ouvidos era necessária a construção de um espaço público amplo, ainda inexistente no país. As greves e a campanha pela redemocratização pareciam criar brechas nesse sentido. As Câmaras Setoriais foram uma tentativa de fundar um fórum que permitisse a prática da política, no

sentido de Rancière, mas ela foi derrotada. A crise foi além de abrir possibilidades: ela também minou o poder de reação dos trabalhadores, os mais afetados por ela.¹⁶

A estreita relação entre as teses do filósofo francês e a produção do CENEDIC fica evidente a partir da leitura dos textos reunidos em *Os sentidos da democracia*. Os autores, pertencentes ao Centro ou próximos a ele, viam nos pressupostos da democracia liberal a busca da anulação da política, conquistada graças a uma prática policial destinada a administrar ou impedir a produção do conflito. A ideia de democracia defendida no CENEDIC, ao contrário, era uma manifestação da política em seu sentido profundo:

Tornando viva a paisagem tremendamente contraditória onde os discursos neoliberais tentam triunfar pela sua própria opacidade, os autores deste livro insistem em nomear, dar sentido e exercer a imaginação criadora de um pensamento que recusa a apologia de uma modernidade homogênea e ousa lutar pelo sentido público, universal, coletivo e conflitivo da democracia. Enfim, ousa lutar pela política (PAOLI, 2000, p. 23).

A aposta era no sentido da continuação e ampliação das lutas democráticas iniciadas com a crise do regime autoritário, mas não se tratava de um otimismo ingênuo: os autores percebiam o peso das mudanças estruturais do capitalismo. A “invenção democrática” que desejavam teria que ocorrer apesar delas, e o diálogo com Rancière era muito apropriado a esta perspectiva. A crítica de Oliveira ao governo de Cardoso, que será detalhada a seguir, denunciava a exclusão dos movimentos sociais e trabalhadores da política, que ficava restrita ao âmbito institucional, dominado por partidos carentes de ideologia. Não era, portanto, “política” – no sentido definido por Rancière – e sim “polícia”, administração e anulação de conflitos. Os textos reunidos em *Os sentidos da democracia* – entre os quais se destaca “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”, de Francisco de Oliveira (2000a) – relatam a derrota da “política” para a “polícia”, da sociabilidade pública para a antipública, da democracia para o neoliberalismo. Também contam a história do fracasso da busca por uma “nova contratualidade” (TELLES, 1994, p. 231), antes animada pelo surgimento de novos atores na política brasileira.

¹⁶ Em seu ensaio, Rancière persegue uma definição que seja ao mesmo tempo precisa e abrangente da política. Para ele, esta teria os mesmos fundamentos em qualquer época ou lugar. Sua formulação é bastante interessante e frutífera, mas é inegável que ela se constrói a partir de valores e ideias cultivados no interior da social-democracia europeia, então em crise. Ao condicionar a existência da política à conservação de um espaço público e à existência de diálogo entre as classes sociais antagônicas, o autor reduz a possibilidade de que o conflito se manifeste de outras formas, até mais violentas, onde essas condições não estão colocadas. Parece-me que essa definição um tanto estreita da política tem o potencial de alimentar certo pessimismo diante da realidade, como o encontrado em algumas formulações de intelectuais ligados a essa primeira geração do CENEDIC, entre as quais estão alguns textos de Francisco de Oliveira.

Sob forte influência de Rancière, Francisco de Oliveira inicia seu texto a partir de uma análise da mudança que a criação do Estado de Bem-Estar, a partir da crise de 1929, impôs à esfera pública burguesa:

Na interpretação original da constituição da esfera pública, que remonta a Hegel e é retomada modernamente por Habermas, esta aparece como a constituição de um espaço de sujeitos privados que assim se demarcam em relação ao Estado; em linguagem de Marx, a esfera pública de sujeitos privados é o lugar da concorrência entre os capitais, que inclui o mercado de força de trabalho. Mas trata-se de uma esfera pública *burguesa*. Uma redefinição da esfera pública burguesa para uma esfera pública não burguesa – não chega a ser antiburguesa – processou-se com o Estado do Bem-Estar, onde os sujeitos privados, ou a concorrência intercapitalista, e neste caso também o mercado de força de trabalho, passam a ser *regulados de fora*, isto é, por uma racionalidade que Habermas chamaria de “administrativa”, ainda que seu suporte material seja o conflito de classes, ou a luta de classes, em sentido marxiano mais rigoroso (OLIVEIRA, 2000a, p. 56, grifos no original).

Além de servirem para interpretar o Brasil do final do século XX, os termos e conceitos debatidos no interior do CENEDIC são usados para rever aspectos da formação nacional:

A formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais “demiúrgicos”, a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de Rancière (OLIVEIRA, 2000a, p. 58-59).

A história do Brasil ao longo do século XX confirmaria tendências afirmadas desde a formação nacional, como demonstrou Florestan Fernandes em seu *A revolução burguesa no Brasil*. Inspirado neste clássico ensaio, Oliveira afirma que durante todo o processo de mudança de dominação de classe inaugurado pela Revolução de 30, “o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (2000a, p. 60). A burguesia nacional teria uma postura antidemocrática, o que ajudaria a entender o fato de que num intervalo de 60 anos, entre 1930 e 1990, a sociedade brasileira passou 35 anos sob ditaduras. A anulação da fala dos dominados, no sentido de Rancière, estaria presente, por exemplo, na elaboração da legislação trabalhista por Getúlio Vargas; na declaração de ilegalidade do ascendente PCB, no final da década de 1940; ou no golpe de 1964. Eventos que surgiram como resposta à ação política dos dominados:

O golpe de Estado de 1964 e toda sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta. Tortura, morte, exílio, cassação de direitos, tudo era como uma sinistra repetição da apropriação dos corpos e do seu silenciamento, do seu vilipêndio, da saga gilbertiana (2000a, p. 64).

Apesar da repressão, os trabalhadores e movimentos sociais se reorganizaram e, no final da década de 1970, voltaram a quebrar o consenso imposto pela ditadura. Além de reivindicações específicas, essas forças sociais impulsionaram a luta pela democratização e pautaram a Constituinte de 1988, que colocou no papel uma série de direitos até então negados. Pouco depois, durante as eleições de 1989, os eleitores quase levaram Lula à presidência. A partir daí, com a eleição de Collor, Oliveira enxerga uma reativação dos mecanismos de anulação da política, agora sob um regime democrático. Ganhou força o discurso de desqualificação do Estado e dos trabalhadores organizados, mais tarde ampliado por Fernando Henrique Cardoso: a estabilidade política e econômica dependia da anulação de todos os conflitos. Muitos se convenceram de que a harmonia foi enfim alcançada apesar do aparelho estatal, o que para Oliveira se trata de uma ilusão: ainda que pretenda se retirar do papel de regulador da economia, o Estado foi determinante para que esta se abrisse à competição internacional, o que o sociólogo considera um passo fundamental para o controle da inflação. Porém o custo desse procedimento foi alto: ele reduziu enormemente a capacidade do Estado de regular a economia e criou as bases para a desvalorização do público:

A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. Esta é a forma moderna de sustentação da crise do capital, pois anteriormente, como nos mostrou a Grande Depressão de trinta, assim como todas as grandes crises anteriores, o capital simplesmente se desvaloriza (OLIVEIRA, 2000a, p. 68).

A privatização de empresas estatais seria só a superfície dessa aparência de desnecessidade do público. Ela contribuiu para borrar as fronteiras que ainda existiam entre a esfera pública e a privada, fenômeno também reforçado pela presença constante de empresários em altos cargos do Estado, algo que para Oliveira trata-se de uma “promiscuidade de que não há notícia mesmo em países de forte tradição liberal”. A crise do Estado numa sociedade em que a burguesia nunca apresentou um projeto hegemônico e

sempre desdenhou da política deixa às classes dominadas a tarefa exclusiva da “invenção democrática” e da defesa do espaço público, onde sua fala pode ser ouvida. Mais uma vez o exemplo das Câmaras Setoriais é utilizado por Oliveira: na ausência de uma política industrial por parte da burguesia e do Estado, através delas os trabalhadores se dispuseram a formular e colocar em prática um plano de resgate do setor automotivo e, mais tarde, foram excluídos do pacto que propuseram. A derrota, para ele, não anula a originalidade e o potencial que a proposta continha, apesar da oposição de parte da esquerda:

O que os sectários de esquerda inclusive não conseguem ver é que essa forma de política, mais que a aparência revolucionária que a antiga atitude da CUT tinha, e que eles nostalgiam, punha em xeque a divisão do bolo, punha em xeque a propriedade, pois a introdução da tecnologia, a dispensa de trabalhadores, teriam que passar pelo crivo do sindicato. Em outras palavras, o investimento dos proprietários teria que passar pelo crivo dos trabalhadores. Teria sido um nível que apenas a social-democracia em seus melhores momentos e talvez apenas na Suécia e na Alemanha da co-gestão tenha alcançado (OLIVEIRA, 2000a, p. 76).

O boicote à experiência das Câmaras ocorreu quando uma nova aliança política conservadora, constituída em torno de Cardoso, anunciou a superação das maiores ameaças à dominação burguesa. A partir daquele momento os trabalhadores não eram mais uma pedra no sapato e, assim, poderiam ser ignorados ou reduzidos à condição da mercadoria força de trabalho, o que é, para Oliveira, um objetivo neoliberal. Eis o fundamento do totalitarismo:

Nas condições concretas da sociedade brasileira – para não arriscar-me para além do meu território – o neoliberalismo, como um Frankenstein construído de pedaços de social-democratas, antigos e novos oligarcas do Nordeste, populistas de direita, transfugas de esquerda, numa articulação presidida pelo “príncipe dos sociólogos”, passa por uma estranha metamorfose: sua face real é a do totalitarismo (2000a, p. 81).

Como indicou Szwako, o diagnóstico da derrota converteu o que era uma aposta em grande perplexidade, capaz de fundar uma dupla recusa, sociológica e utópica: “não há alternativas”. Em primeiro lugar porque as Ciências Sociais teriam perdido sua capacidade explicativa diante de um mundo que aniquila os conceitos sobre os quais se construíram as mais contundentes críticas à sociedade capitalista: Estado, nação, trabalho, classes sociais, valor, tudo parece perder o sentido. E a lista de autores com as quais os intelectuais do CENEDIC dialogavam com maior frequência confirma a existência de um profundo mal-estar diante desse deserto teórico. Robert Kurz, Claus Offe, Jürgen Habermas, Richard Sennett, Jacques Rancière e Giorgio Agamben, entre outros, expressam – cada um à sua

maneira – formas de estranhamento diante da realidade contemporânea. Essa recusa sociológica é acompanhada por uma descrença nas utopias, estas também erguidas a partir da crítica ao capitalismo.

Porém essa perplexidade não resulta necessariamente em paralisia. A “indeterminação” torna imperativa a busca por um “reencantamento”.¹⁷ É neste sentido que Vera Telles, no texto “Transitando na linha da sombra, tecendo as tramas da cidade”, publicado no livro *A era da indeterminação*, fala da necessidade de deslocar o ponto da crítica ou o plano de referência do qual se parte para fazer a análise da realidade. Essa redefinição – teórica e política – é estimulada pelas mudanças na sociedade, na economia e no Estado que se consolidaram nas últimas duas décadas do século XX. Assim, o projeto do CENEDIC apresentava um cenário de terra arrasada, mas tentava superá-lo. O objetivo de encontrar potencialidades em meio ao deserto persiste, porém os referenciais da década anterior, pautados nas noções de espaço público e cidadania, já não bastam, como resume Vera Telles:

Simplificando muitíssimo, trata-se de um deslocamento do terreno em que nos acostumamos a tematizar as “incompletudes” da sociedade brasileira, esse terreno no qual fazia sentido a proposição habermasiana das chamadas promessas não realizadas da modernidade. Nesse terreno, terreno da afirmação do espaço público democrático e dos direitos em sua vocação universalizante, é que faz (ou fazia) sentido a discussão clássica sobre exclusão social e promessa de um alargamento do espaço democrático para nele incluir os que dele foram privados. Em outras palavras: leis e direitos, espaços públicos e democracia definiam um espaço conceitual a partir do qual os problemas eram definidos, as questões eram formuladas, os devires eram diagnosticados e os horizontes de possíveis eram delineados em seus bloqueios e também em suas promessas. Nos anos 1980, como tantos outros leitores de Hannah Arendt e Claude Lefort, estávamos investidos das promessas democráticas que os tempos nos abriam, tratávamos de prospectar a força mobilizadora da “linguagem dos direitos” e de trabalhar os sinais de sua potência histórica percebida nos termos de uma sempre renovada “invenção democrática”, para lembrar aqui o título do então famoso (e hoje esquecido) livro de Lefort, um livro que marcou época e deu a pauta para boa parte dos debates que se seguiram naqueles anos. Pois bem, vinte anos depois, ao que parece, no lugar de Claude Lefort é Giorgio Agamben (TELLES, 2007, p. 200).

As respostas que cada um dos pesquisadores ligados ao CENEDIC formulou para essa perda de referenciais variam muito em função do ponto de vista que cada um adota para tentar entender a crise. E nessa escolha há todo o peso de uma formação política e intelectual anterior. No caso de Francisco de Oliveira, sua produção passou a ser marcada

¹⁷ Conforme título de outro texto de Oliveira (2007a) que será discutido no próximo capítulo.

pela inevitável comparação entre o período pré-1964 – época de grandes utopias, sejam elas socialistas ou reformistas – e o presente que interpreta como a anulação da política sob os imperativos de uma mundialização financeira que pretendem tornar obsoletos, ao menos no plano simbólico, o Estado e a nação. Entre estes dois momentos, na transição do primeiro para o segundo, houve uma rica “era das invenções” no Brasil, capaz de alimentar enormes esperanças, hoje frustradas.

Esses debates teóricos e políticos realizados junto ao CENEDIC davam subsídio às críticas que Francisco de Oliveira formulava contra os dois mandatos de Cardoso, presentes em seus textos voltados à aposta nas Câmaras Setoriais (OLIVEIRA, 1993; 1999), já analisados, e também num grande número de artigos. Ao longo dos anos 1990 ele tornou-se um dos mais influentes intelectuais críticos ao programa de seu ex-colega de CEBRAP. Contra ele, Oliveira apostava na ampliação do espaço público e do dissenso como formas de se contrapor ao desmanche do Estado imposto pelas políticas neoliberais. Essa oposição dá o tom do debate reproduzido a seguir. Através de sua reconstrução é possível perceber como o sociólogo se convenceu ao longo dos anos de que aquela esperança numa outra forma de democracia perdera sentido. Ao final da década 1990, seus textos transpareciam essa desilusão e anunciavam a derrota da política para a economia: esta teria anulado completamente a primeira, submetendo todas as pautas sociais às exigências do combate à inflação e ao controle da máquina pública.

4.4. Os anos FHC

Poucos meses após a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994, Francisco de Oliveira já publicava duras críticas ao seu ex-colega de CEBRAP. Escrito ainda antes da posse do novo presidente, o artigo “Quem tem medo da governabilidade?” (1995), integrante de edição de *Novos Estudos*, aponta a eleição de Cardoso como uma vitória da “ânsia por ordem e estabilidade” sobre o “desejo de uma mudança social progressista”, dois sentimentos que segundo ele ocupavam a mente do eleitorado brasileiro nas eleições de 1994. Nota-se, mais uma vez, a polarização da sociedade entre duas formas de sociabilidade distintas. O triunfo do desejo mais conservador era a consequência de vinte anos de crise econômica, estagnação e inflação, que tiveram um papel pedagógico sobre a

população. O medo levou a maioria dos eleitores a abraçar a candidatura que oferecia a tão sonhada estabilidade, sugerida pelos resultados positivos do Plano Real. Esse sentimento se sobrepôs à luta pela ampliação de direitos sociais que também deu conteúdo ao processo de democratização da sociedade brasileira, expressa, por exemplo, na Constituição de 1988. Para Oliveira, portanto, a eleição de Cardoso representava o encerramento de um ciclo e uma derrota.

O ciclo que terminava era o da transição democrática brasileira, iniciado no final da década de 1970.¹⁸ Superada a crise orgânica que marcara todo aquele período, o cenário que surgia ao seu final estava realmente “aquém da imaginação”. Esse era o sentido da derrota: a sociabilidade democrática que envolveu a criação do PT, a campanha pelas Diretas e a constituinte, saía de cena antes de cumprir todas as suas promessas. Contra ela se estabelecia uma aliança política conservadora que reunia a burguesia nacional e sua “sociabilidade antipública”, a classe média e uma ampla parcela da população mais pobre, já cansada de anos de instabilidade econômica. Todos juntos sob a liderança de um intelectual:

Tanto a aura intelectual de Cardoso, quanto sua própria contribuição à formulação das “reformas” fazem-no o portador da hegemonia burguesa contemporânea no Brasil. De outro lado, seu partido, o PSDB, é um forte núcleo *yuppie* das novas classes médias constituídas de um novo tipo social: os intelectuais-empresários-altos executivos (Bresser Pereira é seu emblema por excelência) produzidos pelas grandes transformações do regime autoritário. Em poucas palavras, embora contradições existam, Fernando Henrique Cardoso e seu PSDB não são “estranhos no ninho” das grandes corporações. [...] Por essas razões, o projeto conduzido por FHC é duradouro: não se está em presença de um estouro imprevisto, *à la* Collor, mas de uma longa elaboração social, de que Collor foi apenas um aviso extemporâneo. Tampouco o lugar ocupado por FHC deveu-se apenas ao seu enorme senso de oportunidade para perceber um vazio de liderança burguesa: contam muito, para que o projeto burguês de hegemonia ganhe consistência e passe à ofensiva, as qualidades do hoje presidente. Trata-se de um *condottiere* no sentido mais rigoroso do termo, e a excepcionalidade de sua personalidade é um elemento constitutivo da hegemonia (OLIVEIRA, 1995, p. 67-68).

Nos textos de Francisco de Oliveira, a história dos anos FHC se apresenta como uma incessante disputa entre dois padrões distintos de sociabilidade. Uma delas democrática e

¹⁸ Para Cardoso, sua eleição finalizava a transição político-institucional da ditadura para a democracia, e ele teria a tarefa, no governo, de concluir a superação da chamada “Era Vargas” que, segundo ele, “ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade”. “Propunha-se, assim, sob as regras de uma democracia política consolidada, romper com certas articulações entre poder político, sociedade e economia remanescentes do período Getúlio Vargas” (SALLUM JR., 1999, p. 24).

popular, liderada pelo PT, e a outra autoritária e antipública, reunida em torno de Fernando Henrique Cardoso e sua base aliada. Tal divisão ficou nítida num dos primeiros grandes enfrentamentos políticos do governo FHC: a chamada greve dos petroleiros, iniciada em 3 de maio de 1995. O movimento, liderado pela CUT, reunia em seu início servidores públicos federais de diversas áreas¹⁹ que defendiam a manutenção de acordos coletivos firmados no final do governo de Itamar Franco, não reconhecidos por Cardoso. “As principais reivindicações dos trabalhadores eram: reposição das perdas salariais; reajustes mensais; reintegração de 35 mil servidores demitidos desde 85 e a retirada do Congresso das emendas da Reforma Constitucional” (MARTINS e RODRIGUES, 1999, p. 158). Porém, diante da intransigência do governo, a maioria das categorias abandonou o movimento logo no início, à exceção dos petroleiros. A resposta imediata da Petrobrás aos grevistas foi um pedido na justiça para que aquela mobilização fosse declarada abusiva, ao passo que Cardoso estabelecia por decreto novas normas para a punição de servidores públicos grevistas. À reação do governo somou-se uma campanha da imprensa que acusava a greve de ser corporativista, contra os interesses da sociedade, que sofreria com a escassez de bens de primeira necessidade, como o gás de cozinha. Naquele contexto, a defesa por parte dos trabalhadores de alguns “privilégios” contrariava a necessidade de austeridade como etapa para a definitiva estabilização da moeda. O choque entre grevistas e governo foi um teste para ambas as partes: o movimento sindical descobria a indisposição de Cardoso para a negociação, enquanto este se serviu da greve para deixar claro qual seria a marca de seu governo:

As articulações sindicais que produziram a greve tiveram um caráter de experimentação das disposições do novo governo que, por sua vez, ganhou a confiança de seus aliados mais conservadores, endurecendo o embate, fechando canais de negociação e configurando uma situação que se restringiu rapidamente aos petroleiros, que permaneceram, apesar de seu próprio isolamento, na defesa das reivindicações dos acordos celebrados em 1994 (RIZEK, 1998, p. 99).

O combate à greve se deu através da demissão por justa causa de lideranças sindicais e do estabelecimento de pesada multa diária pelo descumprimento da ordem do Tribunal

¹⁹ “O balanço do primeiro dia da greve, segundo o Comando de Greve da CUT, dava conta que entre os petroleiros, de um total de 50 mil, 42.500 haviam aderido à paralisação (85%); dos 45 mil eletricitários, 36 mil estavam participando do movimento (80%); dos 70 mil telefônicos, cerca de 28 mil entraram em greve (40%); de um total de 104 mil servidores da educação, 53 mil (50%) paralisaram suas atividades e entre os previdenciários, 40% dos 230 mil funcionários (92 mil) haviam aderido ao movimento paredista” (MARTINS e RODRIGUES, 1999, p. 157-158).

Superior do Trabalho de que os servidores voltassem aos seus postos. Houve também um pedido de reintegração de posse da refinaria de Cubatão, ocupada pelos trabalhadores, e a ameaça de intervenção do Exército. Ao término do movimento, que durou 32 dias, 88 trabalhadores grevistas tinham sido demitidos da estatal e os sindicatos herdaram dívidas milionárias que levaram ao bloqueio de suas contas. Para além da frieza dos números, o resultado daquele longo cabo de guerra entre governo e oposição transmitia a mensagem exata de qual seria a postura de Cardoso durante um mandato que apenas se iniciava. Era, segundo Oliveira, o “ano-zero de FHC”. O combate à greve dos petroleiros demonstrava que o novo governo não estava disposto a permitir que os sindicatos tivessem voz sobre os rumos da política econômica, algo que almejavam através da experiência das Câmaras Setoriais. Na batalha contra a inflação, Cardoso enxergava os trabalhadores organizados como inimigos do Estado. Uma lógica que reproduzia, em grande medida, o argumento de Collor, porém dentro de um arco de alianças que permitia sua sustentação para o longo prazo. Oliveira afirmaria que “Fernando Henrique Cardoso é um ‘intelectual orgânico’ das reformas burguesas, enquanto Collor era apenas um aventureiro” (1995, p. 67).

A vitória sobre a inflação teve um custo elevado. As taxas de desemprego cresceram em consequência da opção por uma política econômica recessiva e da abertura comercial, que obrigava a indústria local a acelerar o processo de reestruturação produtiva. O fechamento de muitos postos de trabalho era acompanhado pela precarização. “Isto se expressa no crescimento do emprego sem carteira assinada, que no período de 1991 a 1997 aumenta em 27%. Por outro lado, o emprego com carteira assinada registra uma queda de 28%”. Assim, em 1998, ao término do primeiro mandato de Cardoso, o chamado setor informal correspondia a 54% da mão-de-obra metropolitana brasileira (MARTINS e RODRIGUES, 1999, p. 156). Diante desse cenário, o antes agressivo sindicalismo recuou ainda mais. Se a crise já havia imposto uma mudança de estratégia, como a que resultou na proposta das Câmaras Setoriais, a derrota daquela alternativa de negociação empurrou os sindicatos para uma postura ainda mais defensiva. Além da luta pela manutenção dos postos de emprego, as manifestações dos trabalhadores se voltavam contra a privatização de empresas estatais. Em ambos os casos sem muito sucesso.

Mas não era só do lado do trabalho que ocorriam mudanças importantes. A onda de privatizações de empresas estatais promovida por Fernando Henrique Cardoso²⁰ sacudia o mundo do capital com uma redistribuição de recursos de grande proporção. Este processo foi acompanhado pela abertura ao capital estrangeiro, que entrou com enorme peso em setores estratégicos, como o de telecomunicações. Por sua vez, a estabilização da moeda – baseada em elevada taxa de juros e controle cambial – elevou os ganhos do setor financeiro em detrimento das atividades produtivas. Somadas, essas medidas aprofundaram a dependência da economia nacional em relação ao sistema financeiro mundial, o que reduziu enormemente a margem de manobra do Estado e tornou o sistema mais vulnerável a ataques especulativos. Uma série de transformações dessa ordem não ocorria sem provocar abalos na aliança empresarial reunida em torno de Cardoso. Para Sallum Jr., ficaria nítida, sobretudo a partir de seu segundo mandato, a divisão do “novo bloco hegemônico no poder” entre duas alas liberais: uma mais fundamentalista, neoliberal; e outra ligada à tradição anterior do Estado brasileiro, liberal-desenvolvimentista.²¹ A primeira teria dominado a política econômica desde o lançamento do Plano Real, mas teve suas ações temperadas pela pressão dos desenvolvimentistas, sobretudo com a criação de mecanismos de proteção à indústria nacional. O resultado dessa política econômica foi que o Estado brasileiro transformou profundamente seu modo de atuação econômica sem, no entanto, perder sua importância para a acumulação capitalista. Se, por um lado, deixou de atuar através de estatais em vários setores, por outro se manteve como elemento fundamental para a expansão do setor privado através de financiamentos. Apesar do conflito, a agenda econômica do governo FHC não abandonou a perseguição de objetivos importantes, sobretudo ao longo do primeiro mandato:

Durante todo esse período, o governo Cardoso buscou com perseverança cumprir o propósito de liquidar os remanescentes da Era Vargas, pautando-se por um ideário multifacetado, mas que tinha no liberalismo econômico sua característica mais forte. Salvo engano, o núcleo dessa perspectiva pode ser resumido neste pequeno conjunto de proposições: o Estado não cumpriria funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar

²⁰ Durante seus dois mandatos foram privatizadas empresas controladas pela União e por muitos estados, com destaque para a Companhia Vale do Rio Doce, do setor de minérios, a Telebrás, que detinha o monopólio sobre as telecomunicações, e o BANESPA, banco do estado de São Paulo.

²¹ Essa corrente seria liderada pelos ex-ministros da fazenda Delfim Netto e Luiz Carlos Bresser Pereira, além de José Serra, futuro candidato à presidência pelo PSDB.

privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul (SALLUM JR, 1999, p. 31).

A opção do governo a favor do “fundamentalismo neoliberal” contra o “liberal-desenvolvimentismo” ocorreu porque o primeiro era mais seguro no curto prazo, sobretudo em relação à estabilização dos preços, a maior razão do apoio popular a Cardoso, embora oferecesse maiores riscos no médio ou longo prazo, por causa do crescimento do desemprego e da dependência em relação ao capital financeiro. Já a agenda defendida pela ala liberal-desenvolvimentista ameaçava a estabilidade da moeda num curto prazo e, por essa razão, poderia derrubar o apoio ao governo, ainda que sua adoção pudesse trazer vantagens no médio ou longo prazo, como a retomada do crescimento e uma maior autonomia financeira do Estado. A decisão a favor de uma política de choque, mais imediata, dizia muito a respeito da restrita ideia de democracia representativa com a qual se identificava Cardoso, que optou por derrubar as pontes de diálogo com organizações civis e concentrou seus esforços “nas arenas institucional e de influência” (SALLUM JR., 1999, p. 44-45)

Em janeiro de 1996, durante debate realizado no CEBRAP destinado a um balanço do primeiro ano de Cardoso à presidência,²² Francisco de Oliveira já apontava num sentido semelhante ao sugerir que o governo se tornara “prisioneiro do êxito” do Plano Real, no sentido de que não poderia mudar de caminho por um bom tempo:

Sociologicamente, a estabilidade é conservadora, e isso rema a favor da dificuldade de introduzir mudanças – que têm que ser, na verdade, mais ousadas. Isso torna o governo, em primeiro lugar, prisioneiro do próprio plano, e prisioneiro das alianças que ele precisa para mantê-lo. Nesse sentido, o êxito reduz severamente a margem de manobra do governo, ao invés de ampliá-la (OLIVEIRA, 1996, p. 57).

Um dos motivos para essa prisão era que o governo tinha rifado rapidamente boa parte dos mecanismos que garantia alguma margem de manobra para o Estado:

Nas margens, o Estado brasileiro construiu a sua autonomia, nos últimos cinquenta anos. Foi construindo o seu cinturão de empresas estatais, foi construindo seu funcionalismo público, foi constituindo suas instituições de regulação da política econômica que ele pôde desfrutar de uma certa autonomia, pôde fazer industrialização. O risco dessas políticas é que você joga a criança fora com a água do banho. Na falta

²² Publicado pouco depois na revista *Novos Estudos*, o debate contou com participação de Francisco de Oliveira, José Roberto Mendonça de Barros, Luiz Gonzaga Belluzzo e Sérgio Abranches e foi mediado por José Arthur Giannotti.

de autonomia monetária, aquela margem de autonomia que é dada a um país da periferia manter foi entregue, e o que o Estado brasileiro vai poder fazer daqui por diante? Eu creio que muito pouco (1996, p. 58).

Apesar do “fundamentalismo neoliberal”, ao término do primeiro mandato o governo de FHC se fundava sobre uma contradição: todo seu empenho em reduzir o papel do Estado sobre a economia não era capaz de esconder o fato de que o plano econômico executado só poderia ser colocado em prática através de uma forte intervenção estatal. Esta exigia uma enorme concentração política,²³ fonte do autoritarismo que Oliveira identificava em Cardoso:

Toda a ideologia antiestatizante, neoliberalizante do governo FHC, que não seria mais que “realismo”, uma vez que esta é a tendência universal, é fraca para esconder, na verdade, uma intervenção total e desapiedada sobre a sociedade. Constitui um equívoco, no qual têm incorrido mesmo os mais severos críticos do governo, pensá-lo como antiestatista. Aliás, em parte nenhuma o neoliberalismo pode se impor sem uma forte intervenção estatal. Esta é uma de suas contradições. Dá-se, assim, o primado da política sobre todas as outras esferas, o que constitui um dos traços mais autoritários do capitalismo contemporâneo. Quem pensa que é o mercado que está governando não conhece da missa um terço. Essa tendência revela-se na supremacia de uma política antipolítica, que se resume ao império do Executivo sobre o Legislativo e mesmo sobre o Judiciário, num governo que se proclama o arauto da institucionalização (OLIVEIRA, 1998, p. 16).

A mudança produzida durante o primeiro mandato de Cardoso foi profunda, tanto nos aspectos sociais quanto econômicos. A sociabilidade pública que Oliveira identificava como um atributo particular das classes trabalhadoras organizadas foi praticamente destruída, o que gerava uma crise em seus centros organizadores, o PT e a CUT. Em contrapartida, FHC concentrava a política no nível institucional, num jogo de força com o Congresso Nacional que, na visão de Oliveira (1996, p. 59), girava em torno de negociatas, sem contato com os movimentos sociais. Ainda assim, a reeleição de Cardoso em 1998, já no primeiro turno, indicava que a maior parcela da sociedade mantinha sua aposta na estabilidade, mesmo diante de indicadores econômicos nada positivos, sobretudo em relação ao aumento da taxa de desemprego. A burguesia nacional, um tanto perdida em meio às privatizações e à abertura comercial, ainda optava pelo caminho que lhe parecia o mais seguro. O entusiasmo, porém, já não era o mesmo da época do lançamento do Plano

²³ A política econômica neoliberal representava uma ruptura em relação a um modelo nacional-desenvolvimentista que, mesmo em crise, orientou boa parte do conteúdo da Constituição de 1988. Por essa razão, muitas das ações de Cardoso exigiram emendas ou reformas constitucionais.

Real. Francisco de Oliveira sugeriu uma boa explicação para esse fato numa entrevista concedida à *Folha de São Paulo* em 2001:

Capitais estrangeiros, privatizações e fusões criaram uma nova burguesia no país. Nesses seis anos sob FHC, houve uma transferência do patrimônio e da propriedade no Brasil para a qual o regime político não tem resistência. Cerca de 30% do PIB brasileiro mudou de mãos. É um terremoto. Com as privatizações, o governo perdeu boa parte da capacidade que tinha de distribuir favores do Estado entre seus aliados. Ao mesmo tempo, as agências reguladoras são pouco mais que um simulacro. Elas têm muito pouca capacidade para impor critérios e regras públicas a um sistema de competição pesado que se dá agora em escala internacional.²⁴

Pouco depois do início de seu segundo mandato, ainda em janeiro de 1999 – num contexto de crises, como a asiática, que reduziram o preço de commodities brasileiras no mercado internacional e debilitaram ainda mais as reservas cambiais –, o governo Cardoso viu-se obrigado a abandonar a política de controle do câmbio. A moeda brasileira, valorizada artificialmente em relação à estadunidense desde 1995, estava então cotada a 75 centavos de dólar. Em seguida oscilou para baixo até o patamar de 25 centavos de dólar, atingido em meio às eleições presidenciais de 2002. A adoção do câmbio flutuante contribuiu para desfazer a ilusão em torno da estabilidade financeira, que era um dos pilares do apoio popular a Cardoso. Sem essa fachada os efeitos colaterais do plano de ajuste, como o desemprego, tornavam-se mais evidentes. Assim, após oito anos, o controle da inflação não era o único legado do governo de Fernando Henrique Cardoso. A estabilização da moeda se deu à custa de uma enorme perda de autonomia do Estado, que já vinha de uma longa crise, e da restrição cada vez maior da política ao campo institucional, bem distante dos movimentos sociais.²⁵ Do ponto de vista de Oliveira, esses eram sem dúvida os dois aspectos mais importantes do que Lula, quando eleito, chamaria de “herança maldita” de seu antecessor. Eram, também, as duas principais fontes do mal-estar do sociólogo diante da sociedade brasileira que culminaria, pouco depois, na elaboração do ensaio *O ornitorrinco*. A metáfora, que será discutida no próximo capítulo, resume o estranhamento do autor diante de uma democracia representativa e liberal que se mostra muito distante do sonho nacional-desenvolvimentista ou do esboço de social-democracia pelo qual parte da esquerda lutou a partir da década de 1980.

²⁴ Entrevista em “Novo poder econômico gera crise política”. *Folha de S. Paulo*, 07/05/2001.

²⁵ Esse processo teve enorme peso no surgimento do que mais tarde Carlos Nelson Coutinho (2010) batizou de “hegemonia da pequena política”. Voltarei a este assunto adiante.

A aproximação das eleições presidenciais de 2002 estimulou a realização de debates dentro da esquerda e do PT, em especial. O balanço era necessário: a crise econômica e o avanço do neoliberalismo afetaram enormemente as formas de organização dos trabalhadores e os movimentos sociais, enquanto o partido tentava assimilar as mudanças e ainda manter viva a esperança de levar Lula à presidência. O declínio da popularidade de Cardoso poderia abrir um caminho para a vitória. Mas qual deveria ser o programa de um governo petista? Como o partido enfrentaria o desanimador quadro social e econômico sem desagradar o capital financeiro internacional, ainda mais determinante sobre os rumos da economia do país? Foram essas as questões que animaram o seminário *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*, organizado pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria de Formação do PT, e realizado entre abril e junho de 2000. O evento foi concebido por Antonio Candido após conversa com Lula. As intervenções de alguns participantes, entre intelectuais e dirigentes do partido, foram mais tarde publicadas em um pequeno livro. Entre elas está a contribuição elaborada por Francisco de Oliveira, que revela como as transformações recentes do capitalismo em escala mundial e nacional o levaram a se afastar até mesmo das posições defendidas pela direção do partido que ajudara a fundar.

Seu texto, intitulado “Passagem na neblina”, começa com a afirmação da reciprocidade histórica entre classes sociais e socialismo, uma unidade que remonta ao século XIX, com a constatação do “problema” da nova pobreza e a busca por evitar que ela se tornasse uma ameaça permanente à ordem. O socialismo, ou a superação da ordem, surgiu como alternativa àquele problema e os partidos de esquerda se organizaram na tentativa de dar uma resposta a esta demanda. Na virada do século, a tarefa da social-democracia era tornar hegemônico na política um setor que já era maioria na sociedade: a classe operária. Na Rússia revolucionária, a classe trabalhadora ainda reduzida levou à teoria de que o socialismo era exterior à classe, o que fundamentou o partido de vanguarda.

A discussão avança e Oliveira entra no debate sobre a perda da centralidade do trabalho: se a classe trabalhadora deixou de ser a maioria, ou se o trabalho não é mais abstrato e, portanto, universalizável como antes, a revolução socialista também está fora do horizonte. Ele lembra que, no Brasil, a tendência à redução do peso da classe operária clássica se afirmava desde os anos 1970, com o crescimento do terceiro setor e o processo

de “reestruturação produtiva”, o que seguia o padrão mundial. Mais tarde, o terceiro setor também começou a declinar, afetado pela reengenharia. Esse processo impôs mudanças na formação da classe operária e em suas relações com o sindicato e o partido. Oliveira destacava o espantoso crescimento do setor informal. Este cenário confirmaria a tese da perda da centralidade do trabalho, mas Oliveira a considerava apenas aparente. Num plano mais profundo há a redução do assalariamento, acompanhada por novas formas de trabalho em que há a ampliação da jornada, que chega a romper a barreira entre o público e o privado. Na conclusão, o autor aponta para as dificuldades que o novo mundo do trabalho impõe à esquerda: um problema prático e teórico: o trabalhador assalariado de hoje entrou na disputa pelo fundo público e a oposição clássica da luta de classes está camuflada. Sua intervenção termina com um chamado ao partido: nas condições dadas, a solução estava no socialismo, e a posição da esquerda seria fundamental para definir o que estava por vir.

No debate realizado após sua exposição, o então deputado federal José Genoíno direcionou algumas críticas a Oliveira. A polêmica girava em torno da relação entre partido e classe:

O PT não é um partido cuja atividade política está centrada na proposição do socialismo. Na sua essência, o PT é um partido de esquerda que procura oferecer saídas e alternativas políticas no contexto da reforma da democracia, no sentido de sua radicalização, de afirmação e de ampliação de direitos individuais, num contexto de luta contra o capitalismo, de democratização da propriedade, da riqueza e do poder (p. 38).

A posição de Genoíno, um dos dirigentes do partido, dava pistas de qual seria o tom da candidatura presidencial. Em 2002, Lula foi eleito com uma agenda mais moderada do que a que apresentou em 1989. Para Sallum Jr. (2003), seu programa era próximo ao liberal-desenvolvimentismo defendido por alguns apoiadores do governo de Cardoso – como José Serra, candidato derrotado por Lula no segundo turno – o que sugeria a consolidação de uma hegemonia liberal no país combinada com a recuperação mais branda do nacional-desenvolvimentismo:

Em suma, nas eleições de 2002, o conjunto das forças políticas tentou posicionar-se na ala esquerda do *establishment*. Isto significa que todos eles advogavam mais controle do Estado sobre o mercado, mais incentivos estatais para as atividades produtivas e maior proteção do Estado para os mais pobres, mas tudo isso sem quebrar o molde liberal que conforma a coalizão sociopolítica no poder (2003, p. 49).

Para Francisco de Oliveira, a vitória de Lula envolvia muito mais do que a adesão a uma hegemonia liberal ou a retomada de ideias nacional-desenvolvimentistas. No caminho para chegar ao Palácio do Planalto, o futuro presidente e o PT deram sinais de que não se empenhariam em reverter o aprisionamento da política no campo institucional, num abandono da tradição do partido, vinculada àquela sociabilidade pública forjada nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira. O amplo arco de alianças formado em torno da bem sucedida candidatura, que abrangia figuras vinculadas à direita, parecia confirmar a artificialidade da política partidária, carente de ideologias. As concessões do PT para chegar à presidência eram, para Oliveira, mais um preocupante sinal do avanço do “totalitarismo neoliberal”. Portanto a decepção do autor não estava pautada apenas na sua oposição aos governos de Cardoso. O PT, partido com o qual tinha uma relação bem próxima, também passava por mudanças, bem como as organizações sindicais vinculadas a ele. Aos poucos Oliveira percebeu que aquele partido, que contara com seu apoio desde o início dos anos 1980, já não era o mesmo. Aos seus olhos, o novo PT não teria condições de desempenhar aquele papel republicano e civilizador que ele imaginara à luz de sua experiência na França.

4.5. A eleição de Lula: vitória ou derrota?

Na conhecida “Carta ao povo brasileiro”, lida por Lula num encontro do PT sobre o programa de seu futuro governo, em junho de 2002, afirmava-se o esgotamento do modelo econômico e social aplicado por Fernando Henrique durante seus oito anos de mandato. Para superá-lo era necessário seguir “o caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública”. O texto também alertava para a dinâmica lenta da mudança proposta: “o que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias”; e para uma cautela necessária: “premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação”.

Misturado às promessas sociais, o recado ao grande capital era o que realmente importava naquele documento. Com ele o PT pretendia acalmar o mercado, agitado e temeroso diante da força da candidatura de Lula. Ao afirmar que honraria todos os compromissos financeiros, o futuro presidente podia sustentar – embora ninguém acreditasse – que a insegurança se devia mais ao fracasso da política econômica de Cardoso do que ao medo diante de seu nome. Afinal pouco ou nada mudaria de imediato, pois “a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena”. Assegurava-se, também, a manutenção do superávit primário, ainda que o equilíbrio fiscal não fosse um fim, mas um meio: “queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores”. Um leitor crítico facilmente perguntaria: como combinar as promessas de mudança no modelo social, enfatizadas na primeira parte do texto, com a garantia de manutenção da política econômica, apresentada na segunda metade da carta?

Eis um aspecto contraditório também identificável na eleição de Lula: ela era uma vitória que continha em si uma grande derrota. A “Carta ao povo brasileiro” é um documento que revela com rara nitidez o quanto estava adiantado o processo que Francisco de Oliveira identificava em diversos artigos, desde a década de 1980, como colonização da política pela economia. O imperativo de garantir primeiro a estabilidade econômica para só depois pensar em políticas sociais dominava a conjuntura desde a época da “transição aquém da imaginação”, da eleição de Collor e da vitória de Cardoso, o pai do Plano Real. Nem o PT escapou a essa lógica, afinal teria que lidar com o que batizou de “herança maldita” dos anos FHC. Como afirmava Lula na carta: “ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de compra dos salários dos trabalhadores”.²⁶ Apesar da censura de alguns intelectuais e tendências do partido àquela nova postura, ela se mostrou bem sucedida do ponto de vista da disputa eleitoral: Lula foi eleito presidente no segundo turno com 61,27% dos votos, contra 38,72% de José Serra, do PSDB. A tão esperada vitória já não gerava a mesma empolgação que envolveu a ascensão de Lula como liderança sindical no final dos anos 1970 ou sua primeira candidatura à presidência, em 1989. Lula, o PT e os tempos eram outros.

²⁶ Documento disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> [acessado em 04/12/2014].

As trajetórias de Francisco de Oliveira e do partido seguiram mais ou menos paralelas até o momento em que o primeiro se convenceu de que a política não tinha forças para se opor ao “totalitarismo neoliberal”. E como para Francisco de Oliveira o PT era um núcleo fundamental para articular essa frente, o partido não só perdeu seu encanto aos olhos do sociólogo como passou a refletir, através de sua estrutura interna e de seu alinhamento mais à direita – a derrota da política. O primeiro ano de Lula confirmou as previsões pessimistas de alguns críticos à esquerda. Limitado pela “herança maldita” de FHC, seu governo não só deu continuidade à política econômica de seu antecessor como indicou que pretendia aprofundar, em algumas áreas, o projeto neoliberal. Entre as medidas mais polêmicas estava o projeto de reforma da previdência lançado por Lula em maio e aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2003.

Inicialmente amparada no velho argumento de que o sistema previdenciário brasileiro era deficitário, repetido à exaustão durante a gestão de FHC, a proposta de reforma sugeria mudanças que afetariam de modo particular os trabalhadores do serviço público,²⁷ que eram apontados como privilegiados diante de seus pares do setor privado, numa comparação semelhante àquela difundida por Collor. A aprovação da reforma foi o estopim para que tendências mais radicais saíssem do PT, lideradas por parlamentares que foram expulsos por votarem contra a proposta na Câmara e no Senado.²⁸ Ela também estimulou o afastamento de alguns intelectuais. Francisco de Oliveira publicou uma carta em que anunciava sua saída do partido apenas três dias após a aprovação da proposta no Senado:

Afasto-me porque não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores, reiterando um voto que se confirma desde 1982, para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço – o “triunfo da razão cínica”, no dizer de César Benjamin –, uma política de alianças descaracterizadora, uma “caça às bruxas” anacrônica e ressuscitadora das piores

²⁷ Entre elas, aumentaram-se as exigências para que o servidor da ativa conseguisse aposentadoria em valor integral. Já os novos servidores contratados após a promulgação da lei não poderiam receber um benefício acima do teto da previdência, à época de 2,4 mil reais mensais.

²⁸ Foram expulsos os deputados federais Babá (Pará), Luciana Genro (Rio Grande do Sul) e João Fontes (Segipe), além da senadora Heloísa Helena (Alagoas), todos envolvidos na fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004.

práticas stalinistas, um conjunto de políticas que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza – enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC.²⁹

Alguns trechos do documento apresentam argumentos fundamentados em reflexões que Oliveira desenvolvia em alguns outros textos. A ideia de que uma parcela da direção do partido mudara de classe, por exemplo, já fora demonstrada no ensaio *O ornitorrinco*, então recém-publicado:

[...] há transformações estruturais na posição de classe de um vasto setor que domina o PT, que indicam uma real mudança do caráter do partido. E, como posições de classe não se mudam com simples mudanças de nomes ou de conjuntura ou de melhoria de alguns indicadores econômicos, considero que o governo Lula está aprofundando a chamada “herança maldita” de FHC e tornando-a irreversível. Não votei para esse aprofundamento, mas contra ele.

Num outro excerto, o sociólogo afirma que o partido abandonou o projeto de transformação da sociedade brasileira dentro do qual nascera e do qual era um expoente em nome da vitória eleitoral. Esse realinhamento ideológico seria sintoma de mudanças estruturais que o país atravessou ao longo das décadas de 1980 e 90, mas também resultado de decisões da direção partidária e do presidente eleito:

O PT trocou a hegemonia que se formava por um amplo movimento desde a ditadura, no qual o próprio partido tinha lugar e função central, a direção moral que reclamava transparência, separação das esferas pública e privada, fazia a crítica do neoliberalismo, organizava os trabalhadores, incluía os excluídos, indicava o caminho do socialismo, pelo prato de lentilhas da dominação. [...] Embora transformações estruturais que o próprio PT sempre subestimou ajudem a explicar boa parte do seu aburguesamento, ou do seu envelhecimento precoce, nas palavras de Marx e Engels, dois “renegados” pelo PT do poder, a responsabilidade das lideranças é inescapável. E a do presidente assume um lugar central: ele é a liderança carismática responsável, posto que ela projeta uma sombra de proteção e encantamento sobre os processos reais.

Na oposição, Francisco de Oliveira se tornou um dos mais requisitados intelectuais críticos de Lula e do PT. O fato de ser uma figura historicamente vinculada ao partido fez com que suas opiniões fossem valorizadas mesmo por meios de comunicação mais à direita. Em artigos e inúmeras entrevistas ele atacava as iniciativas do governo que apontavam para o que chamava de anulação da política. Este seria o caso da Bolsa-Família, carro-chefe dos programas sociais lançados pelo partido, considerado pelo sociólogo um mecanismo de instrumentalização da pobreza. E apesar de muitos críticos forçarem a

²⁹ Trecho da carta em que Francisco de Oliveira tornou pública sua saída do PT. Ver “Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT”. *Folha de S. Paulo*, 14 de dezembro de 2003.

comparação entre Lula e Getúlio Vargas como dois presidentes populistas, Oliveira negava as semelhanças:

Lula não tem nada que ver com Getúlio. É o oposto. Lula não é populista, porque ele não faz o movimento de incluir o proletariado na política – ele faz o movimento de excluí-lo. Como é que pode? Pode no momento em que todas as medidas do governo são contra a centralidade do trabalho na política. O Bolsa-Família é algo que se pode entender a partir da irrelevância da política. Não adianta dizer que é assistencialista – isso é óbvio. De forma pedante, poderíamos dizer que o Bolsa-Família é uma criação foucaultiana. Um instrumento de controle, em primeiro lugar. Restaura uma espécie de clientelismo que não leva à política. Ela passa a ser determinada não por opções, mas pela “raça”. Não é raça em termos raciais, é a “raça” da classe. É pelas suas carências que você é classificado perante o Estado. A política se constrói pelas carências. Então é abominável. Seria cínico dizer que é uma porcaria total, porque tem gente que come por causa do Bolsa-Família. Do outro lado, é isso. É a morte da política. Acabou a história de você depender das relações de força, das relações de classe para desenhar as políticas sociais. Elas são desenhadas agora por uma espécie de dispositivo foucaultiano. Quanto você tem de renda, qual é o seu estatuto de miserável, aí a política é desenhada. É uma clara regressão.³⁰

O trecho acima é rico em informações. A comparação entre Getúlio Vargas e Lula, mais do que falar sobre as diferenças entre os personagens, revela a enorme distância que Francisco Oliveira enxergava entre dois momentos diferentes da história do país. No primeiro, realizava-se a inclusão das massas trabalhadoras na política, ainda que pela via populista, o que abria possibilidades de transformação da sociedade. O nacionalismo de esquerda daqueles anos estava vinculado a este processo contraditório. No presente, o sociólogo encontra um movimento oposto, de exclusão, que tem a ver com a perda da centralidade do trabalho, um fenômeno relacionado às mudanças estruturais do capitalismo, mas que seria reforçado pelos governos liberais de Cardoso e Lula. O que diferencia as duas épocas, no limite, é que na primeira se construía o Estado nacional, centralizado, de acordo com o modelo imaginado a partir da teoria da modernização, influente à esquerda e à direita. Não por acaso Oliveira afirmaria em entrevista mais recente: “Vargas é o único estadista que o Brasil produziu em seus 500 anos de existência”.³¹ No caso atribui-se ao personagem características de seu tempo. Hoje, os valores vinculados àquele modelo de sociedade, que começou a ganhar corpo após a crise de 1929 e entrou em declínio na década de 1980, parecem-lhe ameaçados de desaparecer por completo. Trata-se da falência de um projeto de Estado e de nação inspirado, de alguma forma, na social-democracia

³⁰ Entrevista em “A política interna se tornou irrelevante, diz sociólogo”. *Folha de S. Paulo*, 24/07/2006.

³¹ Entrevista. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 09/06/2012.

européia, ainda que numa versão um tanto caricata, periférica, que nunca abandonou seu viés autoritário. O esgotamento desse padrão ocorre colado à substituição das relações entre capital e trabalho típicas do fordismo. Há, portanto, uma crise de referenciais que é ainda mais avassaladora do que aquela sentida após a derrota do nacional-desenvolvimentismo de esquerda imposta pelo golpe de 1964. Porque naquela ocasião, como ficaria evidente depois, o regime autoritário ainda se estruturava a partir de referenciais desenvolvimentistas e nacionalistas, que resultariam num contraditório processo de modernização conservadora. Nas críticas a Cardoso e Lula é possível notar, em diversas passagens, um sentimento nostálgico em relação àquele período. Não à ditadura, mas as lutas sociais e políticas que ela interrompeu.

Porém sua opinião a respeito dos dois presidentes não se limita à constatação desse movimento mais amplo de mudanças do capitalismo, sobre o qual nenhuma força política ou personagem em particular teria controle. Haveria, sim, alguma margem de manobra, recusada por Cardoso e Lula. No caso do primeiro, a experiência das Câmaras Setoriais é, para Oliveira, o maior exemplo de que seria possível construir algo diferente, baseado numa sociabilidade que permitisse uma maior participação dos trabalhadores na política. Uma alternativa ao “totalitarismo neoliberal”. Para fundamentar sua crítica às escolhas do PT no governo, Francisco de Oliveira realizou no texto “O momento Lênin” (2007b) uma comparação entre o realinhamento ideológico de seu ex-partido e um episódio crucial da história da Revolução Russa: a elaboração das Teses de Abril pelo líder bolchevique. Nelas, Lênin reconhecia todo o peso das estruturas políticas e econômicas da Rússia – uma nação periférica do capitalismo, “subdesenvolvida” –, mas percebia na crise uma possibilidade de superar a ordem burguesa, incapaz de se impor após a queda do czarismo. Nada estava determinado de antemão. A história precisava ser escrita:

O Momento Lênin é o da indeterminação. Embora as versões empobrecidas do marxismo tenham postulado, daí por diante, a inevitabilidade das grandes transformações históricas, e no esquematismo stalinista a versão do progresso linear, na verdade a crise daquela sociedade em transição abria-se numa dupla virtualidade, a de se desenvolver nos ritmos e desenquadramentos do “subdesenvolvimento” capitalista, com suas crispações violentas e sua institucionalidade de fachada, e a de experimentar saltos formidáveis que poderiam produzir formas de sociedades socialistas (OLIVEIRA, 2007b, p. 259-260).

A ousada mudança na tática e na estratégia dos bolcheviques impulsionada por Lênin teve o poder de inclinar a solução da crise para um sentido revolucionário, algo que não ocorreu, por exemplo, na Alemanha, que atravessava problemas semelhantes e também contava com um forte movimento de trabalhadores. Na Rússia, em meio a uma conjuntura marcada pela indeterminação, a liderança de Lênin e do partido teve um papel fundamental. Ao final dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Oliveira via a política brasileira também marcada pela indeterminação, promovida por um intenso ciclo de desregulamentação e privatizações que foi responsável por abalar os elos entre as classes e suas representações, entre a política e a economia, “sobredeterminadas pela intensa exposição à globalização do capital”. As oscilações dos principais candidatos durante as eleições presidenciais de 2002 eram fortes sinais da imprevisibilidade: a arrancada inicial de Roseana Sarney, interrompida por uma denúncia de corrupção, seguida pelos crescimentos de Ciro Gomes e de Anthony Garotinho, enquanto José Serra, o candidato governista, não rompia o limite de votos imposto pela rejeição a FHC. Já Lula, velho conhecido dos eleitores, apresentava números mais sólidos, capazes de levá-lo à disputa final com Serra:

No fim das contas, Lula conseguiu, a partir de seu patamar histórico, imantar os votos “órfãos”, compondo uma sólida maioria eleitoral no segundo turno, com a adesão dos amplos votos anti-FHC e um constrangido apoio dos descartados no primeiro turno. Houve o encontro do partido no Novotel de São Paulo, às margens do poluído Tietê, e a “Carta ao povo brasileiro”: as Capitulações de Junho (2007b, p. 262).

Na opinião de Oliveira, o sucesso da campanha de Lula, sob o controle do renomado marqueteiro Duda Mendonça, deveu-se à sua capacidade de construir um discurso adequado à indeterminação, sem conteúdo de classe. O candidato foi desconstruído, no sentido em que muitos aspectos ligados à sua história de militância política junto ao PT foram apagados. O que sobrou foi o “Lulinha paz e amor”. “Tudo que ele havia declarado e representado antes já não tinha valor, e a campanha deveria ser livre para prometer o céu, a terra e os peixinhos do mar”. Eleito, o presidente manteve a mesma postura. “Ao contrário de Lênin, que percebeu a falência do sistema de poder e a aprofundou ao dirigir o movimento para a revolução socialista, Lula recompôs o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização havia implodido”. As “Teses de Abril” são reiteradamente comparadas à “Carta ao povo brasileiro”: enquanto o primeiro programa apontava para a necessidade de aprofundar a crise da burguesia, o segundo

defendia a manutenção de todos os contratos e, com ela, a sobrevivência do sistema de dominação.

Naquela conjuntura era natural, segundo Oliveira, que o “centro de gravidade” do governo Lula não se localizasse em nenhuma base classista. O ponto de equilíbrio estaria “diretamente ligado aos processos de financeirização do capitalismo no Brasil”, ou seja, à nova classe social que controla os fundos públicos, responsáveis pelo maior volume de investimentos do país: “atuam nas bolsas de valores, foram os mais importantes e decisivos para definir as privatizações das estatais e são proprietários acionistas de grande número de empreendimentos de porte”.³² A ascensão desse grupo, ligado à direção do partido, ocorreu em paralelo à desarticulação da base classista sobre a qual o PT se apoiou, sobretudo na década de 1980, para acelerar a queda da ditadura e promover o debate sobre a ampliação de direitos sociais, marca da constituinte de 1988. A década seguinte, neoliberal, destruiu aquela base através da ampliação do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho.

Que classe social resistiria a tal vendaval? E a sua representatividade? E a sua relação com as formas institucionalizadas da política? O paradoxo da eleição de Lula é que ele chega ao governo quando sua classe mergulha numa avassaladora desorganização. A inespecificidade de sua eleição, o “Lulinha paz e amor” é, contraditória e perversamente, o sinal da desimportância de sua legendária base classista. Talvez só ele e seu marqueteiro tenham percebido que era possível dar a guinada que deram, exatamente porque o poder de veto de sua antiga base de trabalhadores havia se reduzido a quase nada. Mas o carisma criado por seu pertencimento a um movimento operário que jogara a ditadura às cordas e contribuía para a redemocratização do país ainda permanecia, e foi seu cacife para as eleições (2007b, p. 278).

O carisma de Lula teria provocado uma paralisia completa dos movimentos sociais, que o identificavam como seu representante legítimo. Mesmo a adoção de reformas regressivas, como a da previdência, não encontrava a oposição dos trabalhadores com a intensidade que enfrentara FHC. Diante desse fenômeno, Oliveira reviu sua opinião sobre o caráter populista do governo do PT. Este de fato não seria idêntico ao de Vargas, porém mais profundo e nocivo à política: “O novo populismo, ou o real populismo, é a exclusão das classes da política. Não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, nem sua origem é ideológica: trata-se da decomposição da classe trabalhadora, sobretudo de seu antigo núcleo duro, o operariado industrial”. Esse “real populismo” seria um sintoma da impossibilidade

³² Essa hipótese foi apresentada no ensaio *O ornitorrinco*, que será analisado no próximo capítulo.

de hegemonia numa sociedade extremamente desigual como a brasileira, onde a enorme diferença entre ricos e pobres esvazia o espaço público, que se torna inútil. Não há espaço para a produção de consenso, o que faz da violência a única forma de contato possível entre as classes antagônicas. A ausência de hegemonia favoreceria, ainda, a estatização do partido no poder, o que teria ocorrido com o PT. “É a substituição da política pela administração, na impossibilidade da política, que é escolha, opção, dentro de um conjunto de determinações”. Para Oliveira, a ideia de que o partido “aparelhou” o Estado seria ilusória: ao contrário, ocorreu sua dissolução nas funções do governo, o que justifica sua transformação em partido da ordem. O controle sobre a máquina estatal ainda era fundamental, pois permitia gerir a distribuição do fundo público, sem o qual a reprodução do capital seria impossível, apesar de o pensamento neoliberal negar tal dependência. “O Estado mínimo da falsa utopia neoliberal não é mínimo na economia, como pregam os tolos: ele se faz mínimo é na política”.

Finalizado em 2004, “O momento Lênin” abrange apenas os dois primeiros anos de Lula à presidência, nos quais Francisco de Oliveira não via sinais de ruptura em relação ao período de Cardoso. O novo governo ainda estaria preso no “labirinto neoliberal”. O sociólogo apostava que, apesar de todos os esforços em contrário, o retorno a um cenário de crise econômica era inevitável. Segundo ele a financeirização impunha um descontrole do Estado sobre a economia, e a expectativa era que se afirmassem tendências presentes desde os governos de Cardoso, como a manutenção ou ampliação da desigualdade social e da parcela do trabalho informal. Porém, ainda que não seguissem num sentido esperado por Oliveira, algumas transformações importantes ocorreram ao longo do primeiro mandato de Lula e resultaram num deslocamento significativo de sua base eleitoral, destacado por André Singer (2009).

O final dos primeiros quatro anos de Lula à presidência foi marcado pela explosão do escândalo do “mensalão”, que denunciava a compra de votos de parlamentares da base aliada do governo.³³ O tema hegemonizou o debate político na grande imprensa até as eleições presidenciais realizadas em outubro de 2006 e causou a perda de parcela significativa do eleitorado que garantira a vitória do PT quatro anos antes, sobretudo entre

³³ A reportagem que denunciou o esquema foi publicada pela revista *Veja* em maio de 2005.

as camadas médias da sociedade. Esta queda de apoio era destacada pela imprensa como um sinal de esgotamento do governo Lula, que dificilmente seria reeleito. Porém, em paralelo a esse processo explorado pela mídia, ocorria o crescimento das intenções de voto no candidato entre os eleitores de baixíssima renda, beneficiados pelos programas sociais do governo, em especial pelo Bolsa-Família. Entre perdas e ganhos, Lula acabaria reeleito com 57% dos votos em disputa de segundo turno contra Geraldo Alckmin, do PSDB. A análise da distribuição dos eleitores por renda, realizada por André Singer, revela uma nítida polarização entre “pobres” e “ricos”, descartada por Francisco de Oliveira:

Outra interpretação corrente, assumida pelo próprio Lula e por jornais do exterior, é que o Brasil eleitoral se dividiu entre ricos e pobres, e os pobres venceram. Seria ótimo, se fosse plausível, que os 40% de votos a favor de Alckmin fossem dos “ricos”, e que a votação de Lula fosse exclusivamente dos “pobres” (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

Para André Singer:

O que atrapalhou a compreensão e levou analistas como [Francisco de] Oliveira a considerarem pouco plausível que os quase 40 milhões de votos em Alckmin no primeiro turno fossem apenas dos “ricos” é a dualidade brasileira, que *grosso modo* transforma em “classe média” todos (aí incluídos setores assalariados de baixa renda) os que não pertencem à metade da população que tem baixíssima renda. Lula foi eleito, sobretudo, pelo apoio que teve no segmento de baixíssima renda, enquanto Alckmin contou, além do voto dos mais ricos, com certa sustentação na fatia de eleitores de classe média baixa, que vagamente corresponde ao que os especialistas de mercado chamam de “classe C”. Na faixa de mais de dois a cinco salários mínimos de renda familiar mensal, por exemplo, Alckmin quase empatava com Lula às vésperas do primeiro turno, mas entre os eleitores de baixíssima renda (até dois salários mínimos de renda familiar mensal), *Lula aparecia com uma vantagem de 26 pontos percentuais sobre Alckmin*. Por isso, é verdadeira a interpretação de que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos (SINGER, 2009, p. 85-86, grifos no original).

Outro dado interessante do trabalho de Singer é a comparação que realiza entre essa distribuição dos votos no pleito de 2006 e aquela que ocorreu entre Lula e Collor no segundo turno de 1989. Neste caso, os mais pobres penderam a favor do segundo candidato, enquanto o petista obtinha vantagem entre os setores de renda média e alta. Tal fenômeno se explica, de acordo com Singer, pela tendência da população de menor renda a defender a diminuição das desigualdades com manutenção da ordem, algo que Lula parecia ameaçar em 1989. O eleitorado de baixa renda seria essencialmente conservador,³⁴ num

³⁴ André Singer já apresentara essa tese ao analisar as eleições de 1989 e 1994 em seu livro *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro* (1999).

comportamento típico de setores que tem dificuldade de se organizar politicamente, repetido nas eleições seguintes:

O fato de Collor ter decepcionado a base social que o elegeu ao provocar a recessão de 1990/1991, levando à perda de suporte que facilitou o impedimento em 1992, não mudou a estrutura de comportamento político que o pleito de 1989 iluminara. Em 1994 e 1998, o “conservadorismo popular”, acionado pela inflação e pelo medo da instabilidade, venceu Lula outra vez (SINGER, 2009, p. 89).

O realinhamento do eleitorado de baixa renda nas eleições de 2006 possui uma base material, também analisada por André Singer. Para o cientista político, o principal motivador dessa mudança foi o programa Bolsa-Família, que entre a sua criação, no final de 2003, e as eleições promoveu um aumento no poder de consumo de eleitores de renda baixa e média. “Entre 2003 e 2006, a Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, atendendo a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006”. Sua concentração nas regiões Norte e Nordeste, onde o PT conquistou maior vantagem no número de votos, ajuda a explicar uma divisão regional que se repetiu e se aprofundou nas eleições presidenciais posteriores. Somam-se ao Bolsa-Família os aumentos reais no valor do salário mínimo e o estímulo a formas de crédito, como o consignado, que tiveram impacto sobre a renda de camadas mais pobres da população, além de programas sociais voltados à eletrificação rural. “O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar” (2009, p. 93). Portanto, sem “quebrar os contratos” nem adotar qualquer outra medida que ferisse a confiança do mercado, o governo Lula foi capaz de executar uma agenda capaz de dar resposta aos anseios mais imediatos da ampla maioria da população brasileira de baixa renda:

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a “ruptura com o atual modelo econômico”, mas à fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980 (SINGER, 2009, p. 98).

As análises de André Singer e de Francisco de Oliveira sobre o “lulismo” não são de todo divergentes. Ambos compartilham uma visão semelhante sobre a estrutura de classes no Brasil contemporâneo, na qual se destaca a presença de um setor de baixíssima renda, carente de organização política, que se apresenta como a principal base de sustentação dos governos do PT. Singer enxerga nessa relação uma possibilidade de inclusão de alguns interesses dessa camada da sociedade na política, o que se daria, num primeiro momento, pela via do consumo. Trata-se de uma aposta do cientista político. Francisco de Oliveira não compartilha dessa esperança. Para ele, a forma como o governo se relaciona com sua base social confirma a atual irrelevância da política, substituída por uma lógica de administração das carências. A inclusão pelo consumo, ao invés de representar um primeiro passo para a incorporação desses setores à sociedade, seria a prova cabal da inexistência de qualquer projeto hegemônico. Mais além: ela confirmaria o domínio da economia sobre a política.

A opinião de Oliveira a respeito do lulismo foi resumida no artigo “Hegemonia às avessas” (2010). O argumento central do texto surge de uma “reflexão gramsciana”, que inspira uma comparação entre a conjuntura brasileira e o que ocorreu com as forças sociais que derrotaram o *apartheid* na África do Sul. Lá, após conquistarem a “direção moral” da sociedade e tomarem o Estado, as classes dominadas se renderam à cartilha neoliberal. Uma vitória que mascarou a derrota em que consiste a legitimação da “desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso”. Num uso livre do conceito de Gramsci, trata-se de uma “hegemonia às avessas”.³⁵

³⁵ O uso livre do conceito de Gramsci foi bastante criticado por alguns intelectuais. Entre eles estava Carlos Nelson Coutinho, grande conhecedor da obra do comunista italiano. Durante um debate sobre o tema realizado na Faculdade de Filosofia da USP, em outubro de 2008, Coutinho afirmou que não discordava do argumento central de Francisco de Oliveira, mas preferia interpretar o fenômeno descrito por ele a partir da noção de “transformismo”, também retirada da obra de Gramsci. Este seria o nome adequado à conversão de líderes de movimentos políticos dos dominados à ideologia da classe dominante. No texto que escreveu para o livro *Hegemonia às avessas*, publicado em 2010, Coutinho sugeriu outra interpretação a partir do conceito de “pequena política”, também emprestado de Gramsci. Ele seria apropriado para descrever uma agenda de debates políticos que não atinge as grandes questões, como a ordem capitalista, e se atém a problemas cotidianos, administrativos. Sobre a sugestão de Oliveira, afirmou: “A expressão ‘hegemonia às avessas’, inventada por nosso querido Chico de Oliveira, é certamente provocativa. Trata-se de uma das muito instigantes e sempre oportunas provocações (no bom sentido da palavra!) postas por ele. Lembro aqui, por exemplo, suas formulações sobre o modo de produção social-democrata, o antivalor, o ornitorrinco e o surgimento de uma nova classe formada pelos gestores dos fundos públicos etc. Mesmo que discordemos de Chico em alguns casos, aprendemos sempre – e muito – com essas provocações, pois nos obrigam a pensar. É o caso também de ‘hegemonia às avessas’” (COUTINHO, 2010, p. 29).

Algo assim pode estar em curso no Brasil. A longa “era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa (OLIVEIRA, 2010, p. 24-25).

Durante o segundo mandato de Lula reforçaram-se alguns programas, como o Bolsa-Família e o crédito, sobretudo imobiliário, que contribuíram para uma redução maior da pobreza. O país sobreviveu à grande crise econômica de 2008, que atingiu com maior força os Estados Unidos e a Europa. Manteve uma taxa de crescimento muito acima dos países centrais graças, justamente, ao estímulo a um mercado interno de massas que se apoia na ampliação do crédito para as classes média e baixa e na valorização do salário mínimo. Os bons resultados elevaram a taxa de aprovação do governo Lula e favoreceram a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010. E apesar dos primeiros sinais de esgotamento do modelo, a presidenta foi reeleita em 2014.

Porém nenhum desses bons indicadores indicava alguma mudança no sentido da ampliação da participação política das classes dominadas, necessária para que programas temporários se convertam em direitos. Insatisfeito com o que viu, Francisco de Oliveira não abandonou sua postura crítica em relação ao papel desempenhado pelo PT na presidência. Em inúmeras entrevistas o sociólogo reiterou seu argumento de que a política partidária é hoje quase irrelevante diante do enorme poder do capital financeiro. Também repetiu sua condenação aos programas sociais que operam a instrumentalização da pobreza e reforçam, em sua opinião, a anulação da política. Destacou, ainda, a paralisia dos movimentos sociais diante de um governo com o qual se identificam historicamente, mas que atua às avessas, contra muitos dos interesses dos dominados. Apesar das críticas, Oliveira reconheceu alguns avanços logrados pelos governos petistas, em especial na área do combate à miséria, o que o levou a declarar voto em Dilma Rousseff às vésperas do segundo turno das eleições de 2014:

Eu sou sempre crítico, mas votei em Lula e votei na Dilma. Eu não vou votar nos tucanos. Eu sou crítico, não abro mão deste papel, mas votei no PT, votei em Lula e

voto na Dilma. No Aécio é que não vou votar (risadas)... Então é isso, minha trajetória é esta, ser crítico contundente, mas eu voto no que me parece dentro das circunstâncias da política brasileira que eu posso fazer.³⁶

A postura do sociólogo não chega a surpreender. Ela é comparável a outras posições políticas adotadas ao longo da sua trajetória: o apoio à participação do PT no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves, ao final da ditadura, contra a posição do partido; a defesa de candidatos do PMDB aos governos de alguns estados em 1986, entre eles Miguel Arraes; o incentivo à criação do PSDB, partido que teria a vocação de disputar a classe média mais à esquerda; o elogio à social-democracia e à experiência das Câmaras Setoriais. Em cada um desses casos, a opinião de Francisco de Oliveira parecia surgir de uma difícil combinação de realismo e resignação diante da conjuntura política brasileira, de uma análise específica das relações de força seguida por uma definição das possibilidades de avanço – ou menor retrocesso – abertas à esquerda.³⁷

³⁶ “Chico de Oliveira reafirma voto em Dilma: ‘o futuro é uma coisa em aberto’”. *Rede Brasil Atual*, 25/10/2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/chico-de-oliveira-dilma-melhores-tradicoes-da-esquerda-6650.html>. Acessado em 27/12/2014.

³⁷ Essa postura política não impede a autocrítica. Em 2010, quando o questioneei sobre a noção de “antagonismo convergente” durante uma aula na USP, Oliveira classificou aquela ideia de “grande equívoco”.

5. Um impasse ou *O ornitorrinco*

Isso daí [o ornitorrinco] foi um produto, de novo apelando ao IBGE, do segundo mais intenso crescimento capitalista do século, do século que foi de 1870, provavelmente, a 1970, o Brasil foi a segunda economia de maior crescimento do mundo. Portanto, não é mais o subdesenvolvimento, por quê? Porque subdesenvolvimento supunha uma espécie de mundo em que havia uma porta; qual era essa porta? Essa porta eram os setores e as fronteiras ainda não exploradas, ainda não submetidas à lógica do capital.

Ainda não imersas dentro de uma reprodução, de uma acumulação nitidamente capitalista. Essa era a porta. A expansão da fronteira agrícola, por exemplo, um estilo de acumulação primitiva que incorporava gente, terra e meios de fatores de produção no processo. Esperava-se – essa era a suposição dos que teorizavam o subdesenvolvimento – que essa possibilidade de fronteira fosse incorporando e corrigindo as distorções da desigualdade do crescimento. O que eu estou dizendo é que essa porta fechou-se, por quê? Porque não há nenhum reduto da sociedade brasileira, nem territorial, nem setorial, nem espacial, nenhum mais, que já não esteja submetido à lógica da reprodução do sistema. Não há mais essa possibilidade; aí o sistema se retroalimenta dentro do que ele já formou.

Francisco de Oliveira, em 2003¹

Nos passos da teoria da CEPAL, Francisco de Oliveira empenhou-se em apontar as especificidades da formação econômica do Brasil, desde os tempos da colônia até o estabelecimento de um capitalismo periférico que não seguiu à risca o caminho percorrido pelas nações do centro do sistema. Pautado no exemplo de Furtado e Prebisch, o autor de *Crítica à razão dualista* não acreditava que o desenvolvimento econômico e social do Brasil reproduziria, como num espelho atrasado, a história das sociedades europeias. A crítica elaborada pela CEPAL, que tinha na noção de subdesenvolvimento seu pilar principal, já havia rompido com aquela espécie de evolucionismo, que colocava as nações capitalistas pioneiras e retardatárias numa mesma corrida cujo objetivo, já alcançado pelas primeiras, era o tão sonhado desenvolvimento. No percurso sempre se encontrariam os mesmos obstáculos já enfrentados pelos países que passaram por aquele estágio antes. Era como se houvesse uma receita pré-estabelecida para o progresso, um remédio comum, indiferente à história de cada sociedade.

¹ Entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 01/12/2003.

As inúmeras contribuições de Prebisch e Furtado à teoria do desenvolvimento foram possíveis graças a um olhar até então inédito sobre o percurso histórico das nações subdesenvolvidas, suas estruturas sociais e econômicas e suas relações com o centro do sistema. O salto, bastante significativo, levou os autores da escola da CEPAL a acreditarem que era possível guiar as nações atrasadas para o progresso econômico e social. Bastava conhecer bem cada realidade e atuar de forma planejada para transformá-la. A noção de planejamento emergiu com força a partir dessa escola: o conhecimento era a base para a prática transformadora. Celso Furtado e a SUDENE são o exemplo mais rico dessa combinação. O economista acreditava que o processo de desenvolvimento possuía uma racionalidade e que esta poderia ser dominada por uma porção de técnicos bem treinados a serviço do Estado.

A crítica de Francisco de Oliveira a essa escola questionava alguns de seus fundamentos teóricos e políticos, mas não as suas promessas. Diante dessas havia um grau de acordo que não se rompeu. Na década de 1970, quando escreveu *Crítica à razão dualista* e *Elegia para uma re(li)gião*, o autor afirmava que os teóricos do nacional-desenvolvimentismo eram dominados por certa ingenuidade, que não lhes permitia enxergar a distância entre o planejado e o realmente executado. Isso porque a racionalidade, na qual Celso Furtado apostava, não era atributo exclusivo das cabeças dos economistas ou das várias agências de desenvolvimento que surgiram no Brasil entre 1930 e 1964. A razão que dominava, para Oliveira, era a das leis da acumulação capitalista, que impuseram à sociedade as transformações necessárias para que ela se realizasse. A ruptura tanto teórica quanto política com a CEPAL se concretizara, mas a virada na conjuntura do país no final dos anos 1970 revelaria que o autor ainda conservava um apreço pelos objetivos cultivados pelas vertentes do nacional-desenvolvimentismo derrotadas com o golpe civil-militar. Entre eles estavam o crescimento econômico com distribuição de renda, a defesa e ampliação do espaço público e o estímulo à participação popular na política. Tudo isso mediado por um Estado que não abandonaria seu papel como regulador dos conflitos econômicos e políticos. Uma entidade que poderia assumir novamente a racionalidade – como sugeria o exame da experiência social-democrata e a constatação da importância do fundo público para a realização da acumulação – e que, portanto, deveria ser disputada pela forças políticas progressistas do país.

A esperança do autor nessa via política se desfez novamente durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, quando a lógica da acumulação capitalista – agora financeira e globalizada – pareceu-lhe determinar, outra vez, os rumos da sociedade. A opinião de Oliveira sobre este processo, mostrada no capítulo anterior, nega que ele tenha resultado de um inevitável determinismo econômico, como poderiam imaginar alguns críticos de seus trabalhos da década de 1970. Ele foi fruto, segundo o sociólogo, de uma série de decisões políticas. Por esse motivo a decepção demonstrada no final dos anos 1990 parece encerrar um longo ciclo de interpretações e apostas iniciado em 1959, quando Oliveira ingressou na SUDENE para trabalhar ao lado de Celso Furtado e dar sua contribuição à transformação da região Nordeste e do Brasil. Quatro décadas depois, ao olhar a trajetória do país e rever também a sua, o autor encontrou um grande número de promessas não cumpridas, projetos inacabados e evoluções interrompidas. Mas também viu o progresso e sua tragédia, nas pistas de Walter Benjamin. Diante dessas evidências, era impossível ignorar a modernização conservadora e o fato de estar diante de um Brasil bastante diferente daquele dos anos de Kubitschek. Uma sociedade que evoluiu, mas de uma forma estranha, truncada, repleta de contradições. Para Oliveira não existe metáfora mais adequada do que o ornitorrinco para descrever este país. Um animal capaz de desafiar o olhar de qualquer evolucionista e de provar que o processo evolutivo não é tão linear quanto às vezes se supõe. Ele é repleto de contradições e particularidades, algo que Furtado e Prebisch enxergaram em seus estudos pioneiros sobre a economia latino-americana e que Francisco de Oliveira, na pista dos economistas, nunca esqueceu.

O ensaio *O ornitorrinco*, que será analisado neste capítulo, condensa em poucas páginas a trajetória irregular de seu autor e da nação que ele tomou como objeto. Nele se encontra uma visão original sobre o capitalismo brasileiro, cuja “evolução” Oliveira sempre retratou em seus textos. Em outros trabalhos e intervenções públicas recentes do sociólogo é possível notar o seu estranhamento diante do produto final dessa longa história econômica e social. Seu mal-estar fica nítido através da comparação entre *O ornitorrinco* e *Crítica à razão dualista*, reeditado em 2003: publicados num mesmo volume, ambos os ensaios expressam momentos específicos de interdição do projeto nacional ao qual o autor se vinculou desde sua juventude. Se na década de 1970 era o regime autoritário que impedia o desenvolvimento nos moldes do que havia imaginado a esquerda nacionalista, no presente

ele não pode avançar graças à mundialização do capital e à ruína da sociabilidade fordista, à qual aquele projeto estava vinculado. Antes, como agora, as mudanças obrigam a uma atualização da “questão nacional”, porém com um agravante: as categorias que guiaram essa discussão ao longo do século XX são hoje arrastadas pela dinâmica de um sistema econômico que, para Oliveira, move-se para além dos limites antes impostos pela política. Mais do que nunca as dúvidas se sobrepõem às apostas.

5.1. De Marx a Darwin

No início dos anos 1960, enquanto trabalhava ao lado de Celso Furtado na SUDENE, Francisco de Oliveira sem dúvida compartilhava com seus colegas alguma crença no planejamento, que levaria – se tudo corresse como o imaginado – ao desenvolvimento da região Nordeste e, também, da nação. Havia uma aposta na força da razão e uma esperança no progresso que se desfez com o tempo, como vimos ao longo desta tese. Era inevitável que nosso enredo seguisse as pistas desse caminho, que não foi absolutamente linear. Em determinados momentos da conjuntura brasileira, o pessimismo de Oliveira deu lugar ao otimismo. O período que se estende do final dos anos 1970 até o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso é exemplar neste sentido. Mas sem dúvida o percurso, quando revisto em seu conjunto, é da esperança para a decepção.

É ao menos curioso pensar que essa trajetória se realizou num país que passou por muitas transformações, das quais algumas estavam entre as desejadas pelas forças progressistas do período pré-1964. Sabemos, por exemplo, que certas promessas anunciadas pelo desenvolvimentismo se realizaram. É o caso do objetivo mais imediato da SUDENE: o Nordeste se industrializou e se integrou rápida e completamente ao centro do capitalismo brasileiro. Se passarmos a outro aspecto relacionado à vida intelectual de Oliveira, as mudanças também parecem positivas: as Ciências Sociais no Brasil se expandiram e não têm um caráter tão restritivo quanto o encontrado por um jovem estudante dessa disciplina no Recife dos anos 1950. A ampliação das universidades e da carreira acadêmica permitiu que o sociólogo pernambucano exercesse sua profissão e nela alcançasse um lugar de destaque. Quando o foco se volta à política, algo semelhante se revela: dezoito anos após o fim da ditadura, um partido de esquerda, o mesmo que contou

com o apoio militante de Oliveira desde sua origem, levou à presidência da república um ex-metalúrgico. É evidente que este resumo expõe apenas a superfície dos fatos. Em cada um desses casos há contradições mais profundas.

Sabe-se que o golpe de 1964 interrompeu um ciclo de acirramento da luta de classes na esteira do processo de industrialização e urbanização acelerado desde a Revolução de 1930. Aos olhos de seus intérpretes críticos, o regime autoritário *suspendia* à força aquela luta e revelava, assim, os limites da hegemonia burguesa no Brasil. Era como a tampa de uma panela de pressão que, acreditava-se, não resistiria por muito tempo. Mesmo quando a força do regime se tornou mais nítida, após o AI-5, o pessimismo diante da conjuntura mal escondia uma enorme esperança na política, no poder de organização dos trabalhadores e na capacidade do Estado de guiar a nação por um caminho melhor. Tudo permanecia lá, latente, sob a contenção do aparelho repressivo militar. Afinal o capitalismo ainda se definia pelos padrões fordistas, enquanto a existência do bloco socialista pautava o debate político internacional. Havia motivos para apostas, reveladas assim que a ditadura entrou em declínio, no final da década de 1970. Quando as barreiras para a atividade política se romperam, foi como se um enorme “grito contido” ecoasse pelo país, em “enorme euforia”, anunciando “outro dia”.²

Ocorre, porém, que a luta pela redemocratização da sociedade brasileira se desenvolveu sob um cenário muito diferente daquele que existia no período pré-1964. Além de inúmeras transformações internas promovidas pela ditadura, num processo que ficou conhecido como “modernização conservadora”, o quadro político e econômico mundial já não era o mesmo. A experiência soviética entrara em declínio acentuado e o que se anunciava a partir de seu breve desaparecimento era a vitória da democracia liberal e do capitalismo. Este assumia uma nova forma, mundializada e financeirizada, mais independente do controle dos Estados nacionais, na esteira de uma reestruturação produtiva que destruía as bases do modelo fordista, redefinia as relações entre capital e trabalho e tornava obsoletas antigas formas de organização e representação política da classe trabalhadora. Logo, quase ao mesmo tempo em que se gritava com euforia a favor da

² Chico Buarque. “Apesar de você”. *Chico Buarque*. Polygram/Philips, 1978. LP.

democracia, era possível dar adeus, contraditoriamente, a uma velha imagem de nação. “Bye bye Brasil, a última ficha caiu”.³

Sobrepostas, a realidade nacional e a conjuntura internacional pareciam apontar em direções opostas: quem se pautasse apenas pela primeira poderia se empolgar com o surgimento de novos movimentos sociais e de um sindicalismo forte e combativo, com a crescente demanda por direitos, pela organização de partidos políticos com bases sociais e ideológicas e tudo o mais que envolvia o clima da transição democrática. Já quem privilegiasse a conjuntura internacional dificilmente não ficaria perplexo com a crise do Estado de bem-estar social e a consequente destruição de quase todos os mecanismos de controle político sobre o mercado, o enfraquecimento de partidos e sindicatos vinculados às tradições da esquerda e o avanço do neoliberalismo como paradigma do pensamento econômico em escala mundial. Sobre as Ciências Sociais, o clima nacional tinha o efeito de fomentar novas e otimistas discussões, enquanto a dinâmica internacional do capitalismo exigia um olhar mais preocupado diante da perda de referenciais. Apesar de apostar na força da dinâmica nacional, Francisco de Oliveira logo percebeu que não era possível separar as duas esferas.

Durante a década de 1990 a tendência mundial se mostrou mais poderosa e contribuiu para travar, no Brasil, o avanço de uma sociabilidade democrática adequada às expectativas de muitos intelectuais de esquerda. De acordo com suas críticas, o que emergiu da longa transição política e econômica foi um Estado que pretende se isentar de qualquer controle ou responsabilidade sobre a acumulação capitalista e que encara os conflitos gerados por ela como uma questão meramente administrativa. As pontes entre os movimentos sociais e o governo foram derrubadas, e a política ficou restrita às instituições, onde impera a lei da governabilidade. Esse arranjo institucional é adequado a um mundo do capital que desconhece fronteiras nacionais e se reproduz sem um lastro material evidente. Na interpretação de Oliveira, tal modelo – o “totalitarismo neoliberal” – vai além de *suspender* ou sufocar a luta política, como ocorria sob o regime autoritário. Ela conduz à sua *anulação*.

³ Chico Buarque. “Bye Bye Brasil”. *Chico Buarque e Roberto Menescal*. Polygram, 1980. LP.

A distância entre esses dois momentos fica nítida quando analisamos o ensaio *O ornitorrinco*, publicado em 2003 no mesmo volume que traz uma reedição de *Crítica à razão dualista*. Colocados lado a lado, os textos favorecem uma comparação entre dois períodos distintos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Não por acaso é com uma volta ao passado, à época da utopia nacional-desenvolvimentista, que Francisco de Oliveira inicia *O ornitorrinco*. Assim como fizera em *Crítica à razão dualista*, ele ressalta a originalidade da teoria da CEPAL, cuja produção, influenciada por Max Weber, escapava da tentação evolucionista. Isso porque a singularidade destacada na teoria do subdesenvolvimento não é apresentada como o resultado de uma seleção natural, mas de uma ação com sentido:

[...] não se trata, weberianamente, de uma “finalidade”, predeterminada, que no evolucionismo aparece como sendo a da reprodução da espécie, mas sim de uma escolha. O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro (2003a, p. 126).

A negação de traços evolucionistas na teoria do subdesenvolvimento corresponde a um argumento anti-determinista, baseado na convicção de que o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho não era decidido apenas pelo peso das estruturas econômicas, mas também por uma série de “interesses internos”. Estes compunham a parte “consciente” do subdesenvolvimento, o lugar da política, que era o que permitia imaginar e apostar em sua superação:

Como singularidade e não elo na cadeia do desenvolvimento, e pela “consciência”, o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos. Por isso mesmo, havia uma abertura a partir da luta interna das classes, articulada com uma mudança na divisão internacional do trabalho capitalista (2003a, p. 127).

Embora elogie os autores cepalinos e reconheça a enorme influência que tiveram sobre seus trabalhos, Oliveira reafirma, em oposição a eles, que as contradições internas do subdesenvolvimento – interpretadas pelos economistas da CEPAL como elementos disfuncionais – eram, na verdade, a expressão da singularidade do capitalismo periférico, numa forma em que o “atrasado” e o “moderno” convivem organicamente:

O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre* (2003a, p. 131).

Baseado, portanto, na singularidade latino-americana – tal qual os autores da CEPAL a definiram –, Francisco de Oliveira extrapolou a formulação original de Prebisch e Furtado: se para os economistas ainda era a partir do centro e de seu padrão de desenvolvimento que se explicava a periferia e sua estrutura econômica, para o sociólogo, ao contrário, era a realidade dos países subdesenvolvidos que fornecia as pistas para uma melhor compreensão do sistema capitalista em sua totalidade. Além desse salto fundamental, o autor defendia que a superação do “atraso” poderia ser conquistada pelas nações periféricas a partir de suas lutas internas, sem depender de concessões dos países mais avançados, como sugeria Prebisch a partir da teoria da deterioração dos termos de troca ou como imaginava, também, a teoria da dependência. Segundo Oliveira, haveria uma porta aberta para a realização da utopia nacional-desenvolvimentista, mas a chave para acessá-la era justamente a luta de classes, negada pelo pacto populista e, depois, reprimida pela ditadura:

A singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não-evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições, à condição de que a vontade das classes soubesse aproveitar a “riqueza da iniquidade” de ser periferia. A inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, reiterada a cada ciclo de modernização, propiciaria os meios técnicos modernos, capazes de fazer “queimar etapas”, como os períodos Vargas e Kubitschek mostraram. O crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho. A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades quanto o poder patrimonialista. Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. Ao contrário, esta voltou as costas à aliança com as classes subordinadas, ela mesma já bastante enfraquecida pela invasão de seu reduto de poder de classe pela crescente internacionalização da propriedade industrial, sobretudo nos ramos novíssimos. O golpe de Estado de 1964, contemporâneo dos outros na maioria dos países latino-americanos, derrotou a possibilidade aberta (2003a, p. 131-132).

Neste ponto é possível retomar e reforçar um argumento que apresentei durante a análise de *Crítica à razão dualista*, no segundo capítulo desta tese: embora aquele ensaio transmita uma visão rígida e determinista sobre a economia e a sociedade no Brasil, esta era

apenas conjuntural, pois traduzia a paralisia da política imposta à força pela ditadura. A virada de perspectiva que Oliveira adotou durante a década de 1980, inspirado pelo exemplo social-democrata europeu em meio ao clima esperançoso da redemocratização brasileira, revela que o sociólogo acreditava plenamente na capacidade de transformação da sociedade a partir da política, desde que ela fosse praticada por classes sociais organizadas. Os argumentos que abrem o ensaio *O ornitorrinco* reforçam essa esperança do autor, hoje derrotada. Isso porque para ele aquela oportunidade histórica foi perdida, o que deixou a nação presa a uma espécie de impasse evolutivo: “sob o signo de Darwin”. O raciocínio aqui é semelhante ao exposto em *O elo perdido*, que não por acaso também apresenta título que faz referência a teorias evolucionistas. O processo de formação da classe trabalhadora baiana, descrito no livro, deu-se pela conservação de elementos do passado, como a escravidão, sobrepostos – mas não eliminados – pela criação de relações de trabalho modernas, como as que existiam na Petrobrás. Combinação típica de um ornitorrinco. A metáfora, ampliada no ensaio de 2003, é mobilizada para descrever um país que de fato cumpriu quase à risca muitas das etapas consideradas fundamentais ao desenvolvimento: urbanizou-se, industrializou-se, democratizou-se, fomentou o surgimento de um amplo mercado interno, inclusive de bens culturais, etc.. Porém conservou fortes elementos de atraso: absurda desigualdade social, enorme parcela de trabalhadores precarizados, grande dependência do capital financeiro internacional e atraso tecnológico, o qual o impede de acessar o restrito grupo de nações que avançaram na Terceira Revolução Industrial, molecular-digital.

Para Oliveira, a impossibilidade de “evoluir” é dada pela nova configuração do capitalismo internacional, em que a preponderância do capital financeiro e a acelerada dinâmica das inovações tecnológicas limitam a capacidade produtiva e de concorrência das nações periféricas. Destacam-se, ainda, as mudanças no mundo do trabalho, que teriam assistido a uma fusão entre a mais-valia absoluta e a relativa, através da qual o capital tentaria eliminar o adiantamento do salário ao trabalhador. Esse procedimento, que se tornou viável graças à reestruturação produtiva, pautada em tecnologias avançadas, só se realiza se contar, na outra ponta, com uma força de trabalho carente de direitos, precarizada. Nas condições atuais, em que predomina a terceirização e a produção por demanda, “é quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos

capitalistas”. Assim, se antes o trabalho “informal” poderia ser considerado uma “situação passageira”, hoje ele aparece como um padrão de relação necessário à forma da acumulação capitalista, que inclusive se amplia desde a periferia para o centro do sistema. “Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de reprodução”. Somadas, a dependência financeiro-tecnológica e a precarização das relações de trabalho formam um quadro nada animador:

Do ponto de vista da acumulação de capital, isso tem fundas consequências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica; uma espécie de eterna corrida contra o relógio. A segunda, menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela, ao contrário da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial. Isso exige um esforço de investimento sempre além do limite das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa. Mas o resultado fica sempre aquém do esforço: as taxas de acumulação, medidas pelo coeficiente de inversão sobre o PIB, são declinantes, e declinantes também as taxas de crescimento. Em termos bastante utilizados pelos cepalinos, a relação produto-capital se deteriora: para obter cada vez menos produto, faz-se necessário cada vez mais capital. E a contradição se agudiza porque a mundialização introduz aumento de produtividade do trabalho sem acumulação de capital, justamente pelo caráter divisível da forma técnica molecular-digital, do que resulta a permanência da má distribuição da renda. Exemplificando mais uma vez, os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just-in-time* de fabricantes e distribuidores de bebidas; mas, para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combinam-se, pois, acumulação molecular-digital e o puro uso da força de trabalho (2003a, p. 139-140).

Mas Oliveira ressalta, mais uma vez, que este resultado catastrófico não estava dado de antemão. A emergência do novo sindicalismo no final da década de 1970, em meio à luta pela redemocratização, fundava a esperança de que o mundo do trabalho no Brasil avançaria para formas mais bem definidas de relações entre capital e trabalho, baseadas num conflito legítimo entre as partes. Acreditava-se que o exemplo combativo do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista e de categorias dos funcionários públicos, como bancários e petroleiros, poderia inspirar outros setores. Se assim ocorresse, seria possível seguir o “caminho europeu”, mas a crise logo encerrou aquela oportunidade:

Esse movimento deteve-se nos anos 1980 e entrou em franca regressão a partir dali. As forças do trabalho já não têm “força” social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e “força” política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é

trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento (2003a, p. 145-146).

Essa realidade tem enormes consequências sobre a estrutura de classes brasileira: se a burguesia nacional mostra-se ainda mais dependente do capital e da tecnologia internacionais e os trabalhadores, em sua maioria precarizados, carecem de força e representação política, o espaço vazio é preenchido por uma camada social que deriva dos setores médios e assume, para Oliveira, a forma de uma nova classe social:

É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”. [...] A nova classe tem unidade e objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores (2003a, p. 147-148).

A hipótese sobre uma nova classe que se define pelo controle do fundo público deriva das discussões a respeito do modo de produção social-democrata, do antivalor e da estrutura de classes no capitalismo contemporâneo e no Brasil, em particular. A linha de continuidade mais clara, reforçada em nota de rodapé pelo autor, é com o artigo “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática”, de 1988, no qual já era apresentada a hipótese da super-representação política dos setores médios da sociedade brasileira. Para Oliveira, a parcela que se converteu em administradora de grandes volumes financeiros, oriunda desses setores médios, atenderia as principais exigências para merecerem o título de nova classe: ela tem um lugar na produção, ligada ao controle do fundo público, fundamental à acumulação; e possui uma “experiência” de classe, no sentido thompsoniano, pois frequenta lugares e tem acesso a pessoas que não estão ao alcance da classe trabalhadora. Mas carecem de ideologia, o que reforça a impressão de anulação da política. E sem a política, sem a “consciência”, o impasse não pode ser superado:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas

da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. Vivam Marx e Darwin: a periferia capitalista finalmente os uniu. Marx, que esperava tanto a aprovação de Darwin, que não teve tempo para ler *O capital*. Não foi aqui, em Galápagos, que Darwin teve o seu “estalo de Vieira”? (2003a, p. 150).

O ornitorrinco se estrutura a partir de uma leitura da realidade econômica, social e política do Brasil que é realmente determinista, muito além do que sugeria o conteúdo de *Crítica à razão dualista*. Pois se no ensaio elaborado na década de 1970 a impossibilidade de avançar era conjuntural, em *O ornitorrinco* não há sequer conjuntura. A política não está suspensa, mas anulada pelas transformações do capitalismo.⁴ Esse diagnóstico pessimista é alimentado pela crise de referenciais ligados ao modelo social-democrata e à sociabilidade fordista, e me parece que leva às últimas consequências a formulação de Jacques Rancière, para quem a política não existe se não houver espaço público e um mínimo de diálogo e tolerância entre as classes sociais antagônicas. Como Francisco de Oliveira não encontra esses ingredientes na sociedade brasileira, não pode haver política. Esse determinismo alimenta uma indisposição diante de fenômenos sociais que indicam que o conflito pode se manifestar de outras formas, a partir de outros atores e espaços que não correspondem à fórmula ideal de Rancière, também inspirada no padrão social-democrata. O caso recente das chamadas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil são um exemplo: na primeira entrevista em que Oliveira foi chamado a opinar sobre o tema, ele afirmou que elas não eram nada de mais.⁵ Pouco depois ele mudou sua opinião, como veremos mais adiante.

De volta à comparação entre os dois ensaios e os contextos em que foram escritos, noto que *O ornitorrinco* é um texto de caráter mais debochado do que *Crítica à razão dualista*, sem com isso deixar de ser crítico. Nele, o recurso alegórico escancara a mudança

⁴ Essa posição de Francisco de Oliveira ficou nítida para mim durante a primeira aula da disciplina que ele ofereceu aos alunos do Programa de Pós-Graduação em sociologia da USP, em 2010. Na ocasião, ele fez questão de alertar aos alunos que seu curso discutiria o processo econômico mundial e não a política nacional, pois esta era irrelevante.

⁵ Ver “As manifestações não foram nada demais [sic]”, diz o sociólogo Francisco de Oliveira”. Entrevista disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-07/as-manifestacoes-nao-foram-nada-demais-diz-o-sociologo-francisco-de-oliveira.html>>. Acessado em 20/01/2015.

de atitude do autor em relação ao seu primeiro ensaio, enquanto as contradições e os impasses que compõem o país-animal são apresentados como tão absurdos que podem despertar no leitor um riso incômodo, forçado, alimentado pela ironia de Oliveira. Efeito da “constatação sardônica” a que o texto conduz, nas palavras de Roberto Schwarz. Traços de resignação que contrastam com o manifesto de intervenção que encontramos nas entrelinhas de *Crítica à razão dualista*. Porque quando o clássico trabalho foi publicado o rígido sistema político autoritário era visto como um aparelho montado para garantir à força a dominação burguesa no Brasil. A via política estava interdita, não destruída. Em parte porque a nação permanecia como o espaço que continha a maioria das contradições políticas e econômicas e o Estado, apesar de estar sob o controle dos militares, ainda conservava poder e prestígio mesmo aos olhos da esquerda.

Desde então muita coisa mudou, e o sentimento que envolve *O ornitorrinco* combina pessimismo e perplexidade. Ele traduz a convicção de Oliveira de que hoje não só as utopias revolucionárias se esgotaram como também se perderam as oportunidades de reformas sociais progressistas. O subdesenvolvimento foi e não foi superado, ao passo que a estratégia da conciliação e do compromisso adotada pela social-democracia europeia se mostra inviável no Brasil. Ela fracassou no período populista, no pré-1964, e não avançou após a redemocratização. Dois momentos nos quais Francisco de Oliveira apostou. Mas qual é a saída então? Se o caminho das reformas graduais está fechado, restaria apenas a alternativa da ruptura radical, tal qual sugeriu Florestan Fernandes no clássico *Revolução burguesa no Brasil*, de 1974?⁶ Indagado se sua posição hoje seria idêntica àquela de Florestan, Francisco de Oliveira respondeu: “estou mais próximo de Florestan, mas não acredito”.⁷ Ou seja: a construção de uma democracia mais consistente, que ultrapassasse a ordem vigente, só ocorreria através de uma revolução, mas esta saída também lhe parece

⁶ No último parágrafo de seu influente ensaio, Florestan Fernandes afirmava: “Dentro da lógica dessas constatações, cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo, levaram água demais ao moinho e que acabarão submergindo no processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva. No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pão para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se a ela e sobreviver à sua solução (FERNANDES, 2006, p. 424).

⁷ Entrevista em Ridenti e Mendes (2012, p. 620).

impossível diante da irrelevância da política, da fraqueza das classes sociais que vivem do trabalho e da força da dominação burguesa. Pois quando Florestan publicou seu estudo, a hegemonia da classe dominante no Brasil ainda mostrava alguma fragilidade, comprovada pela necessidade de um Estado autoritário que garantisse sua vigência. Ali, portanto, ainda existia uma brecha. Hoje, porém, Francisco de Oliveira acredita que a hegemonia burguesa atingiu sua plenitude:

Nós pensamos, comemos, sonhamos nos termos propostos pela hegemonia burguesa. Daí não saímos para lugar nenhum. Isso não é eterno. [Mas] demora muito para mudar. Se, no Nordeste, as pessoas estão comendo. Esse é outro grave equívoco, e as Ciências Sociais são muito responsáveis por isso. Sempre se pensou que o Nordeste era um barril de pólvora, e não é. Tem conjunturas históricas em que ele se aproximou disso, mas depois passou. Se miséria fosse barril de pólvora, a Índia já teria explodido. Você tem um sistema de dominação, vou usar a palavra funcional, porque não encontro outra melhor, que, ao mesmo tempo em que as empregadas domésticas da minha mãe não votavam no usineiro, internamente elas nunca pediram carteira de trabalho. É uma forma de consenso. Aí eu não vou usar os velhos estigmas clássicos, de escravidão, eu não acredito mais nisso, eu estou noutra. A peculiaridade da dominação brasileira é o atraso como técnica de dominação. E não é a mesma coisa em todas as sociedades. Como é que os Estados Unidos controlam sua sociedade? Usando o individualismo como técnica de dominação. Você só terá êxito se for um indivíduo capaz e tal. No Brasil é diferente (entrevista em RIDENTI e MENDES, 2012, p. 620).

O ornitorrinco traz uma visão particular, original e pessimista de seu autor a respeito da sociedade que emergiu da revolução burguesa no Brasil. Este tema, recorrente nas Ciências Sociais do país desde o golpe de 1964, surgiu do interior dos debates sobre a “questão nacional” como uma preocupação comum a boa parte dos intelectuais de esquerda, empenhados em definir o papel da ditadura no processo de constituição da hegemonia burguesa em nosso território. Vale lembrar que foi uma opinião de Fernando Henrique Cardoso sobre esse tema que inspirou a elaboração de *Crítica à razão dualista*. Para Cardoso (1975), a ditadura representava o momento da revolução burguesa, enquanto Oliveira sustentava em seu ensaio que ela apenas continuava um processo iniciado com Getúlio Vargas em 1930. E este não se encerrava com a chegada dos militares ao poder: mesmo após o golpe de 1964, uma parte da burguesia nacional mantinha suas apostas no desenvolvimentismo, embora sem a contrapartida reformista que animava as tendências pública e nacionalista, liderada por Furtado, e a socialista, vinculada ao PCB. O objetivo era atingir metas ainda não alcançadas, como uma maior autonomia interna e externa, e um desejo por um lugar mais confortável na divisão internacional do trabalho. Porém esse

projeto também logo seria frustrado pela dinâmica de transformações do capitalismo em escala mundial.

Décadas depois, *O ornitorrinco* expõe com detalhes os motivos do fracasso parcial daquele projeto hegemônico. Há dominação burguesa, como o trecho da entrevista de Oliveira citado acima sugere, mas o projeto de nação defendido por parte da burguesia desde a Revolução de 1930 não se concretizou, a exemplo das esperanças frustradas da esquerda nacionalista. O resultado desse desenvolvimento, determinado tanto por aspectos econômicos internacionais quanto pela luta política interna, é um país repleto de contradições, que impediriam qualquer avanço no sentido de reformas que corrijam as deficiências da revolução burguesa, de um lado, ou que levem a uma ruptura revolucionária, de outro. Esse impasse é refletido pela teoria, como veremos a seguir.

5.2. Intelectuais no deserto

A análise da realidade brasileira nos textos de Francisco de Oliveira articula diferentes dimensões do econômico, do político e do social. Embora tenha rompido com o dualismo em seus trabalhos clássicos, o autor deu continuidade à tradição cepalina de pensar o todo a partir da parte, ou o centro através da periferia. Não como esferas isoladas, mas organicamente integradas. Em *Crítica à razão dualista* a economia brasileira é apresentada como um modelo que se define tanto em relação à divisão internacional do trabalho quanto a partir das desigualdades regionais internas à nação, também destacadas em *Elegia para uma re(li)gião*. Não há, neste sentido, uma ruptura em relação à tradição de pensamento fundada pela CEPAL. O salto, como vimos, está no reconhecimento da contradição como um elemento constitutivo do próprio sistema, e não mais como um desvio, tal qual imaginavam Celso Furtado e outros economistas daquela escola.

Vale a pena destacar aqui esse fato: desde os primeiros textos de Oliveira nota-se a conservação de um método que busca pensar o todo a partir da periferia.⁸ Além dos trabalhos citados, outros textos importantes adotam a mesma perspectiva. É o caso, por exemplo, do influente artigo “O Estado e o urbano no Brasil” (1982) e do livro *O elo*

⁸ Agradeço mais uma vez à professora Elide Rugai Bastos por ter me indicado a importância desse aspecto na produção de Oliveira.

perdido (1987a). No primeiro, a formação do espaço urbano brasileiro é apresentada como o resultado da difícil articulação nas cidades, por um longo período de tempo, de sua condição de periferia em relação à metrópole colonial e centro comercial e administrativo local. Já em *O elo perdido*, é nítida a intenção do autor de pensar a estrutura de classes brasileira a partir do caso baiano, que na sua condição periférica aguçaria contradições encontradas no conjunto do país. Até mesmo nos trabalhos dedicados à teoria do antivalor percebe-se um esforço semelhante: para Oliveira, o antivalor é uma parte do fundo público que, marginal em relação ao valor, é, no entanto, indispensável ao conjunto do sistema. E era a partir desse novo elemento, periférico, e não mais do valor, que o autor pretendia entender o “modo de produção social-democrata”.

Textos mais recentes tentam conservar essa perspectiva, porém esbarram numa mudança importante: a dimensão local ou regional praticamente desapareceu, enquanto o internacional se impôs como parâmetro fundamental. Sustento que a percepção dessa perda de perspectiva é determinante sobre a produção recente de Francisco de Oliveira. Durante os trinta anos que separam *Crítica à razão dualista* de *O ornitorrinco*, ocorreu uma homogeneização econômica do espaço brasileiro, a ponto de não fazer mais sentido pensar a região nos moldes como o autor a definia nos anos 1970. Essa transformação é ainda mais evidente a partir da análise de outro texto clássico, como apontou o próprio autor:

Elegia para uma re(li)gião, que a Boitempo quer republicar, é uma obra de memória, aquilo não existe mais. Não tem região mais. Continua tendo um sotaque diferente, uma maneira, mas do ponto de vista da divisão regional e da divisão internacional do trabalho não tem nenhuma relevância. Até porque o conflito regional foi, na maior parte, usurpado pela classe dominante. Primeiro, os latifundiários; depois, os usineiros... Do ponto de vista do Nordeste, o que a esquerda tem a dizer? Nada. Eu amo esse livro, é o livro do coração, mas ele está completamente ultrapassado (entrevista em JINKINGS et al., 2007: 35).

A mundialização e a financeirização do capital, acompanhadas por uma profunda crise política do Estado, retiraram da nação muito de sua importância. Se durante os anos 1970 os pesos das dimensões regional, nacional e internacional eram mais ou menos semelhantes, não há dúvidas de que hoje existe um enorme desequilíbrio nesta balança. O resultado desse deslocamento é a produção de uma espécie de vazio. No período pré-1964, as contradições regionais – vivenciadas de perto por Oliveira, na SUDENE – eram determinantes sobre o debate político nacional. A periferia existia e era reconhecida como

uma ameaça à segurança nacional. A questão nacional passava, portanto, pelo espaço regional. Ao mesmo tempo, a ideologia nacional-desenvolvimentista permitia pensar a nação como uma totalidade ainda em construção, mas que apresentava fronteiras bem demarcadas em relação ao internacional. Em suma, o jogo ainda era disputado em casa, dentro do território nacional.

Quando *Elegia para uma re(li)gião* foi publicado pela primeira vez, em 1977, já era possível notar tendências ao desaparecimento da região Nordeste enquanto especificidade econômica, o que despertava em Oliveira uma espécie de nostalgia, aprofundada quando da reedição da obra ao lado do ensaio *A noiva da revolução*. Sentimento semelhante ao identificado através da leitura conjunta de *Crítica à razão dualista* e *O ornitorrinco*, justapostos na edição de 2003. “Conforme notou Paulo Arantes num debate sobre “O ornitorrinco”, o raciocínio alimenta alguma saudade do subdesenvolvimento e de suas lutas, justificada em retrospecto pelo cerco atual” (SCHWARZ, 2003, p. 14). Essa é uma questão que atravessa muitas das intervenções recentes de Francisco de Oliveira, mas dou destaque, aqui, ao ensaio *A noiva da revolução* (2008). Assim como ocorreu com o volume que reúne *O ornitorrinco* e *Crítica à razão dualista*, a republicação de *Elegia* ao lado de *A noiva da revolução* nos permite lançar um novo olhar sobre aquela obra clássica, à qual o ensaio mais recente acrescenta alguns dados e aprofunda certas opiniões, entre as quais a ideia de que a região, tal qual o autor a definiu em *Elegia*, não existe mais. Porém o dado mais evidente do texto, como veremos, é o clima extremamente nostálgico que envolve sua elaboração: ele expressa uma saudade até mesmo da década de 1970, época em que até mesmo *Elegia* era escrito já sob o clima melancólico inspirado pela lembrança dos tempos da SUDENE.

Francisco de Oliveira define *A noiva da revolução* como um relato sentimental sobre sua cidade natal. A história contada do Recife não se atém àquela vivenciada nos tempos de infância e juventude do autor, nascido em 1933, mas se expande em uma narrativa que retoma diversos fatos da cidade desde sua fundação, ocorrida no século XVI. Os sucessivos eventos citados não aparecem tal qual nas versões impressas em livros didáticos, o que revela que a pretensão do autor não era de apenas recontar a história:

Não quero fazer a história do Recife, pois para tanto não tenho artes. Quero fazer com que você ame e sonhe com essa cidade, que ao ler o lamento cantado em suas ruas,

tenha saudade do passado que você não viveu, uma saudade benjaminiana, do que poderia ter sido e não foi (OLIVEIRA, 2008, p. 40).

É perseguindo esse objetivo que a narrativa se estrutura em torno de referências históricas selecionadas e, mesmo quando o relato se estende a tempos mais remotos, ainda aparece como uma série de recordações e interpretações do autor paralelas à história oficial. Assim, a fundação do Recife, cuja data exata é desconhecida, é lembrada em contraste à origem da vizinha Olinda, aristocrática e de “padrinho fundador nobre” (2008, p. 29). A seleção dessas lembranças é apaixonada, pois se presta a tornar público e compartilhável o amor que o autor declara à sua cidade natal. Um amor apoiado no “lamento cantado em suas ruas” que é, antes, uma lamúria pessoal proporcionada por determinado ponto de vista: sob o olhar de Francisco de Oliveira desaparece a pressuposta racionalidade da história, construída em torno da noção de progresso, e sobressaem os momentos de crise, quando as diversas possibilidades abertas dão um ar contingente à história.

Entre esses momentos ganham destaque as revoltas ocorridas no Recife no século XIX, que revelam com maior intensidade o que a cidade “poderia ter sido e não foi”. Francisco de Oliveira destaca três eventos: a “Revolução Pernambucana”, de 1817, a “Confederação do Equador”, de 1824, e a “Revolução Praieira”, de 1848, expressões da crise do sistema colonial – política e econômica, com o declínio do ciclo do açúcar – e dos conflitos posteriores à independência entre a província de Pernambuco e o governo central. De caráter liberal e republicano, foram todas derrotadas, mas deixaram como herança simbólica os nomes de seus principais líderes nas ruas da cidade, além de todo o peso concreto da perda de parte do território de Pernambuco e do fortalecimento de uma oligarquia regional submissa à administração nacional. Diante dessa tragédia, o autor questiona: “que história é essa, já perguntaram alguns de teus historiadores, em que a vitória é dos submissos e a derrota é dos autonomistas?” (2008, p. 45). Estranhamento compartilhado pelo poeta Carlos Pena Filho no poema “O fim”, do qual Francisco de Oliveira retirou o título de seu relato:

Recife, cruel cidade,
águia sangrenta, leão.
Ingrata para os da terra,
boa para os que não são.
Amiga dos que a maltratam,
inimiga dos que não,

este é o teu retrato feito
com tintas do teu verão
e desmaiadas lembranças
do tempo em que também eras
noiva da revolução.⁹

Para Francisco de Oliveira, a narração do século rebelde impõe uma ruptura: passa-se do mito fundador, tomado por um ar poético e em certa medida romântico, à história “quase sempre amarga” que é para ele, com Walter Benjamin, uma “acumulação de desastres” (OLIVEIRA, 2008, p. 27-28). A tragédia que segue ao “tempo mítico” tem uma causa: “o progresso – o vento empurrando o anjo de Klee na interpretação de Benjamin¹⁰ – destruiu tudo” (2008, p. 33), inclusive as lembranças das oportunidades bruscamente interrompidas. Daí a necessidade de narrá-las. Mas a tragédia não se encerra no capítulo dedicado ao destino das revoluções fracassadas, eventos que à luz dos acontecimentos posteriores aparece como o prenúncio da crise política, econômica e social que se estenderia dali até a metade do século XX. A descrição do processo de decadência do Recife avança pelos capítulos seguintes e traz consigo uma nostalgia peculiar, pois não é uma saudade do que a cidade foi um dia, mas um pesar pelo que ela não foi. E seu destino é apresentado em muitas passagens como algo não exclusivo, mas semelhante ao que ocorre com o Nordeste como um todo e, mais além, com o Brasil: é como se o vento do progresso batesse de forma diferente em cada lugar, mas deixasse sempre um rastro de destruição.

Para Oliveira, uma esperança de que essa tormenta terminasse surgiu em 1959, quando a SUDENE entrou no Nordeste sob a liderança de Celso Furtado, estabeleceu sua sede no Recife e começou a executar um programa que pretendia retirar a região de sua longa estagnação. Segundo o autor, a chegada de Furtado à cidade foi como a de um príncipe encantado que acordou de um sono profundo. Em torno dele e da SUDENE a política local ganhou novo fôlego e teve algumas de suas características subvertidas. Entre elas destaca-se o clientelismo, que se chocava com a racionalidade e a austeridade atribuídas a Furtado. Por outro lado, a massa de quase 3000 pessoas ligadas à

⁹ PENA FILHO, Carlos. “Guia prático da cidade do Recife”. In: *Livro Geral*. Recife: UFPE, 1969.

¹⁰ Aqui, Francisco de Oliveira faz referência à imagem do quadro *Angelus Novus*, de Klee, também presente nas famosas teses “Sobre o conceito da história” de Walter Benjamin, mais precisamente na 9ª tese (BENJAMIN, 1994, p. 226). Vale a pena reafirmar que a simpatia recente de Oliveira por algumas ideias do autor alemão não me parece fundada num profundo acordo teórico, capaz de inspirar uma grande virada em sua produção, mas na descoberta de um sentimento semelhante diante do progresso histórico.

Superintendência durante seu auge, engrossada por muitos técnicos de formação superior, contribuiu para dar nova consistência à classe média local e aquecer a economia. Portanto, embora as concepções que alimentavam a prática da SUDENE tenham sido alvo de duras críticas de Oliveira em muitos trabalhos – entre os quais *Elegia para uma re(li)gião* é destaque –, neste ensaio ele reconhece que mesmo seu problemático desenvolvimentismo serviu para colocar em outro patamar a discussão dos problemas regionais, até então bastante presa à superação de secas esporádicas e tomada pela lógica dos favores. Sobre esse período, concluiu: “A revolução fantasiou-se de reforma para ver se assim conseguia casar-se finalmente com a noiva tão desejada” (2008, p. 78).

Mas o sopro de esperança durou pouco e o golpe militar de 1964 impôs uma nova derrota ao Nordeste e ao Recife, com a imediata cassação de Furtado e a intervenção na SUDENE. O desastre que se seguiu foi, mais uma vez, econômico e político. No primeiro plano, a já frágil burguesia industrial pernambucana e nordestina viu-se arruinada com a interrupção dos subsídios que lhe garantiam uma reprodução precária, ao mesmo tempo em que a Superintendência se convertia definitivamente numa financiadora do grande capital do centro-sul e suas alianças internacionais, que entrava na região com uma força devastadora. Essa configuração revelou-se trágica logo que o ciclo de crescimento econômico nacional se encerrou, em meados dos anos 1970, e a estagnação ressurgiu sobre novas bases. Na esteira dessas transformações, as relações de classe também mudaram. O declínio político da burguesia regional abriu espaço para a ascensão de uma nova oligarquia aliada ou submissa às classes dominantes do centro-sul, que agora ganhavam o *status* de nacionais. Para Oliveira, repetiu-se aquela tragédia do século XIX da cidade-região que é “íngrata para os da terra / boa para os que não são”.

As classes dominadas foram derrotadas no campo político com a dura repressão às forças populares que se seguiu ao golpe. Tal retrocesso veio colado à estranha situação de ser dominado por forças externas, representadas pelo capital do centro-sul e internacional. Com a desindustrialização, o conflito de classes se camuflou e perdeu centralidade, numa economia que abandonou progressivamente as formas clássicas de contrato rumo a uma organização precária do trabalho, informal por excelência. Diante desse cenário, o relato se encerra num capítulo que tem como título a metáfora do “cão sem plumas”, emprestada de um poema homônimo de João Cabral de Melo Neto. Pois para Oliveira, o povo que vive

essa tragédia é como os homens do poema, tão vitimados que acabam desprovidos de tudo, até daquilo que não têm:

[...]
Como o rio
aqueles homens
são como cães sem plumas
(um cão sem plumas
é mais
que um cão saqueado;
é mais
que um cão assassinado.

Um cão sem plumas
é quando uma árvore sem voz.
É quando de um pássaro
suas raízes no ar.
É quando a alguma coisa
roem tão fundo
até o que não tem).
[...]¹¹

Francisco de Oliveira percebeu cedo, na década de 1970, que o Nordeste mudava num sentido que lhe parecia ao mesmo tempo trágico e irreversível. Esse é o diagnóstico que dá o tom de *Elegia para uma re(li)gião* e que ressurge, trinta anos depois, em *A noiva da revolução*. No relato sentimental sobre o Recife não há nenhum sinal de revisão daquela conclusão pessimista, hoje reafirmada, mas o autor promove um acerto de contas em relação ao seu primeiro ensaio, num movimento que encontra força no maior espaço dedicado à análise da cultura do Recife, classificada como musical e bela, e na ênfase dada à capacidade histórica de renovação das forças populares, mesmo diante de cenários muito adversos. Ao seguir esses caminhos, Oliveira abre uma estreita brecha à esperança sem, contudo, abandonar o pessimismo. Nessa aparente contradição reside outra semelhança com a leitura da história apresentada por Walter Benjamin, para quem um pessimismo ativo e não conformista deveria estar na raiz de qualquer esperança revolucionária (cf. LÖWY, 2002, p. 201).

A leitura do ensaio revela, porém, que o clima pessimista é muito mais abrangente do que qualquer fio de esperança e, embora trate de uma questão regional, o sentimento que guia o texto pode sem dúvida ser ampliado para as esferas nacional e internacional. Em

¹¹ MELO NETO, João Cabral. *O cão sem plumas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

seus trabalhos, Francisco de Oliveira sempre tentou articular esses três níveis, mas foi tomando a região como um ponto de vista original que ele lançou suas interpretações sobre a economia brasileira e o capitalismo mundial. Esse é um elemento presente em *Crítica à razão dualista*, ainda que de forma velada. É, também, o pilar de *Elegia para uma re(li)gião*. Assim, a perda do referencial regional tende a abalar todo o edifício metodológico ao qual o autor se filiou sem, no entanto, sistematizá-lo. A saber: ao exemplo da escola de CEPAL – sobretudo seus maiores expoentes, Celso Furtado e Raúl Prebisch – que revolucionou o pensamento econômico latino-americano ao assumir o ponto de vista da periferia e, a partir dele, tentar compreender o sistema capitalista como um todo, Oliveira sistematizou um novo olhar sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao eleger a questão regional como um elemento-chave para sua compreensão. Esse procedimento permitiu que o caráter “desigual e combinado” do sistema fosse revelado em seus mínimos detalhes. Mas se a região ou a nação – o elemento específico ou periférico, em suma – desapareceu, em que pilar pode se apoiar esse método? A questão se torna ainda mais dramática se assumirmos que o projeto teórico continha em si uma ousada aposta política. Ao longo do século XX, intelectuais e militantes ligados à tradição marxista imaginaram que os trabalhadores organizados seriam os atores de uma revolução social que nunca ocorreu. No Brasil, diante da peculiaridade de sua formação econômica e social, a esquerda nacionalista apostou no Estado como um agente capaz de guiar uma “massa” desorganizada de trabalhadores em direção à modernidade capitalista, numa primeira etapa, e para o socialismo, em seguida. Porém nem o primeiro estágio foi cumprido de acordo com o desejado. E hoje, como um “cão sem plumas”, parte da esquerda e de seus teóricos corre atrás de novos conceitos para entender a realidade e tentar transformá-la.

Entre 1960 e hoje, o lugar do intelectual de esquerda na sociedade brasileira e o público de suas intervenções se modificaram muito. A estreita relação com o Estado típica do período desenvolvimentista foi substituída por uma posição contra o mesmo a partir de 1964, quando este assumiu uma face autoritária. Os intelectuais voltaram-se, então, ao diálogo com movimentos sociais e políticos de oposição, os mesmos que ganhariam espaço com o declínio da ditadura e atrairiam ainda maior atenção de pesquisadores ao longo da década de 1980. No entanto aqueles novos atores perderam boa parte de seu fôlego em meio à crise social e econômica que dominava a transição democrática e derrubava as

pontes entre os movimentos e os intelectuais, beneficiados pela ampliação da vida acadêmica. Na década de 1990, as universidades se tornaram o habitat natural da maior parcela da intelectualidade do país, que passou a produzir, sobretudo, para seus pares.

Essa realidade desperta em alguns personagens, como Francisco de Oliveira, um mal-estar alimentado pela constatação de que o discurso radical do intelectual não tem hoje o mesmo peso que teve em outros momentos da história nacional. E este fato não é apenas resultado da redefinição de seu lugar dentro da estrutura social, debatida em diversos momentos dessa tese, mas também de um conjunto de transformações que afetou a própria sociedade. Para Oliveira, o radicalismo pode até ser encontrado aqui ou ali, mas ele se torna estéril se não encontra sujeitos políticos que tenham interesse em tomá-lo para si e peso para colocá-lo em prática. Essa ausência impede a visão de um horizonte diferente:

A gente não vê. Porque falta o sujeito da história. Falta o sujeito. Sem isso, tudo que eu disser nas conferências da USP é retórica. É uma elaboração sofisticada, mas não diz nada. Não diz nada. Eu posso chegar no auditório da USP e dizer “viva o socialismo”? Eles me botam pra fora, a reitoria e os alunos. É como no samba do Chico Buarque: “O bloco dos napoleões retintos”. Não tem base.¹²

Durante um debate realizado em comemoração aos 25 anos do CEDEC, em 2001, estimulado pela questão “Como pensar o Brasil?”, Francisco de Oliveira defendia uma volta aos clássicos, aos autores que ele chama de “demiurgos do Brasil”. Além dos três principais representantes da geração de 1930 – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. – ele acrescentava ao grupo Florestan Fernandes e Celso Furtado. Para Oliveira, o que todos estes personagens tinham em comum era o empenho em pensar “com radicalidade e com especificidade”, o que lhes permitiu superar os limites do pensamento social anterior e lançar novas bases para a interpretação do país, fundadas na originalidade da formação nacional. Copiar este procedimento seria a chave para enfrentar os enormes desafios do presente, que já não são os mesmos de antes:

Esses cinco demiurgos fornecem a chave para pensar de novo com radicalidade e com especificidade. Não vale a pena e nem é produtivo, nem se chegaria muito longe, repetir a chave desses cinco grandes intérpretes. Eu diria que é o sentido com que elaboraram essas grandes interpretações o ensinamento para pensar uma situação nova, para uma nova complexidade, enfrentando desafios que não são mais os desafios do subdesenvolvimento, como por exemplo, ao me referir à obra de Furtado, enquanto um esforço de industrialização na periferia. Agora o desafio é maior, é mais complexo; não se trata só de industrializar. A inserção numa gama nova, mais densa, mais complexa,

¹² Entrevista em Oliveira e Rizek (2013, p. 21-22).

mais desafiadora, das relações internacionais, o que por economia de discurso podemos chamar de globalização, mas é necessário que aceitemo-la como desafio. Nesse momento a questão não é mais saber, como nos anos 30, se podemos ou não nos industrializar, nem se trata de perseguir a quimera de que a industrialização produziria novas relações sociais, produziria um novo padrão político no sentido da democracia liberal. Temos agora o direito a todas as dúvidas (2001, p. 92).

Para ele, o exercício de pensar as nações periféricas com radicalidade e especificidade é ainda urgente diante das transformações impostas pela globalização. A tragédia do neoliberalismo na América Latina seria a prova do perigo de se abandonar a preocupação com as particularidades nacionais, de submeter todas as sociedades a um valor universal ou a um pensamento único. Mas como pensar o específico nas condições atuais? Muitos intelectuais brasileiros propuseram interpretações e alternativas diante da mundialização ou globalização. Entre os inúmeros exemplos possíveis, optei por trazer a esta tese a importante contribuição ao tema elaborada por Octavio Ianni, autor que pertence à mesma geração de Francisco de Oliveira, com quem compartilhou vários espaços de formulação teórica e militância política. Tanto Ianni quanto Oliveira foram formados num período em que a nação – ou a questão nacional – era a grande referência para o debate intelectual. Era dentro de suas fronteiras que ocorriam os conflitos entre classes sociais e se estruturavam as relações entre Estado, economia e sociedade. Mas esse limite parece não existir mais:

O paradigma clássico das Ciências Sociais foi constituído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações (IANNI, 1994, p. 147).

Diante dessa transformação profunda era necessário repensar muitas formulações teóricas:

Não é suficiente transferir conceitos, categorias e interpretações elaborados sobre a sociedade nacional para a global. Quando se trata de movimentos, relações, processos e estruturas característicos da sociedade global, não basta utilizar ou adaptar o que se sabe sobre a sociedade nacional. As noções de sociedade, estado, nação, partido, sindicato, movimento social, identidade, território, região, tradição, história, cultura, soberania, hegemonia, urbanização, industrialização, arcaico, moderno e outras não se transferem nem se adaptam facilmente. As relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo característicos da sociedade global exigem também novos conceitos, categorias, interpretações (IANNI, 1994, p. 153).

O processo descrito por Ianni é o mesmo que Francisco de Oliveira analisa, com outras palavras, em sua produção mais recente. Essa comparação entre ambos nos permite refazer aquela pergunta sugerida ao final do segundo capítulo: como intelectuais e artistas formados no período de 1930-64, em meio ao florescer de grandes discursos e projetos sobre a Nação, poderiam romper completamente com seu passado? A análise da trajetória de Francisco de Oliveira nos permite afirmar que tal ruptura, ainda que não seja impossível, dificilmente ocorre sem conflitos. Os resíduos permanecem, tanto na produção de Oliveira – como sugeriu Schwarz no prefácio a *O ornitorrinco* – quanto na discussão de Ianni sobre o processo de globalização. As reações de cada personagem a essa ruptura são diferentes: elas podem assumir a forma de perplexidade, recusa e paralisia, de um lado, ou aceitação, conformismo e assimilação, de outro. O desafio é encontrar um ponto de equilíbrio.

Francisco de Oliveira não abandonou aquela perspectiva teórica inspirada na escola da CEPAL: o sociólogo continua em busca de revelar os conflitos da sociedade, apontar as relações de força entre desiguais e a partir daí, tomando o lugar do subalterno ou do periférico, tentar compreender o todo. O problema, como vimos, é encontrar esse lugar num contexto nacional e internacional em que o capital e também o poder perderam quase todo o lastro material. Um mundo no qual trabalhadores e capitalistas quase não se encontram, à exceção das formas violentas que nada têm de políticas. Os polos opostos estão separados por forças militares públicas e/ou privadas, além de uma classe média que ocupa os lugares administrativos das fábricas aos órgãos estatais, passando pelas ONGs. Uma realidade em que partidos de esquerda chegam ao controle de Estados nacionais para amortecer conflitos, administrar carências e garantir o financiamento da acumulação capitalista, sem nenhuma proposta de alternativa hegemônica. Neste contexto, o ciclo evolutivo parece bloqueado e, para Francisco de Oliveira, não há caminho aberto para uma mudança.

Eppur si muove. As transformações econômicas, sociais e políticas das últimas quatro décadas sem dúvida lançaram enormes desafios para as Ciências Sociais, mas estas buscam formular novos conceitos diante de um mundo que não superou todos os seus conflitos. Crises, movimentos de massa, revoltas e revoluções continuam florescendo em cada canto do planeta e, como raio em céu azul, esses eventos muitas vezes surpreendem aqueles que se dedicam a interpretá-los. No Brasil, o caso recente das chamadas “Jornadas de Junho”, em 2013, dá uma amostra da dimensão do problema: como decifrar uma mobilização de tal

porte numa sociedade aparentemente estável, que teria conseguido sublimar parcela considerável de seus conflitos graças à enorme expansão do consumo? E, ainda mais, como explicar o fato de que originalmente o movimento se estruturou em torno de pautas locais, ligadas em sua maioria à demanda por maior acesso à cidade? Para alguns pesquisadores, as manifestações sugerem o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos do PT, relançam debates fundamentais sobre a vida nas grandes e médias cidades e, ainda, revelam os “novíssimos personagens” da cena política nacional.¹³ Francisco de Oliveira, que a princípio não se empolgou com aquelas jornadas, mais tarde mudou de opinião:

O ótimo é que a sociedade mostrou que é capaz ainda de se revoltar, é capaz de ir para a rua. Isso é ótimo. Não precisa resultados palpáveis. O que é bom em si mesmo foi o fato de a população, alguns setores sociais, se manifestarem. Assustarem os donos do poder, e isso foi ótimo. Isso é que é importante. Esse objetivo foi cumprido. Eu falava que era inédito porque a sociedade brasileira é muito pacata. A violência é só pessoal, privada, o que é um horror. Quando vai para a violência pública, as coisas melhoram. Esse é o resultado que nos interessa: um estado de ânimo da população que assuste os donos do poder.¹⁴

Eventos como esse revelam que do coração daquilo que Francisco de Oliveira chamou de “trabalho sem formas” (2007a, p. 34) emergem conflitos, animados por personagens que reivindicam direitos que vão além da esfera do consumo. Numa sociedade que há três décadas está submetida a um processo de desmanche, tal demanda não é pouca coisa e se dá, necessariamente, à margem de espaços públicos consolidados. Vários intérpretes das “Jornadas de Junho” têm destacado que boa parte dos que foram às ruas durante o auge das demonstrações era composta por jovens com boa escolaridade, beneficiados pela recente expansão do acesso ao ensino superior, mas que não conseguem uma inserção segura no mercado de trabalho. Além da questão do transporte coletivo, esses jovens alertam para a má qualidade de serviços públicos essenciais, como saúde e educação. As bandeiras não são essencialmente novas, mas os atores que as defendem são:

Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” – a

¹³ Ermínia Maricato falou dos “novíssimos atores” em texto publicado no blog da editora Boitempo. No mesmo espaço é possível encontrar contribuições de muitos outros autores sobre os eventos de junho de 2013. Disponível em < <http://blogdaboitempo.com.br/jornadas-de-junho/>>. Acessado em 14/01/2015.

¹⁴ Trecho de entrevista publicada no blog da editora Boitempo. Disponível em < <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/3234>>. Acessado em 13/01/2015.

massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento (BRAGA, 2013).

Em suma: em meio ao deserto ainda há desigualdades e atores que lutam por sua superação. Essa política se manifesta nas brechas da polícia – infelizmente não só no sentido de Rancière – e, enquanto este conflito existir, um salto evolutivo do ornitorrinco não pode ser descartado. É essa esperança que alimenta a produção mais recente do CENEDIC e algumas intervenções públicas de Francisco de Oliveira. Embora não seja possível afirmar que há motivos tão fortes para apostas como aqueles que existiam antes e inspiraram a produção do sociólogo no passado, a busca por uma teoria adequada à nova realidade não foi suspensa.

5.3. Da indeterminação ao reencantamento: que país é este?

Ao discutir os trabalhos dos ensaístas brasileiros dos anos 1920, Elide Rugai Bastos aponta algumas características comuns a vários autores que ajudavam a dar forma a um “estilo de pensamento”, no sentido em que este é definido por Karl Mannheim. Este estilo marcaria época e teria enorme peso sobre a produção intelectual de décadas posteriores. A autora afirma: “Encontrei nesses ensaios, como pontos temáticos principais, dois elementos – a questão da *cultura* e a busca da *identidade nacional* – elementos estes que lhes dão unidade. Em outros termos, os autores buscam resposta à indagação: afinal, que país é este?” (BASTOS, 2006, p. 61). Esta pergunta era adequada ao clima da época, marcada por transformações econômicas, políticas e culturais de grande porte: o declínio da oligarquia agrária que dominava a Primeira República, a urbanização, o surgimento de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, o movimento tenentista e a Semana de Arte Moderna. Novidades que não levavam, contudo, à completa superação de características pretéritas. Era necessário interpretar o novo e inventar a nação e suas tradições, o que não poderia ser feito sem um olhar sobre o passado.

A pergunta que guiava aqueles ensaios nunca encontrou uma resposta definitiva. Ao longo dos anos ela foi apenas atualizada de acordo com o contexto em que foi reformulada. As questões ligadas à cultura ou à busca de uma identidade nacional cederam espaço para

as preocupações com o desenvolvimento social e econômico no momento em que a nação já parecia algo concreto, construído por um Estado forte e centralizador. Superada a tarefa da formação, cabia aos intelectuais o esforço de garantir o acesso do Brasil ao exclusivo clube das nações capitalistas desenvolvidas. Celso Furtado é sem dúvida o personagem que melhor exemplifica esse empenho. E a pergunta que orientava seu pensamento ainda era a mesma: “que país é este?”. Sua resposta foi a original e influente teoria do subdesenvolvimento. Encerrado o ciclo nacional-desenvolvimentista, a questão nacional foi mais uma vez atualizada. O dualismo que marcara a produção intelectual do período anterior foi criticado à esquerda em todas as esferas, no econômico, no político e no cultural. A sociedade brasileira passou a ser reinterpretada na chave da unidade de opostos: a nação poderia se desenvolver mesmo sem sepultar seu atraso, e o capitalismo periférico brasileiro fundava sua existência justamente na interdependência entre seus elementos desiguais. Pouco depois, a luta pela superação do regime autoritário fomentou novos questionamentos a respeito da nação. Vivia-se, mais uma vez, um período de transição, então marcado pela emergência de novos atores sociais e políticos, pela crise do Estado e pelo avanço em ritmo frenético do capitalismo mundializado e financeirizado, na esteira da terceira revolução industrial. Mais uma vez a sociedade brasileira era forçada a repensar sua organização interna e, ao mesmo tempo, buscar um lugar melhor na divisão internacional do trabalho, que se redefinia.

Neste último momento, a velha questão se apresentava como um enigma particularmente complicado, pois a mundialização parecia tornar obsoleto o Estado nacional, eixo articulador de tudo o que se produziu até então. Com dificuldades para pensar o futuro, muitos intelectuais e militantes de esquerda voltaram-se ao passado. A nostalgia em relação à época do subdesenvolvimento – encontrada em alguns trabalhos, inclusive de Francisco de Oliveira – expressa a saudade dos tempos em que ainda era possível, por exemplo, que um pequeno grupo de jovens liderados por um respeitado economista se sentisse capaz de ameaçar as velhas estruturas de dominação do Nordeste – e da nação – a partir dos escritórios de uma Superintendência. Naquele momento, acreditava-se, havia uma “porta aberta”. Desde 1964 – ou mais precisamente do final de 1968, com o AI-5 – o projeto de nação que alimentava aquela esperança desmoronou e as portas se fecharam. A combinação do crescente autoritarismo proporcionado pelo “golpe dentro do

golpe” com a retomada do crescimento econômico representou apenas o primeiro duro revés contra as vertentes à esquerda do nacional-desenvolvimentismo e seus pressupostos éticos, teóricos e políticos. A obra de Celso Furtado não concebia o desenvolvimento econômico sem uma ampliação da participação política das classes dominadas, mas a conjuntura do “milagre econômico” revelou que o crescimento poderia ocorrer apesar da ditadura ou, o pior, graças a ela, e que a nação que se desenhava como fruto deste processo contraditório estava muito distante da imaginada no período democrático que se estendeu de 1946 a 1964. Com o passar dos anos, a longa marcha da “modernização conservadora”, aprofundada durante o regime autoritário, arrastou tudo o que havia unido aquela geração.

Crítica à razão dualista, de 1972, traduzia aquele contexto numa espécie de paralisia política. Aos olhos de Oliveira os movimentos progressistas da sociedade brasileira não tinham mais para onde correr. As portas estavam fechadas pelo regime autoritário e era difícil abrir novos caminhos. Nem à força, o que era comprovado pela derrota da luta armada. *Elegia para uma re(li)gião*, publicado apenas cinco anos depois, já destacava os primeiros resultados do modelo de “modernização conservadora” sobre a divisão regional do trabalho no Brasil: a região Nordeste, imaginada pelo autor como um espaço econômico singular, estava condenada a desaparecer, absorvida pelo sistema, embora tal integração não indicasse a superação dos problemas que alimentaram as lutas sociais do pré-1964 e, mais distante, do século XIX. A questão regional seria sufocada, assim como a luta de classes, mas não superada. Dessa forma as contradições não seriam resolvidas, o que só poderia ocorrer através da luta política.

A transição democrática proporcionou uma suspensão momentânea daquela paralisia. O reaquecimento das lutas sociais e políticas gerou uma euforia que articulava a esperança em relação ao futuro democrático com uma espécie de nostalgia em relação ao projeto de nação interrompido pela ditadura. Seria possível retomá-lo duas décadas depois? A aposta neste sentido, no caso de Oliveira, não se pautava em nenhuma leitura ingênua da realidade. Ao contrário, o sociólogo percebia que a redemocratização brasileira avançava sob o peso de uma grande crise econômica, num cenário internacional marcado por incertezas em relação ao papel do Estado e aos projetos políticos da esquerda. Ele também enxergava os sinais de mundialização e da financeirização do capitalismo, bem como as mudanças da sociedade brasileira. O cenário tinha, portanto, suas adversidades, mas diante da conjuntura

paralisante do auge do regime autoritário elas pareciam menores. Valia a aposta, e Francisco de Oliveira apostou. O que estava em disputa ali era o peso que as esferas da política e da economia exerceriam sobre a sociedade brasileira a partir da Nova República. O sociólogo desejava que a primeira se impusesse à segunda, nos moldes da social-democracia europeia, de tal forma que estabelecesse limites às determinações da acumulação capitalista sobre a organização social. Sucessivas derrotas revelaram a impossibilidade de avançar naquele sentido, e durante os anos de FHC se consolidou um movimento oposto, no qual a política foi suspensa em nome da estabilidade econômica. Quando Lula foi eleito, no final de 2002, o PT também já tinha se alinhado a essa lógica. Na virada do século XX, o “totalitarismo neoliberal” levaria Oliveira a expressar mais uma vez, agora com outros referenciais, aquele mesmo sentimento de viver numa sociedade cujas contradições se encontram congeladas, sem oportunidade de solução pela via política. Anuladas, elas aparecem lado a lado com tudo o que de mais moderno se produziu ao longo do século XX, como uma colagem de épocas distintas da evolução do sistema capitalista.

Há, porém, outras visões sobre a realidade brasileira formuladas no interior da esquerda. Ao final da década de 1990, o neoliberalismo começou a perder espaço na periferia do sistema capitalista, onde seus pressupostos guiaram a maioria dos programas econômicos desde os anos 1980 sem, contudo, reativar o crescimento nem reduzir as desigualdades sociais. Países da América Latina destacam-se entre os que assistiram à eleição de novos governos que têm em comum uma aversão em diferentes níveis ao neoliberalismo e uma simpatia, também variável, à esquerda. Entre eles, o primeiro e talvez mais expressivo seja o de Hugo Chávez, que chegou à presidência da Venezuela em 1998 anunciando a Revolução Bolivariana.¹⁵ É inegável que a conjuntura política e econômica do subcontinente mudou muito desde então, e o Brasil não esteve imune a este novo clima. Por aqui e em alguns países vizinhos, nota-se a retomada, com algumas modificações, de uma velha agenda econômica já muito debatida nesta tese e por Francisco de Oliveira: o desenvolvimentismo. Sua volta à imaginação dos intelectuais e aos planos de governos surpreende:

¹⁵ O processo de ascensão de Chávez e de seu Movimento Bolivariano na Venezuela foi analisado em minha dissertação de mestrado, publicada depois no livro *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela* (MENDES, 2012).

O desenvolvimentismo parecia ter sido sepultado como política de esquerda pelo menos a partir do fim dos anos 1960. A experiência da ditadura demonstrara que era possível desenvolver a economia sem redistribuição de renda e sem democracia. Ademais, após o golpe de 1964, as (auto) críticas ao desenvolvimentismo seriam duras. Todavia, com os impasses das esquerdas após a queda do muro, tendo de enfrentar os desafios impostos pelo avanço e posterior crise do neoliberalismo, uma saída possível tem sido um certo retorno ao desenvolvimentismo (RIDENTI, 2010a, p. 52).

Francisco de Oliveira não demonstra, hoje, nenhum entusiasmo com essa retomada do desenvolvimentismo. Sua nostalgia em relação às lutas do pré-1964 não contempla a esperança de que o contexto que as estimulava possa ser reproduzido hoje: “sua existência é ‘irrepetible desde siempre y para siempre’”. Foi neste sentido que em 1996, num debate sobre o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, Oliveira enfatizou o enorme abismo entre o “desmanche” do Estado promovido pela agenda neoliberal e a longa tradição nacional-desenvolvimentista brasileira. As críticas que ele direcionou a este modelo nos anos 1970 foram amenizadas duas décadas depois, e o sociólogo até enxergava com bons olhos a retomada de medidas que recolocassem o Estado no controle de uma estratégia de desenvolvimento do capitalismo no país. Ele afirmava, porém, que esse objetivo encontraria enormes barreiras:

Há alguma dúvida de que a economia brasileira é viável? Eu não tenho nenhuma dúvida. A minha dúvida é apenas se ela vai ser uma economia para os 150 milhões de brasileiros ou apenas para os 30 milhões da classe média. Pela forma como as coisas estão se encaminhando, eu acredito que a economia brasileira tende a ser exitosa. Há vários ramos, setores ou grupos de empresas que serão exitosos, em escala mundial. Só que vai ser uma economia incapaz de integrar diversos grupos sociais e, o que é pior, de integrar a nação territorialmente. A velha divisão brasileira entre regiões atrasadas, subdesenvolvidas e regiões prósperas tenderá a piorar. Se com todo o esforço que se fez desde os anos 50 essa divisão se manteve, sem um Estado ativo a tendência é piorar. Há um risco real de balcanização da federação brasileira se ela for entregue aos estímulos do mercado. Porque nenhum empresário é burro. Por que cargas d’água alguém vai investir no Nordeste? Os empresários foram antes porque havia estímulo fiscal. Evidente que havia corrupção e uso indevido dos incentivos, mas isso pode ser corrigido. Esse risco de balcanização veio com a globalização e se acerba com o Mercosul. O que um empresário interessado no Mercosul vai fazer na Paraíba? Eu acho que é possível, sim, o Estado induzir o investimento e levar o capital a investir onde for mais necessário (OLIVEIRA, 1996, p. 67).

O trecho acima, em que Oliveira defende a criação de mecanismos de incentivos fiscais que levem o capital a setores “atrasados”, mostra o quanto sua posição mudou em relação aos anos 1970, quando este era um dos pontos centrais de sua crítica à atuação da SUDENE. Porém, embora visse com bons olhos os desejos de amenizar o neoliberalismo com a retomada de alguns aspectos da agenda desenvolvimentista, Oliveira não enxergava

a possibilidade de recuperar a questão nacional nos moldes em que recentemente pretenderam atualizá-la outros intelectuais e militantes de esquerda, como os reunidos no livro *A opção brasileira*, de 1998, assinado por César Benjamin, Emir Sader, João Pedro Stédile, Plínio de Arruda Sampaio e Tânia Bacelar, entre outros. Este grupo compartilha da nostalgia em relação ao nacional-desenvolvimentismo, como prova o trecho a seguir:

Resta pouco do fecundo debate intelectual que tivemos até os anos 60, voltado para compreender o sentido da nossa história e as condições de modernização do país. Paradoxalmente, o Brasil de hoje, dotado de uma economia mais poderosa, de uma academia mais consolidada e de uma imprensa mais desenvolvida, parece ser mais incapaz de pensar-se (BENJAMIN, C. et. al., 1998, p. 12).

Porém, diferente de Oliveira, esses autores viam no contexto da virada do milênio uma chance aberta à mudança e, o mais importante, à retomada de um projeto de nação:

Com um território consolidado e uma população emancipada de relações patriarcais, o imaginário nacional poderá gravitar pela primeira vez em torno de uma ideia de sociedade que incorpore a de uma igualdade essencial. Sobre essa nova base, o processo de construção nacional poderá completar-se (1998, p. 150. Trecho grifado no original).

O sucesso dessa empreitada dependeria do estabelecimento de uma série de compromissos, entre os quais se destacam: a defesa da soberania nacional; a retomada do desenvolvimento econômico, que “expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica”; e a luta por uma forma de democracia ampliada. Essas sugestões, muito próximas daquelas encontradas na agenda nacional-desenvolvimentista do pré-1964, eram compartilhadas por outros setores da sociedade e correntes de esquerda, entre as quais se destaca o núcleo duro do PT, que conduziria Lula à presidência da república poucos anos depois. Esse fato foi notado por Marcelo Ridenti durante um debate, também realizado em 1998, do qual participava José Dirceu, então presidente do partido. Em sua exposição, “ele falou da importância de retomar o desenvolvimento, sobre o papel do Estado e do empresariado nacional nessa retomada, sem esquecer a continuidade da busca de direitos dos cidadãos, bem como a defesa do povo brasileiro e de sua cultura”. E em seguida, quando questionado, confirmou a proximidade entre esse programa e aquele defendido pela esquerda nacionalista no período pré-1964:

Durante o debate, perguntei a Dirceu se as ideias que acabara de expor não seriam um *aggiornamento* da velha tese do PCB sobre a revolução nacional e democrática no Brasil que Dirceu e outros haviam criticado em 1968. A resposta foi afirmativa, com a

ressalva de que, segundo ele, na virada do milênio já haveria condições, antes não existentes, para que se desse o desenvolvimento nacional policlassista. Opinião polêmica. Mas, se ele tinha razão, configura-se mais uma ironia da história. O projeto desenvolvimentista de revolução nacional-democrática dentro da ordem institucional, formulado pelo PCB no final dos anos 1950, teria vingado por outra via e noutro contexto, agora fora do clima ideologizado da época da Guerra Fria, depois do fim do socialismo soviético, quando o velho partido já não existe, e pelas mãos de um partido que lhe tomou o lugar hegemônico no seio da esquerda brasileira (RIDENTI, 2010a, p. 55).

É certo que, como no período de 1930-64, há matizes no interior desse desenvolvimentismo repaginado, sobretudo no que diz respeito ao equilíbrio entre as medidas que visam ao crescimento econômico e as políticas sociais; aos imperativos da acumulação e da estabilização financeira, de um lado, e as demandas por inclusão social e redução das desigualdades, de outro. Diferenças a parte, nenhuma vertente parece empolgar Francisco de Oliveira. Desde a década de 1990, pelo menos, ele não enxerga condições para uma retomada do crescimento e para a realização de reformas nos moldes em que elas foram propostas, há décadas, pelas correntes desenvolvimentistas de esquerda. Ele não compartilha da esperança que animou o núcleo dirigente de seu ex-partido nem daquelas teses divulgadas por um grupo de intelectuais dos quais sempre foi próximo. Esse distanciamento favorece a compreensão dos motivos que o levaram a se desligar do PT e a difícil relação que estabeleceu com forças políticas à esquerda desse partido, entre as quais está o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cuja criação ele apoiou em 2004.¹⁶

Após a queda do socialismo real e do vazio criado pelo fracasso da agenda neoliberal na periferia capitalista, a retomada do desenvolvimentismo foi uma saída programática – e pragmática – encontrada por parte dos intelectuais e militantes de esquerda do país para tentar reativar o crescimento econômico e avançar no combate à desigualdade social. A opção por essa agenda é uma resposta possível à velha questão nacional: que país é este? Seguida, inevitavelmente, por outra: que país queremos? Ao responder à primeira pergunta com a demolidora metáfora do ornitorrinco e não apontar uma alternativa, Francisco de Oliveira afirma uma posição teórica e política ao mesmo tempo original e perturbadora. Ele compartilha, em grande medida, do diagnóstico pessimista daqueles que contribuíram para

¹⁶ A crítica de Francisco de Oliveira ao PSOL está baseada, sobretudo, na constatação da irrelevância da política partidária: “A única coisa que o PSOL pode fazer é ser uma espécie de Grilo Falante, uma espécie de consciência crítica, mas sem possibilidades de hegemonia, sem possibilidades sequer de pautar a política brasileira” (entrevista em *Folha de S. Paulo*, 24/07/2006).

a elaboração de *A opção brasileira*, mas não é capaz de indicar uma saída, como eles fizeram. Para ele o desenvolvimentismo não pode ser encarado como uma verdadeira opção, o que reforça a crise da esquerda, na qual ele se inclui:

De certo modo, a esquerda sempre foi desenvolvimentista, mas subordinando tudo à mudança para o socialismo. Depois das formulações da Cepal e de Celso Furtado, a esquerda brasileira tornou-se desenvolvimentista no sentido que veio a tomar na América Latina. Mas esqueceu da questão do socialismo. Houve um ganho e uma perda nessa trajetória. Não é mais possível fazer programas ao estilo JK, pois eleger prioridades significa discriminar entre diversas forças sociais e políticas. E o Estado brasileiro não tem mais essa força. O capitalismo brasileiro já é muito complexo para permitir discriminações facilmente identificáveis, como no tempo de JK. O capitalismo entrou definitivamente na fase do monopólio e do imperialismo, sobredeterminado pela importância do capital financeiro. É este quem dá as regras, e não mais um estado desenvolvimentista.¹⁷

Além de fundar seu pessimismo na constatação da perda de importância do Estado nacional, Oliveira sem dúvida leva em conta sua experiência pretérita no coração do desenvolvimentismo. Ele sabe, como já afirmou em muitos de seus trabalhos, que quando Celso Furtado e Juscelino Kubitschek lançaram a “Operação Nordeste”, em 1959, eles anunciaram um plano que era parte importante de um projeto hegemônico essencialmente burguês, apesar de a ilusão nacional-desenvolvimentista mascarar um pouco de seu teor. A SUDENE pretendia submeter o Nordeste às regras do capitalismo industrial, num processo que para Furtado teria como contrapartida um conjunto de reformas sociais. Tal projeto contava com os apoios da burguesia industrial do centro-sul e da esquerda nacionalista, e era impulsionada pelo Estado, em oposição à oligarquia local. Naquele contexto havia política no sentido forte do termo, o que provam os conflitos no interior da aliança desenvolvimentista, rompida no início da década de 1960. Para Oliveira, a derrota das forças progressistas da época deve-se, em parte, à subestimação da luta de classes, algo que hoje seria compartilhado por uma vertente do desenvolvimentismo revisitado. Ele teme que a tragédia se repita, agora, como farsa.

À primeira vista, a posição de Oliveira pode gerar estranhamento entre aqueles que conhecem um pouco de sua trajetória. Afinal, como demonstrei nesta tese, ele foi um isolado entusiasta da social-democracia durante a década de 1980 e boa parte dos anos

¹⁷ Entrevista concedida à versão digital da Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em <www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4451&secao=393>. Acessado em 27/01/2015.

1990, enquanto muitos intelectuais e políticos que hoje abraçam o desenvolvimentismo reformista criticavam sua posição, então acusada de moderada. O que provocou essa inversão? Ao rever a posição defendida pelo sociólogo durante a transição democrática brasileira, convenci-me de que seu suporte a um programa de reformas em prol de um esboço de Estado de bem-estar no Brasil dependia da realização de formidáveis avanços *políticos*, todos eles concebidos a partir de um modelo de democracia ampliada em que as classes sociais organizadas fossem realmente representadas. Quando estas foram frustradas, aquele programa perdeu o sentido. Mais do que numa retomada do crescimento – para além de qualquer determinismo *econômico*, portanto – o sociólogo apostava no sucesso da sociabilidade democrática que envolveu a transição brasileira. Não era pouco: as lutas pela redemocratização continham a promessa de ruptura da autocracia burguesa e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Vale a pena, aqui, lembrar uma clássica definição do regime autocrático, sem dúvida compartilhada por Oliveira. Para Florestan Fernandes (2006 [1975]) ele emergia de um “particularismo de classe cego” das classes burguesas, “o qual as leva a perceber as classes operárias e as classes destituídas em função de uma alternativa estreita: ou meros *tutelados*; ou *inimigos irreconciliáveis*”. Essa visão estreita e antidemocrática justificava-se pela condição dependente das burguesias, obrigadas a lutarem constantemente por sua sobrevivência:

Aqui estamos em face de uma burguesia dependente, que luta por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo dependente, confundindo as duas coisas com a sobrevivência da “civilização ocidental cristã”. Em suas mãos, o individualismo egoístico, o particularismo agressivo e a violência “racional” só se voltam para um fim: a continuidade do tempo econômico da Revolução Burguesa, ou seja, em outras palavras, a intensificação da exploração capitalista e da opressão de classe, sem a qual ela é impossível. Esse, aliás, é o único ponto para o qual convergem os mais díspares e contrastantes interesses e valores burgueses, constituindo-se, por isso, no pólo histórico onde se unem todas as “forças vivas”, nacionais e estrangeiras, da Revolução Burguesa sob o capitalismo dependente. Ou “aceleração do desenvolvimento econômico” ou “fim do mundo”, o que não deixa de ser uma verdade histórica, pois a aceleração do desenvolvimento econômico e a sua impossibilidade são os limites que separam a existência do capitalismo dependente de sua destruição final (FERNANDES, 2006, p. 417-418).

No contexto da redemocratização, a ruptura da autocracia burguesa não seria produto de uma redefinição da postura das classes dominantes, ainda particularista, mas da pressão dos novos atores da política nacional. Ela seria conquistada de baixo para cima. Oliveira apostou nessa alternativa, derrotada durante a década de 1990, e a atual “anulação da

política” seria a nova face daquela autocracia. Sua persistência tende a travar qualquer projeto de reformas mais profundo, que ameace os imperativos da estabilidade econômica. Um desenvolvimentismo repaginado não teria fôlego para inverter essa lógica, e a execução de fatias desse programa enfrentaria a permanente ameaça de suspensão em caso de recessão.

O pessimismo que é fruto dessa constatação dá o tom de outro texto importante. Em “Política numa era de indeterminação”, Francisco de Oliveira traça um paralelo entre o período que se estende de 1964 a 1990, o qual identifica como “uma época de forte invenção política no Brasil”, e os anos recentes, marcados pelo que chama de “indeterminação”. No primeiro intervalo consolidou-se o processo que Celso Furtado chamou de “internalização das decisões”, que desde antes do golpe militar transformou a nação no centro da disputa política e econômica. Roberto Schwarz, amigo de Oliveira e seu “leitor generoso, mas rigoroso”,¹⁸ expressou a mesma opinião no ensaio “Fim de século”:

Seja como for, o nacionalismo desenvolvimentista armou um imaginário social novo, que pela primeira vez se refere à nação inteira, e que aspira, também pela primeira vez, a certa consistência interna: um imaginário no qual, sem prejuízo das falácias nacionalistas e populistas, parecia razoável testar a cultura pela prática social e pelo destino dos oprimidos e excluídos. De passagem seja dito que a derrocada posterior das promessas daquele período não invalidou – ao menos não por completo – o sentimento das coisas que se havia formado, reflexo agora meio irreal de uma responsabilidade histórica, cujas derrotas assinalam outros tantos avanços da nova dessolidarização social (SCHWARZ, 1999, p. 157).

O destaque das obras de Furtado e de intelectuais ligados ao ISEB atestava essa nacionalização, reproduzida na literatura, na música popular e no cinema. A esquerda, liderada pelo PCB, também abraçou o nacional-desenvolvimentismo. A produção sociológica permaneceria pautada pelo peso do nacional por muito tempo. Até mesmo a ditadura não mudou o “modelo” de desenvolvimento, apenas obedeceu às novas exigências da acumulação industrial que “requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental – o operariado – e uma acumulação primitiva ainda mais intensa” (OLIVEIRA, 2007a, p. 19). Realizava-se o programa das vertentes desenvolvimentistas mais conservadoras, mas a maior abertura ao capital estrangeiro começou a enfraquecer o centro de decisões interno. A subordinação da acumulação interna de capital ao movimento financeiro internacional avançou rapidamente a ponto de impor limites ao processo de

¹⁸ Conforme as palavras de Francisco de Oliveira em *O ornitórrinco* (2003a, p. 136).

redemocratização. Este foi o resultado da construção de uma nova sociabilidade forjada sob a ditadura a partir do:

[...] permanente “esforço de Sísifo” das classes dominadas, expressas em primeiro lugar no renascimento do sindicalismo sobre novas bases, com a emergência das frações do proletariado que operavam na base produtiva das multinacionais do automóvel, e em segundo lugar, mas não secundário, no deslocamento do campo das políticas sociais operado pelos novos movimentos sociais, que obrigaram o Estado militar autoritário ao desenho de um conjunto de políticas, verdadeira inovação na *longue durée* brasileira (2007a, p. 20-21).

Mas as promessas não se realizaram. A aposta de que a Nova República seria capaz de desenhar um sistema político baseado na representação de classes sucumbiu à crescente irrelevância da política diante do imperativo da estabilidade econômica, à perda de centralidade da classe trabalhadora e ao esvaziamento do espaço nacional como campo de disputa, proporcionado pela mundialização financeira do capital. Durante a década de 1990 a sociabilidade construída ao longo de boa parte do século XX declinou:

Tal é a contra-revolução do nosso tempo. A sociabilidade plasmada na época do trabalho como categoria central, do trabalho fixo, previsível a longo prazo, base da produção fordista e do consenso welfarista, dançou. Apesar das eternas relações assimétrico-defasadas com a política, há poucas dúvidas de que o impacto sobre esta última um dia chegaria, e talvez seja este o cerne da indeterminação (OLIVEIRA, 2007a, p. 27).

Com o declínio daquela sociabilidade e a ascensão de uma coalizão de forças conservadoras reunidas em torno de Fernando Henrique Cardoso “parecia ter chegado o momento longamente esperado da hegemonia burguesa no Brasil”, consolidada sob uma aliança política que refletia a complexa unidade entre “atrasado” e “moderno” sobre a qual se apoia a sociedade brasileira:

A coalizão política não podia ser mais “representativa”, nem mais ampla: articulada pelo grupo paulista universitário-empresarial, incluía poderosas lideranças regionais, novos e velhos coronéis, oligarcas de quatro costados. Um espectro político que agrupava em torno da vanguarda intelecto-burguesa o amplo naipe do “atraso”, com suas modulações intermediárias. O sonho “gramsciano” (?) da hegemonia: para conduzir o “atraso” sem o qual não se governa, uma vanguarda preparada nas caldas da contemporaneidade produtivo-financeiro-intelectual. Um cosmopolitismo *nouveau, à la* brasileira, *comme il faut*: professores da USP, príncipes da sociologia, mestres do pensamento racional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), engenheiros da Politécnica, novos intelectuais de origem popular elitizados, economistas com experiência internacional do capitalismo financeirizado, consultores-gângsteres, altos empresários, coronéis do sertão e coronéis da cidade. É fácil reconhecer-lhe o perfil (OLIVEIRA, 2007a, p. 32).

O programa político, econômico e social executado por essa aliança consistiu em um encerramento da política dentro dos espaços institucionais e à repressão aos movimentos sociais; ao desmanche do Estado, através, sobretudo, das privatizações; e a um frágil leque de programas sociais destinados a administrar a carência de setores mais necessitados.

As consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço; a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas (OLIVEIRA, 2007a, p. 38).

As coligações políticas para as eleições presidenciais de 2002 eram a prova dessa indeterminação. O PT, de Lula, aliou-se ao Partido Liberal e a personagens como Orestes Quércia e Itamar Franco, além de receber o apoio de José Sarney. Ciro Gomes, outro candidato da oposição, tinha trajetória política no PSDB, então no governo, e no antigo partido de sustentação da ditadura. Não obstante era filiado ao Partido Popular Socialista, mutação do velho PCB, e contava com o apoio do Partido Democrático Trabalhista e do Partido Trabalhista Brasileiro. Por fim, o candidato da situação, José Serra, era, segundo Oliveira, um continuista-dissidente: pretendia recuperar o desenvolvimento econômico a partir da herança de Cardoso, mas não sabia bem explicar como combinaria as duas coisas. Todos criticavam a agenda neoliberal, então fracassada, embora não apresentassem um caminho nítido de ruptura com aquele modelo. E tinham em comum o esforço um tanto ingênuo ou interessado de negar as transformações do capitalismo: “a nova forma do capitalismo financeiro mundializado não é levada a sério, e o apelo a um novo nacionalismo aparece em roupagens da década de 1950”. Mas era ainda a necessidade de garantir a estabilidade que guiava todos os discursos:

Tal como já assinalamos, as perspectivas de curto e médio prazo concentram-se em resolver os gargalos e distorções da política econômica, numa não tão sutil volta ao determinismo economicista., segundo o qual, em se mudando a *política econômica – não a economia* –, a desigualdade fundadora da sociedade encontrará solução. Mesmo quando se toma a cultura como o território do qual se pode contestar a ordem global e, no caso brasileiro, a (des)ordem fernandista, não se põe em xeque a nova formação da cultura mercantilizada. Pelo contrário, a política adota cada vez mais as formas de espetáculo “cultural” sob a batuta dos marqueteiros. Nos termos de Slavoj Žižek, ainda não temos as palavras com que formular nosso próprio aprisionamento pela agenda neoliberal. E, com Benjamin, o “assombro” é que os programas que se pretendem alternativos ainda se inscrevem no campo semântico do progresso (OLIVEIRA, 2007a, p. 45).

A descrença no progresso marca a ruptura com a utopia desenvolvimentista e transparece a quebra de uma ideia de nação moderna. Com ênfase em outros aspectos, Roberto Schwarz também descreveu o fracasso do projeto de modernização tal qual ele foi concebido por nacionalistas e pela esquerda no pré-1964. Sua visão particular, um tanto diferente da apresentada por Oliveira, contribui para trazer à luz outra dimensão dessa derrota:

O processo da modernização, com dinamismo próprio, longo no tempo, com origens e fins mais ou menos tangíveis, não se completou e provou ser ilusório. Nestas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teleologias – especialidade enfim do exercício da leitura pós-estruturalista – adquiriu uma dura vigência prática. Assim, o desenvolvimento nacional pode não ter sido nem desenvolvimento nem nacional, nem muito menos uma epopéia. O motor da industrialização patriótica esteve na Volkswagen e os esforços de integração da sociedade brasileira resultaram num quase-*apartheid*. A burguesia nacional aspirava à associação com o capital estrangeiro, que lhe parecia mais natural que uma aliança com os trabalhadores de seu país, os quais por sua vez também prefeririam as empresas de fora. O que parecia acumulação se perdeu ou não serviu aos fins previstos. A verificação recíproca e crítica entre as culturas tradicional e moderna não se deu, ou melhor, deu-se nos termos lamentáveis das conveniências do mercado. Etc. etc. (SCHWARZ, 1999, p. 158-159)

Schwarz concorda com Robert Kurz, que definiu as sociedades que fracassaram em seus projetos de modernização de “pós-catastróficas”. “O ‘colapso da modernização’, que consiste exatamente na seqüência de arregimentação profunda e fracasso, para o autor já é um fato nestas sociedades, ao passo que a normalidade passou a não ser mais que um verniz” (SCHWARZ, 1999, p. 160).

Esse colapso contém em si a ideia de “desmanche” ou “desintegração” das chamadas “ilusões nacionais”, que inspirou toda uma agenda de pesquisas desenvolvida no âmbito do CENEDIC. Defendo, aqui, que essa ideia tem um amplo alcance, maior até do que aquele que aparece nos textos de Francisco de Oliveira. Ela remete, num primeiro nível, ao processo de privatização de empresas e do espaço público, de ataque às organizações dos trabalhadores e desregulamentação escancarada ou velada do trabalho, medidas promovidas sob a hegemonia do pensamento neoliberal. Mas num nível mais profundo ela abarca a falência do projeto de nação moderna que alimentou a vida intelectual e política do país durante todo o século XX. É neste sentido que pensa Schwarz, preocupado com o impacto de toda essa história sobre a cultura. Para ele, esse processo nos obriga hoje a fazer uma dura pergunta-constatação: “o que é, o que significa uma cultura nacional que já não

articule nenhum projeto coletivo de vida material, e que tenha passado a flutuar publicitariamente no mercado por sua vez, agora como casca vistosa, como um estilo de vida simpático a consumir entre outros?” (SCHWARZ, 1999, p. 162).

É a partir dessa sugestão mais profunda de Schwarz, retirada de sua ideia de “desmanche”, que penso ser possível analisar a trajetória intelectual de Francisco de Oliveira. Seus textos sobre a realidade brasileira contam de forma dramática a história do processo de perda de sentido daquele projeto de nação dentro do qual o sociólogo e outros intelectuais de sua geração se formaram. Estivessem eles no Recife ou em São Paulo, na SUDENE ou na USP, todos se viram afetados pelo clima nacional-desenvolvimentista, dedicaram-se a entender sua derrota e, mais tarde, sentiram o peso de sua completa superação. Em seguida alguns deles tentaram retomar aspectos do desenvolvimentismo, de forma nostálgica, num esforço para contornar a enorme crise de referenciais em que se encontravam. É certo que nem todos responderam da mesma forma a essa crise. Francisco de Oliveira manteve sua esperança por algum tempo, até o momento em que o neoliberalismo arrasou sua aposta na capacidade da política impor limites às determinações da acumulação capitalista. A perda de referências e a dificuldade de enxergar saídas possíveis diante do impasse evolutivo no qual resultou a história brasileira inspiraram uma simpatia a algumas ideias de Walter Benjamin, por exemplo, cujos textos, dominados pela melancolia, são uma arma para a crítica, não um recurso para a aceitação resignada das tragédias do progresso. A sensação de vazio nasceu e é alimentada pela crise do Estado-nação, como Oliveira já afirmava na virada do século:

Desliza-se perigosamente para uma espécie de anomia estatal, uma falta de formas, uma falsa forma. O enorme repertório teórico de que se dispõe sobre formas do Estado e dos regimes políticos pavimenta o chão da pesquisa, mas forçoso é reconhecer a urgência de uma teorização radical que assuma a tarefa de deslindar o enigma do vazio estatal na periferia que, como sempre, constitui apenas a exacerbação por antecipação da crise no próprio centro capitalista. Não há nenhuma dúvida de que as respostas da sociologia e da ciência política convencionais são claramente insuficientes, ou talvez definitivamente superadas. O século que acaba foi pródigo em inventar atrocidades e genocídios para os quais a ciência social não tinha os conceitos suficientes, apesar da herança hobbesiana; mas o nazismo, o Holocausto e o stalinismo estavam muito além de Hobbes... Noutro registro, para não ficar apenas nas catástrofes, a América Latina – ou seremos uma catástrofe? –, com os cepalinos, interpretou-se a si mesma, na herança de um Caio Prado Jr. e um José Carlos Mariátegui, suprimindo a falta de um conceito, para além do colonialismo e mesmo do imperialismo de Lenin. Agora, trata-se de dar conta do que pode ser, apenas para recuperar o gosto pelo paradoxo, a catástrofe

tranquila: um Estado-não-Estado, uma violência não-violenta, uma exceção permanente (OLIVEIRA, 2000b).

Esse desafio teórico, às vezes convertido em paralisia, deriva da análise de uma longa lista de eventos políticos mais ou menos imprevisíveis. A transição democrática brasileira continha em si uma crise de hegemonia que só se resolveu com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. A derrota da inflação e a conformação de uma nova aliança em torno da estabilidade política e econômica, submetida ao receituário neoliberal, restabeleceram a hegemonia burguesa no Brasil. Fizeram-no graças à capacidade de superar o padrão nacional-desenvolvimentista do Estado sem abalar as estruturas de dominação, ameaçadas durante os anos 1980. O curioso a respeito do processo de construção dessa hegemonia é que numa ponta ele de fato ocorreu conforme o modelo tradicional concebido por Gramsci, através da superação dos “novíssimos grupos” surgidos no contexto da transição – os novos movimentos sociais, o PT, etc. – mas ele não se pautou, do outro lado, na derrota dos “representantes da velha sociedade” – no caso, o entulho autoritário e seus representantes políticos.¹⁹ Por aqui, mais uma vez, o “atrasado” e o “moderno” tiveram que se unir para garantir a dominação. Para Oliveira este seria o estranho resultado final da transição: o “apocalipse” brasileiro, consolidado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Quando eleito, Cardoso defendeu seu programa econômico recessivo como inevitável. Aplicá-lo era a única forma de colocar ordem na casa e, ao mesmo tempo, inserir-se na nova ordem global. Sem dúvida existiam restrições estruturais a um programa alternativo, que talvez levasse ao fracasso qualquer tentativa de reeditar algo próximo do estatismo do período Vargas, mas para Francisco de Oliveira faltou um pouco de ousadia ao ex-colega e seus aliados. Esta poderia ter inspirado a manutenção do modelo pactuado de negociação sugerido pela experiência das Câmaras Setoriais. É certo, porém, que aquele padrão impor limites ao programa de governo concebido pela aliança conservadora reunida em torno de Cardoso, decidida a promover profundas mudanças nas formas como se relacionavam Estado, economia e sociedade no Brasil. Era o desmonte da “Era Vargas”. Sua agenda foi executada com enorme sucesso. Tanto que quando eleito, em 2002, Lula já reconhecia a impossibilidade de realizar um grande desvio de rota. Era a “herança maldita”

¹⁹ Essa discussão sobre o momento da hegemonia pode ser encontrada em Gramsci (2000b, p. 29).

de seu antecessor. Mais uma vez é necessário reconhecer que as dificuldades para uma guinada à esquerda eram enormes, mas o que incomodou Francisco de Oliveira, novamente, foi a falta de ousadia. Como demonstrou em “O momento Lênin”, o sociólogo acreditava que a vitória do PT poderia ter impulsionado alguma virada, mas ela não ocorreu. Ele desejava que a política fosse mais importante que a economia. Talvez a guinada fosse impossível sob o peso das estruturas atuais do capitalismo, mas a verdade é que o governo Lula não se arriscou nesse sentido. Ao contrário, afirmou – como seu antecessor – que a política econômica recessiva era inevitável.

Desde então muita coisa ocorreu, e os governos do PT conquistaram alguns avanços, sobretudo no combate à miséria, que resistiram até mesmo a uma enorme crise internacional. Porém esses resultados positivos não foram suficientes para despertar novo entusiasmo em Francisco de Oliveira. Para ele, não há partido ou força política que seja hoje capaz de romper as amarras impostas pelo “totalitarismo neoliberal”. A política é irrelevante, pois incapaz de questionar a hegemonia burguesa. Mesmo quando um partido que representa as classes dominadas conquista o governo, como ocorreu no Brasil e na África do Sul, o máximo que consegue é revelar a existência de uma estranha “hegemonia às avessas”. É o reino da pequena política, como definiu muito bem Carlos Nelson Coutinho (2010). Uma mudança de rumos exigiria uma espécie de reencantamento, como aquele que animou as lutas do período desenvolvimentista, apesar das evidentes falhas daquela agenda. Mas Oliveira sabe que o encanto não pode brotar do mesmo solo. Como avançar, então, se não há alternativa? O impasse que resulta dessa dura constatação rege sua produção atual, como indicou Schwarz no prefácio a *O ornitorrinco*:

Nada mais distante do Autor que os sonhos de Brasil-potência e que o desejo de passar a perna nos países vizinhos. Contudo é possível que, em versão sublimada, o seu recorte permaneça tributário do aspecto competitivo dos esforços desenvolvimentistas. Por outro lado, como não ser assim? Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima dos vencedores e menos truncada? Como escapar à posição prejudicada sem tomar assento entre os que prejudicam? A reflexão sobre a impossibilidade de uma competição sem perdedores, ou, por outra, sobre a impossibilidade de um nivelamento por cima – mas que por cima é esse? – impele a questionar a ordem que engendra o problema. Aqui, depois de haver ativado a disposição política em âmbito nacional, a reflexão dialética passa a paralisá-la na sua forma corrente, ou melhor, passa a solicitar um tipo de política diversa, meio por inventar, para a qual a questão nacional é relativa (SCHWARZ, 2003, p. 20-21).

O mesmo vazio foi descrito por Habermas no artigo “A nova intransparência”, que influenciou a elaboração de muitos trabalhos de Francisco de Oliveira. Nele Habermas afirmava que a sociedade moderna encontra-se hoje encurralada por dois imensos poderes: o do mercado, de um lado, e o administrativo, de outro. Essa prisão impossibilita um olhar para além de limites muito próximos e frustra o ímpeto revolucionário:

Hoje as energias utópicas aparentam ter se esgotado, como se elas tivessem se retirado do pensamento histórico. O horizonte do futuro estreitou-se e o espírito da época, como a política, transformou-se profundamente. [...] As respostas dos intelectuais refletem uma perplexidade não menor do que a dos políticos. Não é de forma alguma apenas realismo se uma perplexidade aceita temerariamente coloca-se cada vez mais no lugar de buscas de orientação que apontem para o futuro. A situação pode estar objetivamente ininteligível. Contudo, essa imperspicuidade é também uma função da presteza de ação de que uma sociedade se julga capaz. Trata-se da confiança da cultura ocidental em si mesma (HABERMAS, 1987, p. 105).

A produção recente de Francisco de Oliveira está imersa nessa crise teórica e política. O impasse de sua produção, semelhante ao do país-ornitorrinco, transmite a impressão de que não é mais possível evoluir. Se a economia brasileira encontra-se hoje travada pelas estruturas do capitalismo contemporâneo, a reflexão do autor se detém nas mesmas barreiras. O passo necessário para um salto evolutivo depende, em ambos os casos, de um reencantamento, mas este não pode surgir de nenhum discurso, do plano das ideias, sem amparo na realidade. Apenas a luta política pode reabrir portas e revelar novos atores, mas o sociólogo mostra-se perplexo diante de sua anulação. Real ou não, esta não é definitiva e, apesar de seu pessimismo, Francisco de Oliveira já deu alguns sinais de que reconhece esse fato. Além de ter revisto sua posição sobre as Jornadas de Junho, ele defendeu numa reunião do CENEDIC a execução de uma agenda de pesquisas que persista na busca por sinais de mudança, sempre a partir de elementos periféricos, como os trabalhadores precarizados.²⁰ Nota-se que a perplexidade, ainda que profunda, não conduz a uma paralisia completa. Esta é incompatível com o antigo sonho de construção da moderna nação brasileira, jamais superado pelo sociólogo. Resta, portanto, uma aposta na política.

²⁰ Foi essa a sugestão do autor durante o seminário “Anotações sobre o Avesso”, em março de 2012, integrante de uma série de reuniões dedicadas à definição de um novo projeto de pesquisa do CENEDIC.

Bibliografia

Textos de Francisco de Oliveira

- OLIVEIRA, Francisco de. (1965). “O Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco: por que não terá êxito”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-128, 1965.
- _____. (1966). “Condições institucionais do planejamento”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 39-47, 1966.
- _____. (1982). “O Estado e o urbano no Brasil”. *Espaço & Debates*, n.6, São Paulo, jun.-set. 1982, pp. 36-54.
- _____. (1983). « Le Brésil: crise du fédéralisme ou crise de la démocratie? ». *Le Monde Diplomatique*, Paris, França, agosto de 1993.
- _____. (1984). “A volta e a reviravolta”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, vol. 1, nº 2, setembro de 1984.
- _____. (1985a). “Além da transição, aquém da imaginação”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 12, julho de 1985.
- _____. (1985b). “Aves de arribação: a migração dos intelectuais”. *Lua Nova*, São Paulo, 2 (3): 20-6, out./dez.
- _____. (1985c). “Crise econômica e pacto social”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 13, outubro de 1985.
- _____. (1986). “E agora PT?”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 15, julho de 1986.
- _____. (1987a). *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1987b). “Política e Ciências Sociais no Brasil: 1964-1985”. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 3, p. 13-22.
- _____. (1987c). “A longa espera de Giovanni Drogo”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 19, dezembro de 1987.

- _____. (1988a). “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática”. In: reis, F. W.; O’DONNELL, Guillermo (orgs.). *A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice.
- _____. (1988b). “O surgimento do antivalor”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 22, outubro de 1988.
- _____. (1990). “As metamorfoses da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 27, julho de 1990.
- _____. (1992). *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1993a). “Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 36, julho 1993.
- _____. (1993b). “A economia política da social-democracia”. *Revista USP*, n. 17, 1993.
- _____. (1994a). “Apresentação”. *Cadernos de Pesquisa, n.1, Reestruturação produtiva e novos padrões nas relações capital-trabalho*. São Paulo: CEBRAP, jun/1994.
- _____. (1994b). *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: FASE.
- _____. (1995). “Quem tem medo da governabilidade?” *Novos Estudos CEBRAP*, nº 41, março de 1995.
- _____. (1996). “O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (debate)”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 44, março de 1996.
- _____. (1998). “A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50, março de 1998.
- _____. (1999). “Apocalypse Now: o “Coração das Trevas” do Neoliberalismo” In: Oliveira, Francisco de; Comin, Alvaro (org). *Os Cavaleiros do Antiapocalipse*. São Paulo: Entrelinhas.
- _____. (2000a). “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” In: Oliveira, Francisco de & Paoli, Maria Célia (org). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes.

- _____. (2000b). “A ilusão do Estado brasileiro”. *Teoria e debate*, vol. 1, nº44. São Paulo.
- _____. (2001). “Pensar com radicalidade e especificidade”. *Lua Nova*, nº 54, São Paulo.
- _____. (2003a). *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2003b). *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2007a). “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” In: Oliveira, Francisco de & Rizek, Cibebe Saliba (org). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2007b). “O momento Lênin” In: Oliveira, Francisco de & Rizek, Cibebe Saliba (orgs). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2008). *A noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____. (2009). “Depoimento na CPI sobre a SUDENE (1978)”. In: FURTADO, Rosa. *O Nordeste e a saga da Sudene*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. (2010). “Hegemonia às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibebe (orgs.). *Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. (orgs.). (2000). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, Francisco de; REICHSTUL, Henri Philippe. (1973). “Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil”. *Estudos CEBRAP*, v. 4, p. 131-168.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibebe Saliba. (2013). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FASE.
- OLIVEIRA, Francisco de; STEDILE, João Pedro; GENOÍNIO, José. (2000). *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo.

Bibliografia geral

- ADORNO, Theodor W. (2003). “O ensaio como forma”. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora 34.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1997). *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré.
- ARANTES, Paulo. (1997). “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: _____ & ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza e Lucio Costa*. São Paulo: Paz e Terra.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2004). “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, volume 16, número 1, São Paulo, junho de 2004.
- AZEVEDO, Carlos (2011). *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto.
- BASTOS, Elide Rugai. (1984). *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2002). “Pensamento social da escola sociológica paulista”. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS.
- _____. (2006). *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Global Editora.
- _____. (2010). “Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010). Um analista do pensamento brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 1, 2010, pp. 5-10.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria Domingues Leão. (1999). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’Água.
- BELLO, Carlos Alberto. (2006). “A originalidade da economia política de Francisco de Oliveira”. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, vol. 17, nº 1, 2006.
- BENJAMIN, César (org.). (1998). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- BENJAMIN, Walter. (1994). “Sobre o conceito da história” In: *Walter Benjamin: obras escolhidas*, volume 1. São Paulo: Brasiliense.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. (2007). “Notas sobre a formação social do Nordeste”. *Lua Nova*, n. 71, pp. 41-79.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2004). *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOITO Jr., Armando. (1994). “De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro”. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, nº3, julho/setembro de 1994.
- BOURDIEU, Pierre. (2011) [1974]. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2001). “Idéias e intelectuais: modos de usar”. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo: CEDEC, n. 54, p. 25-34.
- _____. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.
- BRAGA, Ruy. (2013). “Sob a sombra do precariado”. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- CALLADO, Antonio. (1979). *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CANDIDO, Antonio. (1987). *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática.
- _____. (2011). “Prefácio”. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2011) [1962]. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1975). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

- CARDOSO, Miriam Limoeiro. (1978). *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK - JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHAUÍ, Marilena. (1988). “Prefácio”. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COHN, Amélia. (1976). *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva.
- COHN, Gabriel. (1999). “Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil”. In: MOTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC.
- COMIN, Alvaro. (1999). “A modernização excludente e o fim do modelo tripartite de gestão da política industrial”. In: Oliveira, Francisco de; Comin, Alvaro (org). *Os Cavaleiros do Antiapocalipse*. São Paulo: Entrelinhas.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1979). “A democracia como valor universal”. In: SIVEIRA, Ênio (org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2010). “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- CZAJKA, Rodrigo. (2005). *Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.
- DINIZ, Eli. (1992). “Neo-liberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, outubro de 1992.
- EVANS, Peter. (1993). “O Estado como problema e solução”. *Lua Nova*, nº 28/29.
- FAUSTO, Boris. (1995) [1970]. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense.
- FERNANDES, Florestan. (2006) [1974]. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Globo.

- FOUCAULT, Michel. (1992) [1969]. *O que é um autor?* Lisboa: Vega/Passagens.
- FRESTON, Paul. (1989). “Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo: Vértice.
- FURTADO, Celso. (1960). *Operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB.
- _____. (1965). “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 129-145, 1965.
- _____. (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1980) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional.
- _____. (1987). *Transformação e crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1989). *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1992). *Brasil, a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar. (2009). *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964. Arquivos Celso Furtado 3*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- GALVÃO, Andreia. (1997). *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
- GARCIA, Afrânio. (1998). “La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 121-122, março de 1998. pp. 52-61.
- _____. (2004). “A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil”. *Tempo Social*. Vol. 16, nº 1, junho de 2004.
- GRAMSCI, Antonio. (2000a). “Os intelectuais. O princípio educativo”. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- _____. (2000b). *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRESPLAN, Jorge. (2001). *O Estruturalismo da Cepal na obra de Raúl Prebisch*. História Unisinos, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 105-125.
- HABERMAS, Jurgen. (1987). “A nova intransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, setembro de 1987.
- HIRSCHMAN, Albert. (1963). *Journeys towards progress: studies in economy police making in Latin America*. New York: Twentieth Century Fund.
- _____. (1967). “Desenvolvimento industrial no Nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18”. *RBE*, Ano XXI, nº 4, Dez./1967.
- IANNI, Octavio. (1968). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1989). *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Ática.
- _____. (1994). “Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais”. *Estudos Avançados*, vol. 8, nº 21, São Paulo, maio/agosto de 1994.
- _____. (2004) [1992]. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- JASMIN, Marcelo Gantus. (2005). “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 20, nº 57, fevereiro de 2005.
- JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. (2007). “Entrevista: Francisco de Oliveira”. *Margem Esquerda 10*, novembro de 2007. São Paulo: Boitempo Editorial.
- KECK, Margaret. (1991). *A lógica da diferença*. São Paulo: Ática.
- KOCH-WESER, C. W. (1973). *La SUDENE, doce años de planificación para el desarrollo en el nordeste brasileño*. Santiago do Chile: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales.

- KUCINSKI, Bernardo. (1991). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta.
- LAHUERTA, Milton. (1999). *Intelectuais e transição: entra a política e a profissão*. São Paulo: FFLCH/USP.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. (1997). *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- LÖWY, Michael. (2002). “A filosofia da história de Walter Benjamin”. *Estudos Avançados*, vol.16, n.45, 2002, pp. 199-206.
- MANNHEIM, Karl. (1993). “El problema de las generaciones”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, pp. 193-242.
- MANTEGA, Guido. (1984). *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. (2004). “O governo Lula e a contra-reforma previdenciária”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 18, nº 13, julho-setembro de 2004.
- MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. (1999). “O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90”. *Tempo Social*, vol. 11, nº 2.
- MENDES, Flávio da Silva. (2012). *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra.
- MICELI, Sérgio. (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.
- _____. (1989a). “Introdução”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo: Vértice.
- _____. (1989b). “Por uma Sociologia das Ciências Sociais”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo: Vértice.

- _____. (1993). “A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil. 1962-1992”. In: MICELI, S. (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré/FAPESP.
- _____. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MONTERO, Paula; MOURA, Flávio. (orgs.). (2009). *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify.
- NAPOLITANO, Marcos. (2014). *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- NAVES, Rodrigo. (2006). “Entre mortos e feridos: Novos Estudos e CEBRAP de 1987 a 1995”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 75, São Paulo, julho/2006.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2003). “Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, nº52, junho de 2003.
- OFFE, Claus. (1989). *Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1985). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1988). *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. (1990). “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, julho de 1990, pp. 163-175.
- PAOLI, Maria Célia. (1989). “Trabalhadores e cidadania. Experiência no mundo público da história do Brasil moderno”. *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (1995). “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”. In: *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero.
- _____. (2000). “Apresentação e introdução”. In: Oliveira, Francisco de & Paoli, Maria Célia (org). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. (1984). “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984.

- PAULANI, Leda. (2000). *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Economia da FEA, USP.
- PÉCAUT, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.
- PERRUCCI, Gadiel. (1973) “A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria”. In: *Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, 7., 1973, Belo Horizonte. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 1, pp. 598-599. Respostas às intervenções dos simposistas.
- _____. (1986). *Um projeto oligárquico-liberal de universidade. (Notas para uma História da UFPE)*. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, 2, pp. 505-520.
- PERRUSO, Marco de Antonio. (2009). *Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume.
- _____. (2010). “Em busca do ‘novo’: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80”. *Perspectivas*. São Paulo, v. 37, p. 249-268, jan./jun. 2010.
- _____. (2013). “Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP”. *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, 67, p. 179-192, Jan./Abr. 2013.
- PINHEIRO MACHADO, José Antonio. (1978). *Opinião X Censura*. Porto Alegre: L&PM.
- PONTES, Heloísa. (1997). “Círculos de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 12, nº 34, junho de 1997. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_04.htm>. Acessado em 31/08/2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PREBISCH, Raúl. (2000). *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949)*. In: Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record.

- PRZEWORSKI, Adam. (1991). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RANCIÈRE, Jacques. (1996). *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- RIDENTI, Marcelo. (2000). *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2005). “Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960”. *Tempo Social*, volume 17, número 1, junho de 2005.
- _____. (2010a). “Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, nº 84, dezembro/fevereiro, 2009/2010, pp. 50-57.
- _____. (2010b). *O fantasma de revolução brasileira*. São Paulo: UNESP.
- _____. (2010c). “Intelectuais e modernidade: Marshall Berman e seu público brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3, Brasília, junho-julho de 2010, pp. 289-316.
- RIDENTI, Marcelo; MENDES, Flávio da S. (2012). “Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira”. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 25, 66, p. 601-622. Set/Dez. 2012.
- RIZEK, Cibeale Saliba. (1998). “A greve dos petroleiros”. *Praga*, nº 6, setembro de 1998.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. (2011). *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
- ROMÃO, Wagner de Melo. (2006). *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- SADER, Eder. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SADER, Emir (org.) (1986). *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense.

- SAID, Edward W. (2005). *Representações do Intelectual. As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAINT-MARTIN, Monique. (1988). “A propos d'une rencontre entre chercheurs. Sciences sociales et politique au Brésil.” In: *Actes de La recherche en sciences sociales*. Vol. 71-72, mars, 1988, pp. 129-134.
- SALLUM JR., Brasília. (1996). *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (1999). “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. *Tempo Social*, vol. 11, nº 2.
- _____. (2003). “Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. (2006). “Instituição e destituição do mundo público”. In: Rizek, Cibele Saliba; Romão, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: UFMG.
- SAVIANI, Dermeval. (2008). “O legado educacional do regime militar”. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.
- SCHWARZ, Roberto. (1978). *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987). “Nacional por subtração”. In: SCHWARZ, R. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1999). “Fim de século”. In: *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2003). “Prefácio com perguntas”. In: OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- SECCO, Lincoln. (2012). *História do PT*. 3ª Edição. São Paulo: Ateliê Editorial.
- SENNETT, Richard. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

- SERRA, José. (1976). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. São Paulo: Paz e Terra.
- SILVA, Leonardo Gomes Mello e. (1999). *A generalização difícil: a vida breve da Câmara Setorial do Complexo Químico seguida do estudo de seus impactos em duas grandes empresas do ramo em São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- SINGER, André. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (2009). “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 85, novembro de 2009.
- SINGER, Paul. (2006). “Crítica e rememoração” In: Rizek, Cibele Saliba & Romão, Wagner Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SKINNER, Quentin. (1969). “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and Theory*, 8 (1), pp. 3-53.
- SORJ, Bernardo. (2001). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. (1975) [1968]. “Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SZWAKO, José. (2009). “Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do CENEDIC”. *Lua Nova*, n. 78, São Paulo.
- TAVARES, Hermes Magalhães. (1989). *Uma experiência de planejamento regional: o nordeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia – UNICAMP.
- TAVARES, Maria da Conceição. (1973). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1991). “Prefácio”. In: PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

- TELLES, Vera Silva. (1994). "Pobreza, movimentos sociais e cultura política: Notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia". In: Diniz, E.; Lopes, J. S. L.; Prandi, J. R.. *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Hucitec.
- WEFFORT, Francisco. (1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, Raymond. (1990). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lista de entrevistas em ordem cronológica

- Laymert Garcia dos Santos, Campinas, 6 de março de 2012.
- Francisco de Oliveira, São Paulo, 13 de abril de 2012.
- Rosa Freire d'Aguiar Furtado, Paris, 24 de janeiro de 2013.
- José Maria Aragão, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2013.
- Tânia Bacelar, Recife, 15 de outubro de 2013.
- Leonardo Guimarães, Recife, 15 de outubro de 2013.
- Cibele Saliba Rizek, São Paulo, 11 de janeiro de 2014

Anexos

Ofício do Registro Civil
ZONA JUDICIÁRIA
AFOGADOS - RECIFE - PERNAMBUCO
Nuno Guedes Pereira Sobrinho
— OFICIAL —

Térmo 3.668
Fôlha 163
Livro 289

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Nuno Guedes Pereira Sobrinho, Oficial do Registro Civil dos Afogados, Município do Recife, em virtude da lei, etc

Certifico que é do teor abaixo o termo do Registro de nascimento de

* FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA *

Aos oito dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e trinta e três, nesta freguesia dos Afogados, Município do Recife, Estado de Pernambuco, em meu Cartório compareceu José Santa Ana de Oliveira, comerciante de drogas e produtos químicos, e, em presença das testemunhas Francisco Dionísio Paula Franco e Mario Santa Ana de Oliveira, ambos auxiliares do comércio e residentes neste distrito, declarou que às vinte e três horas do dia SETE DO CORRENTE, à Avenida doutor José Rufino, número dois mil seiscentos e doze, havia nascido seu filho "FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA," filho legítimo dele declarante e de sua esposa dona Juventina Cavalcanti de Oliveira, dona de casa, Pernambucanos, residentes neste distrito, casados civilmente nesta cidade no dia onze de Setembro de mil novecentos e vinte e seis; que são avós paternos Antonio Bruno de Oliveira e Etelvina Santa Ana de Oliveira, falecidos, e maternos José Henrique Cavalcanti e Izabel da Hungria da Silva Cavalcanti, falecida. E para constar eu, Lauro Guedes Pereira, escrivão do Registro Civil, lavrei este termo que assino com o declarante e testemunhas presentes. (aa) Lauro Guedes Pereira. José Santa Ana de Oliveira. Francisco Dionísio de Paula Franco. Mario Santa Ana de Oliveira. Nada mais se continha em dito termo aqui fielmente copiado verbo ad-verbum do próprio original ao qual me reporto. Dou Fé. Eu, Nuno Guedes Pereira Sobrinho, Oficial do Registro Civil, datilografei. *Sobrinho*

Recife, 18 de Janeiro de 1954
Nuno Guedes Pereira Sobrinho

Selada com:
Cr. 66,50 - federal
2,70 - T. Prev.

2

Certidão de nascimento de Francisco de Oliveira



Nome FRANCISCO MARIA
Naturalidade Pernambuco
Filiação José Santana de Oliveira
Transferido de Juventina Cavalcanti de Oliveira
Transferido para

CAVALCANTI DE OLIVEIRA

Data do Nascimento 7 - Novembro - 1933

CAVALCANTI DE OLIVEIRA

Data do Nascimento 7 - Novembro - 1933

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Habilitação — 1954	Notas	1.ª Série — 1954		Épocas		2.ª Série — 1955		Épocas	
		1.ª	2.ª	1.ª	2.ª	1.ª	2.ª	1.ª	2.ª
Português	4,0	Complementos de				Ética		8,0	
Francês	9,15	Matemática.....	7,0		14	Sociologia		9,0	
Hist.do Brasil	7,5	Sociologia	8,0		6	Estatística Geral		8,0	
Hist. da Civilização.....	6,25	Economia Política	10		2	Economia Política		9,5	
		Hist.da Filosofia	8,5		11				
Média - Global	6,72								

Faculdade de Filosofia de Pernambuco

326

UNIVERSIDADE DO RECIFE
FACULDADE DE FILOSOFIA DE PERNAMBUCO

RUA NUNES MACHADO N.º 42
RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: **FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA**
Filiação: **José Sant'Ana de Oliveira e Juventina Cavalcanti de Oliveira**
Data do nascimento: **7 de Nov. de 1933** Local: **Recife**
Estado: **Pernambuco** Nacionalidade: **Brasil**

CURSO DE: **CIÊNCIAS SOCIAIS**

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: **Reservista de 1ª Cat., Cert. nº 991496**
Repartição expedidora: **21ª C.R. - 7ª R.M. - Recife - Pernambuco**
Data da expedição:

CURSO SECUNDÁRIO

1.º ciclo

Estabelecimento: **Colégio Salesiano do Sagrado Coração**
Sede: **Recife** Data da conclusão: **Dezembro de 1948**

2.º ciclo

Estabelecimento: **Colégio Salesiano do Sagrado Coração**
Sede: **Recife** Data da conclusão: **Dezembro de 1952**

Recebi meu diploma de **Bacharel**
registrado na R. U. R. do M. E. C. sob o
n.º **30840** no livro **F-27**
fólia **190**, em **16/10/60** conforme
processo n.º **51268/54**
Recife, **16** de **maio** de 19 **62**
Francisco

Cadeiras ou disciplinas	Notas de aprovação	Médias
Português	4,00	6,72
Francês	9,15	
História do Brasil	7,50	
História da Civilização	6,25	

1.ª série
Ano letivo de 1954

Cadeiras ou disciplinas	Médias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Complementos de Matemática	7,0	
Sociologia	8,0	
Economia Política	10,0	
História da Filosofia	8,5	

2.ª série
Ano letivo de 1955

Cadeiras ou disciplinas	Médias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Ética	8,0	
Sociologia	9,0	
Estatística Geral	8,0	
Economia Política	9,5	

2ª página do Histórico Escolar da graduação

UNIVERSIDADE DO RECIFE
FACULDADE DE FILOSOFIA DE PERNAMBUCO

RUA NUNES MACHADO N.º 42
RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

3.ª Série

Ano letivo de **1956**

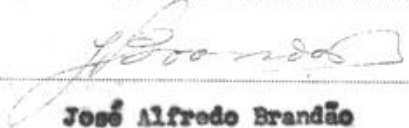
Cadeiras ou disciplinas	Médias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Sociologia		9,0
História das Doutrinas Econômicas		7,0
Ciência Política		7,0
Antropologia e Etnografia		5,0
Estatística Aplicada		8,25

Data da colação de grau: **29 de março de 1960**

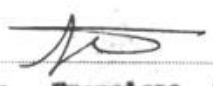
Data da expedição do diploma.

OBSERVAÇÕES

Recife, **27** de **abril** de 195**60**


José Alfredo Brandão

Secretário


Mons. Francisco Sales

Diretor

FL 4623

- *****

FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVETRA

- *****

JOSE EXPEDITO PRATA

- * * * * *